ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

ATA N.º 17/2026

Ao décimo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Concelho de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hugo Manuel Moreira Luís, estando presentes os Vereadores Miguel Ângelo da Silva Correia, João Ramiro Graça da Silva Pereira de Sousa, José António Paulo Felgueiras, Nuno Filipe Adegas de Almeida Carvalho, Liliana Sofia Roussado Faustino, Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes e Eduardo João Franco da Silva. Esteve ausente o Vereador Pedro Miguel Fernandes Tomás, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, justificar. Assistiu à reunião Cátia Alexandra Gomes de Sousa, Licenciada em Direito, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, em suplência da Diretora do Departamento de Administração Geral. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência Delegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 1.1.** Elaboração do Regulamento das Atividades Organizadas de *Surfing* nas Praias Balneares no Município de Mafra – Início do procedimento e participação procedimental; **1.2.** Auditórios Municipais – Cedências (Ratificação); **1.3.** Clube Desportivo da Venda do Pinheiro – Atribuição de apoio financeiro; **2. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE: 2.1.** Escola Secundária José Saramago – Mafra – atribuição de apoio financeiro para visita cultural; **2.2.** Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC) – atribuição de apoio no âmbito do XII Encontro de Formação do Pessoal Docente; **2.3.** Corrida dos Fundadores 2026 – Atribuição de apoio financeiro; **2.4.** Cedência de instalação desportiva municipal e apoio financeiro à Federação Portuguesa de Rugby; **2.5.** Atribuição de louvor de âmbito desportivo aos LMCB – Associação Desportiva Linces de Mafra; **2.6.** Atribuição de louvor de âmbito desportivo à Associação de Moradores de Ribamar – Ginástica; **2.7.** Conservatório D. João V – Fixação da Tabela de Preços – Ano 2026/2027 – Ratificação; **3.**

DEPARTAMENTO FINANCEIRO: 3.1. Abertura de Procedimento de seleção para a "atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra; **3.2.** Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra: **3.2.1.** Aprovação do Plano de Instalação apresentado pela DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA. – Ratificação de Despacho; **3.2.2.** "Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos" – Remoção de Mobiliário Urbano – Ratificação de Despacho; **3.2.3.** "Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos" – Análise e Resposta a Requerimento – Ratificação de Despacho; **3.3.** Constituição de Fundo de Caixa para o ano 2026 – Secção de Atendimento da Câmara Municipal de Mafra; **3.4.** Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 20.º do CCP, para a contratualização de "Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra" – Adjudicação e aprovação da minuta do contrato; **4. DEPARTAMENTO DE URBANISMO: 4.1.** P1241/2026 – Pedido de Isenção de Taxas – Grupo Desportivo União Ericeirense; **4.2.** P2404/2026 – Comunicação de obras na via pública – Ratificação de despacho; **5. DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL: 5.1.** Fichas do estado de conservação do edificado, edifícios em estado de ruína; **6. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 6.1.** Regulamento das Hortas Urbanas do Município de Mafra – Início do procedimento e participação procedimental; **7. DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE: 7.1.** Alterações na sinalização de trânsito efetuadas durante o segundo trimestre do ano de 2026; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**. ----------

--- ABERTURA DA REUNIÃO: ----------

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta minutos. ----------

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: ----------

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: ----------

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, no período de 3 a 30 de junho de 2026, conforme listagem em anexo (**anexo I**). ----------

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

--- 2. <u>INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO</u>: ----------

--- <u>INTERVENÇÕES</u>: ----------

--- <u>DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</u>: ----------

--- O **Presidente** informou que se encontrava presente a Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, Cátia Sousa, em suplência da Diretora do Departamento de Administração Geral, Bernardete Sabina, ausente por motivo de férias. Informou, ainda, da cessação de funções da anterior Chefe de Gabinete, Angelina Pereira, em 30 de junho, e da entrada em funções de Rita Vasconcelos no dia seguinte, dando-lhe as boas-vindas na sua primeira Reunião de Câmara. ----------

--- Informou, igualmente, da ausência do Vereador Pedro Tomás por motivo de férias. ----------

--- De seguida, deu nota da realização de diversas iniciativas institucionais, destacando a realização de um colóquio sobre Polícia Municipal e policiamento de proximidade, com a presença do Ministro da Administração Interna, as comemorações do Dia Internacional das Bibliotecas, que contaram com a presença da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, bem como outras iniciativas que incluíram a participação do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e do Secretário de Estado do Mar. ----------

--- Deu, ainda, nota do início da edição em curso do Festival do Pão, referindo que o evento decorria dentro da normalidade, sem registo de ocorrências relevantes. --

--- Por último, apresentou os eventos realizados, informando, ainda, sobre os próximos eventos a decorrerem no Concelho de Mafra, em conformidade com a listagem em anexo (**anexo II**). ----------

--- <u>DO VEREADOR ANTÓNIO FELGUEIRAS</u>: ----------

--- No uso da palavra, o **Vereador António Felgueiras** começou por felicitar a Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Rita Vasconcelos, pelas suas novas funções. ----------

--- Congratulou, de seguida, o Executivo Municipal e os serviços envolvidos pela organização do Festival do Pão, destacando a relevância do evento para o Concelho e o empenho exigido na sua concretização. ----------

--- Questionou se se previa a realização de Reuniões da Câmara Municipal durante o mês de agosto. ----------

--- Relativamente à SUMA, recordou que havia sido anunciada uma reunião com a empresa na sequência da última Reunião de Câmara e questionou se o contrato se encontrava a ser cumprido e se as obrigações contratuais estavam a ser observadas, bem como quais as diligências adotadas pelo Município nesse âmbito. ----------

--- Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre as avenças celebradas com professores de música e para a Proteção Civil constantes da documentação disponibilizada para conhecimento. Questionou, ainda, o fundamento da adenda ao contrato celebrado com a sociedade de advogados Rui Pena, Arnaut & Associados, bem como a razão do acréscimo de encargos, perguntando se o mesmo estava relacionado com o contrato de concessão dos abrigos ou com a prestação de serviços adicionais. ------

--- Por fim, agradeceu ao Presidente a atenção demonstrada na última Sessão da Assembleia Municipal, na sequência de um problema de saúde que o obrigou a ausentar-se da reunião, e questionou se o Município tencionava dar cumprimento à recomendação constante da Moção aprovada pela Assembleia Municipal relativa ao apoio aos alunos do ensino particular e cooperativo através dos manuais escolares.

--- <u>DO VEREADOR MIGUEL CORREIA</u>: ----------

--- De seguida, o **Vereador Miguel Correia** felicitou, igualmente, a Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, Rita Vasconcelos, pela sua nomeação, desejando-lhe votos de bom trabalho. ----------

--- De seguida, alertou para uma situação ocorrida no âmbito do Festival do Carrilhão, considerando ter existido uma falha ao nível do protocolo. Referiu que, apesar de ter confirmado a sua presença, bem como o representante da União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, não foram assegurados os lugares destinados aos convidados, assinalando igualmente que alguns participantes do evento se encontravam sentados no chão. Solicitou, por isso, maior atenção a estas situações em futuros eventos municipais. ----------

--- Por outro lado, reportou uma ocorrência relacionada com a prestação de serviços da SUMA, referindo que presenciou uma operação de recolha de resíduos com uma viatura destinada à recolha de monos, durante a qual se verificou o derrame de resíduos na via pública. Considerou a situação inadequada, sobretudo por ter ocorrido numa zona central da Vila de Mafra e em período de grande afluência de pessoas, alertando para a necessidade de assegurar meios adequados à recolha de resíduos, por razões de higiene e saúde pública. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

--- <u>DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL</u>: ----------

--- O **Presidente** informou que as Reuniões ordinárias da Câmara Municipal seriam suspensas durante o mês de agosto, salvo se ocorresse alguma situação extraordinária que justificasse a sua realização. ----------

--- Relativamente ao contrato de recolha de resíduos urbanos, informou que havia decorrido uma reunião com a SUMA para análise da execução do contrato. Referiu que, apesar de a taxa média de execução das recolhas se situar abaixo dos 100%, existia atualmente um número de contentores e uma capacidade de contentorização superiores aos previstos no caderno de encargos, quer na recolha seletiva, quer na recolha indiferenciada. Acrescentou que se registava um aumento das quantidades recolhidas em diversas frações e que os serviços municipais se encontravam a avaliar juridicamente o grau de cumprimento das obrigações contratuais e a existência de eventuais incumprimentos. ----------

--- Quanto à décima alteração permutativa ao orçamento, esclareceu que o recurso a contratos de avença visava reforçar equipas em áreas onde se verificavam dificuldades de recrutamento através dos procedimentos concursais habituais, permitindo uma maior celeridade e flexibilidade na resposta às necessidades dos serviços. Relativamente ao contrato celebrado com a Sociedade de Advogados Rui Pena, Arnaut & Associados, informou que o aumento do valor contratual decorria do acréscimo do volume de processos de contencioso e do correspondente aumento da carga horária necessária para assegurar o acompanhamento jurídico, considerando que a prestação de serviços realizada pela sociedade tinha sido satisfatória. --------

--- No que respeita à Moção apresentada pela Iniciativa Liberal na Assembleia Municipal sobre a oferta de manuais escolares, referiu que o Executivo não submeteria à Câmara Municipal qualquer proposta de atribuição de livros aos alunos do ensino privado, atendendo às orientações entretanto anunciadas pelo Governo sobre essa matéria. ----------

--- Respondendo a questões colocadas pelo Vereador Miguel Correia, esclareceu que a insuficiência de cadeiras no Festival do Carrilhão resultou de constrangimentos operacionais dos serviços, situação que foi resolvida no próprio dia através da mobilização de recursos internos. ----------

--- Quanto à utilização de uma viatura destinada à recolha de monos para a recolha

de *moloks*, considerou tratar-se de uma opção operacional da entidade prestadora do serviço, admitindo que tal situação evidenciava limitações nos meios disponíveis. --- Por fim, em aditamento, informou do arranque do Sistema de Estacionamento Regulado (SER) no Concelho, referindo que os agentes de fiscalização se encontravam numa fase inicial de sensibilização dos utilizadores, seguindo-se a aplicação das normas constantes do Código da Estrada e do Regulamento Municipal aplicável. ----------

--- Deu, ainda, nota de reuniões realizadas com a Unidade Local de Saúde de Santa Maria para acompanhamento de assuntos relacionados com o Centro de Saúde da Enxara do Bispo e outras matérias da área da saúde, passando a palavra à Vereadora Liliana Faustino para informar o ponto de situação. ----------

--- DA VEREADORA LILIANA FAUSTINO: ----------

--- A Vereadora Liliana Faustino informou que o Executivo tem vindo a desenvolver as diligências necessárias para a entrada em funcionamento do novo Centro de Saúde de Enxara do Bispo-Azueira. Referiu a articulação mantida com a Unidade Local de Saúde de Santa Maria relativamente à instalação de um contentor destinado a centro de dados, integrado num projeto financiado pelo PRR, encontrando-se o Município a assegurar os trabalhos necessários para a sua colocação dentro dos prazos definidos. Informou ainda que, em reunião realizada com a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, ficou acordado que a abertura do Centro de Saúde ocorrerá no dia 26 de setembro, encontrando-se concluídos os trabalhos da infraestrutura, com alguns acertos finais em curso ao nível da sinalética e dos sistemas informáticos. Acrescentou que o Executivo tem acompanhado de forma próxima todo o processo, em articulação com os serviços municipais e com os responsáveis da área da saúde, manifestando a convicção de que a nova unidade permitirá melhorar as condições de prestação dos cuidados de saúde primários à população. ----------

--- DO VEREADOR ANTÓNIO FELGUEIRAS: ----------

--- O Vereador António Felgueiras questionou a localização prevista para a instalação do contentor destinado a centro de dados nas instalações do novo Centro de Saúde de Enxara do Bispo-Azueira. ----------

--- DA VEREADORA LILIANA FAUSTINO: ----------

--- Em resposta, a Vereadora Liliana Faustino esclareceu que o contentor destinado a centro de dados ficará localizado na área lateral do estacionamento do novo Centro de Saúde de Enxara do Bispo-Azueira. ----------

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: ----------

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

--- 10.ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026: ----------

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento da Informação Interno/2026/16894, relativa à 10.ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais de 2026, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão do Departamento Financeiro, datado de 24 de junho de 2026 (**anexo III**). ----------

--- 11.ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026: ----------

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento da Informação Interno/2026/16908, relativa à 11.ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais de 2026, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão do Departamento Financeiro, datado de 29 de junho de 2026 (**anexo IV**). ----------

--- ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento do ofício proveniente da Assembleia Municipal, com a referência AM_Saída/2026/92, de 02 de julho de 2026, acompanhado das minutas de deliberação, Moções e Voto de Pesar, cujo teor se transcreve: "*O munícipe Nuno Caloira Bernardino distinguiu-se pelo seu espírito de serviço à comunidade, dedicando grande parte da sua vida às causas do desporto, do movimento associativo e do Poder Local. Atualmente, exercia as funções de tesoureiro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ericeira e neste mandato autárquico participou como membro da Assembleia Municipal de Mafra. O seu recente falecimento, após uma prolongada luta contra a doença, constitui uma perda sentida pela comunidade, sendo recordado pela sua afabilidade, capacidade de diálogo, disponibilidade e compromisso com o bem comum, qualidades que lhe granjearam o respeito e a estima de todos quantos com ele privaram. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mafra delibera: a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Nuno Bernardino, associando-se à consternação da comunidade local e prestando-lhe uma última e justa homenagem pública; b) Apresentar as mais sentidas condolências à família enlutada; c) Guardar um minuto de silêncio em sessão de Assembleia Municipal em memória de Nuno Manuel Caloira Bernardino e em reconhecimento do serviço que prestou ao Poder Local e ao Concelho de Mafra.*", aprovados na sessão ordinária realizada no dia 30 de junho de

2026 (**anexo V**). ----------

--- II – ORDEM DO DIA: ----------

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -

--- 1. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO: ----------

--- 1.1. ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ORGANIZADAS DE SURFING NAS PRAIAS BALNEARES NO MUNICÍPIO DE MAFRA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2026/16592, elaborada a 30 de junho de 2026, pela Unidade de Turismo, sobre a qual recaíram os pareceres da Chefe da Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados de 30 de junho e 6 de julho de 2026, respetivamente, bem como o despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado a 7 de julho de 2026 (**anexo VI**). ----------

--- Fazendo uso da palavra, o **Vereador Miguel Correia** manifestou concordância com a necessidade de regulamentar a atividade das escolas em causa, referindo tratar-se de uma medida que já constava do programa eleitoral do PPD/PSD. Salientou a importância do regulamento para disciplinar a atividade de escolas itinerantes provenientes de outros Concelhos, prevenindo situações de excessiva concentração de utilizadores no espaço aquático e promovendo uma utilização mais equilibrada e ordenada daquele recurso. ----------

--- Atenta a proposta apresentada na Informação Interno/2026/16592, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, com as alíneas f), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º e com as alíneas k), qq) e uu) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e atendendo, ademais, aos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º, ambos da CRP, iniciar o procedimento referente à elaboração do Regulamento das Atividades Organizadas de Surfing nas Praias Balneares no Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na Internet, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

de requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

--- 1.2. AUDITÓRIOS MUNICIPAIS – CEDÊNCIAS (RATIFICAÇÃO): ----------

--- Presente, em anexo, Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 24 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ínsito na Informação Interno/2026/16950, elaborada a 24 de junho de 2026, na Unidade de Cultura, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Promoção e Património Cultural e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 24 de junho de 2026, bem como o Despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado na mesma data, devidamente instruída com os pedidos de cedência de Auditório Municipal (**anexo VII**). ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o referido despacho, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 24 de junho de 2026, que concordou com a Informação Interno/2026/16950, cujos fundamentos na mesma expendidos fazem parte integrante do mencionado Despacho e determinou, nos termos das disposições conjugadas no n.º 3 do artigo 35.º e das alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ceder, de modo gratuito, o Auditório da Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, ao munícipe Sérgio [redacted], no dia 21 de junho de 2026, e à professora e munícipe Ana [redacted], nos dias 1 e 8 de julho de 2026. ----------

--- <u>AUSÊNCIA DE VEREADORA</u>: ----------

--- Nesta altura, ausentou-se da sala de reuniões a Vereadora Liliana Faustino, por se considerar impedida. ----------

--- 1.3. CLUBE DESPORTIVO DA VENDA DO PINHEIRO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/16131, elaborada a 24 de junho de 2026, na Unidade de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo Social, devidamente instruída com o pedido de apoio financeiro do Clube Desportivo da Venda do Pinheiro e da respetiva Informação de Cabimento n.º 3619

(CABA/2026/517) e sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, datados de 24 de junho e 6 de julho de 2026, respetivamente, bem como o Despacho de concordância da Senhora Vereadora Liliana Faustino, exarado a 7 de julho de 2026 (**anexo VIII**). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 3.284,10 € (três mil duzentos e oitenta e quatro euros e dez cêntimos) ao Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, com vista a comparticipar a aquisição de novos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade do Núcleo de Triatlo, cuja transferência deverá ser efetivada após entrega de evidência de concretização da despesa. ----------

--- **A Vereadora Liliana Faustino não votou por se considerar impedida.** -----

--- PRESENÇA DE VEREADORA: ----------

--- A Vereadora Liliana Faustino entrou na sala onde decorria a reunião. ----------

--- 2. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE: ----------

--- 2.1. ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ SARAMAGO – MAFRA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA VISITA CULTURAL: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/17020, elaborada em 3 de julho de 2026, na Divisão de Planeamento, Coordenação e Gestão Educativa, devidamente instruída com o pedido de apoio financeiro da Escola Secundária José Saramago – Mafra, e da respetiva Informação de Cabimento n.º 3833 (CABA/2026/554) e sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Planeamento, Coordenação e Gestão Educativa e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 3 de julho de 2026, bem como o despacho de concordância da Senhora Vereadora Liliana Faustino, exarado a 6 de julho de 2026 (**anexo IX**). ----------

--- O **Vereador Nuno Carvalho** informou que o seu sentido de voto seria favorável à proposta. Contudo, alertou para a possibilidade de a atribuição do apoio criar precedentes para futuros pedidos de financiamento por parte de outros grupos ou entidades, entendendo que o Município deverá acautelar critérios que assegurem uma apreciação equilibrada destas solicitações, sem prejuízo da manutenção das

boas relações institucionais existentes com as demais entidades do Concelho. ------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto nas alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atribuir uma verba no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), à Escola Secundária José Saramago – Mafra, com vista a comparticipar as despesas associadas ao transporte inerente à realização de uma visita cultural, por parte de docentes, à Golegã e arredores, terra natal do Patrono da referida Escola. ----------

--- 2.2. CENTRO DE FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS RÓMULO DE CARVALHO (CFAERC) – ATRIBUIÇÃO DE APOIO NO ÂMBITO DO XII ENCONTRO DE FORMAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/16588, elaborada em 30 de junho de 2026, na Divisão de Planeamento, Coordenação e Gestão Educativa, instruída com a Informação de Cabimento n.º 3807 (CABA/2026/551) e sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Planeamento, Coordenação e Gestão Educativa e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 30 de junho de 2026, bem como o despacho de concordância da Senhora Vereadora Liliana Faustino, exarado a 6 de julho de 2026 (**anexo X**). ----------

--- Atentos os fundamentos plasmados na Informação supra mencionada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados das alíneas d) e m) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, atribuir ao Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC), um apoio financeiro através da aquisição de bens, no montante total de 106,95 € (cento e seis euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, destinado ao coffee-break do "XII Encontro de Formação de Pessoal Docente", bem como a disponibilização de dois exemplares do livro "O Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima e a Quinta da(s) Cerca(s)", para oferta aos palestrantes no evento. ----------

--- 2.3. CORRIDA DOS FUNDADORES 2026 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2026/16925, elaborada em 2 de julho de 2026, na Divisão de Desporto e Juventude, devidamente acompanhada com o programa da Corrida dos Fundadores e da respetiva Informação de Cabimento n.º 3820 (CABA/2026/552) e sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 3 de julho de 2026, bem como o despacho do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado a 6 de julho de 2026 (**anexo XI**). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, atribuir uma verba, no valor de 3.000,00€ (três mil euros), isentos de IVA, ao Museu do Caramulo, entidade organizadora da Corrida dos Fundadores 2026, com vista a apoiar as despesas referentes com os custos de transportes e reboques, seguros, equipa (mecânicos, assistência, comissários, secretariado e media), comunicação e produção dos materiais necessários. ----------

--- 2.4. CEDÊNCIA DE INSTALAÇÃO DESPORTIVA MUNICIPAL E APOIO FINANCEIRO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2026/16979, elaborada em 3 de julho de 2026, na Divisão de Desporto e Juventude, devidamente acompanhada com o pedido da Federação Portuguesa de Rugby e da respetiva Informação de Cabimento n.º 3821 (CABA/2026/553) e sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 3 de julho de 2026, bem como o despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado a 7 de julho de 2026 (**anexo XII**). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ceder gratuitamente a utilização do Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra à Federação Portuguesa de

Rugby, nos dias 17 e 18 de julho de 2026, para a realização do Estágio de Preparação para o Campeonato da Europa de 7's, nos termos da aludida Informação. Mais deliberou atribuir uma verba no valor de 256,96€ (duzentos e cinquenta e seis euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por forma a disponibilizar refeições aos atletas, cujo serviço ocorrerá na Escola Básica Hélia Correia. ----------

--- 2.5. ATRIBUIÇÃO DE LOUVOR DE ÂMBITO DESPORTIVO AOS LMCB – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LINCES DE MAFRA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/16990, elaborada em 3 de julho de 2026, na Divisão de Desporto e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 3 de julho de 2026, bem como o Despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado a 6 de julho de 2026 (**anexo XIII**). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, reconhecer publicamente o mérito desportivo dos LMCB – Associação Desportiva Linces de Mafra, bem como o contributo prestado ao desenvolvimento e projeção do desporto no Concelho, através da atribuição de um louvor de âmbito desportivo, nos termos da aludida Informação. ----------

--- 2.6. ATRIBUIÇÃO DE LOUVOR DE ÂMBITO DESPORTIVO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIBAMAR – GINÁSTICA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/17009, elaborada em 3 de julho de 2026, na Divisão de Desporto e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 3 de julho de 2026, bem como o Despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado a 6 de julho de 2026 (**anexo XIV**). ----------

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos

presentes, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, reconhecer publicamente o mérito desportivo da Associação de Moradores de Ribamar – Ginástica, bem como o contributo prestado ao desenvolvimento e projeção do desporto no Concelho, através da atribuição de um louvor de âmbito desportivo, nos termos da aludida Informação. ----------

--- 2.7. CONSERVATÓRIO D. JOÃO V – FIXAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS – ANO 2026/2027 – RATIFICAÇÃO: ----------

--- Presente, em anexo, Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 7 de julho de 2026, ínsito na Informação Interno/2026/17106, elaborada na mesma data, na Unidade de Juventude, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude, datado de 7 de julho de 2026, bem como o Despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado na mesma data (**anexo XV**). ----------

--- Relativamente ao assunto em apreciação, o **Presidente da Câmara Municipal** informou que, na sequência das deliberações anteriormente aprovadas relativas à atividade do Conservatório, o Município iria iniciar os procedimentos necessários ao funcionamento daquela estrutura, incluindo a receção de inscrições, a contratação de docentes e da direção pedagógica. Referiu que a proposta em apreciação visava aprovar a respetiva tabela de preços, nos termos da Informação distribuída. -------

--- O **Vereador António Felgueiras** informou que o PPD/PSD se absteria na votação, por considerar que a matéria se insere no âmbito da gestão do Executivo. Não obstante, manifestou preocupação quanto ao montante associado aos encargos com pessoal docente e não docente, questionando ainda a forma prevista para o respetivo processamento. ----------

--- O **Presidente** esclareceu que a receita resultante da atividade do Conservatório seria gerida através da Unidade da Juventude, unidade orgânica responsável pelo acompanhamento daquela valência, em articulação com os serviços financeiros do Município, aos quais caberá assegurar os procedimentos de faturação e controlo financeiro. Informou, ainda, que os encargos com a contratação dos docentes já se encontram previstos no orçamento municipal, prevendo-se a sua contratação em regime de avença. Quanto ao apoio operacional e administrativo necessário ao funcionamento do Conservatório, referiu que o mesmo será assegurado através do reforço das equipas municipais, no âmbito dos procedimentos concursais em curso para recrutamento de assistentes técnicos e assistentes operacionais. ----------

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria dos presentes, com as abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 7 de julho de 2026, que concordou com a Informação Interno/2026/17106 e determinou a aplicação da tabela de preços para ano letivo 2026/2027 no Conservatório D. João V. ----------

--- 3. DEPARTAMENTO FINANCEIRO: ----------

--- 3.1. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO PARA A "ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA (BANCAS) NO MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/15956, elaborada em 6 de julho de 2026, pela Divisão de Licenciamentos Diversos, devidamente instruída com os documentos que a ela se referem, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos, datado de 6 de julho de 2026, bem como o Despacho de concordância do Senhor Vice-Presidente, João Sousa, exarado em 7 de julho de 2026 (**anexo XVI**). ----------

--- Atenta a Informação apresentada e os respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a abertura do Procedimento de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra", de acordo com as peças procedimentais, em anexo, bem como a nomeação da Comissão do Procedimento, com a seguinte constituição: Presidente – Rita Cosme – Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos; 1.ª Vogal – Suéli Portela – Assistente Técnica a exercer funções na Divisão de Licenciamentos Diversos; 2.ª Vogal – Carla Mendonça – Técnica Superior a exercer funções no Departamento de Administração Geral e, ainda, pelos membros suplentes: 1.ª Vogal – Maria João Paulino – Coordenadora Técnica da Secção de Licenciamentos Diversos e 2.ª Vogal – Cláudia Ferrão – Técnica Superior a exercer funções no Departamento de Administração Geral. ----------

--- O **Presidente** sugeriu que os pontos 3.2.1., 3.2.2. e 3.2.3. pudessem ser analisados em conjunto, ao que não existiu oposição. ----------

--- 3.2. CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO

PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO PARA FINS PUBLICITÁRIOS, NO CONCELHO DE MAFRA: ----------

--- 3.2.1. APROVAÇÃO DO PLANO DE INSTALAÇÃO APRESENTADO PELA DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA. – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:

--- Presente, em anexo, o Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 7 de julho de 2026, ínsito na Informação Interno/2026/17204, elaborada em 6 de julho de 2026, pela Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos, Gestora do Contrato n.º 240/2026, celebrado entre o Município de Mafra e a DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA. (**anexo XVII**). ----------

--- 3.2.2. "LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO COM COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE PELO PRAZO DE DOZE ANOS" – REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, o Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 24 de junho de 2026, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais (**anexo XVIII**). ----------

--- 3.2.3. "LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO COM COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE PELO PRAZO DE DOZE ANOS" – ANÁLISE E RESPOSTA A REQUERIMENTO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, em anexo, o Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 7 de julho de 2026, que se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais (**anexo XIX**). ----------

--- A pedido do Presidente, a **Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, Cátia Sousa**, esclareceu que a proposta relativa à aprovação do plano de instalação dos novos equipamentos de mobiliário urbano decorreu da celebração do novo contrato de concessão, na sequência do procedimento concursal realizado. Referiu que, após a entrega do plano de desinstalação dos equipamentos à nova concessionária, esta apresentou o respetivo plano de instalação, o qual foi analisado por uma equipa multidisciplinar dos serviços municipais, que emitiu parecer favorável sujeito a determinadas condicionantes. Atendendo aos prazos contratuais aplicáveis, foi necessária a aprovação do referido plano por Despacho, submetido posteriormente a ratificação. Relativamente aos Despachos seguintes, informou que os mesmos se relacionaram com o processo de desinstalação dos equipamentos pela anterior concessionária. Explicou que, no acompanhamento dos trabalhos, os serviços municipais verificaram que não estavam a ser removidas as fundações e os maciços associados aos equipamentos, pelo que foi determinada a

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

notificação da concessionária para proceder à sua remoção. Acrescentou que, na sequência dessa notificação, a concessionária manifestou divergência quanto à interpretação das obrigações contratuais, defendendo que a remoção das fundações e dos maciços implicava igualmente a retirada das plataformas existentes. Após análise técnica e realização de reunião entre as partes, os serviços concluíram que poderia ser admitida a remoção integral dos elementos em causa, incluindo as plataformas, tendo sido proferido Despacho nesse sentido, igualmente submetido a ratificação por motivo de urgência. ----------

--- No uso da palavra, o **Presidente** esclareceu que as divergências surgidas no processo de desinstalação dos abrigos se prendiam essencialmente com aspetos técnicos relacionados com a distinção entre os maciços de fundação, destinados à fixação dos equipamentos, e as plataformas existentes em alguns locais. Referiu que estas plataformas, cuja configuração varia consoante as características dos abrigos, visam, em determinados casos, assegurar a drenagem de águas pluviais e facilitar o acesso dos utilizadores ao transporte público, tendo sido essa a matéria objeto de diferentes interpretações entre a concessionária cessante e a nova concessionária. -

--- O **Vereador Miguel Correia** referiu que, embora a informação disponibilizada descrevesse detalhadamente o procedimento em causa, não fazia referência a anteriores atos de revogação ocorridos no âmbito do processo, entendendo que essa informação deveria igualmente constar do historial apresentado. Manifestou, ainda, algumas reservas quanto às divergências verificadas entre as diferentes orientações e informações prestadas relativamente aos trabalhos de desinstalação dos equipamentos, designadamente no que respeita à remoção de fundações, maciços e plataformas, considerando que as diferentes interpretações transmitidas pelos serviços poderiam suscitar dúvidas quanto às obrigações da concessionária e gerar eventuais encargos adicionais ou litígios. Referiu, por outro lado, compreender a decisão de evitar intervenções na Vila de Mafra durante o período de realização do Festival do Pão, atendendo ao elevado fluxo de pessoas. Contudo, questionou a opção de apenas iniciar a instalação dos novos equipamentos após o evento, observando que, de acordo com a cronologia apresentada, já existia um número significativo de abrigos desinstalados em data anterior, o que, no seu entendimento, poderia ter permitido o início dos trabalhos noutras zonas do Concelho sem impacto

no evento. Concluiu informando que, face às dúvidas suscitadas quanto ao processo, o sentido de voto seria de abstenção. ----------

--- Usando da palavra, o **Vereador Nuno Carvalho** observou que, de acordo com a informação disponibilizada, apenas se encontrava prevista a instalação de três novos abrigos pela concessionária, dois em locais onde não existiam anteriormente e um resultante da sua relocalização. Referiu que subsistem diversas paragens de transporte público sem abrigo no Concelho, considerando que deverá ser ponderada, no futuro, a possibilidade de ampliar a cobertura destes equipamentos a outras localizações que deles careçam. ----------

--- Respondendo às intervenções, o **Presidente** reconheceu a necessidade de reforçar a cobertura de abrigos de transporte público no Concelho, referindo que o procedimento concursal lançado teve por objetivo essencial a substituição dos equipamentos existentes e não contemplou o crescimento entretanto registado no território. Indicou que, após a concretização das obrigações previstas no contrato em vigor, deverão ser avaliadas novas necessidades e ponderada a instalação de abrigos adicionais em outras localizações. Relativamente às questões suscitadas sobre o calendário de instalação dos novos equipamentos, esclareceu que a definição das prioridades de intervenção resultou de opções operacionais adotadas pelo Município e pela concessionária, tendo sido entendido não realizar trabalhos na Vila de Mafra durante o período do Festival do Pão. Acrescentou que o contrato cessante apenas previa a remoção dos equipamentos no prazo fixado, sem estabelecer prioridades geográficas para a respetiva desinstalação, encontrando-se igualmente definidos os prazos contratuais para apresentação e execução do plano de instalação dos novos abrigos. ----------

--- Tomando, novamente, a palavra, o **Vereador Miguel Correia** observou que o plano de instalação dos novos equipamentos tinha sido entregue pela concessionária em 23 de junho e que, em 2 de julho, já se encontravam desinstalados 115 abrigos, facto confirmado pelos serviços municipais. Neste contexto, questionou a razão pela qual não se iniciou de imediato a instalação dos novos equipamentos nas restantes localidades do Concelho, aguardando-se pelo término do Festival do Pão. Referiu compreender a opção de não realizar trabalhos na Vila de Mafra durante o evento, mas considerou que os mesmos poderiam ter sido iniciados noutras zonas do Concelho onde a desinstalação já se encontrava concluída. ----------

--- 3.2. CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO PARA FINS

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

PUBLICITÁRIOS, NO CONCELHO DE MAFRA: ----------

--- 3.2.1. APROVAÇÃO DO PLANO DE INSTALAÇÃO APRESENTADO PELA DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA. – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria dos presentes, com as abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 7 de julho de 2026, que concordou com a informação Interno/2026/17204, cujos fundamentos de facto e de direito na mesma expendidos fazem parte integrante do mencionado despacho e determinou, de acordo com o ponto 2. do Artigo 13.º do Caderno de Encargos que integrou o Procedimento de "Concessão do direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra", aprovar o Plano de Instalação apresentado pela DREAMMEDIA, MOBILIÁRIO URBANO, LDA., com as condicionantes identificadas pela Equipa Multidisciplinar, constantes na Informação Interno/2026/17176, em anexo à Informação Interno/2026/17204 e que os trabalhos de instalação do Mobiliário Urbano se iniciem no dia 13 de julho de 2026. ----------

--- 3.2.2. "LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO COM COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE PELO PRAZO DE DOZE ANOS" – REMOÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria dos presentes, com as abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 24 de junho de 2026, que determinou: ----------

--- *"à luz do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º, conjugado com as alíneas e) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que a J.C. Decaux e, ou quem atue por sua conta, se abstenha, a partir da presente data, de continuar a remover o mobiliário urbano sem a remoção, também obrigatória, das fundações e maciços, conforme informação em anexo ao Relatório da Gestora de Contrato, nos termos das*

obrigações definidas pelo artigo 23.º do Caderno de Encargos, sob pena de aplicação de sanção pecuniária de 20% do preço contratual do serviço, prevista no artigo 24.º do referido Caderno de Encargos, sem prejuízo de responsabilidade civil, caso incumpram a remoção integral de todos os maciços de betão, fundações e demais elementos remanescentes no subsolo associados ao material urbano e abrigos já desmontados, assegurando a reposição integral dos locais nas condições originais de segurança, pavimentação e utilização, em estrito cumprimento das obrigações contratuais assumidas"; ----------

--- "*A dispensa de audiência prévia por esta ser suscetível de comprometer a execução e a utilidade da decisão, justificando-se a sua dispensa ao abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alínea a) e c), do Código do Procedimento Administrativo, conforme expendido no considerando 19; Que a J.C. Decaux seja notificada de que, nos termos do artigo 149.º n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, em vigor atento o artigo 6 deste mesmo diploma, "o cumprimento das obrigações e o respeito pelas limitações que derivem de um ato administrativo podem ser impostos coercivamente pela Administração sem recurso prévio aos tribunais, desde que a imposição seja feita pelas formas e nos termos previstos no presente Código ou admitidos por lei*"; ----------

--- "*Que a J.C. Decaux seja notificada de que o não acatamento da presente ordem constituirá a mesma na prática eventual do crime de desobediência, nos termos do artigo 348.º, n.º 1, alínea b) do Código Penal, na sua redação atual, punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias se, na ausência de disposição legal, a autoridade ou o funcionário fizerem a correspondente cominação*"; ----------

--- "*Que, à luz do artigo 2.º, n.º 2 da Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, seja solicitada a colaboração da Guarda Nacional Republicana, para que, com o Serviço de Polícia Municipal, possa promover a notificação da presente ordem e assegurar o seu efetivo cumprimento.*" ----------

--- 3.2.3. "LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO COM COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE PELO PRAZO DE DOZE ANOS" – ANÁLISE E RESPOSTA A REQUERIMENTO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria dos presentes, com as abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, ao abrigo do disposto n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho proferido

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 7 de julho de 2026, que determinou: ----------

--- *"à luz do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º conjugado com as alíneas ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, manter o teor do meu Despacho de 23.06.2026, nomeadamente:* ----------

--- ***a)*** *A ordem dada à J.C. Decaux e, ou quem atue por sua conta, para assegurar a reposição integral dos locais nas condições originais de segurança, pavimentação e utilização, em estrito cumprimento das obrigações contratuais assumidas no Contrato n.º 2/2012 e resultantes do artigo 23.º do respetivo Caderno de Encargos, esclarecendo-se, neste âmbito, que de acordo com as informações dos serviços técnicos, em anexo ao presente Despacho, se admite a remoção total dos equipamentos, incluindo das plataformas;* ----------

--- ***b)*** *A dispensa de audiência prévia, ao abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alínea a) e c), do Código do Procedimento Administrativo, por se manterem os fundamentos expendidos no referido Despacho, sublinhando-se, ademais, a resposta remetida pela J.C. Decaux, bem como a reunião subsequentemente realizada com a mesma entidade a pedido da mesma, no dia 30/06/2026 e a admissibilidade da remoção total dos equipamentos, incluindo das plataformas, evitando-se delongas injustificadas no procedimento de desinstalação; - "admitir o alargamento do prazo para a execução dos trabalhos de remoção e desinstalação dos equipamentos, até ao dia 17/07/2026."* ----------

--- 3.3. CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA PARA O ANO 2026 – SECÇÃO DE ATENDIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/16545, elaborada na Divisão de Gestão Financeira, em 29 de junho de 2026, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira, datada de 29 de junho de 2026, bem como da Diretora do Departamento Financeiro, datado de 2 de julho de 2026 (**anexo XX**). ----------

--- Considerando a fundamentação constante na Informação em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal

deliberou, por unanimidade dos presentes, atento o artigo 50.º e seguintes da Norma de Controlo Interno, aprovar a proposta de Constituição de Fundo de Caixa para o ano de 2026, para a Secção de Atendimento, no valor total de 75,00€ (setenta e cinco euros), devendo a reposição do fundo ocorrer, junto da Tesouraria, até ao último dia útil do ano. ----------

--- 3.4. CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA A), N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CCP, PARA A CONTRATUALIZAÇÃO DE "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE MAFRA" – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: ----------

--- Presente, em anexo, Despacho de encaminhamento à reunião de Câmara do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, exarado a 7 (sete) de julho do ano em curso, ínsito na Informação Interno/2026/17221, elaborada pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, tendo como anexos o relatório preliminar e os relatórios finais do júri do procedimento, sobre a qual recaíram o parecer de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira, em suplência da Diretora do Departamento Financeiro, datado de 7 (sete) de julho de 2026 (**anexo XXI**). ------

--- No uso da palavra, o **Vereador Miguel Correia** questionou se a matéria em apreciação se encontrava relacionada com o contrato anteriormente referido, cujo prazo de vigência havia sido prorrogado até agosto, pretendendo confirmar se o procedimento em curso visava assegurar a solução contratual para o futuro. -------

--- Respondendo, o **Presidente** confirmou que aquela era já a contratação da prestação de serviços. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados da alínea f), n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, com a alínea b), n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f), n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação repristinada pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 30 de março, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e proposta vertida no Relatório Final do júri do procedimento, adjudicar à concorrente classificada em primeiro lugar, a entidade FINE FACILITY SERVICES, LDA (NIPC: 509 418 627) a "Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra", pelo montante total global de 1.590.038,98€ (um milhão quinhentos e noventa mil e trinta e oito euros e

noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde, para o primeiro ano, um valor de 519.371,86€ (quinhentos e dezanove mil trezentos e setenta e um euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e, para o segundo e terceiro anos, um valor anual de 535.333,56€ (quinhentos e trinta e cinco mil trezentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como a aprovação da minuta do contrato em apreço. ----------

--- 4. <u>DEPARTAMENTO DE URBANISMO</u>: ----------

--- 4.1. P1241/2026 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – GRUPO DESPORTIVO UNIÃO ERICEIRENSE: ----------

--- Presente o pedido do Grupo Desportivo União Ericeirense, para isenção de taxas devidas pela realização de operação urbanística para a legalização de Edifício de Instalações Desportivas, na Rua do Mirante, na Vila e Sede de Freguesia da Ericeira.

--- Atento ao teor do pedido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, deferir o pedido de isenção do pagamento de taxas devidas pela realização da operação urbanística acima referida, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento da Tabela de Taxas em vigor no Município. ----------

--- 4.2. P2404/2026 – COMUNICAÇÃO DE OBRAS NA VIA PÚBLICA – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: ----------

--- Presente, para ratificação, o Despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, em 2026/07/03, através do qual foi emitido parecer favorável à comunicação de obras na via pública, formulado pela Lisboagás GDL – Soc. Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. ----------

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e atento o teor do pedido apresentado e as informações prestadas pelos serviços, ratificar o Despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 3 de julho de 2026, através do qual foi emitido parecer favorável à comunicação de obras na via pública na Avenida 9 de Julho, na localidade de Venda do Pinheiro, da União das Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, destinadas a infraestruturas de gás. ----------

--- 5. <u>DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO</u>

TERRITORIAL: ----------

--- 5.1. FICHAS DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, EDIFÍCIOS EM ESTADO DE RUÍNA: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/16714, elaborada na Divisão de Reabilitação Urbana, em 1 de julho de 2026, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere (**anexo XXII**). ----------

--- Atenta a Informação prestada e a documentação anexa, que se dão por integralmente reproduzidas, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, concordar com o estado de conservação proposto para os imóveis identificados, no seguimento das vistorias realizadas pela comissão de vistoriais, e de acordo com as Fichas de Avaliação do Nível de Conservação de Edifícios em anexo, avaliadas e confirmadas nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, na sua redação atual. ---------

--- 6. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE:

--- 6.1. REGULAMENTO DAS HORTAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO E PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL: ----------

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2026/16750, elaborada em 30 de junho de 2026, na Divisão de Ambiente, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Ambiente e do Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, ambos datados de 1 de julho de 2026, bem como o despacho de concordância do Senhor Vice-Presidente, João Sousa, exarado em 2 de julho de 2026 (**anexo XXIII**). ----------

--- Apresentando o assunto em apreciação, o **Vice-Presidente, João Sousa,** informou que a proposta visava dar início ao procedimento de elaboração do regulamento das hortas comunitárias, no âmbito do projeto Mafra Circular, financiado pelo programa Lisboa 2030, com um investimento global de 294.286,00€. Referiu que o projeto tem como objetivo promover a agricultura em meio urbano, incentivar práticas agrícolas tradicionais e fomentar a produção de produtos biológicos. Acrescentou que, para a implementação do projeto-piloto, foi identificada uma parcela com cerca de 900 m² na Quinta das Pevides, prevendo-se a criação de pequenos talhões, com aproximadamente 10 m² cada, destinados aos futuros utilizadores das hortas comunitárias. ----------

--- Atentos os fundamentos plasmados na Informação apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo das disposições conjugadas do

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, com as alíneas e), f), g), h), k), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas k), u), ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dar início ao procedimento de elaboração do Regulamento das Hortas Urbanas do Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na Internet, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra. ----------

--- 7. DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE: ----------

--- 7.1. ALTERAÇÕES NA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EFETUADAS DURANTE O SEGUNDO TRIMESTRE DO ANO DE 2026: ----------

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2026/16848, elaborada em 2 de julho de 2026, na Divisão de Segurança e Mobilidade, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe da Divisão de Segurança e Mobilidade, datada de 2 de julho de 2026, bem como o despacho de concordância do Sr. Vice-Presidente João Sousa, exarado a 3 de julho de 2026 (**anexo XXIV**). ----------

--- Considerando a Informação prestada e os documentos anexos, que se dão como integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e considerando que se procedeu, durante o segundo trimestre do ano de 2026, a alterações na sinalização de trânsito, com o objetivo de melhorar as condições de segurança viárias e pedonais em diversos arruamentos, cruzamentos e entroncamentos no Concelho de Mafra, em conformidade com as plantas de localização identificadas pelos n.os 38 a 74, anexas à referida Informação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e dos n.os 2 e 3 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, dar parecer favorável às alterações de sinalização de trânsito efetuadas durante o segundo trimestre de 2026, supra identificadas, remetendo-as à aprovação da Assembleia Municipal. ----------

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: ------

ATA DA REUNIÃO DE 10.07.2026

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara decidiu, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. ----------

--- ENCERRAMENTO: ----------

--- Quando eram onze horas e quarenta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Cátia Alexandra Gomes de Sousa, Licenciada em Direito, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, em suplência da Diretora do Departamento de Administração Geral, redigi e subscrevo. ----------

---------- _____ ----------

---------- Cátia Sousa. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2025/11/07, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 3 a 30 de junho 2026.

Mafra, 2 de julho de 2026

O Presidente da Câmara

(Hugo Moreira Luis)

Anexo I

Processo	Tipo Req	Requerimento	Data Aceitação	Decisão	Data Decisão	Descrição	Local Obra	Requerente
P332/2026	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	R779/2026	21/01/2026	Aprovar	03/06/2026	Legalização de alpendre	Estrada dos Fortes, n.º 25 - Bracial - Santo Isidoro	Ana Cristina Rodrigues de Almeida
OP-358/2022	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R9494/2024	27/11/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	LARGO DOMINGOS FERNANDES - ERICEIRA	Ana Isabel da Silva Casado
P372/2023	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R9534/2024	28/11/2024	Declarar a Caducidade	17/06/2026	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE MORADIA	Beco das Casas Novas, n.º 23 - Louriceira - U. F. de Igreja Nova e Cheleiros	ANDRÉ ISAAC INÁCIO AMARO
OP-206/1980	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP)	01-206/80	01/04/1980	Arquivar	11/06/2026	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA	LAMARÃO - MALVEIRA - U. F. DE MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	AVELINO TOMÁS BENTO
OP-416/2021	ALTERAÇÕES	R11121/2025	28/11/2025	Deferir	09/06/2026	ANEXO PARA GARAGEM E CHURRASQUEIRA	RUA MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, N.º 34 - U. F. DE MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE
OP-316/2015	ALTERAÇÕES	R5341/2026	28/05/2026	Deferir	25/06/2026	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS	ESTRADA MUNICIPAL DA ABRUNHEIRA, N.º 1670 - ABRUNHEIRA - U. F. DE MALVEIRA E SÃO MIGUEL DE ALCAINÇA	CARLA DE JESUS JORGE SIMOES
P151/2024	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R7169/2024	13/09/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	REABILITAÇÃO DE RUÍNA DE MORADIA UNIFAMILIAR	Rua das Fontainhas, n.º 17 - Quintal - Mafra	Carlos André Viegas Peixoto
P422/2024	ALTERAÇÕES	R2823/2026	16/03/2026	Aprovar	09/06/2026	Construção de habitação unifamiliar e telheiro	Rua do Outeiro, n.º 23 - Casal do Outeiro - Mafra	CARLOS LEONEL MARTINS TEIXEIRA
RO-1/2011	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP)	132/2011	06/01/2011	Arquivar	11/06/2026	ATERRO-NIVELAMENTO DE TERRENO	RUA DO GOMES - LIMITES DAS QUINTAS - U. F. DE VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS	CARLOS MANUEL DA SILVA MARCHANTE
P533/2026	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	R1194/2026	02/02/2026	Inviabilizar	17/06/2026	Viabilidade para construção de habitação multifamiliar e permuta de áreas entre domínio público e privado	Estrada de Almada - Mafra	CMTD - Estruturas Metálicas, Unipessoal, Lda.
P2158/2026	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	R4848/2026	11/05/2026	Inviabilizar	09/06/2026	Pedido de informação prévia para construção de condomínio com 11 habitações unifamiliares e muros.	Estrada dos Moinhos - Pucariça - Santo Isidoro	DANIEL ALVES BENTO DOS REIS
P4096/2025	PROJETO DE ARQUITETURA	R10785/2025	20/11/2025	Aprovar	17/06/2026	Reconstrução e alteração de habitação unifamiliar, muros e destaque	Rua Dr. Carlos Galrão, n.º 29 - Mafra	Emerson Alexandre Dias
P697/2025	COMUNICAÇÃO DE INICIO DE OBRAS SUJEITAS A CONTROLO PRÉVIO	R10258/2025	06/11/2025	Declarar a Caducidade	11/06/2026	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	Rua Dr. António Bento, n.º 8 - Ericeira	ENREDO PITORESCO, LDA
OP-369/2021	EMISSAO DO TÍTULO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA	R1141/2025	06/02/2025	Declarar a Caducidade	09/06/2026	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO PARA GARAGEM E ARRUMOS	RUA DO POÇO NOVO, N.º 24 - BALEIA - CARVOEIRA	EYNAT PRESSBURGER GOREN
OP-605/2021	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R3454/2024	29/04/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO BIFAMILIAR E DESTAQUE	Rua das Acácias, n.º 29 - Outeirinho - Ericeira	Ferreira & Pereira da Silva S.A.
P1422/2025	PROJETO DE ARQUITETURA	R4680/2025	03/06/2025	Aprovar	03/06/2026	Construção de habitação unifamiliar	Largo da Escola Velha, n.º 9 - Quintal - Mafra	Francisco Miguel Caracol Medinas
P1378/2026	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	R2991/2026	19/03/2026	Inviabilizar	25/06/2026	Pedido de Informação Prévia para Construção de Duas Moradias Bifamiliares com Destaque de Parcela de terreno.	Rua Forte do Zambujal - Zambujal - Mafra	HÉLDER ANTONIO GUERRA DE SOUSA SILVA
OP-336/2022	ALTERAÇÕES	R2987/2026	19/03/2026	Deferir	18/06/2026	EDIFICIO MULTIFAMILIAR COM GARAGEM E ARRUMOS E MUROS	Travessa Mar à Vista, n.ºs 21, 23, 25, 27, 29 - Ericeira	INÊSMAR - CONST., LDA
P3166/2025	PROJETO DE ARQUITETURA	R8736/2025	30/09/2025	Aprovar	03/06/2026	Ampliação e Alteração de uso de arrumos para habitação.	Rua do Norte - Ericeira	INÊSMAR - CONST., LDA
P4530/2025	PROJETO DE ARQUITETURA	R11879/2025	30/12/2025	Aprovar	18/06/2026	Construção de habitação unifamiliar	Estrada de Carcavelos, n.º 3 - Barro - Santo Isidoro	JOÃO FILIPE BATALHA
OP-5/2019	EMISSAO DO TÍTULO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA	R6665/2024	22/08/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS	RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, N.º 40 (LOTE 1) - ERICEIRA	JOÃO RICARDO RIBEIRO FERREIRA
OP-256/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	4544/2019	14/06/2019	Indeferir	03/06/2026	ANEXO AGRÍCOLA DESTINADO A GARAGEM PARA TRATOR E ARRUMOS	RUA DA BRISA - VALE DO CASAL - MILHARADO	JOÃO TIAGO RIBAS MARTINS
OP-38/2022	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R4327/2024	29/05/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	EDIFICIO MULTIFAMILIAR	TRAVESSA DO PAÇO, N.ºS 2, 2-A - ERICEIRA	JORGE GONÇALO CASADO FERREIRA
P4346/2025	PROJETO DE ARQUITETURA	R11380/2025	09/12/2025	Aprovar	18/06/2026	Construção de Habitação Unifamiliar	Azenha do Paço - Mafra Gare - igreja Nova - U. F. de Igreja Nova e Cheleiros	José António Monteiro Bourdain

P444/2023	PROJETO DE ARQUITETURA	R1078/2023	07/07/2023	Declarar a Caducidade	09/06/2026	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM, ARRECADAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DE CHURRASQUEIRA	Beco do Sol, n.º 1 - Joinal - Encarnação	Maria Emília Antunes Gorjão Tomás
OP-437/2021	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	1878/2023	06/03/2023	Deferir	18/06/2026	ANEXO PARA ARRUMOS	Rua Principal, n.º 24 - Caneira Velha - Azueira - U. F. de Azueira e Sobral da Abelheira	NUNO ALEXANDRE ESTEVES DA SILVA
P4067/2025	INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS	R10731/2025	19/11/2025	Inviabilizar	17/06/2026	Pedido de Viabilidade para Construção de Condomínio Habitacional.	Limites da Pedra Alta - Carapinheira - U. F. de Igreja Nova e Cheleiros	Paulo David Imóveis Unipessoal Lda
P53/2023	PRORROGAÇAO DE PRAZO PARA EXECUTAR AS OBRAS	R2780/2026	13/03/2026	Declarar a Caducidade	11/06/2026	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	Casal de Barreiros, n.º 2 - Charneca - U. F. de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	Paulo Renato Cardoso Figueiredo
OP-160/2021	EMISSAO DO TÍTULO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA	R2258/2025	13/03/2025	Declarar a Caducidade	09/06/2026	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	RUA VINHA DO BALANCO, N.º 6 (LOTE-5) - VILÃS - Mafra	RICARDO NUNES DA CUNHA
P1509/2023	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R9449/2024	26/11/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	Rua do Alto da Portela, n.º 2 - Barril - Encarnação	Rita Daniela Antunes Alves
OP-113/2021	ALTERAÇÕES	R3158/2026	24/03/2026	Deferir	25/06/2026	EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR	Rua Florêncio José Canas, n.º 14 - Malveira - U. F. de Malveira e São Miguel de Alcainça	RUBRICA EXÍMIA - IMÓVEIS, LDA
P1614/2023	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R7403/2024	23/09/2024	Declarar a Caducidade	09/06/2026	OBRAS DE ALTERAÇÃO E PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE USO EM EDIFICAÇÃO EXISTENTE	RUA DA TAPADA, N.º 5 - JUNQUEIROS - SANTO ISIDORO	RUI PEDRO ALPALHÃO FARINHA
OP-387/2019	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	1808/2023	03/03/2023	Declarar a Caducidade	09/06/2026	HABITAÇÃO BIFAMILIAR E ARRUMOS	RUA DAS EIRAS, N.º 5 - BARRIL - ENCARNAÇÃO	SANDRA ALVES GALIZA
OP-63/2023	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	R9323/2024	22/11/2024	Declarar a Caducidade	17/06/2026	HABITAÇÃO BIFAMILIAR, GARAGEM,PISCINAS E MUROS DE VEDAÇÃO	Rua do Catraio, n.º 2 - Outeirinho - Ericeira	Ultramarino Sociedade de Construções, Lda

REUNIÃO DE CÂMARA 10-07-2026

Eventos realizados

- Inauguração de exposição temporária de cerâmica (26 de junho, Centro de Interpretação Barro de Mafra);
- À conversa com... Fernando Dacosta, com a moderação de Inês Pedrosa (26 de junho, Biblioteca Municipal da Ericeira).
- Oficina de adufe e canto tradicional, por Rosa Gonçalves (27 de junho, Biblioteca Municipal da Malveira);
- Circuito de Skate de Mafra (27 de junho, Skatepark da Ericeira);
- Torneio de Voleibol (27 de junho, Pavilhão do Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- Sessão cultural do ICEA: "Migrações Humanas" - "XXV Curso de Verão da Ericeira" – 1.ª Sessão (27 de junho, Auditório Municipal de Santa Marta, Ericeira);
- TARDES NO MUSEU: Vamos Ver os Robertos (27 de junho, Centro Cultural da Malveira | Museu Popular Beatriz Costa);
- Festival Internacional de Carrilhão - Integrado no Congresso Mundial de Carrilhão (27 de junho, Claustro Sul do Real Edifício de Mafra);
- Ouvir na Biblioteca: serão de contos tradicionais, por António Fontinha (27 de junho, Biblioteca Municipal de Mafra);
- Torneio de Ténis (28 de junho, Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- A Milha da Ericeira (28 de junho, Praia dos Pescadores, Ericeira);
- Música e marionetas para bebés: "Conchas" (28 de junho, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Festival Internacional de Carrilhão - Integrado no Congresso Mundial de Carrilhão (28 de junho, Claustro Sul do Real Edifício de Mafra);
- Congresso Mundial de Carrilhão - Concerto de Encerramento (28 de junho, Largo General Humberto Delgado, Mafra);
- CINEMAFRA | "Os Domingos", de Alauda Ruiz de Azúa (29 de junho, Auditório Municipal Beatriz Costa, Mafra);

Anexo II

- Férias (Cri)Ativas no verão (29 de junho a 24 de julho, Parque Desportivo Municipal de Mafra/ Escola Básica Hélia Correia e Parque Ecológico e Intermodal da Venda do Pinheiro/ Pavilhão Desportivo Municipal da Venda do Pinheiro);
- Música Coral para Todos - intérpretes: Capella de S. Vicente; Pedro Rodrigues, direção (1 de julho, Auditório Municipal Beatriz Costa, Mafra);
- Teatro "Melodramas e Tragédias" - Associação Meleca – Núcleo Profissional de Teatro (2 de julho, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Futebol Americano | Camp Gridiron (3 a 5 de julho, Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- Festival do Pão de Mafra (3 a 12 de julho, Jardim do Cerco, Mafra);
- Teatro "Melodramas e Tragédias" - Associação Meleca – Núcleo Profissional de Teatro (3 e 4 de julho, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Sessão cultural do ICEA: "Migrações Humanas" - XXV Curso de Verão da Ericeira | Sessão II (4 de julho, Auditório Municipal de Santa Marta, Ericeira);
- Música para bebés (5 de julho, Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra);
- Concerto de Carrilhão - Carrilhanista: Abel Chaves (5 de julho, Terreiro D. João V, Mafra);
- Workshop "Barro gravado" (6, 7, 8, 9 e 10 de julho, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Workshop de gravura em metal (7, 8, 9 e 10 de julho, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra).

Próximos eventos

- Ciclo de Santo André (10 de julho, 21h00, Igreja de Santo André, Mafra);
- Teatro "As Pessoas" - Colectivo A TRIBO (10 de julho, 21h30; 11 de julho, 17h30 e 21h30; 12 de julho, 21h30, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Sessão cultural do ICEA: "Migrações Humanas" - XXV Curso de Verão da Ericeira | Sessão III (11 de julho, 15h00-18h00, Auditório Municipal de Santa Marta, Ericeira);
- Concerto de Carrilhão por Abel Chaves (12 e 19 e 26 de julho, 17h00, Terreiro D. João V, Mafra);
- Atelier de cerâmica para crianças (14 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Workshop de pintura com aguarela (14, 15, 16 e 17 de julho, 10h30-12h30, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Oficina de bordado criativo "Bordar na Aldeia" (14 de julho, 14h30, Centro Cultural da Malveira - Museu Popular Beatriz Costa);
- Workshop de linóleo "fanzine" (14, 15, 16 e 17 de julho, 14h30-17h30, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);

- Atelier de cerâmica para crianças (15 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Atelier de cerâmica para crianças (16 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Oficina de bordado "Arre Burrinho" (16 de julho, 14h30, Centro Cultural da Malveira - Museu Popular Beatriz Costa);
- Concerto em honra de N. Sra. do Monte Carmo - intérpretes: Francisco Antunes (acordeão) e Pedro Ávila (saxofone) (16 de julho, 21h30, Capela de N.ª Sra. do Monte Carmo, Venda do Pinheiro);
- Animação de Verão | LST - Lisboa String Trio com Sofia Vitória - Canções Concretas e Outras Histórias (16 de julho, 22h00, Largo do Pelourinho, Ericeira);
- Portuguese Surf Film Festival – "15 anos - 15 dias" (17 a 31 de julho, Ericeira e Mafra);
- Atelier de cerâmica para crianças (17 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Abertura da exposição de rua "Portuguese Surf Film Festival" (17 de julho a 2 de agosto, 15h00, Rua Dr. Eduardo Burnay, Ericeira);
- Abertura da exposição "Ocean Art" (17 a 26 de julho, 19h30, Galeria Municipal Orlando Morais, Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, Ericeira);
- Festival de Natação (18 de julho, 09h00 às 13h00, todas as Piscinas Municipais);
- Sessão de arteterapia (18 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- A Mala Mágica de Histórias: O Ursinho do coração, de Frances Stickley e Lucy Fleming (18 de julho, 11h00, Biblioteca Municipal da Venda do Pinheiro);
- TARDES NO MUSEU: Trazer a Música que nos trouxe (18 de julho, 15h30, Centro Cultural da Malveira - Museu Popular Beatriz Costa);
- Atelier de ilustração: Penso, logo ilustro, por Rita Ponciano (18 de julho, 15h30, Biblioteca Municipal da Ericeira);
- Animação de Verão | Fado Crioulo - intérpretes: Joana Amendoeira com Fred Martins
- (18 de julho, 22h00, Jardim da Alameda da Escola das Armas, Mafra);
- Campeonato Nacional OCR100 - Federação Portuguesa de Pentatlo (19 de julho, 09h00 às 13h00, Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- Atelier "estampar tudo e mais não sei o quê" (21 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Animação de Verão | Travessia – Do Fado à Bossa (21 de julho, 22h00, Fonte do Cabo, Ericeira);

- Atelier "estampar tudo e mais não sei o quê" (22 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Atelier "estampar tudo e mais não sei o quê" (23 de julho, 10h30-12h30, Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Animação de Verão | Terra Quente (23 de julho, 22h00, Furnas, Ericeira);
- Atelier "Estampar tudo e mais não sei o quê" (24 de julho, 10h30-12h30 | Mafra | Complexo Cultural Quinta da Raposa, Mafra);
- Circuito de Skate de Mafra (25 de julho, todo o dia, Skatepark de Mafra, Parque Desportivo Municipal de Mafra);
- Atelier para famílias: O Mundo das Ideias – construção de marcadores de livros (25 de julho, 11h00 | Malveira | Biblioteca Municipal da Malveira);
- Hora do conto e oficina de ilustração: Histórias com Bicho – O Senhor Veado, por Ana Meireles e Olga Neves (25 de julho, 15h30, Biblioteca Municipal da Ericeira);
- TARDES NO MUSEU: Vamos Ver os Robertos (25 de julho, 16h00, Centro Cultural da Malveira - Museu Popular Beatriz Costa);
- Noite de Contos na Aldeia (25 de julho, 21h30, Aldeia da Mata Pequena);
- Animação de Verão | Guitarra Portuguesa e Orquestra de Cordas - intérpretes: Sinfonietta de Lisboa e Guitarrista Paulo Soares (25 de julho, 22h00, Jardim da Alameda da Escola das Armas, Mafra).

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER	**DESPACHO**
Concordo com a informação dos Serviços. Submeto para despacho Superior 24/06/2026 A Chefe de Divisão	À reunião para Conhecimento. 24/06/2026 O Presidente da Câmara, (Hugo Manuel Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16894

ASSUNTO: 10.ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais de 2026

Considerando que:

- O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, "integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto-Lei, e que dele fazem parte integrante";

- A Norma 26 (NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental) tem como objetivo regular a contabilidade orçamental;

Anexo III

- No âmbito da Norma 26 "as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial";

- Se verifica o cumprimento do equilíbrio orçamental, que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, conforme quadro infra:

Unidade: Euro

(1) Receita Corrente Bruta	103 567 533
(2) Despesas Correntes	93 171 380
(3) Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6 224 732
(1) - (2) - (3) Saldo	4 171 421

- Considerando que a presente alteração orçamental procede à modificação da composição do orçamento da despesa, mantendo o seu montante global, conforme se demonstra no quadro seguinte, a presente alteração é do tipo permutativa;

- A alteração orçamental contempla:
  - Apoio à Condignitatis - Construção da Casa das Janelas Grandes;
  - Adenda ao contrato de consultoria jurídica com RUI PENA, ARNAUT & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, R;
  - Avenças de professores de música e Proteção Civil;
  - Compensação concessionário Praia Algodio (despesas com nadadores salvadores).

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços no valor de 313.090,00€ (trezentos e treze mil e noventa euros) e diminuições do mesmo valor.

Unidade: Euro

Designação	Dotação Anterior à Alteração	Reforços	Diminuições	Dotação Após Alteração
Despesas Com o Pessoal	33 611 130	158 040	0	33 769 170
Aquisição de Bens e Serviços	42 192 705	43 050	213 090	42 022 665
Juros e Outros Encargos	1 708 955	0	0	1 708 955
Transferências Correntes	11 933 990	0	0	11 933 990
Subsídios	400 010	0	0	400 010
Outras Despesas Correntes	3 324 590	12 000	0	3 336 590
Aquisição de Bens de Capital	76 216 289	0	100 000	76 116 289
Transferências de Capital	1 923 000	100 000	0	2 023 000
Ativos Financeiros	15	0	0	15
Passivos Financeiros	5 519 100	0	0	5 519 100
Outras Despesas de Capital	11 241 310	0	0	11 241 310
Total	**188 071 094**	**313 090**	**313 090**	**188 071 094**

Face ao exposto, proponho, o projeto da 10.ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais do corrente ano.

À consideração superior,

Mafra, 24 de junho de 2026

O Dirigente da Unidade de Estudos e Planeamento

(Francisco Oliveira Martins)

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Permutativa n.º 10

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Económica							Reforços	Anulações	
01					ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA					
0102					CÂMARA MUNICIPAL					
0102	01				Despesas com o pessoal					
0102	0101				Remunerações certas e permanentes					
0102	010107				Pessoal em regime de tarefa ou avença	000	572.530,00	151.540,00	0,00	724.070,00
0102	0102				Abonos variáveis ou eventuais					
0102	010213				Outros suplementos e prémios					
0102	01021303				Senhas de Presença	000	7.410,00	6.500,00	0,00	13.910,00
0102	02				Aquisição de bens e serviços					
0102	0202				Aquisição de serviços					
0102	020201				Encargos das instalações					
0102	02020102				Eletricidade					
0102	0202010202				Iluminação Pública	000	1.200.000,00	0,00	30.000,00	1.170.000,00
0102	020214				Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	000	229.805,00	43.050,00	0,00	272.855,00
0102	020217				Publicidade	000	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00
0102	020225				Outros serviços	000	398.785,00	0,00	0,00	398.785,00
0102	06				Outras despesas correntes					
0102	0602				Diversas					
0102	060203				Outras					
0102	06020301				Outras Restituições	000	1.000,00	2.000,00	0,00	3.000,00
0102	06020305				Outras					
0102	0602030506				Indemnizações	000	5,00	10.000,00	0,00	10.005,00
0102	08				Transferências de capital					
0102	0807				Instituições s/ fins lucrativos					
0102	080701				Instituições s/ fins lucrativos	000	618.000,00	100.000,00	0,00	718.000,00
					Total CÂMARA MUNICIPAL		3.064.535,00	313.090,00	30.000,00	3.347.625,00
04					DEP. DESENV. SÓCIOECONÓMICO					
0401					DEP. DESENV. SÓCIOECONÓMICO					
0401	02				Aquisição de bens e serviços					

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Permutativa n.º 10

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Económica							Reforços	Anulações	
0401	0202				Aquisição de serviços					
0401	020220				Outros trabalhos especializados	000	3.079.655,00	0,00	20.000,00	3.059.655,00
					Total DEP. DESENV. SÓCIOECONÓMICO		3.079.655,00	0,00	20.000,00	3.059.655,00
05					DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE					
0501					DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE					
0501	07				Aquisição de bens de capital					
0501	0701				Investimentos					
0501	070110				Equipamento básico					
0501	07011099				Outro	000	2.470.720,00	0,00	100.000,00	2.370.720,00
					Total DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE		2.470.720,00	0,00	100.000,00	2.370.720,00
09					DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL					
0901					DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL					
0901	02				Aquisição de bens e serviços					
0901	0202				Aquisição de serviços					
0901	020220				Outros trabalhos especializados	000	173.000,00	0,00	138.015,00	34.985,00
					Total DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL		173.000,00	0,00	138.015,00	34.985,00
11					DIV.COMUN.REL INTERN PROTOCOLO					
1101					DIV.COMUN.REL INTERN PROTOCOLO					
1101	02				Aquisição de bens e serviços					
1101	0202				Aquisição de serviços					
1101	020213				Deslocações e estadas	000	7.000,00	0,00	1.535,00	5.465,00
1101	020217				Publicidade	000	70.000,00	0,00	23.540,00	46.460,00
					Total DIV.COMUN.REL INTERN PROTOCOLO		77.000,00	0,00	25.075,00	51.925,00
					Total Geral		**8.864.910,00**	**313.090,00**	**313.090,00**	**8.864.910,00**

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Permutativa n.º 10

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Económica							Reforços	Anulações	
					Total Geral		**8.864.910,00**	**313.090,00**	**313.090,00**	**8.864.910,00**

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Manuel Moreira Luís)

Em 24 **de** junho **de** 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração às Grandes Opções do Plano

Alteração Permutativa n.º 10

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
1.1.1	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	7 410,00	13 910,00	7 560,00	7 715,00	7 870,00	8 030,00	0,00	6.500,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	229 805,00	272 855,00	61 635,00	37 685,00	38 440,00	39 210,00	0,00	43.050,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	37 000,00	37 000,00	21 390,00	31 210,00	31 835,00	32 470,00	0,00	0,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	152 780,00	152 780,00	5,00	25 000,00	25 500,00	26 010,00	0,00	0,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	1 000,00	3 000,00	1 020,00	1 045,00	1 070,00	1 095,00	0,00	-2.000,00
	PAM.2026.0004	Despesas com pessoal	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	572 530,00	724 070,00	397 325,00	405 275,00	413 385,00	421 655,00	0,00	151.540,00
	PAM.2026.0025	Comunicação, Imagem e Publicações Periódicas	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	7 000,00	5 465,00	19 995,00	20 395,00	20 805,00	21 225,00	0,00	-1.535,00
	PAM.2026.0025	Comunicação, Imagem e Publicações Periódicas	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	70 000,00	46 460,00	71 400,00	72 830,00	74 290,00	75 780,00	0,00	-23.540,00
1.2.1	PAM.2026.0005	Plano Municipal de Execução de GIFR (Gestão Integrada de Fogos Rurais)	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	140 000,00	1 985,00	18 400,00	18 770,00	19 145,00	19 530,00	0,00	-138.015,00
2.5.2.1	PAM.2022.0040	Atividades de Surfing	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	275 000,00	255 000,00	51 000,00	52 020,00	53 065,00	54 130,00	0,00	-20.000,00
2.5.2.2	PPI.2026.0014	Equipamento Básico Juventude	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	125 000,00	25 000,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	-100.000,00
2.5.3	PPI.2022.0047	Transferências de Capital Cívicas e Religiosas	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	171 000,00	271 000,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	100.000,00
3.2.1	PAM.2014.0048	Consumo de Energia Eléctrica	GERAL	01/01/2014	31/12/2030	1 200 000,00	1 170 000,00	1 230 000,00	1 275 000,00	1 315 000,00	1 340 000,00	0,00	-30.000,00
4.3	PAM.2026.0036	Indemnizações	GERAL	23/04/2026	31/12/2030	5,00	10 005,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	10.000,00
					Total	2 988 530,00	2 988 530,00	1 879 745,00	1 946 960,00	2 000 420,00	2 039 150,00	0,00	0,00

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Manuel Moreira Luis)

Em 24 **de** Junho **de** 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração ao Plano Plurianual de Investimento

Alteração Permutativa n.º 10

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
2.5.2.2	PPI.2026.0014	Equipamento Basico Juventude	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	125 000,00	25 000,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	-100 000,00
2.5.3	PPI.2022.0047	Transferências de Capital Civicas e Religiosas	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	171 000,00	271 000,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	100 000,00
					Total	296 000,00	296 000,00	10,00	10,00	10,00	10,00	0,00	0,00

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Manuel Moreira Luis)

Em 24 de Junho de 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração ao Plano de Atividades

Alteração Permutativa n.º 10

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
1.1.1	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	7 410,00	13 910,00	7 560,00	7 715,00	7 870,00	8 030,00	0,00	6.500,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	229 805,00	272 855,00	61 635,00	37 685,00	38 440,00	39 210,00	0,00	43.050,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	37 000,00	37 000,00	21 390,00	31 210,00	31 835,00	32 470,00	0,00	0,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	152 780,00	152 780,00	5,00	25 000,00	25 500,00	26 010,00	0,00	0,00
	PAM.2026.0003	Funcionamento dos Serviços	GERAL	01/01/2026	31/12/2037	1 000,00	3 000,00	1 020,00	1 045,00	1 070,00	1 095,00	0,00	2.000,00
	PAM.2026.0004	Despesas com pessoal	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	572 530,00	724 070,00	397 325,00	405 275,00	413 385,00	421 655,00	0,00	151.540,00
	PAM.2026.0025	Comunicação, Imagem e Publicações Periódicas	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	7 000,00	5 465,00	19 995,00	20 395,00	20 805,00	21 225,00	0,00	-1.535,00
	PAM.2026.0025	Comunicação, Imagem e Publicações Periódicas	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	70 000,00	46 460,00	71 400,00	72 830,00	74 290,00	75 780,00	0,00	-23.540,00
1.2.1	PAM.2026.0005	Plano Municipal de Execução de GIFR (Gestão Integrada de Fogos Rurais)	GERAL	01/01/2026	31/12/2030	140 000,00	1 985,00	18 400,00	18 770,00	19 145,00	19 530,00	0,00	-138.015,00
2.5.2.1	PAM.2022.0040	Atividades de Surfing	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	275 000,00	255 000,00	51 000,00	52 020,00	53 065,00	54 130,00	0,00	-20.000,00
3.2.1	PAM.2014.0048	Consumo de Energia Eléctrica	GERAL	01/01/2014	31/12/2030	1 200 000,00	1 170 000,00	1 230 000,00	1 275 000,00	1 315 000,00	1 340 000,00	0,00	-30.000,00
4.3	PAM.2026.0036	Indemnizações	GERAL	23/04/2026	31/12/2030	5,00	10 005,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	10.000,00
					Total	2 692 530,00	2 692 530,00	1 879 735,00	1 946 950,00	2 000 410,00	2 039 140,00	0,00	0,00

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal



(Hugo Manuel Moreira Luis)

Em 24 **de** Junho **de** 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER	DESPACHO
Concordo com a presente informação. Submeto à consideração superior.	À reunião para conhecimento.
29/06/2026	29/06/2026
A Chefe de Divisão	O Presidente da Câmara, (Hugo Manuel Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16908

ASSUNTO: 11.ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais de 2026

Considerando que:

- O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, "integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto-Lei, e que dele fazem parte integrante";

- A Norma 26 (NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental) tem como objetivo regular a contabilidade orçamental;

Anexo IV

- No âmbito da Norma 26 "as alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial";

- Se verifica o cumprimento do equilíbrio orçamental, que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, conforme quadro infra:

Unidade: Euro

(1) Receita Corrente Bruta	103 567 533
(2) Despesas Correntes	93 171 380
(3) Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	6 224 732
(1) - (2) - (3) Saldo	4 171 421

- Considerando que a presente alteração orçamental procede à modificação da composição do orçamento da despesa, mantendo o seu montante global, conforme se demonstra no quadro seguinte, a presente alteração é do tipo permutativa;

- A alteração orçamental contempla:
  - Empreitada de desaterro/aterro de Talhões na zona do cemitério novo;
  - Intervenções nos pavimentos do Jardim do Cerco;
  - Circular Tech.

A Alteração ao Orçamento da Despesa apresenta reforços no valor de 259.990,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil e novecentos e noventa euros) e diminuições do mesmo valor.

Unidade: Euro

Designação	Dotação Anterior à Alteração	Reforços	Diminuições	Dotação Após Alteração
Despesas Com o Pessoal	33 769 170	0	0	33 769 170
Aquisição de Bens e Serviços	42 022 665	0	0	42 022 665
Juros e Outros Encargos	1 708 955	0	0	1 708 955
Transferências Correntes	11 933 990	0	0	11 933 990
Subsídios	400 010	0	0	400 010
Outras Despesas Correntes	3 336 590	0	0	3 336 590
Aquisição de Bens de Capital	76 116 289	259 990	259 990	76 116 289
Transferências de Capital	2 023 000	0	0	2 023 000
Ativos Financeiros	15	0	0	15
Passivos Financeiros	5 519 100	0	0	5 519 100
Outras Despesas de Capital	11 241 310	0	0	11 241 310
Total	**188 071 094**	**259 990**	**259 990**	**188 071 094**

Face ao exposto, proponho, o projeto da 11.ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais do corrente ano.

À consideração superior,

Mafra, 29 de junho de 2026

O Dirigente da Unidade de Estudos e Planeamento

(Francisco Oliveira Martins)

Mapa de Alteração ao Orçamento da Despesa

Alteração Permutativa n.º 11

Valores em EUR

Classificação					Descrição	Lançamento	Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas
Orgânica	Económica							Reforços	Anulações	
03					DEP. OBRAS MUNC. E AMBIENTE					
0301					DEP. OBRAS MUNC. E AMBIENTE					
0301	07				Aquisição de bens de capital					
0301	0701				Investimentos					
0301	070104				Construções diversas					
0301	07010499				Outros	000	2.179.100,00	28.895,00	199.595,00	2.008.400,00
0301	070110				Equipamento básico					
0301	07011099				Outro	000	3.044.030,00	0,00	32.785,00	3.011.245,00
0301	0703				Bens de domínio público					
0301	070303				Outras construções e infra-estruturas					
0301	07030305				Parques e Jardins	000	27.600,00	199.595,00	0,00	227.195,00
0301	07030312				Cemitérios	000	20.005,00	31.500,00	0,00	51.505,00
					Total DEP. OBRAS MUNC. E AMBIENTE		5.270.735,00	259.990,00	232.380,00	5.298.345,00
05					DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE					
0501					DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE					
0501	07				Aquisição de bens de capital					
0501	0701				Investimentos					
0501	070103				Edifícios					
0501	07010302				Instalações Desportivas e Recreativas	000	303.700,00	0,00	27.610,00	276.090,00
					Total DEP. EDUC DESP E JUVENTUDE		303.700,00	0,00	27.610,00	276.090,00
					Total Geral		**5.574.435,00**	**259.990,00**	**259.990,00**	**5.574.435,00**

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal, na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Manuel Moreira Luís)

Em 29 de junho de 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração às Grandes Opções do Plano

Alteração Permutativa n.º 11

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
				Início	Fim	Ano t		Períodos Seguintes					
						Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
2.4.5	PPI.2023.0010	PRR - CircularTech	GERAL	12/04/2023	31/12/2026	286 000,00	314 895,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.895,00
	PPI.2023.0010	PRR - CircularTech	GERAL	12/04/2023	31/12/2026	1 035 700,00	1 034 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.285,00
2.4.6	PPI.2022.0027	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	199 600,00	5,00	5,00	5,00	50 000,00	50 000,00	0,00	-199.595,00
	PPI.2022.0027	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	27 600,00	227 195,00	5,00	5,00	62 120,00	63 370,00	0,00	199.595,00
	PPI.2022.0028	Cemitérios	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	20 005,00	51 505,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	31.500,00
	PPI.2022.0030	Equipamento Básico Ambiente	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	298 530,00	267 030,00	5,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	0,00	-31.500,00
2.5.2.1	PPI.2022.0042	Edifícios-Instalações Desportivas	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	303 700,00	276 090,00	5,00	250 390,00	255 160,00	360 000,00	0,00	-27.610,00
					Total	2 171 135,00	2 171 135,00	25,00	295 405,00	412 285,00	518 375,00	0,00	0,00

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Manuel Moreira Luis)

Em 29 **de** Junho **de** 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Mapa de Alteração ao Plano Plurianual de Investimento

Alteração Permutativa n.º 11

Valores em EUR

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Ação	Datas		Pagamentos							Modificações (+/-)
						Ano t		Períodos Seguintes					
				Início	Fim	Dotação Atual	Dotação Corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
2.4.5	PPI.2023.0010	PRR - CircularTech	GERAL	12/04/2023	31/12/2026	286 000,00	314 895,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.895,00
	PPI.2023.0010	PRR - CircularTech	GERAL	12/04/2023	31/12/2026	1 035 700,00	1 034 415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.285,00
2.4.6	PPI.2022.0027	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	199 600,00	5,00	5,00	5,00	50 000,00	50 000,00	0,00	-199.595,00
	PPI.2022.0027	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	27 600,00	227 195,00	5,00	5,00	62 120,00	63 370,00	0,00	199.595,00
	PPI.2022.0028	Cemitérios	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	20 005,00	51 505,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	31.500,00
	PPI.2022.0030	Equipamento Básico Ambiente	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	298 530,00	267 030,00	5,00	45 000,00	45 000,00	45 000,00	0,00	-31.500,00
2.5.2.1	PPI.2022.0042	Edifícios-Instalações Desportivas	GERAL	01/01/2022	31/12/2030	303 700,00	276 090,00	5,00	250 390,00	255 160,00	360 000,00	0,00	-27.610,00
					Total	2 171 135,00	2 171 135,00	25,00	295 405,00	412 285,00	518 375,00	0,00	0,00

No uso da competência delegada pela Câmara Municipal,
na reunião realizada em 2025/11/07

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Manuel Moreira Luis)

Em 24 de Junho de 2026

© PRIMAVERA BSS / Cópia licenciada a MUNICÍPIO DE MAFRA

Para conhecimento da Câmara Municipal
07/07/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
02 JUL. 2026
ENTRADA/..29534.....

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2644-001 MAFRA

Sua referência	Sua Comunicação de	Nossa Referência	Data
		AM_Saida/2026/92 150.10.700/2026/10	02/07/2026

Assunto: SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE JUNHO DE 2026 - ENVIO DE DELIBERAÇÕES

Para os devidos efeitos, junto se enviam cópias das **minutas de deliberação** tomadas pela **Assembleia Municipal**, na **Sessão Ordinária** realizada no dia **30 de junho de 2026**, sobre os seguintes assuntos:

- Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira;
- Pedido de Suspensão de Mandato – Ana Teresa Antunes Ivo da Silva;
- Relatórios e Contas do ano de 2025 – Empresas e Associações: Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – AMTRES; Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.; Área Metropolitana de Lisboa; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Associação QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses; A2S – Associação do Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia; APTCVC – Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica; ADAPT.LOCAL – Rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas; ATL – Associação de Turismo de Lisboa; BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação;
- Alterações na sinalização de trânsito efetuadas durante o primeiro trimestre do ano de 2026;

Anexo V

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

- Participação do Município de Mafra na Associação Lisboa E-Nova, Agência de Energia e Ambiente de Lisboa;
- Recrutamento para Cargos de 1.º, 2.º e 3.º Grau – Competências, áreas, requisitos e composição dos Júris;
- Projeto de alteração ao Regulamento das Instalações Desportivas Municipais;
- Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório anual de execução – 2025;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção – Relatório de execução – 2025 da Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.;
- Consolidação de Contas – Ano de 2025;
- 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 – Revisão Orçamental;
- Carta Municipal de Habitação de Mafra;
- Auto de Transferência de Recursos:
  - Freguesia da Carvoeira;
  - Freguesia da Encarnação;
  - Freguesia da Ericeira;
  - Freguesia de Mafra;
  - Freguesia do Milharado;
  - Freguesia de Santo Isidoro;
  - União de Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira;
  - União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário;
  - União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros;
  - União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça;
  - União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

Mais se remetem as seguintes **Moções** e **Voto de Pesar**, aprovados na referida Sessão Ordinária:

- Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Bernardino, subscrito por todos os Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal;

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

- "*Manutenção do Apoio aos Alunos do Ensino Particular e Cooperativo*", apresentada pela Iniciativa Liberal;
- "*Carta Municipal de Habitação de Mafra – Uma estratégia que deve privilegiar a liberdade, a oferta e a eficiência*", apresentada pela Iniciativa Liberal;
- Moção pela criação de um Gabinete de Apoio à Grávida em risco, apresentada pelo PPD/PSD;
- "*Instituição da «Semana Municipal da Juventude de Mafra» como Instrumento de Participação Cívica, Coesão Territorial e Desenvolvimento Local*", apresentada pelo PPD/PSD;
- "*Devolução de 25% da Taxa Turística às Freguesias do Concelho de Mafra*", apresentada pelo PPD/PSD.

A Presidente da Assembleia Municipal,

ALDEVINA MARIA MACHADO RODRIGUES
Assinado de forma digital por ALDEVINA MARIA MACHADO RODRIGUES
Dados: 2026.07.02 13:04:11 +01'00'

(Aldevina Rodrigues)

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: assembleia@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

1.) – ASSUNTO: *INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal Informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal sobre a* ***atividade municipal e situação financeira***.

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal****, atento o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,* ***tomou conhecimento da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e situação económica e financeira do município****. ----------*

Votos a Favor da proposta: .....

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

_____ _____

_____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

2.) – ASSUNTO: *PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO – ANA TERESA ANTUNES IVO DA SILVA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o pedido de suspensão de mandato apresentado pelo membro da Assembleia Municipal, Ana Teresa Antunes Ivo da Silva, do Partido Socialista (PS), através de correio eletrónico, remetido em 15 de junho de 2026, pelo período de um ano, invocando motivos de ordem estritamente pessoal que inviabilizam temporariamente a sua presença e participação ativa nos trabalhos da Assembleia Municipal de Mafra.* ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, após a apreciação do pedido apresentado, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, após votação, aprovou/ ~~não aprovou~~, autorizar o pedido de suspensão, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos:* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PSD/PSD, 8 PAL 2025, 4 PS, 2 CH, 1 Ind, 1 CDU, 1 IL.

Votos Contra a proposta: —

Abstenções: —

Declarações de voto: —

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º _____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

3.) – ASSUNTO: *RELATÓRIOS E CONTAS DO ANO DE 2025 – EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – AMTRES; TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.; ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA; CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA; ASSOCIAÇÃO QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES; A2S – ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA; APTCVC – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E VILAS DE CERÂMICA; ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS; ATL – ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA; BAD – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS, PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foram presentes à Assembleia Municipal as Informações Internas n.º 2026/11929 e 2026/13341, elaboradas na Unidade de Estudos e Planeamento, devidamente instruída com os documentos a que as mesmas se referem, presentes nas reuniões de Câmara realizadas, respetivamente, em 18 de maio e 12 de junho de 2026, cujas minutas de deliberação* ***remetem****, após tomada de conhecimento da Câmara Municipal,* ***à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os seguintes Relatórios e Contas do Ano de 2025 das seguintes entidades:*** *Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – AMTRES; Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.; Área Metropolitana de Lisboa; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Associação QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses; A2S – Associação do Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia; APTCVC – Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica; ADAPT.LOCAL – Rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas; ATL – Associação de Turismo de Lisboa; BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação.* ----------

DELIBERAÇÃO: *A* ***Assembleia Municipal****, com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal,* **apreciou *os Relatórios e Contas do Ano de 2025*** *das seguintes entidades Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de*

ASSINATURAS:

_____ _____

_____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

3.) – ASSUNTO: *RELATÓRIOS E CONTAS DO ANO DE 2025 – EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – AMTRES; TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.; ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA; CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA; ASSOCIAÇÃO QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES; A2S – ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA; APTCVC – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E VILAS DE CERÂMICA; ADAPT.LOCAL – REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS; ATL – ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA; BAD – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS, PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

DELIBERAÇÃO (CONTINUAÇÃO): *Resíduos Sólidos – AMTRES; Tratolixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M., S.A.; Área Metropolitana de Lisboa; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra; Associação QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses; A2S – Associação do Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia; APTCVC – Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica; ADAPT.LOCAL – Rede de Municípios para a adaptação local às alterações climáticas; ATL – Associação de Turismo de Lisboa; BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, face ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual,* ***tomando conhecimento dos mesmos***. ----------

Votos a Favor da proposta: .....
Votos Contra a proposta: .....
Abstenções: .....
Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

4.) – ASSUNTO: *ALTERAÇÕES NA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EFETUADAS DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DO ANO DE 2026.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interno/2026/9697, elaborada em 27 de abril de 2026, na Divisão de Segurança e Mobilidade, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Chefe de Divisão de Segurança e Mobilidade, datado de 27 de abril de 2026, bem como o despacho de concordância do Sr. Vice-Presidente João Sousa, exarado a 28 de abril de 2026, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 04 de maio de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:*---

--- "Considerando a Informação prestada e os documentos anexos, que se dão como integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e considerando que se procedeu, durante o primeiro trimestre do ano de 2026, a alterações na sinalização de trânsito, com o objetivo de melhorar as condições de segurança viárias e pedonais em diversos arruamentos, cruzamento e entroncamentos no Concelho de Mafra, em conformidade com as plantas de localização identificadas pelos n.ºs 1 ao 37, anexas à referida informação, **a Câmara Municipal deliberou,** nos termos conjugados da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e dos n.º 2 e 3 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, **dar parecer favorável às alterações de sinalização de trânsito efetuadas durante o primeiro trimestre de 2026, supra identificadas, remetendo-as à Assembleia Municipal, tendo em vista a sua aprovação.**"----------

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal****, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos conjugados da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 3 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, aprovou/ não ~~aprovou~~,* ***as alterações na sinalização de trânsito efetuadas durante o primeiro trimestre do ano de 2026****, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos:* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 AM2PSD, 8PPL2025, 4PS, 2CH, 1Ind, 1IL, 1CDU

Votos Contra a proposta: ---

Abstenções: ---

Declarações de voto: ---

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE __/__/___

5.) – ASSUNTO: *PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA NA ASSOCIAÇÃO LISBOA E-NOVA, AGÊNCIA DE ENERGIA E AMBIENTE DE LISBOA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interna/2026/9174, elaborada em 4 de maio de 2026, no Departamento de Obras Municipais e Ambiente, sobre a qual recaiu o parecer de concordância do Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, datado de 11 de maio de 2026, instruída com a documentação a que a mesma se refere, designadamente com os Estatutos da Associação Lisboa E-Nova, Agência de Energia e Ambiente de Lisboa e, ainda, com a respetiva Informação de Cabimento n.º 2986 (CABA/2026/419), e com a Informação Interno/2026/6727, elaborada no Departamento de Administração Geral, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento de Administração Geral, datado de 11 de maio de 2026 e o despacho de concordância do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, João Pereira de Sousa, exarado em 11 de maio de 2026, presente na reunião de câmara, realizada no dia 18 de maio de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

--- "Atenta a Informação Interno/2026/9174 prestada e a documentação anexa, que se dão por integralmente reproduzidas, para todos os efeitos legais, **a Câmara Municipal de Mafra deliberou,** por unanimidade, em conformidade com os fundamentos apresentados e ao abrigo do disposto nas alíneas b), c), d), k), m) e p) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, bem como do disposto na alínea n) do n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, **remeter à Assembleia Municipal a proposta, devidamente instruída, de adesão do Município à Associação Lisboa E-Nova Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, como Associado Ordinário. Mais deliberou que o processo de adesão seja submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, atento o valor associado à participação,** nos termos do n.º 2 do artigo 56.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto). **Deliberou, ainda, que a adesão do Município na referida Associação seja comunicada à Inspeção-Geral das Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 (quinze) dias, após a deliberação de aprovação da Assembleia Municipal".** ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, atento o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/ ~~não aprovou~~* ***a proposta, apresentada pela Câmara Municipal, devidamente instruída, de adesão do Município à Associação Lisboa E-Nova – Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, como Associado Ordinário****, por ~~Unanimidade~~/ Maioria, com os seguintes votos:* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PPD/PSD, 2 CHEGA, 1 IL, 1 CDU.....

Votos Contra a proposta: ...—.....

Abstenções: ...2 CH, 1 IL.....

Declarações de voto: ...FORMAM DEIXA GUARDADO.....—.....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

6.) – ASSUNTO: *RECRUTAMENTO PARA CARGOS DE 1.º, 2.º E 3.º GRAU – COMPETÊNCIAS, ÁREAS, REQUISITOS E COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interno/2026/13542, elaborada na Divisão de Administração e Desenvolvimento de Pessoas, datada de 21 de maio de 2026, a qual propõe a composição dos Júris de recrutamento para os cargos de dirigentes intermédios de 1.º, 2.º e 3.º Grau identificados, bem como a definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, do período de experiência profissional e da respetiva remuneração, sobre a qual recaiu o despacho de concordância do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado em 25 de maio de 2026, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 29 de maio de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

--- "Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, **a Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, **remeter o assunto à Assembleia Municipal, para apreciação**, nos termos das disposições conjugadas do n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º, do artigo 11.º, do artigo 12.º e do artigo 13.º, todos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que adapta à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, **propondo ao órgão deliberativo que determine a composição dos Júris de recrutamento para os cargos de dirigentes intermédios e 1.º, 2.º e 3.º Grau identificados, bem como a definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, do período de experiência profissional e da respetiva remuneração, em conformidade com a aludida Informação**." ----------

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal***, *sob proposta da Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas do n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º, do artigo 11.º, do artigo 12.º e do artigo 13.º, todos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que adapta à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e nos termos da mesma proposta, após votação, aprovou/ ~~não aprovou~~* ***a composição dos Júris de recrutamento para os cargos de dirigentes intermédios de 1.º, 2.º e 3.º Grau apresentado pela Câmara Municipal, bem como a definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, do período de experiência profissional e da respetiva remuneração, em conformidade com a aludida Informação***, *por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos:* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PSD, 3 PPM, 2025, 4 PS, 2 CH, 1 Ind, 1 IL, 1 PAN

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

_____

_____

_____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

7.) – ASSUNTO: *PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interna/2026/8060, Interno/2026/11902, elaborada em 22 de maio de 2026, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Desporto e Juventude e da Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, ambos datados de 22 de maio de 2026, bem como o despacho de concordância do Senhor Vereador Eduardo Silva, exarado a 25 de maio de 2026, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 29 de maio de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

--- "Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, **a Câmara Municipal deliberou** por unanimidade dos presente, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, das alíneas d), e), f) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, após o cumprimento do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, bem como atentos os artigos 7.º, n.º 2, e 8.º, n.º 3 e n.º 4, ambos da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, concordando com o "**Projeto de Alteração ao Regulamento das Instalações Desportivas Municipais**", em anexo à referida Informação, **remetê-lo à Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º, alínea g), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo em vista a sua aprovação**".----------

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal****, sob proposta da Câmara Municipal, atento o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/* ~~*não aprovou*~~ ***a proposta apresentada de Alteração ao Regulamento das Instalações Desportivas Municipais, apresentada pela Câmara Municipal****, por Unanimidade/* ~~*Maioria*~~*, com os seguintes votos:* ----------

Votos a Favor da proposta: unanimidade, 8 (PS, AIS, 2 CH, 1 IL, 1 CDU)

Votos Contra a proposta: ---

Abstenções: ---

Declarações de voto: ---

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

8.) – ASSUNTO: *PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO – 2025.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interno/2026/10953, datada de 20 de maio de 2026, subscrita pelos membros identificados da Equipa Multidisciplinar, sobre a qual recaiu o despacho de concordância do Senhor Presidente da Câmara Municipal, devidamente instruída com o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2025, presente na reunião de Câmara de 29 de maio de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

---"Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, ***a Câmara Municipal deliberou*** *por unanimidade dos presentes, atento o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, aprovar o Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2025. Mais deliberou, nos termos do n.º 7 do artigo 6.º do mesmo Regime, que o referido Relatório seja remetido às entidades competentes. Deliberou, ainda,* ***remeter o referido Relatório à Assembleia Municipal, para conhecimento"****.* ----------

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal****, sob proposta da Câmara Municipal,* ***tomou conhecimento do Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, reportado ao ano de 2025.-***

Votos a Favor da proposta: .....

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

_____

_____

_____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

9.) – ASSUNTO: *PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2025 DA GIATUL – ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A..* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal, ofício proveniente da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., com a referência 92/2026, datado a 23 de abril de 2026, acompanhado do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção de 2025, com a mesma data, presente na reunião de Câmara realizada no dia 29 de maio de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve: ---*

*--- "**A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção de 2025, deliberando remetê-lo à Assembleia Municipal, para o mesmo efeito**". ----------*

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal**, sob proposta da Câmara Municipal, **tomou conhecimento do Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção de 2025 da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.* ----------**

Votos a Favor da proposta: .....

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

10.) – ASSUNTO: ***CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS - ANO DE 2025.*** ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interno 2026/13898, elaborada em 29 de maio de 2026, na Unidade de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como o Despacho de encaminhamento do assunto à reunião de Câmara proferido pelo Exmo. Senhor Presidente, todos da mesma data, instruídos com os documentos a que a mesma se refere, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

--- "Considerando a informação prestada, e documentação anexa, que se dão por integralmente reproduzidas, para todos os efeitos legais, **a Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos das disposições conjugadas do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2025 que apresentam os seguintes valores no Balanço Consolidado: valor de Ativo de 476.399.233,58€, Património Líquido de 329.834.394,74€ e Passivo de 146.564.838,84€; A Demonstração de Resultados Consolidada apresenta Rendimentos no valor de 139.297.306,10€ e Gastos de 120.441.843,12€; O Resultado Líquido Consolidado do Exercício de 2025 ascendeu a 18.855.462,98€; A Demonstração de Fluxos de Caixa apresenta valores de Recebimentos de 169.650.233,48€ e de Pagamentos de 169.207.846,90€; A Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental apresenta Recebimentos no valor de 199.797.922,24€, Pagamentos de 175.336.239,58€, Saldo Inicial de Operações Orçamentais de 27.799.215,57€ e de Operações de Tesouraria de 7.678.183,26€ e Saldo Final de Operações Orçamentais de 24.461.682,66€ e de Operações de Tesouraria de 11.216.768,90€, remetê-los à Assembleia Municipal, para apreciação.**"----------

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal,*** *sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, após* ***apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2025, nos termos exatos da mesma proposta****, aprovou/ ~~não aprovou~~, por ~~Unanimidade~~/ Maioria, com os seguintes votos:* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 (PS, PSD, 8 MAIL 2025, AIPS, 1 Ind) —

Votos Contra a proposta: —

Abstenções: 2 (CH), 1 (IL), 1 (CDU) —

Declarações de voto: —

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

11.) *3.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 - REVISÃO ORÇAMENTAL.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação Interno Informação Interno 2026/14414, elaborada em 8 de junho de 2026, na Unidade de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento Financeiro, bem como o Despacho de encaminhamento do assunto à reunião de Câmara do Exmo. Sr. Presidente, ambos da mesma data, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve: ----------*

*--- "Analisados os documentos a que se refere a informação supra mencionada, a **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **remeter à Assembleia Municipal, a 3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 – Revisão Orçamental, apresentando o Orçamento da Despesa: Ano de 2026 - "inscrições/reforços" no valor de 1.001.855€ e "diminuições/anulações" no valor de 700.000€; Ano de 2027 - "inscrições/reforços" no valor de 2.339.865€ e "diminuições/anulações" no valor de 1.807.650€; Ano de 2028 - "inscrições/reforços" no valor de 531.250€ e "diminuições/anulações" no valor de 512.120€; Ano de 2029 - "inscrições/reforços" no valor de 663.095€ e "diminuições/anulações" no mesmo valor; Ano de 2030 - "inscrições/reforços" no valor de 662.745€ e "diminuições/anulações" no mesmo valor e Orçamento da Receita apresenta: Ano de 2026 - "inscrições/reforços" no valor de 701.855€ e "diminuições/anulações" no valor de 400.000€; Ano de 2027 - "inscrições/reforços" no valor de 532.215€ e Ano de 2028 - "inscrições/reforços" no valor de 19.130€, propondo a sua aprovação"*. ----------

DELIBERAÇÃO: ***A Assembleia Municipal***, *sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos da mesma proposta, após votação, aprovou/ ~~não aprovou~~ a **3.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2026 – Revisão Orçamental**, por ~~Unanimidade~~/ Maioria, com os seguintes votos: ----------*

Votos a Favor da proposta: A.P.P.I.M., 2 m.t.2025, 4 P.S., 1 m.t., 1 C.D.U. .....
Votos Contra a proposta: .....
Abstenções: ...2 C.H., 1 I.L. .....
Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

12.) – ASSUNTO: ***CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MAFRA.*** ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal a Informação 2026/14453, elaborada em 3 de junho de 2026, na Divisão de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento, sobre a qual foi exarado o Despacho de encaminhamento do assunto ao órgão executivo, proferido pelo Senhor Presidente em 8 de junho de 2026, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere, designadamente com o* ***Projeto de Carta Municipal de Habitação****, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

--- "Atenta a Informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, após a submissão da Carta Municipal de Habitação de Mafra, de acordo com o respetivo Projeto, a consulta pública dos interessados, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar do dia seguinte ao da data da respetiva publicação, na 2.ª Série do Diário da República (Aviso n.º 8197/2026/2, de 10 de abril de 2026), para a recolha de sugestões, salvaguardando-se, ainda, a sua publicitação na página eletrónica institucional do Município, para o mesmo efeito, **remeter a Carta Municipal de Habitação de Mafra, ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas i) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, e do artigo 22.º da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, à Assembleia Municipal, tendo em vista a sua aprovação.**"----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas i) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do artigo 22.º da Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, aprovou/* ~~*não aprovou*~~ *a* ***Carta Municipal de Habitação de Mafra*** *por Unanimidade/* ~~*Maioria*~~*, com os seguintes votos.* ---

Votos a Favor da proposta: ~~21~~ PPD/PSD, BE, L, CDS, A, R, S; 2 CH; 1 IND.; 1 IL, 10 PS

Votos Contra a proposta: ----

Abstenções: ----

Declarações de voto: ----

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.1.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – FREGUESIA DA CARVOEIRA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a Freguesia da Carvoeira, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:*---
--- " A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia da Carvoeira, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **Freguesia da Carvoeira** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a Freguesia, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da Freguesia, após submissão do órgão executivo da Freguesia da Carvoeira. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a Freguesia da Carvoeira**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva Freguesia nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a Freguesia da Carvoeira,** por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PSD, 2 MPT, 2025, 4 PS, 2 CH, 1 Ind., 1 IL, 1 CDU.

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.2.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – FREGUESIA DA ENCARNAÇÃO.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a Freguesia da Encarnação, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve: ----* " A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia da Encarnação, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **Freguesia da Encarnação** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a Freguesia, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da Freguesia, após submissão do órgão executivo da Freguesia da Encarnação. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a Freguesia da Encarnação**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva Freguesia nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a Freguesia da Encarnação**, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos. ----------*

Votos a Favor da proposta: 21 PPD/PSD, 8 PS, 2 CDU, 1 IND, 1 IL, 1 CDS.

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.3.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – FREGUESIA DA ERICEIRA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a Freguesia da Ericeira, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

---" A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia da Ericeira, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **Freguesia da Ericeira** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a Freguesia, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da Freguesia, após submissão do órgão executivo da Freguesia da Ericeira. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a Freguesia da Ericeira**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva Freguesia nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a Freguesia da Ericeira**, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PPD/PSD, 3 CHEGA, 2 PS, 2 CDU, 1 IL, 1 PAN

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.4.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – FREGUESIA DE MAFRA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Autode Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a Freguesia de Mafra, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

---" A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia de Mafra, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **Freguesia de Mafra** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a Freguesia, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da Freguesia, após submissão do órgão executivo da Freguesia de Mafra. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a Freguesia de Mafra**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva Freguesia nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo. "----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a Freguesia de Mafra**, por Unanimidade/ Maioria, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PS, 2 IND, 8 MAIS, 4 CDS, 2 CH, 1 Ind., 1 IL, 1 CDU

Votos Contra a proposta: —

Abstenções: —

Declarações de voto: —

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º _____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.5.) – ASSUNTO: ***AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – FREGUESIA DO MILHARADO.*** ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a Freguesia do Milharado, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve: ----* " A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia do Milharado, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **Freguesia do Milharado** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a Freguesia, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da Freguesia, após submissão do órgão executivo da Freguesia do Milharado. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a Freguesia do Milharado**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva Freguesia nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/não ~~aprovou~~,* ***o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a Freguesia do Milharado****, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 24 PSD; 8 PS; 2 CH; 1 Ind.; 1 IL; 1 CDU.

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.6.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – FREGUESIA DE SANTO ISIDORO.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a Freguesia de Santo Isidoro, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:*---

--- " A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a Freguesia de Santo Isidoro, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **Freguesia de Santo Isidoro** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a Freguesia, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da Freguesia, após submissão do órgão executivo da Freguesia de Santo Isidoro. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a Freguesia de Santo Isidoro**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva Freguesia nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a Freguesia de Santo Isidoro**, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: ~~11 PPD/PSD, 2 PS, 1 CDU, 1 IL, 1 CHEGA~~ .....

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.7.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DA AZUEIRA E SOBRAL DA ABELHEIRA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de Câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

--- " A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da União das Freguesias, após submissão do órgão executivo da União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva União das Freguesias nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira**, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PSD, 2 PAL, 2025, 4 PS, 2 CH, 1 IL, 1 CDU

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.8.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ENXARA DO BISPO, GRADIL E VILA FRANCA DO ROSÁRIO.*

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

---" A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da União das Freguesias, após submissão do órgão executivo da União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva União das Freguesias nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a União das Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário**, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 (PPD/PSD.2 MIL 2025, 4 PS, 2 CH, 1 Ind., 1 IL, 1 CDU) -

Votos Contra a proposta: -

Abstenções: -

Declarações de voto: -

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º _____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.9.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IGREJA NOVA E CHELEIROS.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

---" A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros,** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da União das Freguesias, após submissão do órgão executivo da União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias Igreja Nova e Cheleiros**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva União das Freguesias nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~, **o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a União das Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros**, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos.* ----------

Votos a Favor da proposta: 21 PPD/PSD, 2 IL, 2 CH, 1 Ind., 1 IL, 1 CDU.

Votos Contra a proposta: ---

Abstenções: ---

Declarações de voto: ---

ASSINATURAS:

_____ _____

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º _____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.10.) – ASSUNTO: *AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALVEIRA E S.MIGUEL DE ALCAINÇA.* ----------

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/
PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:* ----------

---" A **Câmara Municipal deliberou**, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, **aprovar a transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.** Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a **União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça,** seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da União das Freguesias, após submissão do órgão executivo da União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça. **Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça**, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva União das Freguesias nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo." ----------

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~,* ***o Auto de Transferência de Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, para a União das Freguesias de Malveira e S. Miguel de Alcainça****, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos. ---*

Votos a Favor da proposta: ~~21 PS, 2 IL, 2 PSD, 2 CH, 1 Ind, 1 L, 1 CDU~~

Votos Contra a proposta: .....

Abstenções: .....

Declarações de voto: .....

ASSINATURAS:

MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

(artigo 50.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação)

ATA N.º_____

SESSÃO DE *30/06/2026* ___.ª REUNIÃO DE ___/___/___

13.11.) – ASSUNTO: ***AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DA VENDA DO PINHEIRO E SANTO ESTÊVÃO DAS GALÉS. -----***

ENTIDADE: _____

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE ___/___/___

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: *Foi presente à Assembleia Municipal o Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Mafra e a União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, devidamente instruído com os Anexos a que o mesmo se refere, presente na reunião de câmara, realizada no dia 12 de junho de 2026, cuja minuta de deliberação se transcreve:" A* ***Câmara Municipal deliberou****, por unanimidade dos presentes, nos termos conjugados do n.º 2 e 4 do artigo 5.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual,* ***aprovar a transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, em conformidade com a minuta de Auto de Transferência de Recursos Financeiros e respetivos anexos.*** *Mais deliberou, propor à luz do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, que a* ***União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés,*** *seja notificada para que se pronuncie sobre a proposta de acordo de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias, em conformidade com a mencionada minuta de Auto de Transferência de Recursos e, concordando com a mesma, o Auto possa ser celebrado nos termos ora propostos, após aprovação do órgão deliberativo do Município e do órgão deliberativo da União das Freguesias, após submissão do órgão executivo da União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.* ***Deliberou, ainda, a Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a proposta de transferência de recursos financeiros para a União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés****, em conformidade com a aludida minuta de Auto de Transferência de Recursos, e respetivos anexos, juntos à minuta de Auto, ficando esta deliberação condicionada, se aplicável, à necessária aprovação do órgão executivo e deliberativo da respetiva União das Freguesias nos termos do n.º 1 do artigo 149.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------*

DELIBERAÇÃO: *A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, e nos termos exatos da mesma proposta, após votação, aprovou/~~não aprovou~~,* ***o Auto de Transferência de Recursos Recursos em conformidade com proposta de minuta de Auto e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, para a União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés****, por Unanimidade/ ~~Maioria~~, com os seguintes votos. ----------*

Votos a Favor da proposta: 21 PCP/PEV; 2 MTL; 2 CDS; 4 PS; 2 CH; 1 JPP; 1 IL; 1 PAN

Votos Contra a proposta: .....—.....

Abstenções: .....—.....

Declarações de voto: .....—.....

ASSINATURAS:

APROVADA

A FAVOR: 2 PPD|PSD; 2 CH; 1 IND; 1 IL
CONTRA: 8 PAL; 4 PS; 1 CDU

Moção

Manutenção do Apoio aos Alunos do Ensino Particular e Cooperativo

Recentemente foi comunicada a intenção do Executivo Municipal de cessar o apoio atribuído aos alunos residentes no concelho que frequentam estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, designadamente o Colégio Santo André, Verde Água e Artimanhas.

Segundo a informação prestada pelo Executivo, esta decisão abrangerá cerca de 900 alunos, representando uma poupança estimada de aproximadamente 100 mil euros por ano letivo.

A Iniciativa Liberal considera que esta é uma opção política errada.

Os alunos do ensino particular continuam a ser alunos do concelho de Mafra. As suas famílias residem no município, pagam impostos municipais e contribuem, como todas as restantes, para a vida económica e social do concelho. Não deixam de integrar a comunidade educativa apenas porque se encontram num projeto educativo privado, num concelho em que as alternativas de ensino público são manifestamente insuficientes sendo substituídas pelo ensino privado em contracto de associação, solução estatal consagrada por cá.

Durante a reunião realizada com o Executivo foi solicitada a reconsideração desta decisão, propondo-se que, caso o Município entendesse manter a intenção de extinguir o apoio, essa alteração apenas produzisse efeitos a partir do ano letivo de 2027, permitindo às famílias adaptar-se de forma gradual.

O Executivo respondeu que se trata de uma opção política e que a verba será reafetada a outras medidas consideradas de maior transversalidade para a comunidade educativa.

Entre os exemplos apresentados encontram-se o **reforço de assistentes operacionais**, o **aumento da remuneração das Atividades de Enriquecimento Curricular**, **investimentos nos parques escolares**, no **ensino articulado da**

música e da dança, na **instalação de abrigos** e no **desenvolvimento de atividades dirigidas a crianças com necessidades educativas especiais.**

Reconhecemos a importância destas medidas e não colocamos em causa o seu mérito.

Contudo, não podemos aceitar que a sua concretização dependa da eliminação de um apoio destinado a famílias do concelho apenas por terem optado pelo ensino particular.

A alegada maior transversalidade não constitui, por si só, um argumento suficiente. Também as medidas agora invocadas não beneficiam indistintamente todos os alunos nem todos os contribuintes do concelho.

A verdadeira transversalidade deve traduzir-se na capacidade do Município apoiar todos os alunos, independentemente da escola que frequentam, respeitando a equidade.

Nesse sentido, foi ainda apresentada ao Executivo a sugestão de criar um apoio transversal à aprendizagem de línguas estrangeiras, acessível a todos os alunos do concelho, por se tratar de uma competência determinante para o sucesso escolar, académico e profissional. Esta proposta mereceu abertura por parte da Senhora Vereadora, ficando a possibilidade da sua futura concretização em aberto.

Foi igualmente transmitida pelo Executivo a disponibilidade para continuar a apoiar o Colégio Santo André e os seus alunos através de outras iniciativas municipais, reconhecendo o trabalho desenvolvido por aquela instituição e a qualidade do ensino que presta. Essa disponibilidade é positiva, mas não substitui o princípio da igualdade de tratamento entre todos os alunos residentes no concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Mafra recomenda ao Executivo Municipal que:

a) **Reconsidere a decisão de eliminar o apoio aos alunos do ensino particular e cooperativo, podendo promover a devolução dos livros pelos alunos no final de cada ano letivo e sua reutilização por outros alunos dos anos letivos seguintes.**
b) **Caso mantenha essa intenção, faça produzir essa decisão apenas a partir do ano letivo de 2027, salvaguardando a previsibilidade e a estabilidade das famílias;**
c) **Desenvolva medidas verdadeiramente universais, que possam beneficiar todos os alunos residentes no concelho, independentemente da escola que frequentam.**

A Iniciativa Liberal continuará a defender uma política educativa que respeite a liberdade de escolha das famílias, trate todos os alunos do concelho com equidade

e utilize os recursos públicos de forma transparente, previsível e não discriminatória.

Mafra, 30 de junho de 2026

Anabela Guerreiro

Deputada da Iniciativa Liberal

APROVADA
A FAVOR: 2 PPD PSD; 2 CH; 1 IND; 1 IL;
CONTRA: 8 HNL; 1 CDU;
ABSTENÇÃO: 4 PS.

Moção

Carta Municipal de Habitação de Mafra

Uma estratégia que deve privilegiar a liberdade, a oferta e a eficiência

A habitação constitui hoje um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias portuguesas e também pelos munícipes de Mafra. O aumento dos preços de compra e arrendamento resulta de um desequilíbrio evidente entre a oferta disponível e a procura existente.

A Iniciativa Liberal considera que este problema não se resolve através de uma crescente intervenção do Estado ou das autarquias na promoção direta da habitação, mas sim através da criação de condições para que mais habitação seja construída, reabilitada e colocada no mercado.

As autarquias desempenham um papel fundamental neste processo. São responsáveis pelo ordenamento do território, pelos licenciamentos urbanísticos e por uma parte significativa da carga administrativa que condiciona a capacidade de resposta do mercado.

Assim, qualquer **Carta Municipal de Habitação deve constituir um instrumento estratégico orientado para:**

- **aumentar significativamente a oferta de habitação;**
- **reduzir tempos e custos de licenciamento;**
- **incentivar a reabilitação urbana;**
- **promover parcerias com o setor privado;**
- **utilizar os recursos públicos apenas quando o mercado, comprovadamente, não consegue responder.**

A Iniciativa Liberal entende que o Município não deve assumir como missão competir com os particulares na promoção imobiliária, mas antes criar condições para que famílias, empresas e investidores encontrem um ambiente favorável ao investimento.

A resposta ao problema da habitação exige confiança, estabilidade regulatória e previsibilidade.

Mais regulamentação, mais burocracia e maior intervenção pública não resolverão a escassez de habitação.

Resolverão, isso sim, mais lentamente o problema.

Defendemos igualmente que qualquer **estratégia municipal deve ser acompanhada por indicadores objetivos de avaliação, permitindo aos munícipes conhecer:**

- **quantas habitações foram efetivamente disponibilizadas;**
- **quanto tempo demora um licenciamento;**
- **qual a evolução dos preços da habitação;**
- **qual o impacto financeiro das medidas implementadas**.

A transparência e a avaliação permanente são indispensáveis para garantir uma utilização responsável dos recursos públicos.

A Iniciativa Liberal reafirma que a melhor política de habitação é aquela que aumenta a liberdade de construir, reduz os obstáculos administrativos e cria condições para que o mercado responda às necessidades das famílias.

Só aumentando a oferta será possível tornar a habitação mais acessível de forma sustentável.

Deliberação

A Assembleia Municipal de Mafra recomenda que a implementação da Carta Municipal de Habitação observe os seguintes princípios:

1. **Simplificação e aceleração dos procedimentos de licenciamento urbanístico.**
2. **Promoção da reabilitação urbana através de incentivos e redução de entraves administrativos.**
3. **Recurso preferencial a parcerias público-privadas sempre que adequadas.**

4. **Definição de indicadores públicos de execução e monitorização anual.**
5. **Avaliação periódica da eficácia das medidas implementadas, privilegiando aquelas que aumentem efetivamente a oferta habitacional.**

Mafra, 30 de junho de 2026

Anabela Guerreiro

Deputada da Iniciativa Liberal

1 IL.
CONTRA: 4 PS.
ABSTENÇÃO: 8 HML; 1 CDU. (3)

Grupo Municipal

APROVADA

MOÇÃO

1. A **Natalidade** constitui hoje tema central da Política do Estado e terá de ser também uma prioridade das **Autarquias**, porque estão estas mais próximas das populações.

Com a liberalização do aborto em 2007 criou-se no País um dever, por efeito da Lei e ainda, como disse sempre o **Tribunal** Constitucional nos seus **Acórdãos**. "O facto de o aborto estar despenalizado, em certas circunstâncias, não isenta o Estado da sua obrigação constante de proteger a vida Humana – intrauterina. Este dever legal, impõe a todos os agentes do Poder que sejam criadas e oferecidas alternativas ao Aborto" para melhor servir as suas populações e para que as mulheres possam **decidir em Liberdade**.

2. Por isso, existe já uma vasta **rede social de Apoio às Grávidas** de norte a sul do país, os chamados CAV (**Centros de Apoio à Vida**) - **IPSS** hoje mais de 20 Federados na F.P.V. (a que presidimos, com muita honra)

Porque, efetivamente o que se faz nestas instituições é ajudar as mães a dar um colo ao filho que está por nascer. Onde **nunca se discrimina seja quem for**.

É um trabalho profissional/social profundamente louvável.

3. Desde a liberalização do aborto mais de **300.000 crianças deixaram de nascer** por recurso ao aborto por opção da mulher. Por mês fazem-se mais de 1550 abortos. É um número avassalador.

Apesar disso, por efeito naquelas instituições (CAV 's) umas com maior capacidade de trabalho outras com menores recursos, vêm-se nascer centenas de crianças por ano, porque as suas mães foram ajudadas.

4. Há uma "**cultura de vida**" que se opõe à "**morte**" que importa fazer crescer para bem não só da criança por nascer mas também e muito em particular para apoio às mulheres vítimas desta violência. Mais, são **vítimas da falta de liberdade**, porque **não há alternativa ao aborto quando as dificuldades se levantam**.

5. Somos todos responsáveis, todos sofremos com esta chaga social que a ninguém aproveita. Como dizia Giuliano Ferrara enquanto

militante da esquerda socialista e ateu devoto "no aborto não é só uma criança que sofre, é uma mãe que deixa de o ser, é uma família que fica amputada, é uma sociedade que fica mais pobre".

6. O concelho de Mafra tem tido nos últimos anos uma modificação social assinalável. Somos um concelho jovem, de famílias que podem ou não, crescer conforme as circunstâncias e capacidades. Famílias muitas vezes desenraizadas e que carecem de apoios.

A maternidade e a paternidade são por isso itens que exigem redobrados cuidados públicos. **Não basta fazer Parques e jardins públicos, se não houver crianças**...

7. Hoje, em Mafra, uma mulher que está grávida e é vítima de pressões económicas e sociais - falta de trabalho ou ameaça de despedimento, violência doméstica, falta de casa para a família que cresce etc. etc. Não tem onde recorrer com recato, soluções concretas e resposta profissional.

8. Precisamos de uma concreta **oferta de proximidade e de apoio ao discernimento na gravidez de risco** o qual deve ser promovido especialmente junto dos Centros de saúde e

canais informativos da Área Social do concelho. Tal como já se pratica noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (Amadora, Cascais, Sintra, etc.)

O qual é feito em parceria com Instituições (IPSS) com conhecimento, meios técnicos e profissionais capazes de dar resposta a estas dificuldades ("**Apoio à Vida**", "**Ajuda de Mãe**", etc.) sempre em parceria com as demais instituições públicas. (Segurança Social, I.E.F.P, SNS, etc.)

9. Em qualquer território, o mais relevante é sempre o Humano. Cuidar dos mais vulneráveis e carenciados é a primeira "função do **Príncipe**" diga-se da **Política**. Não podemos fechar os olhos às mulheres desamparadas e em aflição, às crianças por nascer, e às famílias mais carenciadas. As novas realidades sociais exigem novas políticas de proximidade.

Assim, atendendo ao supra exposto,

A **Assembleia Municipal de Mafra** na sua sessão de 30/06/26 delibera instar a C.M. de Mafra para que no mais curto espaço de tempo promova e leve a cabo a instalação em Mafra de um **Gabinete de Apoio à Grávida em risco**, em parceria com um dos C.A.V. com sede em Lisboa fornecendo espaço e meios capazes de responder a esta necessidade que só pode tornar o concelho de Mafra mais rico e prospero.

Pl' O Grupo Municipal do PSD/Mafra

Isilda Pegado

APROVADA POR UNANIMIDADE

MOÇÃO

Instituição da "Semana Municipal da Juventude de Mafra" como Instrumento de Participação Cívica, Coesão Territorial e Desenvolvimento Local

O **Grupo Municipal do PSD** vem apresentar à Assembleia Municipal de Mafra a presente Moção, elaborada pela **Juventude Social Democrata de Mafra.**

A juventude constitui uma força essencial para o desenvolvimento do concelho de Mafra. Mais do que destinatários de políticas públicas, os jovens devem ser reconhecidos como parceiros ativos na construção de respostas para os desafios do presente e na definição das prioridades do futuro.
Num território marcado pela diversidade territorial e social, a política municipal de juventude deve assumir um papel descentralizador e mobilizador, assegurando igualdade de acesso dos jovens a oportunidades de participação e desenvolvimento.

A criação de uma "Semana Municipal da Juventude de Mafra" permitiria concentrar, articular e dar visibilidade às várias iniciativas dirigidas aos jovens, promovendo uma intervenção mais integrada entre o Município, as juntas de freguesia, as escolas, as associações juvenis e estudantis, os clubes, as instituições do terceiro setor, as empresas e o Conselho Municipal de Juventude.

Esta iniciativa não deve ser entendida como um mero programa pontual de animação, mas como um instrumento estratégico de auscultação, participação cívica, coesão territorial e valorização do potencial jovem do concelho. Ao reunir, ao longo de vários dias, momentos de debate, capacitação, voluntariado e expressão cultural, bem como iniciativas desportivas e de contacto com o tecido económico local, o Município reforça o envolvimento dos jovens na vida pública e a proximidade das políticas municipais às suas reais necessidades.

Nestes termos, propomos que a Assembleia Municipal de Mafra delibere recomendar à Câmara Municipal:

1. Institua a "Semana Municipal da Juventude de Mafra": como iniciativa anual dedicada à promoção da participação cívica, da cidadania, da cultura, do desporto, da qualificação, do associativismo e da valorização da juventude do concelho.

Grupo Municipal
Assembleia Municipal de Mafra

MOÇÃO

Instituição da "Semana Municipal da Juventude de Mafra" como Instrumento de Participação Cívica, Coesão Territorial e Desenvolvimento Local (cont.)

2. Defina objetivos claros para a iniciativa, designadamente promover a igualdade de oportunidades entre os jovens do concelho, reforçar a coesão territorial, aproximar os jovens das instituições democráticas, valorizar o associativismo juvenil e estudantil, estimular o empreendedorismo jovem e promover o diálogo entre os jovens e o poder local.

3. Garanta a descentralização territorial da programação: assegurando a realização de iniciativas em diferentes freguesias do concelho e procurando mitigar as assimetrias entre o litoral e o interior, para que a Semana Municipal da Juventude seja verdadeiramente concelhia e inclusiva.

4. Constitua uma Comissão de Acompanhamento: integrando representantes do Pelouro da Juventude, técnicos municipais das áreas relevantes, membros do Conselho Municipal de Juventude, representantes de associações juvenis e estudantis, representantes das juntas de freguesia e outras entidades locais com intervenção direta junto dos jovens, garantindo uma construção participada da agenda.

5. Estruture a programação em eixos temáticos: assegurando uma oferta diversificada, coerente e ajustada às prioridades da juventude mafrense, incluindo, entre outras, as seguintes áreas:

1. **cidadania e participação,** através de momentos de auscultação, debate e contacto com os órgãos autárquicos;
2. **educação, qualificação,** emprego e empreendedorismo, com ações de informação, orientação e capacitação;
3. **cultura e criatividade,** valorizando a expressão artística, o património local e a criação jovem;
4. **desporto, saúde e bem-estar**, promovendo estilos de vida saudáveis e a prática desportiva;
5. **ambiente, sustentabilidade e voluntariado,** incentivando a participação cívica e a responsabilidade social.

MOÇÃO

Instituição da "Semana Municipal da Juventude de Mafra" como Instrumento de Participação Cívica, Coesão Territorial e Desenvolvimento Local (cont.)

Importa reconhecer que o Município já promove, há vários anos, um conjunto diversificado de iniciativas dirigidas à juventude dentro destes eixos temáticos.

A Semana Municipal da Juventude deverá funcionar como um momento de articulação e valorização dessa programação, conferindo-lhe maior visibilidade, complementando-a com novas atividades desenvolvidas em parceria com os diversos agentes locais, sem substituir a programação regular ao longo do ano.

6. Promova a articulação entre o Município, as juntas de freguesia, os estabelecimentos de ensino, o Conselho Municipal de Juventude, as associações juvenis e estudantis, os clubes, as instituições particulares de solidariedade social, as empresas e demais entidades locais, incentivando uma construção participada da iniciativa.

7. Adote uma estratégia de comunicação integrada: que promova uma ampla participação dos jovens e valorize a Semana Municipal da Juventude como iniciativa de referência no concelho.

8. Crie mecanismos de monitorização e avaliação da Semana Municipal da Juventude: definindo indicadores que permitam avaliar a sua execução, participação, impacto e evolução.

9. Submeta um relatório anual à Assembleia Municipal e ao Conselho Municipal de Juventude: avaliando a execução da iniciativa, os resultados alcançados e os contributos recolhidos para a melhoria das futuras edições.

10. Preveja enquadramento orçamental adequado à realização da Semana Municipal da Juventude de Mafra, garantindo a sua qualidade, continuidade e sustentabilidade.

MOÇÃO

Instituição da "Semana Municipal da Juventude de Mafra" como Instrumento de Participação Cívica, Coesão Territorial e Desenvolvimento Local (cont.)

A instituição da "Semana Municipal da Juventude de Mafra" representa uma oportunidade para reforçar a participação dos jovens na vida do concelho, valorizar o seu talento, aproximar as instituições das novas gerações e afirmar Mafra como um município que reconhece a juventude como prioridade estratégica.

Por essa razão, recomenda-se à Câmara Municipal de Mafra que avance com a criação desta iniciativa, de forma participada, descentralizada, financeiramente sustentável e orientada para resultados concretos.

Mafra, 30 de junho de 2026

O Grupo Municipal do PPD/PSD

APROVADA
A FAVOR: 21 PPD|PSD; 2 CH.
CONTRA: 8 HML
ABSTENÇÃO: 4 PS; 1 IND; 1 IL; 1 CDU.

MOÇÃO

Devolução de 25% da Taxa Turística às Freguesias do Concelho de Mafra

Repartir os recursos da pressão turística por quem a suporta no território

1. Enquadramento

A atividade turística concentra-se em algumas freguesias do concelho, mas os seus efeitos, no espaço público, na mobilidade, na limpeza urbana e na pressão sobre os equipamentos locais, fazem-se sentir de forma desigual em todo o território. A Taxa Turística existe precisamente para responder a essa pressão. É justo, por isso, que parte da receita regresse às freguesias, dotando-as de meios para investimentos e atividades relacionados, direta e indiretamente, com o turismo.

No exercício de 2024, a Taxa Turística arrecadada no Município de Mafra ascendeu a **1.093 milhares de euros**, correspondentes a **628.352 dormidas**, o que traduz um valor médio de **1,74 € por dormida**.

2. Proposta

Propõe-se que **25% da Taxa Turística arrecadada em cada freguesia no ano n-1 seja transferida para essa mesma freguesia no ano em exercício**. O critério é objetivo e auditavelmente simples: cada freguesia recebe na exata medida das dormidas que gera. A repartição resultante é a seguinte:

Freguesia	N.º de dormidas (2024)	Valor a transferir em 2026 (25%)
Carvoeira	67 180	29 214 €
Encarnação	34 391	14 956 €
Ericeira	417 861	181 714 €
Mafra	27 452	11 938 €
Milharado	0	0 €
Santo Isidoro	48 102	20 918 €
Azueira e Sobral da Abelheira	13 263	5768 €
Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	10 540	4584 €
Igreja Nova e Cheleiros	2820	1226 €
Malveira e São Miguel de Alcainça	405	176 €
Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés	6338	2756 €
Total do concelho	**628 352**	**273 250 €**

Valores apurados pela aplicação de 25% à receita imputada a cada freguesia, na proporção das dormidas de 2024. O total a devolver às freguesias é de aproximadamente 273.250 €.

Sublinha-se que esta proposta **não implica qualquer aumento de despesa**: trata-se de afetar uma parte de receita já cobrada, devolvendo-a ao território que a origina.

3. Deliberação

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Mafra, reunida em 30 de junho de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal de Mafra que:

a) Transfira para cada Junta e União de Freguesia, no atual exercício, um montante equivalente a 25% da Taxa Turística arrecadada na respetiva freguesia no ano anterior, de acordo com a repartição constante do quadro anterior;

b) Adote a dormida como critério de repartição, por ser objetivo, transparente e diretamente associado à pressão turística suportada por cada território;

c) Dê conhecimento à Assembleia Municipal e às Juntas e Uniões de Freguesia do montante transferido e dos critérios aplicados, garantindo transparência na execução;

d) Consagre este mecanismo de devolução de forma regular nos exercícios seguintes, conferindo-lhe previsibilidade enquanto instrumento de coesão territorial.

4. Nota final

O princípio que esta moção concretiza, devolver às freguesias parte da receita da pressão turística em nome da coesão territorial, não é novo. Estava já inscrito no documento conjunto das freguesias para a Delegação de Competências e Transferência de Recursos 2026-2029, que mereceu o voto contra do Partido Socialista no Executivo Camarário.

Regista-se, pois, com surpresa, que o mesmo partido promova agora publicamente, como iniciativa própria, moções sobre a aplicação da Taxa Turística e a coesão territorial. A coerência recomendaria o contrário: quem recusou dar às freguesias os recursos da atividade turística dificilmente pode reclamar a paternidade do princípio que rejeitou. Esta moção devolve o debate ao plano que de facto interessa às freguesias: meios concretos, com valores e com critério, para todo o concelho.

Mafra, 30 de junho de 2026
A Bancada do Partido Social Democrata

4.1.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

À consideração do Senhor Presidente.

07/07/2026

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objeto de deliberação pelo órgão executivo.

06/07/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação prestada.

À consideração superior.

30/06/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião.

02/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16592

ASSUNTO: Elaboração do Regulamento das Atividades Organizadas de Surfing nas Praias Balneares no Município de Mafra - Início do procedimento e participação procedimental.

1. O concelho de Mafra é um território de referência para a prática de atividades de *surfing*, registando um aumento significativo tanto de praticantes individuais como de agentes de animação turística com oferta de serviços dedicados a este segmento dos desportos aquáticos de deslize;
2. Embora este crescimento contribua de forma relevante para a dinamização económica local e para a valorização do ecossistema turístico do concelho, acarreta igualmente desafios acrescidos no âmbito da gestão e ordenamento das praias balneares, particularmente durante a época balnear, período em que a pressão sobre o espaço costeiro atinge níveis mais elevados;
3. Com a transferência de competências para os municípios, feita através do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, passou a ser da responsabilidade das autarquias o licenciamento das atividades desportivas e recreativas realizadas nas praias marítimas, fluviais e lacustres que pertencem ao Domínio Público Hídrico do Estado, conforme

Anexo VI

artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Assim, os municípios passaram a licenciar todas as atividades que ocorram em praias classificadas como "águas balneares", de acordo com a Diretiva 2006/7/CE e com a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água). Nas restantes praias, que não têm esta classificação, a competência para licenciar continua a ser da Autoridade Marítima Nacional, através das suas capitanias e delegações locais;

4. Desde 1 de janeiro de 2021, o Município de Mafra é responsável pelo licenciamento das atividades de *surfing* promovidas por agentes de animação turística nas praias balneares do Concelho;
5. A intensificação da presença de agentes de animação turística nas praias exige uma articulação rigorosa com a utilização livre do areal por praticantes individuais, com o funcionamento das unidades balneares concessionadas e com a salvaguarda da segurança e do bem-estar dos demais utilizadores das praias balneares. A inexistência de um enquadramento normativo específico pode conduzir a situações de conflito de usos, fenómenos de sobrelotação, riscos para a segurança dos utilizadores e impactos negativos na qualidade da experiência balnear e turística;
6. Neste contexto, revela-se indispensável a definição de um quadro regulatório claro e tecnicamente fundamentado, que assegure a compatibilização entre a atividade económica desenvolvida pelos agentes de animação turística e a preservação do carácter público e multifuncional das praias;
7. A implementação de normas específicas para a prática organizada de atividades de *surfing* constitui, assim, um instrumento essencial para garantir uma gestão sustentável, segura e equilibrada das zonas balneares do concelho de Mafra, promovendo a coexistência harmoniosa entre todos os utilizadores e assegurando o cumprimento das exigências legais e operacionais aplicáveis ao uso do Domínio Público Marítimo;
8. Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), as autarquias locais "*dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar*", consagrando, ademais, o n.º 7 do seu artigo 112.º, que "Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão." (sublinhado nosso);
9. Ora o Município de Mafra dispõe de atribuições para a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, nos domínios dos tempos livres e desporto, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

do urbanismo, nos termos do disposto nas alíneas f), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma legal que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

10. Compete à Câmara Municipal de Mafra, nos termos do disposto nas alíneas k), qq) e uu) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, administrar o domínio público municipal, bem como deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;

11. Por último, salienta-se que, de acordo com o n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, o início do procedimento é publicitado na *Internet*, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Face ao exposto, **propõe-se** que, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, com as alíneas f), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º e com as alíneas k), qq) e uu) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e atendendo, ademais, aos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º, ambos da CRP, **a Câmara Municipal delibere iniciar o procedimento referente à elaboração do Regulamento das Atividades Organizadas de *Surfing* nas Praias Balneares no Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na *Internet*, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra.**

Assinado por: **Ana Isabel dos Santos Ferreira Zeferino Vaz**
Num. de Identificação: [redacted]
Data: 2026.06.30 14:48:26+01'00'

Ana Zeferino
[illegible]ismo
CHAVE MÓVEL

1.2.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo com a proposta. Remeto à consideração do Sr. Presidente.

24/06/2026

O(A) Vereador(a),

Concordo. Atenta a urgência do assunto, proponho que seja submetido a despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, para posterior ratificação pela Câmara Municipal na próxima Reunião de Câmara.

24/06/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação para despacho superior.

24/06/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Concordo com a presente informação, pelo que determino, com os fundamentos na mesma expendidos, e atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 35.º e na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a cedência gratuita do Auditório da Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, ao munícipe Sérgio [redacted], referente à realização da apresentação do livro intitulado "Da Fragilidade à Esperança", do Sr. Padre [redacted], no passado dia 21 de junho, e à professora Ana [redacted], para a realização de ensaios e apresentação de dança com uma turma dos 06 aos 10 anos, nos dia 01 e 08 de julho de 2026.

Mais determino que o presente despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, nos termos e ao abrigo do previsto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de Ratificação.

24/06/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16950

ASSUNTO: Auditórios Municipais - Cedências

Os munícipes abaixo indicados solicitam a cedência do Auditório da Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, cuja utilização do espaço em regime de aluguer daria lugar a receita, conforme o tarifário de preços de utilização de espaços afetos às instalações municipais de âmbito cultural:

Entidade	NIF	Atividade	Instalação	Valor
Sérgio [redacted]	[redacted]	Apresentação de livro " Da Fragilidade à Esperança", de Sr. Pe. Custódio [redacted]	CMFAG	150,00 €
Ana [redacted]	[redacted]	Ensaios e apresentação de dança com turma dos 06 aos 10 anos	CMFAG	200,00 €

Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, cabe à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município.

Anexo VII

Assim, atendendo às datas dos eventos e ao facto de se tratar de atividades que visam o desenvolvimento de atividades na área educativa e cultural, verificando-se a existência de disponibilidade da instalação cultural nas datas e horários solicitados, no dia 21 de junho, entre as 17h00 e as 19h30, e nos dias 1 e 8 de julho, entre as 16h30 e as 19h30, propõe-se a cedência gratuita do Auditório da Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, respetivamente, ao munícipe Sérgio [redacted] e à professora e munícipe Ana [redacted], ao abrigo das disposições conjugadas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º e no n.º 3 do artigo 35.º, ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, devendo o despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara ser presente na próxima reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.

Mafra, 24 de junho de 2026

A Dirigente da Unidade de Cultura

Maria do Carmo Almeida

Maria Almeida

De: Sérgio [redacted]
Enviado: 19 de junho de 2026 20:38
Para: CM Mafra | Geral
Assunto: Fwd: Cedência de espaço 21-06-2026Sérgio Castelão <sergio.n.castelao@gmail.com>

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

---------- Mensagem encaminhada ---------
From: **Carla** [redacted]
Data: sex., 19/06/2026 às 15:50
Assunto: Cedência de espaço 21-06-2026
Para: <sergio [redacted]

Exmos. Senhores,

conforme conversações mantidas, pelo presente confirmo a solicitação de cedência de espaço conforme informação que se segue:

Local: Casa da Música Francisco Alves Gato
Tipologia do evento: Apresentação do livro " Da fragilidade à esperança" Pe. Custódio [redacted]
Data: 21/06/2026
Período de ocupação: das 15h às 18h
Necessidades Técnicas: 2 microfones

Grato pela colaboração atentamente

Sérgio [redacted]

This email was scanned by Bitdefender

Maria Almeida

De: Ana [redacted]
Enviado: 19 de junho de 2026 08:00
Para: CM Mafra | Geral
Cc: gab.animacao.cultural@m-mafra.pt
Assunto: Pedido formal de cedência de espaço - Apresentação de Dança Criativa

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Exmo. Sr. Presidente Hugo Moreira Luís,

O meu é Ana [redacted], sou bailarina e professora de Dança, residente no concelho de Mafra, e dinamizo uma aula de dança criativa para crianças dos 6 aos 10 anos no Sobreiro.

Neste contexto, venho por este meio solicitar a V. Ex.ª a cedência do espaço da Casa da Música Francisco Alves Gato, para a realização da apresentação final do ano letivo 2025/2026 deste grupo de trabalho.

A apresentação conta com a participação de 14 crianças e tem como objetivo proporcionar-lhes a experiência de apresentar o seu trabalho num espaço com palco, valorizando o percurso desenvolvido ao longo do ano. Após a apresentação, será ainda realizada uma dinâmica de movimento envolvendo os pais das crianças, com uma duração aproximada de 15/20 minutos.

Venho, assim, solicitar a possibilidade de utilização deste espaço nas seguintes datas:

Dia 1 de julho de 2026, das 17h30 às 19h, para ensaios da apresentação;

Dia 8 de julho de 2026, das 17h30 às 19h15, para realização da apresentação final.

Agradeço desde já a disponibilidade e a atenção dedicada a este pedido, que representa uma oportunidade muito especial para as crianças envolvidas.

Fico ao dispor para qualquer informação adicional que seja necessária.

Com os melhores cumprimentos,

Ana [redacted]

This email was scanned by Bitdefender

1.3.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo com a informação abaixo descrita. Proponho que o assunto seja deliberado pelo órgão executivo.

7/7/2026

O(A) Vereador(a), Liliana Faustino

Concordo. Proponho que o assunto seja objeto de deliberação pelo órgão executivo.

06/07/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a informação prestada.
À consideração superior.

24/06/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião

À Reunião

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16131

ASSUNTO: Clube Desportivo da Venda do Pinheiro - Atribuição de apoio financeiro

O Clube Desportivo da Venda do Pinheiro é uma coletividade de reconhecida relevância no panorama associativo e desportivo do concelho de Mafra, desenvolvendo uma atividade regular e diversificada na promoção da prática desportiva, da formação de jovens atletas e da adoção de estilos de vida saudáveis. Através das suas diferentes secções e modalidades, o Clube tem contribuído de forma significativa para a dinamização da atividade desportiva local e para a valorização do movimento associativo.

Entre as suas valências desportivas destaca-se o Núcleo de Triatlo, que tem vindo a afirmar-se como uma importante estrutura de formação e desenvolvimento da modalidade, proporcionando a crianças, jovens e adultos a prática regular de uma disciplina particularmente exigente, que combina as vertentes de natação, ciclismo e corrida.

Anexo VIII

Para além da componente competitiva, o Núcleo de Triatlo desempenha um relevante papel formativo e educativo, promovendo valores como a disciplina, a resiliência, o espírito de equipa, a superação pessoal e o respeito pelas regras, contribuindo simultaneamente para a ocupação saudável dos tempos livres e para o desenvolvimento físico e social dos seus praticantes. A atividade desenvolvida pelo Núcleo tem permitido o crescimento sustentado da modalidade no Concelho, fomentando a participação dos seus atletas em provas e competições de âmbito regional e nacional e projetando o nome da Venda do Pinheiro e do concelho de Mafra no contexto desportivo.

No âmbito da prossecução dos seus objetivos e da necessidade de assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da sua atividade, o Núcleo de Triatlo identificou a necessidade de adquirir novos equipamentos destinados ao apoio dos treinos, da formação dos atletas e da participação em competições. Este investimento revela-se essencial para garantir a qualidade do processo de treino, a segurança dos praticantes e a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Clube.

Atendendo ao número de atletas envolvidos, ao relevante papel desempenhado pelo Núcleo de Triatlo na promoção da prática desportiva e da formação de jovens no concelho de Mafra e ao interesse público da sua atividade, considera-se que a aquisição destes equipamentos constitui um investimento importante para o fortalecimento da modalidade e para a melhoria das condições oferecidas aos seus praticantes.

Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Assim, considerando o mérito da atividade desenvolvida pelo Clube Desportivo da Venda do Pinheiro, em particular através do seu Núcleo de Triatlo, bem como o interesse municipal associado à promoção do desporto, da formação desportiva e dos hábitos de vida saudáveis, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no montante de 3.284,10 € (três mil duzentos e oitenta e quatro euros e dez cêntimos), destinado a comparticipar a aquisição de novos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade do Núcleo de Triatlo.

Mafra, 24 de junho de 2026

Unidade de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo Social

O Técnico Superior

(Filipe Fernandes)

Filipe Fernandes

De: Triatlo C.D. Venda do Pinheiro <triatlocdvp@gmail.com>
Enviado: 3 de março de 2026 16:59
Para: CM Mafra | Associativismo
Assunto: FW: Orçamento Trisuits Núcleo Triatlo Venda do Pinheiro

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Concluído

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Boa tarde,

Antes de mais, pedimos desculpa pela demora neste envio.

Entretanto estivemos a negociar com a EM3 e conseguimos fechar uma proposta bastante mais vantajosa para os fatos de competição (tri-suits).

Temos neste momento orçamento para **30 tri-suits**, no valor total de **2.670€**, conforme se confirma no e-mail da EM3 que segue em anexo.

No entanto, tendo em conta que em reunião foi falado um valor aproximado de **3.500€**, colocamos a seguinte hipótese:
Caso a Câmara Municipal de Mafra esteja disponível para financiar o montante na ordem dos 3.500€, seria possível avançarmos para **40 tri-suits**, ficando o valor total em cerca de **3.560€ ?**
Ou seja, por uma ligeira diferença face ao valor inicialmente falado, conseguiríamos:

- Garantir que futuros atletas tenham acesso rápido ao fato de competição
- Garantir melhor uniformização da equipa
- Aproveitar as condições negociadas por quantidade

Parece-nos uma solução interessante em termos de custo-benefício, mas naturalmente alinhamos com aquilo que se considerar mais adequado.

Ficaremos a aguardar feedback para avançarmos.

Cumprimentos,
Guilherme Carlos

De: edgarmartins@em3.pt <edgarmartins@em3.pt>
Data: terça-feira, 3 de março de 2026 às 07:59
Para: Triatlo C.D. Venda do Pinheiro <triatlocdvp@gmail.com>
Assunto: Re: Orçamento Trisuits Núcleo Triatlo Venda do Pinheiro

Bom dia Guilherme

O melhor valor para as 30 und SkinSuit Aero iguais aos do DIOGO CUSTODIO é de 89€ + IVA

Caso pretenda um orçamento formal, pode enviar os dados de faturação da empresa.

Alguma informação adicional, disponha.

Melhores Cumprimentos
Edgar Martins

No dia 02/03/2026, às 15:25, Triatlo C.D. Venda do Pinheiro <triatlocdvp@gmail.com> escreveu:

Exmos. Senhores,

Venho por este meio solicitar um orçamento para a produção de 30 Trisuits personalizados.

As características são as mesmas que o nosso treinador, Diogo Custódio, já encomendou para o Triatlo da Venda do Pinheiro (Skinsuits).

Agradeço, se possível, o envio de informação sobre preços unitários, prazos de entrega e condições de pagamento.

Fico a aguardar o vosso contacto.

Com os melhores cumprimentos,
Guilherme Carlos

This email was scanned by Bitdefender

Filipe Fernandes

De: Triatlo C.D. Venda do Pinheiro <triatlocdvp@gmail.com>
Enviado: 25 de fevereiro de 2026 09:58
Para: CM Mafra | Geral
Assunto: Proposta de parceria institucional – Núcleo de Triatlo da Venda do Pinheiro
Anexos: Proposta parceria CDVP Triatlo - Câmara Municipal de Mafra.pdf

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Exmos. Senhores,
Na sequência da reunião realizada com o Exmo. Sr Nuno Benedito, chefe da Divisão de Desporto e Juventude, vimos por este meio apresentar formalmente uma proposta de visibilidade institucional para a Câmara Municipal de Mafra através do nosso Núcleo de Triatlo.

Pretendemos integrar o brasão da Câmara Municipal de Mafra, bem como o delineado do Palácio Nacional de Mafra, nos nossos fatos oficiais de competição (trisuits), que serão utilizados em provas regionais, nacionais e internacionais ao longo da época.
Esta presença permitirá:

- Divulgação do concelho em contexto competitivo
- Exposição da marca municipal em eventos desportivos
- Reforço da associação entre Mafra e a promoção de estilos de vida ativos

Enviamos em anexo uma proposta de modelo do nosso fato de competição.

Propomos a colocação das entidades institucionais em zonas visíveis do Trisuit (Mangas, presença bilateral como indicado no anexo) integrando o brasão da Câmara Municipal de Mafra no ombro esquerdo (lado do coração) e o delineado do Palácio Nacional de Mafra no ombro direito, conforme semi-acordado na reunião.
Tal acordo vem com a comparticipação na aquisição dos equipamentos de competição para os os nossos atletas.
Com um valor entre 120 a 150€ por atleta e a contar com 30 atletas até ao final de Abril.
Ficaria acordada então uma verba entre 3600-4500€.

Importante destacar que o fato de competição tem a durabilidade de 2 a 3 épocas desportivas.

Como contrapartida, garantimos:

- Referência institucional nas nossas comunicações e redes sociais
- Inclusão da marca no fato de competição
- Associação direta ao crescimento do núcleo de triatlo
- Participação nos diversos eventos que a câmara proporciona no ramo do desporto.

Ficamos a aguardar indicação sobre os procedimentos necessários e eventuais orientações relativamente à utilização da identidade visual institucional.
Com os melhores cumprimentos,
Núcleo de Triatlo da Venda do Pinheiro

This email was scanned by Bitdefender

Proposta de Patrocínio: C.D.V.P. Triatlo

Época 2026

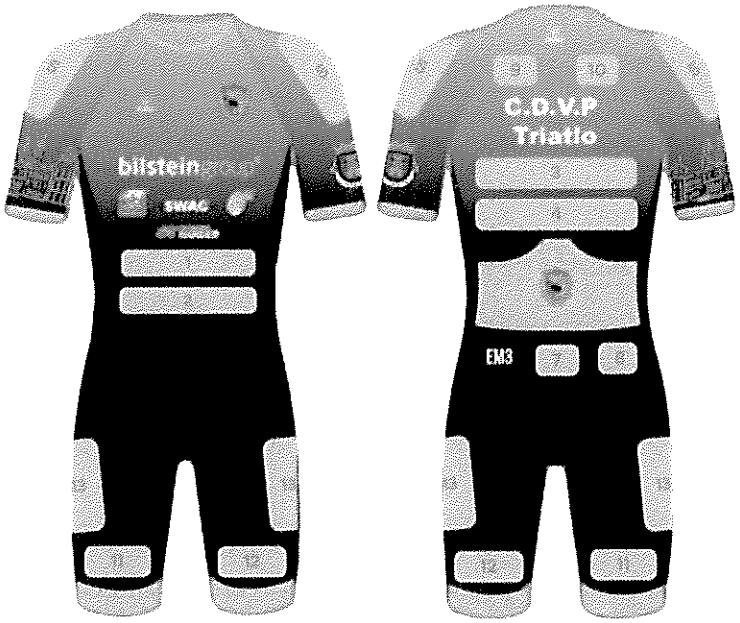
1. O Projeto

O **C.D.V.P. Triatlo** é mais do que uma equipa de competição, somos uma comunidade focada nos valores da superação, disciplina e no apoio ao desporto em qualquer idade.

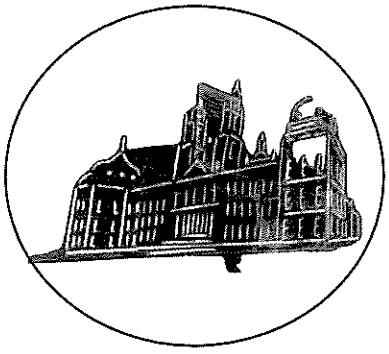
2. O Trisuit: A Nossa Identidade

O nosso equipamento oficial (Trisuit) foi desenhado para oferecer a máxima performance aos nossos atletas e a **máxima exposição aos nossos parceiros**. Através de um layout estratégico, garantimos que a câmara seja visível tanto em ambiente de prova (natação, ciclismo e corrida) como nos pódios e redes sociais.

Abaixo, detalhamos o seu layout e onde será colocado o brasão da Câmara Municipal de Mafra, bem como o delineado do Palácio Nacional de Mafra (Símbolos que consideramos fundamentais integrar no nosso trisuit, não apenas pela componente estética, mas sobretudo pelo seu valor identitário, representando de forma inequívoca o património, a história e a cultura do concelho)







Posição Proposta: Mangas, presença bilateral

Contexto:
Tal como muitos equipamentos/atletas levam a bandeira de Portugal pelo mundo fora, nós queremos levar o concelho de Mafra não só pelo nosso grande Portugal, mas também em várias provas internacionais onde vários dos nossos atletas irão participar.

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3619

Município de Mafra

Data: 24/06/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/517)

Entidade: CLUBE DESPORTIVO DA VENDA DO PINHEIRO

Original

Serviço Emissor	A (o) Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: **MARIA IVONE FRANCO CARDOSO** Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.06.24 12:26:55+01'00'	Assinado por: **CÂNDIDA MARIA TROCAS JACINTO** Num. de Identificação: 12066673 Data: 2026.06.24 12:30:38+01'00'

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CLUBE DESPORTIVO DA VENDA DO PINHEIRO, COM VISTA À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO COM O BRAZÃO DO MUNICÍPIO" (EDOC/2026/15062).

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	3.284,10		010102	000	000000	000	01040701		EUR
0251	Cabimentos registados		3.284,10	010102	000	000000	000	01040701		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000517	1	010102	000	000000	000	01040701		3619	3.284,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	1.678.585,00	**Reforços / Anulações:**	397.590,00	**Dotação Corrigida:**	2.076.175,00	**Cativos / Descativos:**	0,00	**Orç Liq. Cativos:**	2.076.175,00	**Despesas Cabimentadas:**	1.751.929,83
Despesas Pagas:	617.002,48	**Despesas Cab. não comprometidas:**	489.952,36	**Despesas Compr. não pagas:**	648.259,09	**Dotação Disponível:**	324.245,17	**Valor a Cabimentar:**	3.284,10	**Dotação disp. atualizada:**	320.961,07

Projeto: PAM.2022.0036 - Apoio ao Associativismo Desporto, Recreio e Lazer

TOTAL CABIMENTADO:	3.284,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo com o proposto. Remeto à consideração do Senhor Presidente.

6/7/2026

A Vereadora, Liliana Faustino

Concordo. Proponho que o assunto seja alvo de deliberação pelo órgão executivo.

03/07/2026

A Diretora de Departamento, [illegible]

Concordo com o teor da Informação.

03/07/2026

A Chefe de Divisão, Patrícia Duarte

DESPACHO

À reunião,

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/17020

ASSUNTO: Escola Secundária José Saramago – Mafra: atribuição de apoio financeiro para visita cultural

Foi rececionado um pedido da Senhora Coordenadora do Departamento de Física e Química da Escola Secundária José Saramago – Mafra, Professora Fernanda [redacted], tendo em vista a atribuição de uma comparticipação financeira para fazer face às despesas associadas ao transporte para assegurar a realização de uma visita cultural, por parte de docentes, à Golegã e arredores, terra natal do Patrono da referida Escola.

Esta iniciativa tem como principais objetivos promover o conhecimento do património cultural e histórico associado à vida e obra do escritor José Saramago, bem como fomentar o convívio, a partilha de experiências e o reforço dos laços de cooperação entre os docentes.

O custo total do transporte para a realização da visita cultural ascende a 700,00€ (setecentos euros), tendo a Junta de Freguesia de Mafra assegurado uma comparticipação no montante de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros).

Anexo IX

Neste contexto, solicita que o Município comparticipe o valor remanescente, no montante de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), permitindo assegurar a concretização da iniciativa.

Face ao exposto, propõe-se que, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal delibere atribuir um apoio financeiro à Escola Secundária José Saramago – Mafra, no montante de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros), destinado à comparticipação do custo do transporte inerente à realização da visita cultural, por parte de docentes, à Golegã e arredores.

Mafra, 03 de julho de 2026.
A Assistente Técnica,

Teresa Antunes

(Teresa Antunes)

Teresa Antunes

De: Fernanda [redacted]
Enviado: 11 de junho de 2026 07:51
Para: CM Mafra - Educação; CM Mafra | Geral
Cc: Maria [redacted]; Rosa [redacted]
Assunto: Passeio cultural

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra,

Bom dia.

No próximo dia 14 de julho, um grupo de professores da Escola Secundária José Saramago realizará uma visita cultural à Golegã e arredores, terra natal do patrono da nossa escola.

Esta iniciativa tem como principal objetivo promover o conhecimento cultural e histórico associado à figura de José Saramago, bem como fortalecer os laços de convivência, amizade e partilha entre os docentes.

Para a concretização desta atividade, foi solicitado um orçamento no valor de 700 euros, correspondente aos custos da deslocação. Nesse sentido, vimos por este meio questionar se haverá a possibilidade de a Câmara Municipal de Mafra apoiar financeiramente esta iniciativa, que consideramos de relevante interesse cultural, social e educativo.

Acreditamos que atividades desta natureza contribuem para o enriquecimento pessoal e profissional dos participantes, permitindo alargar horizontes culturais e reforçar o espírito de comunidade educativa.

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada e ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Fernanda [redacted]

Professora de Física e Química

Coordenadora do Departamento de Física e Química

Coordenadora do Projeto de Solidariedade Social
Escola Secundária José Saramago - Mafra (4000580)

This email was scanned by Bitdefender

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3833

Município de Mafra

Data: 06/07/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/554)

Entidade: ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ SARAMAGO-MAFRA

Original

Serviço Emissor	A/O) Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: MARIA IVONE FRANCO CARDOSO Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.07.07 09:44:43+01'00'	Assinado por: CÂNDIDA MARIA TROCAS JACINTO Num. de Identificação: 12066673 Data: 2026.07.07 10:00:16+01'00'

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO A VISITA CULTURAL - EDOC/2026/48171.

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	350,00		010501	000	000000	000	01040701		EUR
0251	Cabimentos registados		350,00	010501	000	000000	000	01040701		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000554	1	010501	000	000000	000	01040701		3833	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	1.073.550,00	Reforços / Anulações:	40.000,00	Dotação Corrigida:	1.113.550,00	Cativos / Descativos:	0,00	Orç Liq. Cativos:	1.113.550,00	Despesas Cabimentadas:	1.051.216,51
Despesas Pagas:	544.470,74	Despesas Cab. não comprometidas:	418.340,57	Despesas Compr. não pagas:	88.755,20	Dotação Disponível:	62.333,49	Valor a Cabimentar:	350,00	Dotação disp. atualizada:	61.983,49

Projeto: PAM.2022.0010 - Transferências Correntes Educação

TOTAL CABIMENTADO:	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.2.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo com o proposto. Remeto à consideração do Senhor Presidente.

6/7/2026

A Vereadora, Liliana Faustino

Concordo. Proponho que o assunto seja alvo de deliberação pelo órgão executivo.

30/06/2026

A Diretora de Departamento,

Concordo com o teor da Informação.

30/06/2026

A Chefe de Divisão,

DESPACHO

À reunião

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16588

ASSUNTO: Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC) – atribuição de apoio no âmbito do XII Encontro de Formação do Pessoal Docente

O Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho, aprova as regras a que obedece a constituição e o funcionamento dos Centros de Formação de Associações de Escolas, enquanto entidades formadoras e gestoras da formação do pessoal docente, previsto no artigo 38.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua atual redação, e no artigo 15.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril; e do pessoal não docente, previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

Os Centros de Formação de Associações de Escolas são entidades formadoras que integram escolas, devendo, conforme definido no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho, entre outros objetivos, coligir a identificação das prioridades de formação do pessoal docente e não docente, bem como promover o desenvolvimento da formação contínua através da elaboração e implementação de planos de formação adequados às

Anexo X

prioridades definidas, sendo o orçamento integrado no da Escola-Sede (n.º 1 do artigo 30.º).

Atualmente, no Município de Mafra, existe um Centro de Formação de Associações de Escolas, na Escola Secundária José Saramago – Mafra, denominado Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC), acreditado como entidade formadora, desde 18 de setembro de 2017, pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

O Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC) irá realizar, no dia 4 de setembro, o "XII Encontro Municipal de Formação de Pessoal Docente", sobre a temática "*Dinâmicas de intervisão pedagógica: construir a profissão docente no coletivo*". O Encontro terá duas sessões plenárias, sobre "Comunidades de Aprendizagem" e "Estudos de Aula", e abordará as seguintes temáticas em formato de *workshop*: "Envolvimento de Professores e Alunos em Iniciativas de Ativismo sobre Problemas que Afetam a Sociedade"; "Estudos de Aula"; "Comunidades de Aprendizagem"; "Projetos Internacionais (Erasmus)"; "A Arte como Ferramenta Colaborativa"; "Construir em Conjunto: Práticas Colaborativas entre Docentes e Biblioteca Escolar"; "Intervisão Digital: Ferramentas para Colaboração"; e "Etwinning e Trabalho Colaborativo entre Docentes".

Face ao exposto, propõe-se que, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Município atribua ao Centro de Formação da Associação de Escolas Rómulo de Carvalho (CFAERC), um apoio financeiro através da aquisição de bens, no montante total de 106,95€ (cento e seis euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, destinado ao *coffee-break* do "XII Encontro Municipal de Formação de Pessoal Docente". Mais se propõe a disponibilização de dois exemplares do livro "O Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima e a Quinta da(s) Cerca(s)", para oferta aos palestrantes no evento.

Mafra, 30 de junho de 2026.
A Assistente Técnica,

Teresa Antunes

(Teresa Antunes)

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3807

Município de Mafra

Data: 03/07/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/551)

Entidade: **Consumidor Final**

Original

Serviço Emissor	Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: **MARIA IVONE FRANCO CARDOSO** Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.07.03 12:32:39+01'00'	Assinado por: **CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE** Num. de Identificação: 09891463 Data: 2026.07.03 13:53:14+01'00'

Observações: Cabimento prévio para: "Atribuição de apoio no âmbito do XII Encontro de Formação do Pessoal Docente", para a aquisição de bens, destinado ao coffee-break" (EDOC/202646774)

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	131,55		010501	000	000000	000	01020121		EUR
0251	Cabimentos registados		131,55	010501	000	000000	000	01020121		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000551	1	010501	000	000000	000	01020121		3807	131,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	360.685,00	Reforços / Anulacões:	-4.860,00	Dotação Corrigida:	355.825,00	Cativos / Descativos:	0,00	Orç Liq. Cativos:	355.825,00	Despesas Cabimentadas:	254.033,92
Despesas Pagas:	92.203,97	Despesas Cab. não comprometidas:	85.780,65	Despesas Compr. não pagas:	76.180,85	Dotação Disponível:	101.791,08	Valor a Cabimentar:	131,55	Dotação disp. atualizada:	101.659,53

Projeto: PAM.2026.0012 - Projetos de Educação

TOTAL CABIMENTADO:	131,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.3.
.84

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER Concordo com o proposto

06/07/26

O(A) Vereador(a),

Concordo com o proposto. Proponho que o assunto seja objeto de deliberação pelo órgão executivo.

02/07/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

SUJEITO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR O APOIO À CORRIDA DOS FUNDADORES 2026

02/07/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião.

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

Hugo Moreira Luís

INFORMAÇÃO Interno/2026/16925

ASSUNTO: Corrida dos Fundadores 2026 - Atribuição de apoio financeiro

O Museu do Caramulo organiza a "Corrida dos Fundadores", entre os dias 25 e 27 de setembro de 2026, entre a Figueira da Foz e Lisboa, mais uma vez com passagem em Mafra. Este evento celebra a prova mais antiga da Península Ibérica, criada em 1902.

Na edição de 2026 da Corrida dos Fundadores prevê-se a participação de 60 viaturas (automóveis e motos pré-guerra), com paragens em Torres Vedras no dia 26 de setembro; e em Mafra no dia 27 de setembro, em frente ao Palácio Nacional de Mafra, na última etapa rumo ao Estoril (Jardins do Casino) e posteriormente Lisboa (Belém).

Considerando a relevância deste tipo de iniciativas, a projeção de Mafra e do Palácio Nacional, associada à dinâmica deste tipo de evento automobilístico;

Anexo XI

Considerando que nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção de saúde e prevenção de doenças.

Assim, na sequência do pedido formalizado pelo Museu do Caramulo, propõe-se apoiar a referida entidade através da atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.000,00€ (três mil euros, isento de IVA), para fazer face às despesas com os custos de transportes e reboques, seguros, equipa (mecânicos, assistência, comissários, secretariado e media), comunicação e produção dos materiais necessários.

Por último, salienta-se que foi assegurado o respetivo cabimento.

Mafra, 02 de julho de 2026

O Técnico Superior,

Pedro Borges

Pedro Borges

Assunto: FW: Corrida dos Fundadores 2026 || Câmara Municipal de Mafra
Anexos: Corrida dos Fundadores by Cartrack - CM Mafra.pdf

De: Pedro [redacted] | Museu do Caramulo [redacted]
Enviada: 18 de junho de 2026 13:18
Para: Vereador Eduardo [redacted]
Cc: Nuno [redacted]; salvador.gouveia@museudocaramulo.pt; raquel.marques@museudocaramulo.pt
Assunto: Corrida dos Fundadores 2026 || Câmara Municipal de Mafra

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Estimado Sr. Vereador Eduardo Silva,

Falei há pouco com o Nuno Benedito, que teve a amabilidade de nos facultar o seu contacto.

A razão deste e-mail é tão só de lhe fazer chegar a apresentação da edição de 2026 da Corrida dos Fundadores, que já é uma referência nacional no panorama de eventos para veículos pré-guera, e que tem uma forte componente de participantes internacionais, provenientes das mais diversas latitudes.

Mafra, e o largo do Convento, tem sido um dos pontos altos do evento, ao longo destas ultimas seis edições, e muito gostaríamos de contar com o vosso apoio neste regresso, com data agendada para domingo, dia 27 de Setembro.

Aproveitamos o ensejo, também para o convidar a estar presente, aquando da nossa chegada, e de lhe pedir que nos indique se algum elemento do Executivo Camarário se gostaria de associar ao último trecho do evento, que, saindo de Mafra, passa ainda pelos Jardins do Casino Estoril, com almoço final no Altis Belém, para o qual fica desde já convidado.

Sem mais por agora,

Subscrevemo-nos com os mais respeitosos cumprimentos.

Pedro [redacted]

Direcção de Eventos e Mecenato

MUSEU/DO CARAMULO

Rua Jean Lurçat 42
3475-216 Caramulo, Portugal
T. +351 232 861 270
pedro.cardoso@museudocaramulo.pt
www.museudocaramulo.pt

This email was scanned by Bitdefender


CLUBE PORTUGUÊS DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS
60
ANOS
AC-48-69
FUNDADORES



CORRIDA DOS FUNDADORES

25-27 Set 2026

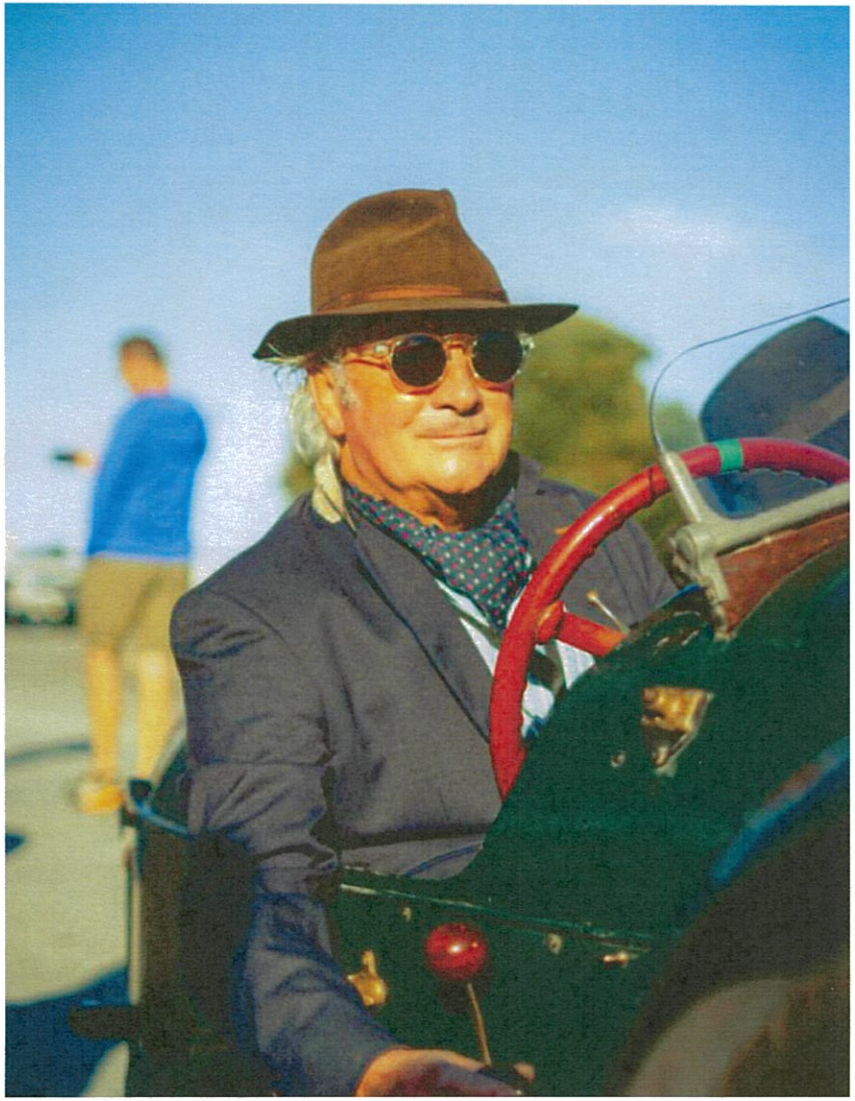
Celebra a prova mais antiga da Península Ibérica, criada em 1902, entre a Figueira da Foz e Lisboa

Homenageia a era dourada do automobilismo

Destinada a automóveis e motos pré-guerra

Previsão de cerca de 60 automóveis e motos

Reveja a edição de 2025 clicando aqui.



CORRIDA DOS FUNDADORES
CANTRACK

Programa

Sexta-feira, 25 Set

Chegada dos participantes à Figueira da Foz
Desfile pelas ruas da cidade (com o clube CAAFF)
Exposição dos automóveis
Jantar e dormida no Malibu Foz La Maison Younan

Sábado, 26 Set

Partida da Figueira da Foz
Almoço
Paragem em Torres Vedras no Museu do Ciclismo com jantar e dormida no Hotel Dolce Campo Real

Domingo, 27 Set

Partida de Torres Vedras
Paragem no largo do Convento de Mafra
Paragem nos jardins do Casino Estoril
Chegada e exposição dos veículos em Belém, em Lisboa
Almoço no Altis Belém Hotel & Spa




FUNDADORES
HF · 24 · 05
2022
FUNDADORES


42
42






2022
FUNDADORES
HF-10-07

MN·22·22

BBB 3881



Apoio

Convidamos a Câmara Municipal de Mafra a juntar-se à Corrida dos Fundadores como patrocinador oficial, com as seguintes contrapartidas

- Associação da autarquia à Corrida dos Fundadores
- Inserção do logo da autarquia no cartaz, rede de mupis, site, documentação, placas de rali que os automóveis levam e em todos os comunicados de imprensa
- Possibilidade de oferta de algum brinde ou voucher aos participantes
- Criação de um vídeo do passeio para a autarquia (para utilização em meios digitais e promocionais)
- Disponibilização de imagens do passeio à autarquia (para utilização em meios digitais e promocionais)
- Outras a definir de acordo com o interesse da marca

•Solicitamos a seguinte contribuição/apoio

•Cedência de MUPIS para a divulgação prévia do evento

•Disponibilização do largo do Convento para a paragem do elenco

•Apoio: €3.000 (isento de IVA)

Este valor servirá para suportar os custos de transportes e reboques, seguros, equipa (mecânicos, assistência, comissários, secretariado e media), comunicação e produção de materiais necessários ao evento.

CORRIDA DOS
FUNDADORES
CARTRACK

Rua Jean Lurçat 42
3475-031 Caramulo
Portugal

Tel.: +351 232 861 270

info@fundadores.pt
www.fundadores.pt

M/DO/C

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3820

Município de Mafra

Data: 03/07/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/552)

Entidade: FUNDAÇÃO ABEL E JOÃO DE LACERDA

Original

Serviço Emissor	A (o) Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: **MARIA IVONE FRANCO CARDOSO** Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.07.03 16:34:44+01'00'	Assinado por: **CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE** Num. de Identificação: 09891463 Data: 2026.07.06 09:23:48+01'00'

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO ABEL E JOÃO DE LACERDA, PARA APOIO À "CORRIDA DOS FUNDADORES 2026"" (EDOC/2026/47851).

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	3.000,00		010501	000	000000	000	01040701		EUR
0251	Cabimentos registados		3.000,00	010501	000	000000	000	01040701		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000552	1	010501	000	000000	000	01040701		3820	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	1.073.550,00	**Reforços / Anulações:**	40.000,00	**Dotação Corrigida:**	1.113.550,00	**Cativos / Descativos:**	0,00	**Orç Liq. Cativos:**	1.113.550,00	**Despesas Cabimentadas:**	1.048.216,51
Despesas Pagas:	544.470,74	**Despesas Cab. não comprometidas:**	417.990,57	**Despesas Compr. não pagas:**	88.755,20	**Dotação Disponível:**	65.333,49	**Valor a Cabimentar:**	3.000,00	**Dotação disp. atualizada:**	62.333,49

Projeto: PAM.2026.0014 - Promoção de Eventos Desportivos

TOTAL CABIMENTADO:	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3820

Município de Mafra

Data: 03/07/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/552)

Entidade: FUNDAÇÃO ABEL E JOÃO DE LACERDA

Original

Serviço Emissor	A (o) Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: MARIA IVONE FRANCO CARDOSO Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.07.03 16:34:44+01'00'	

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: "COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO ABEL E JOÃO DE LACERDA, PARA APOIO À "CORRIDA DOS FUNDADORES 2026"" (EDOC/2026/47851).

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	3.000,00		010501	000	000000	000	01040701		EUR
0251	Cabimentos registados		3.000,00	010501	000	000000	000	01040701		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000552	1	010501	000	000000	000	01040701		3820	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	1.073.550,00	**Reforços / Anulações:**	40.000,00	**Dotação Corrigida:**	1.113.550,00	**Cativos / Descativos:**	0,00	**Orç Liq. Cativos:**	1.113.550,00	**Despesas Cabimentadas:**	1.048.216,51
Despesas Pagas:	544.470,74	**Despesas Cab. não comprometidas:**	417.990,57	**Despesas Compr. não pagas:**	88.755,20	**Dotação Disponível:**	65.333,49	**Valor a Cabimentar:**	3.000,00	**Dotação disp. atualizada:**	62.333,49

Projeto: PAM.2026.0014 - Promoção de Eventos Desportivos

TOTAL CABIMENTADO:	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.4.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER Concordo com o proposto

07/06/26

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objeto de deliberação pelo órgão executivo.

03/07/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

SUBMETO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR A CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES E O APOIO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY.

03/07/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

Hugo Moreira Luís

INFORMAÇÃO Interno/2026/16979

ASSUNTO: Cedência de instalação desportiva municipal e apoio financeiro à Federação Portuguesa de Rugby

No âmbito da época desportiva de 2025/2026, rececionámos um pedido para a realização de um estágio, por parte da entidade, Federação Portuguesa de Rugby, consubstanciado no pedido de cedência do Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra e no apoio à realização das refeições para os atletas presentes no referido estágio, conforme se detalha no quadro seguinte:

Anexo XII

ENTIDADE	**Federação Portuguesa de Rugby**
REGISTO	EDOC/2026/37724
NIF / NIPC	501 617 523
INSTALAÇÃO	Estádio do Parque Desportivo de Mafra
ATIVIDADE	Estágio de preparação para o campeonato da europa de 7's
DATA	17 e 18 julho de 2026
HORÁRIO	Dia 17 de julho das 18h00 às 20h00 e dia 18 de julho das 10h00 às 17h00 (com pausa para almoço)
VALOR DO ALUGUER PONTUAL	400€/h x 7h + 20%* = 3.200,00€
VALOR DAS REFEIÇÕES**	256,96€ + IVA

*Acréscimo de 20% para reservas efetuadas ao fim de semana

**A pagar à entidade ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S. A.

Considerando que o Município dispõe de atribuições, designadamente no domínio dos tempos livres e desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar atividades, de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, e promover e apoiar o desenvolvimento de atividades, conforme resulta da alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação;

Propõe-se, ceder gratuitamente, a utilização do Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra, à Federação Portuguesa de Rugby nos dias 17 e 18 de julho de 2026. Mais se propõe a atribuição de um apoio financeiro no montante de 256,96€ +IVA, por forma a disponibilizar refeições aos atletas, cujo serviço ocorrerá na Escola Básica Hélia Correia, por forma a permitir a realização do estágio de preparação para o Campeonato da Europa de 7's, promovendo esta modalidade no Município de Mafra. Por último salienta-se que foi assegurado o respetivo cabimento.

Mafra, 03 de julho de 2026

O Técnico Superior

Pedro Borges

Pedro Borges

Assunto: FW: Seleção Nacional Rugby 7's - Apoio na realização de um Estágio Nacional

-------- Mensagem original --------
De : João Moura - FPR <rugbyfeminino@fpr.pt>
Data: 25/05/26 14:20 (GMT+00:00)
Para: Patrícia [redacted]
Cc: 'antonio folgado' <antoniofolgado@yahoo.com.br>
Assunto: Seleção Nacional Rugby 7's - Apoio na realização de um Estágio Nacional

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Cara Patrícia, boa tarde,

Obrigado pela sua disponibilidade em conversar comigo no outro dia.
Mil desculpas pelo meu silêncio... Já queria ter dado um feedback mas ando sempre a correr e na verdade não tinha muito mais informações para passar...
As coisas não estão fáceis do meu lado com orçamentos, autorizações e logística e como tal não tinha respostas...

Gostava muito de fazer aí uma atividade à semelhança do passado, para a preparação do(s) Campeonato(s) Europa de 7's que se disputa(m) em Julho 2026, mas não sei se vou conseguir...
De qualquer forma, deixo os fins de semana que ainda vamos trabalhar e pergunto se do vosso lado haveria algum interesse/disponibilidade em nos receber e ajudar de alguma forma?
27/28 Junho – seniores e u18
4/5 Julho – só SNF u18
11/12 Julho – seniores e u18
18/19 Julho – só SNF sénior

O apoio que necessitamos da vossa parte será a utilização do vosso campo, balneários e sala de reuniões, assim como alguma ajuda no alojamento e/ou refeições da(s) equipa(s).
O grupo de trabalho previsto para cada Seleção será de cerca de 22 pessoas.

Questão, o espaço aí perto "Palavra da Vida" ainda está a funcionar?

Obrigado pela ajuda.
Qualquer esclarecimento estou à disposição.
Cumprimentos,

João Moura
Coordenador Rugby Feminino

PORTUGAL RUGBY

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY
Rua Julieta Ferrão, 12 - 3º
1600-131 Lisboa, Portugal
T: +351 217991690 | **www.fpr.pt**
Tm: +351 917040093

This email was scanned by Bitdefender

Amélia Rijo

De: Ana [redacted]
Enviado: 6 de julho de 2026 10:53
Para: CM Mafra - Educação
Cc: Beatriz[redacted]; Sara[redacted]; Amélia[redacted]
Assunto: Re: Pedido de orçamento: refeições (17 e 18 de julho) - EB Hélia Correia

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Bom dia Drª Sara [redacted],

Agradecemos desde já a vossa solicitação, remetendo a nossa proposta para os dias em questão:

Composição da Refeição:
- 1 Sopa,
- 1 Prato (de acordo com a ementa pré definida)
- 1 Fruta;
- 1 Pão

Valor: 2,92€ + IVA (13%)

Agradecemos a confirmação da adjudicação , em caso afirmativo pedimos que nos sejam remetidos envio dos respectivos dados para faturação.

Disponível para eventuais esclarecimentos.

Atentamente,

Ana [redacted]

Nutricionista, C.P. n.º[redacted]

Diretora Operacional

Tlm.: +351 93 936 00 32 (chamada para a rede móvel nacional)

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

Esta mensagem de correio electrónico, bem como quaisquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se esta lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. A distribuição ou utilização da informação nela contida NÃO É AUTORIZADA. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise-nos de imediato, por correio electrónico, para o endereço acima indicado e apague este e-mail do seu sistema.

CM Mafra - Educação <de_dedj@cm-mafra.pt> escreveu (segunda, 6/07/2026 à(s) 09:25):

Exmos. Senhores,

Solicita-se os melhores ofícios de V. Exas. no sentido de proceder ao envio de uma proposta de orçamento, para uma eventual aquisição 88 refeições, a entregar no dia 17 de julho, na EB Hélia Correia.

Prevê-se o consumo de:

- 44 refeições, no dia 17 de julho, de "Frango no forno com massa salteada (azeite, alho e orégãos) e legumes (cenoura, milho e couve-flor)";
- 44 refeições, no dia 18 de julho, de "Feijoada de pota com arroz branco e salada de alface".

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão de Planeamento, Coordenação e Gestão Educativa,

(No uso da competência subdelegada pela Sra. Diretora do Departamento de Educação, Desporto e Juventude, Despacho n.º 17/2025 - DEDJ)

Patrícia [redacted]
Divisão de Planeamento, Coordenação e Gestão Educativa

Departamento de Educação, Desporto e Juventude

Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município, 2644-001 Mafra

Telef.: 261 810 100

e-mail: de_dedj@cm-mafra.pt

Site: www.cm-mafra.pt

Este e-mail foi enviado pelo sistema oficial de comunicação da ICA, S.A.

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3821

Município de Mafra

Data: 03/07/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/553)

Entidade: NORDIGAL-IND. TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A.

Original

Serviço Emissor	A (o) Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: **MARIA IVONE FRANCO CARDOSO** Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.07.03 17:17:15+01'00'	Assinado por: **CARLA ALEXANDRA CARDOSO MARCHANTE** Num. de Identificação: 09891463 Data: 2026.07.03 18:10:08+01'00'

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: Refeições realizadas na EB Hélia Correia no âmbito da realização do Estágio da Seleção Nacional de Rugby 7's, nos dias 17 e 18 de julho - EDOC/2026/47852

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	316,06		010501	000	000000	000	01020220		EUR
0251	Cabimentos registados		316,06	010501	000	000000	000	01020220		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000553	1	010501	000	000000	000	01020220		3821	316,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	4.750.155,00	**Reforços / Anulações:**	-277.590,00	**Dotação Corrigida:**	4.472.565,00	**Cativos / Descativos:**	0,00	**Orç Liq. Cativos:**	4.472.565,00	**Despesas Cabimentadas:**	4.280.784,74
Despesas Pagas:	1.572.965,22	**Despesas Cab. não comprometidas:**	184.548,67	**Despesas Compr. não pagas:**	2.523.586,91	**Dotação Disponível:**	191.780,26	**Valor a Cabimentar:**	316,06	**Dotação disp. atualizada:**	191.464,20

Projeto: PAM.2026.0014 - Promoção de Eventos Desportivos

TOTAL CABIMENTADO:	316,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO: N.º 3821

Município de Mafra

Data: 03/07/2026

Documento: Pedido de Cabimento CTB (CABA/2026/553)

Entidade: NORDIGAL-IND. TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A.

Original

Serviço Emissor	A (o) Dirigente do Departamento Financeiro
Assinado por: **MARIA IVONE FRANCO CARDOSO** Num. de Identificação: 06610705 Data: 2026.07.03 17:17:15+01'00'	

Observações: CABIMENTO PRÉVIO PARA: Refeições realizadas na EB Hélia Correia no âmbito da realização do Estágio da Seleção Nacional de Rugby 7's, nos dias 17 e 18 de julho - EDOC/2026/47852

ORÇAMENTAL

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Atividade	Económica	Entidade Parceira	Moeda
024	Dotações disponíveis	316,06		010501	000	000000	000	01020220		EUR
0251	Cabimentos registados		316,06	010501	000	000000	000	01020220		EUR

CLASSIFICAÇÕES

Processo	Linha	Orgânica	Fonte	Prog./Medida	Actividade	Económica	Conta	N.º CAB	Valor N	N+1	N+2	N+3	N+4	Seguintes
CABA20260000553	1	010501	000	000000	000	01020220		3821	316,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Orçamento Inicial:	4.750.155,00	**Reforços / Anulações:**	-277.590,00	**Dotação Corrigida:**	4.472.565,00	**Cativos / Descativos:**	0,00	**Orç Liq. Cativos:**	4.472.565,00	**Despesas Cabimentadas:**	4.280.784,74
Despesas Pagas:	1.572.965,22	**Despesas Cab. não comprometidas:**	184.548,67	**Despesas Compr. não pagas:**	2.523.586,91	**Dotação Disponível:**	191.780,26	**Valor a Cabimentar:**	316,06	**Dotação disp. atualizada:**	191.464,20

Projeto: PAM.2026.0014 - Promoção de Eventos Desportivos

TOTAL CABIMENTADO:	316,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2.5.

097

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER Concordo com o proposto

06/07/26

O(A) Vereador(a),

Concordo. Submeto o assunto à deliberação dos órgãos executivos.

03/07/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

SUBMETO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR A ATRIBUIÇÃO DE LOUVOR DE ÂMBITO DESPORTIVO À LMCB.

03/07/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião,

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

Hugo Moreira Luís

INFORMAÇÃO Interno/2026/16990

ASSUNTO: Atribuição de louvor de âmbito desportivo aos LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra

Os LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra constituem uma das instituições desportivas mais representativas do Concelho de Mafra, assumindo, ao longo da sua história, um papel de relevo na promoção do desporto, na formação de atletas e na dinamização da comunidade local.

Na época desportiva de 2025/2026, os LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra alcançaram feitos de grande mérito desportivo com a suas equipas de Sub-14 e Sub-16 Masculinos as quais conquistaram as taças Nacionais e Distritais de Basquetebol respetivamente, reflexo do trabalho desenvolvido por atletas, treinadores, dirigentes e famílias.

Anexo XIII

Este sucesso desportivo representa não apenas a concretização de um objetivo coletivo, mas também o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Clube em prol do desporto e da valorização da prática desportiva no Concelho de Mafra.

Ao longo do seu percurso, os LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra têm contribuído de forma consistente para a afirmação do desporto local, promovendo valores como o respeito, a disciplina, a perseverança e o espírito de equipa, assumindo-se como uma referência para várias gerações de atletas e associados.

Considerando que:

a) Os LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra desempenham um relevante papel desportivo, social e comunitário no Concelho de Mafra;

b) Estas conquistas alcançadas na época de 2025/2026 constituem feitos de elevado mérito e prestígio para o Clube e para o Município;

c) A distinção dos LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra representa o reconhecimento do trabalho, da dedicação e do espírito coletivo que conduziram a este importante resultado desportivo;

Nos termos conjugados da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal reconheça publicamente o mérito desportivo dos LMCB - Associação Desportiva Linces de Mafra, bem como o contributo prestado ao desenvolvimento e projeção do desporto no Concelho, através da atribuição de um louvor de âmbito desportivo.

Mafra, 03 de julho de 2026

O Técnico Superior,

(Pedro Borges)

2.6.
398

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER Concordo com o proposto

06/07/26

O(A) Vereador(a),

Concordo. Sujeito o ato a deliberação pelo Órgão executivo.

03/07/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

SUJEITO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR A ATRIBUIÇÃO DE LOUVOR DE ÂMBITO DESPORTIVO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIBAMAR

03/07/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião.

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

Hugo Moreira Luís

INFORMAÇÃO Interno/2026/17009

ASSUNTO: Atribuição de louvor de âmbito desportivo à Associação de Moradores de Ribamar - Ginástica

A Associação de Moradores de Ribamar – Ginástica (AMR – Ginástica) assume-se como uma das entidades desportivas de referência no Concelho de Mafra, distinguindo-se pelo trabalho continuado na promoção da ginástica, na formação desportiva dos seus atletas, e na valorização da prática desportiva junto da comunidade local.

Na época desportiva de 2025/2026, a Associação alcançou resultados de elevado relevo no Campeonato Nacional, realizado no passado dia 20 de junho de 2026, evidenciando o mérito e a qualidade do trabalho desenvolvido. Entre os resultados obtidos, destacam-se os títulos conquistados por Mariana Ribeiro, Campeã Nacional Júnior, Leonor Silva, Vice-Campeã Nacional Infantil, e Alice Esteves, 3.ª

Anexo XIV

classificada Nacional Juvenil, bem como o 3.º lugar nacional alcançado pelas equipas Juvenil e Júnior.

Estas conquistas refletem o empenho, a dedicação e o espírito de superação demonstrados pelas atletas, treinadores, dirigentes e famílias, constituindo o culminar de um percurso de trabalho consistente e de investimento contínuo na excelência desportiva.

Para além dos resultados competitivos alcançados, a AMR – Ginástica tem desempenhado um papel relevante na promoção de valores essenciais como a disciplina, o compromisso, a responsabilidade, o respeito e o espírito de equipa, contribuindo para o desenvolvimento do desporto no concelho e para a formação de jovens atletas.

Considerando que:

a) A Associação de Moradores de Ribamar - Ginástica desempenham um relevante papel desportivo, social e comunitário no Concelho de Mafra;

b) Estas conquistas alcançadas na época de 2025/2026 constituem feitos de elevado mérito e prestígio para o Clube e para o Município;

c) A distinção da Associação de Moradores de Ribamar - Ginástica representa o reconhecimento do trabalho, da dedicação e do espírito coletivo que conduziram a este importante resultado desportivo;

Nos termos conjugados da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º ambas do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal reconheça publicamente o mérito desportivo da Associação de Moradores de Ribamar - Ginástica, bem como o contributo prestado ao desenvolvimento e projeção do desporto no Concelho, através da atribuição de um louvor de âmbito desportivo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Mafra, 03 de julho de 2026

O Técnico Superior,

(Pedro Borges)

2.7.

106

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

À Consideração Superior

07/07/26

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com o proposto. Coloco à consideração superior que este assunto seja objeto de deliberação pelo Órgão Executivo.

07/07/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

Concordo com a presente informação, pelo que determino, com os fundamentos na mesma expendidos, aplicação da tabela de preços para o ano letivo 2026/2027, no Conservatório D. João V.

Determino, ainda, que o presente despacho seja presente à próxima reunião de Câmara, nos termos e ao abrigo do previsto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de ratificação.

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/17106

ASSUNTO: Conservatório D. João V - Fixação da Tabela de preços - Ano Letivo 2026/2027 - Ratificação

No passado dia 26 de junho de 2026 foi deliberado, em reunião do órgão executivo municipal, a celebração de um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Mafra e a entidade titular da Academia de Óbidos, com o intuito de estabelecer em Mafra um estabelecimento de ensino artístico especializado que corresponda, com as devidas condições, à procura deste tipo de ensino.

No âmbito desse Acordo de Colaboração, o Município de Mafra obrigou-se a "*definir, anualmente, o valor das propinas aplicáveis aos alunos, bem como os termos do seu pagamento, assegurando também o seu processamento*", conforme decorre da alínea e), da Cláusula Segunda do identificado acordo de colaboração.

Nos termos da alínea e), n.º 1, artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, é competência material da Câmara Municipal "*fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem*

Anexo XV

prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras".

Nestes termos, e considerando a proximidade do ano letivo 2026/2027, torna-se essencial fixar os preços aplicáveis aos serviços a serem prestados e faturados no âmbito do Acordo de Colaboração, de modo a conseguir garantir o cumprimento das obrigações do Município de Mafra.

Face à alteração que se verificou no âmbito do ensino artístico especializado (e a transição de um estabelecimento artístico que se encontrava fixado no Município de Mafra há cerca de 11 anos), essa fixação de preços deverá, salvo melhor opinião, privilegiar a manutenção das condições anteriormente existentes, de modo a garantir a estabilidade da oferta que se tem vindo a verificar no território do Município de Mafra.

Face ao exposto, para o ano letivo 2026/2027, propõe-se a fixação dos seguintes preços para os serviços elencados:

MATRÍCULA

Custo equivalente a uma mensalidade do Curso Frequentado

1.º Curso De Ensino Básico (dos 6 aos 9 anos)

- Curso de Iniciação à Música 115,00€ p/mês
- Opção 1 x 45 minutos de instrumento 140,00€ p/mês

2.º e 3.º Curso de Ensino Básico (dos 10 aos 14 anos)

- Curso Básico de Música 155,00€ p/mês
- Opção 1 x 70 minutos de instrumento 185,00€ p/mês

SECUNDÁRIO (dos 15 aos 17 anos)

- Curso Secundário de Música 10.º ano 350,00€ p/mês
- Curso Secundário de Música 11.º e 12.º anos 365,00€ p/mês
- Curso Secundário de Canto 10.º ano 365,00€ p/mês
- Curso Secundário de Canto 11.º e 12.º anos 380,00€ p/mês

OUTROS

Curso Livre de Instrumento

- Opção 1 x 30 minutos de instrumento 75,00€ p/mês
- Opção 1 x 60 minutos de instrumento 125,00€ p/mês
- Curso Livre de Disciplina de Conjunto 50,00€ p/mês

(Total de 10 mensalidades por curso)

À consideração superior,

Mafra, 7 de julho de 2026

A Dirigente da Unidade de Juventude

(Isabel Ramalhete)

3.1.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo

7/7/26

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Em conformidade com a Informação elaborada, proponho que o assunto seja deliberado em reunião do executivo municipal na sua próxima reunião.

A consideração superior.

06/07/2026

O(A) Chefe de Divisão,

(Rita Cosme)

DESPACHO

À reunião,

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

INFORMAÇÃO Interno/2026/15956

ASSUNTO: Abertura de Procedimento de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra"

Relativamente ao assunto em epígrafe e considerando o seguinte:

- **Que,** de acordo com a alínea ee) do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal, *"Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal";*
- **Que,** o direito de ocupação das bancas do Mercado Municipal de Mafra n.ºs 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17 e 18 **terminou no dia 17 de fevereiro de 2026, tendo o mesmo sido prorrogado, por Despacho** do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Hugo Moreira Luís,

Anexo XVI

a 16 de fevereiro e ratificado em Reunião de Câmara a 20 de fevereiro de 2026, **até que fosse concluído o novo Procedimento de Seleção para a atribuição dos direitos de ocupação, mantendo-se os espaços de venda na titularidade dos atuais operadores económicos durante esse prazo, enquanto os mesmos derem cumprimento às obrigações correntes dessa titularidade**;

- **Que em** 23 de janeiro de 2026, foi publicitado através do Edital n.º 65/2026, a abertura do novo Procedimento de seleção para "Atribuição, do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra", nos termos da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Mafra, em 23 de janeiro de 2026;
- **Que em**, deliberação tomada em Reunião de Câmara em 4 de maio de 2026, foi revogado o Procedimento de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra", atentos os fundamentos incluídos na Informação Interno/2026/10783, elaborada na Divisão de Licenciamentos Diversos;
- **Que,** de acordo com o disposto no Capítulo III, artigo 10.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, em vigor, o procedimento de atribuição dos espaços de venda vagos (18 bancas, em concreto) é efetuado por seleção, onde constará, designadamente, os seguintes elementos:

  a) Identificação da Câmara Municipal, endereço, números de telefone, correio eletrónico, telefax e horário de funcionamento;

  b) Modo de apresentação das candidaturas;

  c) Prazo para a apresentação de candidaturas;

  d) Identificação dos espaços de venda a atribuir;

  e) Prazo de atribuição dos espaços de venda;

  f) Valor das taxas a pagar pelos espaços de venda;

  g) Cauções ou garantias a apresentar, quando aplicável;

  h) Documentação exigível aos candidatos;

  i) Outras informações consideradas úteis.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- **Que,** relativamente ao procedimento de seleção, bem como o esclarecimento de dúvidas e a resolução de eventuais reclamações surgidas, será da responsabilidade de uma Comissão nomeada pela Câmara Municipal, composta por um presidente e dois vogais, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra.

Pelo que se **propõe e submete à Consideração Superior**, a **decisão de abertura, em reunião da Câmara Municipal, do Procedimento Revisto de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra"**, a **aprovação das peças procedimentais (Edital)** em anexo, bem como, a **nomeação da Comissão do Procedimento**, com a seguinte constituição:

- ✓ **Presidente:** Rita Cosme – Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos;
- ✓ **1.ª Vogal:** Suéli Portela - Assistente Técnica a exercer funções na Divisão de Licenciamentos Diversos;
- ✓ **2.ª Vogal:** Carla Mendonça – Técnica Superior a exercer funções no Departamento de Administração Geral.

- ✓ **Suplentes:**
- ✓ **1.ª Vogal:** Maria João Paulino – Coordenadora Técnica da Secção de Licenciamentos Diversos;
- ✓ **2.ª Vogal:** – Cláudia Ferrão - Técnica Superior a exercer funções no Departamento de Administração Geral.

À Consideração Superior.

Mafra, 06 de julho de 2026

Catarina Andrade

(Catarina Andrade)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO N.º _____- DLD

EDITAL N.º _____

PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO PARA A "ATRIBUIÇÃO, DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA (BANCAS) NO MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA"

_____, Vereador da Câmara Municipal de Mafra, no uso da competência delegada pelo Presidente da Câmara Municipal em __ de _____ de 2026, através do Despacho n.º _____ , **faz público que**, nos termos conjugados dos artigos 9.º e 10.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, na sua redação atual, e do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e atenta a deliberação da Câmara Municipal, de 10 de julho de 2026, **estão abertas, por 10 (dez) dias, a contar da data aposta neste Edital, as candidaturas para atribuição, do direito de ocupação de 18 (dezoito) espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra:**

1. **ENTIDADE PROMOTORA:**

   Câmara Municipal de Mafra
   Praça do Município, 2644-001 Mafra
   Telefone: 261 810 100
   Fax: 261 810 130
   Email: geral@cm-mafra.pt
   Página Eletrónica: www.cm-mafra.pt
   Os serviços de atendimento funcionam nos dias úteis, de 2.ª a 6.ª feira, das 9h00m às 17h00m.

2. **OBJETO:**

   2.1. O presente procedimento tem como objeto a **"Atribuição, do direito de ocupação de 18 (dezoito) espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra".**

   2.2. Pelo presente procedimento, será atribuído o direito de ocupação de **7** bancas para a venda de géneros alimentícios (frutas/legumes), **2** bancas para a venda de peixe fresco, **1** banca para a venda de queijos e charcutaria, **1** banca para a venda de produtos de panificação, **1** banca

para a venda de flores, **2** bancas para a venda de produtos alimentares, com exceção de frutas e legumes e **4** bancas para a venda de produtos não alimentares.

2.3. **O valor base mínimo para garantir o direito de ocupação de espaços de venda** no Mercado Municipal de Mafra, durante o prazo fixado no ponto 8., é o que se define nos seguintes pontos:

- Venda nas bancas identificadas no **Anexo III** (Planta dos espaços de venda (bancas)] com os n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 – **150,00€, por cada banca;**
- Venda nas bancas identificadas no **Anexo III** – Planta dos espaços de venda (bancas), com os n.ºs 13, 14, 15, 16, 17 e 18 - **200,00€, por cada banca.**

2.4. Ao valor base acima referido, acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2.5. O direito atribuído é pessoal e intransmissível.

3. CRITÉRIO DE ATRIBUIÇÃO:

3.1. **A atribuição do direito de ocupação do espaço de venda (banca) é efetuada através da apresentação pelo candidato da proposta com o maior valor**, nos termos definidos no ponto 2.3.

3.2. Verificando-se empate entre os candidatos, com o mesmo valor apresentado e para a mesma banca, proceder-se-á de acordo com o ponto 13.

4. COMISSÃO:

A realização do ato público de sorteio (se aplicável), a análise das candidaturas e a resolução de eventuais dúvidas e/ou pedidos de esclarecimentos, será da responsabilidade de uma comissão nomeada pela Câmara Municipal, composta por um presidente e dois vogais, efetivos e suplentes (2 efetivos e 2 suplentes).

5. MODO E LOCAL PARA A APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS:

5.1. A apresentação de candidaturas deve ser realizada através de um dos seguintes meios:

a) Presencialmente, em envelope fechado, contra recibo, na Secção de Atendimento dos Paços do Concelho, no edifício sede sito na Praça do Município, em Mafra;

b) Carta registada com aviso de receção, desde que, neste caso, a receção da candidatura ocorra dentro do prazo estipulado no ponto 5, com a indicação no envelope, do procedimento (conforme o **Anexo I**);

5.2. As candidaturas deverão ser efetuadas através do preenchimento do formulário disponibilizado para o efeito (conforme o **Anexo II – Formulário de Candidatura)** e instruídas com os demais documentos elencados no ponto 10.

5.3. Se a apresentação da candidatura for feita pelo correio, o interessado assume a inteira responsabilidade pelo atraso que porventura se verificar dada a possibilidade da escolha de outro meio para se candidatar, não constituindo fundamento para eventual reclamação na hipótese de a receção ocorrer já depois de se ter esgotado o prazo para entrega.

5.4. Não são admitidas candidaturas que não cumpram ou contenham alterações às presentes condições.

5.5. Os candidatos deverão fazer prova, aquando da apresentação da candidatura, do exercício da atividade de comércio a retalho ou de prestação de serviços, mediante a apresentação de comprovativo da submissão da mera comunicação prévia (MCP) ou autorização, no balcão do empreendedor (*BDE*) da AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P., nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico de acesso e exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional, pelo que não serão admitidas candidaturas de entidades que não preencham o presente requisito.

5.6. Pela apresentação de candidatura, os candidatos comprometem-se a cumprir a lei e as normas deste procedimento, bem como o disposto no Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, disponível para consulta

dos interessados na página eletrónica do Município, que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

6. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS:

O prazo para entrega das candidaturas decorre entre **13 de julho de 2026 e as 17:00 horas de 24 de julho de 2026** (inclusive).

7. IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VENDA (BANCAS) A ATRIBUIR:

7.1 Os espaços a atribuir no Mercado Municipal de Mafra, sito na Rua José Elias Garcia, s/ n.º, Mafra, são os seguintes:

- **7** espaços de venda (bancas n.º 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9) para a **venda de géneros alimentícios (frutas e legumes),** conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas);
- **2** espaços de venda (bancas n.ºs 17 e 18), para a **venda de peixe fresco**, conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas);
- **1** espaço de venda (banca n.º 16) para a **venda de queijos e charcutaria**, conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas);
- **1** espaço de venda (banca n.º 15), para a **venda de produtos de panificação**, conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas);
- **1** espaço de venda (banca n.º 13) para a **venda de flores**, conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas);
- **2** espaços de venda (bancas n.º 6 e 7), para a **venda de produtos alimentares, com exceção de frutas e legumes**, conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas);
- **4** espaços de venda (bancas n.º 10, 11, 12 e 14), para a **venda de produtos não alimentares,** conforme assinalado no Anexo III – Planta dos espaços de venda (bancas).

7.2 Os 2 (dois) espaços destinados à venda de peixe fresco (bancas n.ºs 17 e 18), serão, obrigatoriamente, atribuídos em conjunto, não podendo ser objeto de candidaturas em separado.

8. PRAZO DE ATRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS DE VENDA (BANCAS):

8.1. O prazo da atribuição do direito de ocupação é de 3 (três) anos, a contar da data da realização do procedimento de seleção e consequente notificação da atribuição ao candidato, e mantém-se na titularidade do operador económico, durante esse prazo, enquanto o mesmo der cumprimento às obrigações decorrentes dessa titularidade.

8.2. Sem prejuízo do disposto no ponto 3.1., aquando da atribuição do direito de ocupação, será devido o valor da taxa relativa ao primeiro mês de ocupação do espaço de venda atribuído, bem como a caução no valor correspondente a um mês de ocupação do referido espaço.

8.3. A Câmara Municipal de Mafra reserva-se o direito de declarar a caducidade, se após o procedimento de seleção, o titular do direito de ocupação do espaço de venda não tiver iniciado a respetiva atividade, nos 30 (trinta) dias subsequentes à atribuição do espaço.

9. VALOR DAS TAXAS A PAGAR PELOS ESPAÇOS DE VENDA (BANCAS):

9.1. É devida a taxa mensal e por cada banca, prevista no artigo 11.º da Tabela de Taxas em vigor no Município de Mafra.

9.2. O pagamento das taxas relativas ao primeiro mês de ocupação dos espaços de venda (bancas) atribuídos, é efetuado aquando da atribuição do direito em apreço, nos termos mencionados no ponto 8.2.

9.3. O pagamento das taxas mensais de ocupação, em conformidade com o ponto 9.1., é efetuado até ao dia 8 (oito) de cada mês, mediante Fatura emitida e fornecida pelos serviços competentes onde constará a referência Multibanco ou presencialmente na Tesouraria da Câmara Municipal.

9.4. A faturação mensal será enviada para o *e-mail* que o candidato indicar na sua candidatura, sendo que caso o candidato pretenda que seja por outra via, deverá mencionar expressamente isso na sua candidatura.

9.5. O valor das taxas será atualizado anualmente, conforme estabelecido no Regulamento de Taxas em vigor no Município de Mafra.

10.CAUÇÕES OU GARANTIAS A APRESENTAR, QUANDO APLICÁVEL:

10.1 Sem prejuízo do disposto no ponto 3.1., com a atribuição do direito de ocupação do espaço de venda é devida uma caução no valor correspondente a 1 (um) mês de ocupação do espaço de venda, para garantir a manutenção do equipamento (bancas), que será devolvida no final da ocupação, caso o estado de conservação das bancas tenha sido assegurado, após a verificação pelos Serviços da Câmara Municipal.

10.2 O valor pelo qual é garantido o direito de ocupação referido nos pontos 2.3 e 3.1 deverá ser pago nos 10 (dez) dias úteis subsequentes à notificação da atribuição, sob pena de a atribuição ficar sem efeito.

11.DOCUMENTAÇÃO EXIGÍVEL AOS CANDIDATOS:

11.1. Os candidatos deverão apresentar o formulário (**Anexo II – Formulário de candidatura)** disponibilizado, para o efeito, na Secção de Atendimento da Câmara Municipal de Mafra, no edifício sede sito na Praça do Município, em Mafra e na página eletrónica do Município, no qual o candidato deverá, nomeadamente, apresentar o **valor base mínimo para garantir o direito de ocupação do espaço de venda (banca**), **declarar a tipologia de banca a que se candidata, independentemente da sua localização específica na área do mercado, a definir casuisticamente pela Entidade Promotora, sem embargo da ordem do sorteio (se aplicável), com o limite de 1 banca por candidato, com exceção da banca de venda de peixe fresco, e dos produtos ou artigos que na mesma pretende comercializar,** devendo os documentos ser devidamente preenchidos, assinados pelo candidato ou seu representante devidamente mandatado, e acompanhados dos seguintes documentos:

a) **Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte** e, no caso dos cidadãos estrangeiros, cópia de documento de identificação:

i) Para que se possa fazer a devida conferência e apurar a legitimidade do requerente, deverá ser remetida cópia do documento de identificação, devendo a mesma ser acompanhada, de uma declaração escrita e subscrita pelo titular do mesmo, a consentir a reprodução e junção ao processo de candidatura do cartão de cidadão.

b) **Cópia da certidão permanente de registo comercial** devidamente atualizada ou fornecimento de código de acesso à mesma, quando se trate de sociedade comercial;

c) **Declarações de inexistência de divida à Autoridade Tributária e à Segurança Social**;

d) **Quaisquer outros documentos** que os candidatos considerem indispensáveis para uma melhor explicitação da candidatura.

11.2. Não sendo possível apresentar, na data da candidatura, alguma das declarações referidas na alínea c) do ponto 11.1., o candidato deverá apresentar cópia do comprovativo do respetivo pedido, devendo, logo que a declaração seja emitida, proceder à entrega da declaração em falta.

11.3. No formulário, deverá ser indicado o endereço de correio eletrónico que o candidato autoriza que seja utilizado, pela Entidade Promotora, para os efeitos previstos no presente procedimento, designadamente para receber as notificações aplicáveis e, após a atribuição do direito de ocupação, receber as comunicações da Administração, designadamente para efeitos de envio da faturação mensal.

11.4. Cada candidatura é numerada sequencialmente, pela ordem da sua apresentação, correspondendo esse número ao respetivo apresentante/ candidato, para efeitos do sorteio, se aplicável.

11.5. A condição de licitude do tratamento dos dados pessoais dos respetivos titulares é, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, al. b), do Regulamento (UE) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)), a sua

necessidade para a instrução das candidaturas e para a atribuição dos respetivos direitos de ocupação dos espaços de venda (bancas).

12.ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS:

12.1. A comissão nomeada para o efeito, aquando da abertura das propostas, deverá redigir uma ata, onde constará a identificação de todos os concorrentes, por ordem alfabética.

12.2. Após análise das candidaturas e aplicação do critério de atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (de cada banca) no Mercado Municipal de Mafra previsto no ponto 3.1., a comissão do procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das candidaturas apresentadas.

12.3. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, a comissão deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das candidaturas que:

12.3.1. Não sejam recebidas no prazo fixado;

12.3.2. Não sejam instruídas com todos os documentos e elementos exigidos no presente procedimento;

12.3.3. Não se cinjam à venda dos produtos elencados no ponto 7.;

12.3.4. Apresentem, para garantir o direito de atribuição, um valor inferior ao valor base referido no ponto 2.3.

12.4. Elaborado o relatório preliminar, a comissão envia-o por correio eletrónico, a todos os candidatos, para estes se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.5. Os candidatos que não disponham de correio eletrónico serão notificados através de carta registada para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.6. As pronúncias deverão ser apresentadas, com identificação do procedimento a que respeitam, presencialmente na Secção de Atendimento da Câmara Municipal, através do endereço de correio eletrónico licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt ou mediante carta registada com aviso de receção. Se a apresentação da pronúncia for feita por correio registado com aviso de receção, o candidato assume a inteira responsabilidade pelo atraso que porventura se verificar, dada a possibilidade de outro meio para se pronunciar.

12.7. Findo o prazo concedido para a audiência prévia, a comissão elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, elabora a lista definitiva dos candidatos excluídos e propõe a ordenação definitiva dos candidatos admitidos.

13.ATO PÚBLICO DE SORTEIO:

13.1. Após a elaboração do relatório preliminar referido no ponto 12.2., no caso de empate das candidaturas, compete à comissão do procedimento designar o dia, o local e a hora para a realização do ato público de sorteio, cuja notificação será efetuada a todos os candidatos que se encontrem nessa posição, por correio eletrónico, para os endereços eletrónicos fornecidos pelos mesmos, em sede de candidatura ou caso não disponham de correio eletrónico, por carta registada.

13.2. Pode assistir ao ato público qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os candidatos e seus representantes, devidamente mandatados.

13.3. O ato público será efetuado (independentemente da eventual ausência de algum candidato ou do respetivo representante), por tipo de espaço de venda.

13.4. Previamente ao ato do sorteio, a comissão colocará um papel branco com o nome de cada candidato no interior de um envelope fechado.

13.5. No dia e hora do sorteio, serão os envelopes com o nome de cada candidato introduzidos num recetáculo opaco.

13.6. Depois de misturados os envelopes insertos no aludido recetáculo, será extraído, manualmente, por um dos membros da comissão, um dos envelopes, a que corresponde o candidato selecionado, ou classificado em 1.º lugar.

13.7. O papel que se encontra no interior do envelope deverá ser exibido de uma forma clara na direção de quem se encontrar a observar o desenrolar do sorteio, devendo, de imediato, ser reproduzido oralmente o nome ou firma da pessoa singular ou coletiva que consta do papel exibido.

13.8. De seguida, serão individualmente retirados os restantes envelopes do recetáculo *supra* mencionado, para efeitos de ordenação dos candidatos,

repetindo-se, para esse efeito, o procedimento descrito no número anterior quanto à extração e comunicação do conteúdo dos envelopes sorteados.

13.9. A data, hora, local, entidades presentes, procedimentos de sorteio, lista de presenças e ausências, identificação do candidato selecionado, ou classificado em 1.º lugar e ordenação dos restantes, deverão constar de ata, subscrita pelos membros da comissão presentes no ato.

14.HOMOLOGAÇÃO:

Sem prejuízo do disposto no artigo 4.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, compete à Câmara Municipal, atento o relatório final e a ata da comissão, homologar os resultados do sorteio, quando aplicável e atribuir o direito de ocupação dos espaços de venda (bancas).

15.ATRIBUIÇÃO:

15.1. Nos 3 (três) dias úteis posteriores à decisão referida no número anterior, todos os candidatos são notificados, nos termos autorizados no formulário, e para o endereço eletrónico disponibilizado para o efeito ou mediante carta registada, do ato de atribuição, sendo ainda o resultado do procedimento de seleção afixado no local referido no ponto 1. do presente Procedimento e no Mercado respetivo, bem como publicitado nos locais do costume e na página eletrónica do Município.

15.2. Na notificação ao candidato a quem é atribuído o direito de ocupação, é informada a data limite para o pagamento da taxa devida e da caução, bem como o valor pelo qual é garantido o direito de ocupação por 3 (três) anos, das bancas.

15.3. Na notificação referida no ponto anterior, o candidato é notificado para apresentar ainda o comprovativo de submissão, no «Balcão do empreendedor», da mera comunicação prévia ou autorização, consoante a natureza da atividade em causa, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da respetiva notificação, sob pena de poder ser determinada a caducidade da atribuição do direito de ocupação.

15.4. Após o procedimento de seleção, o titular do direito de ocupação deve iniciar a sua atividade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de caducidade do direito atribuído, não havendo lugar à restituição das taxas já pagas.

15.5. A atribuição do direito de ocupação considera-se sem efeito, e o candidato como desistente do direito de ocupação, quando este, por facto lhe seja imputável, não proceder ao pagamento da taxa de ocupação, da caução ou do valor pelo qual é garantido o direito de ocupação por 3 (três) anos, das bancas, nos prazos fixados.

15.6. Verificando-se a caducidade do direito de ocupação, ou a desistência do mesmo, será notificado, para efeitos de atribuição do espaço, o candidato posicionado em segundo lugar e assim sucessivamente.

16.OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS ÚTEIS:

16.1. No caso de não ser apresentada qualquer candidatura para um espaço de venda, havendo algum interessado, a Câmara Municipal, o Presidente no uso da competência delegada ou o Vereador no uso da competência subdelegada, poderão proceder à atribuição direta do mesmo, até à realização de novo procedimento de seleção, conforme disposto no artigo 12.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra.

16.2. Caso o titular do direito ora atribuído renunciar, durante o período de ocupação, ao espaço de venda, o mesmo é atribuído pela Câmara Municipal, até à realização de novo procedimento de seleção, ao candidato posicionado em segundo lugar e assim sucessivamente, caso este não esteja interessado.

17.CONSULTA DO PROCEDIMENTO:

17.1. O procedimento poderá ser consultado, por qualquer interessado, na página eletrónica da Câmara Municipal de Mafra ou na Secção de Atendimento, nos dias úteis, de 2.ª a 6.ª feira, das 9h00m às 17h00m.

17.2. Os interessados poderão obter cópias do presente edital e dos respetivos anexos, mediante requerimento e pagamento das taxas aplicáveis, caso pretendam a informação em suporte físico, ou gratuitamente, por correio

eletrónico, caso o solicitem, nos termos do artigo 14.º, n.º 1, al. d) da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, na sua redação atual.

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

18.1. O presente procedimento de seleção rege-se pelas normas do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, na sua redação atual, sem embargo da demais legislação aplicável.

18.2. As lacunas, omissões ou dúvidas de interpretação e integração de lacunas suscitadas no presente procedimento serão preenchidas ou resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência delegada ou pelo Vereador no uso da competência subdelegada atenta a legislação aplicável, designadamente o Regulamento dos Mercados do Município de Mafra e o Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro, na sua redação atual.

Para constar se lavrou o presente Edital que vai ser afixado nos lugares públicos do costume, podendo, ainda, ser consultado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mafra.

Paços do Município de Mafra, ___ de _____ de 202_.

O Vereador,

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo I

[a que se refere o ponto 5.1 b)]

ENVELOPE QUANDO ENVIADO VIA CTT – MODO DE APRESENTAÇÃO

PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO N.º _____ - DLD

PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO PARA A "ATRIBUIÇÃO, DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA (BANCAS) NO MERCADO MUNICIPAL DE MAFRA"

Nome do Proponente

Endereço

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Praça do Município

2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo II

(a que se refere o ponto 5.2)

Formulário de candidatura ao procedimento de seleção para a "Atribuição, do direito de ocupação de 18 (dezoito) espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra"

Nome _____

Residência/Sede _____

Código Postal_____-_____ Localidade _____

NIF/NIPC _____ Telemóvel/Telefone n.º _____

E-mail de contacto _____

Depois de ter tomado conhecimento do procedimento de seleção para a atribuição, do direito de ocupação de 18 (dezoito) espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra, apresenta a sua candidatura para o(s) seguinte(s) espaço(s) de venda:

☐ Banca para venda de Géneros Alimentícios (frutas e legumes)
Correspondente a _____ (n.º e identificação dos lugares);

☐ Banca para venda de Peixe fresco
Correspondente a 2 lugares_____ (identificação dos lugares);

☐ Banca para venda de Queijos e Charcutaria
Correspondente a _____ (n.º e identificação dos lugares);

☐ Banca para venda de Produtos de Panificação
Correspondente a _____ (n.º e identificação dos lugares);

☐ Banca para venda de Flores
Correspondente a _____ (n.º e identificação de lugares);

☐ Banca para venda de produtos alimentares, com exceção de frutas e legumes,
Correspondente a _____ (n.º e identificação dos lugares);

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

☐ Banca para venda de produtos não alimentares

Correspondente a _____ (n.º e identificação de lugares).

Pelo valor de: €_____(extenso)

(**De acordo com o ponto 2.3. do presente procedimento**)

Para o efeito, anexa os seguintes documentos obrigatórios:

☐ Cópia do Cartão do Cidadão ou do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte e, no caso dos cidadãos estrangeiros, cópia de documento de identificação[1];

☐ Cópia da certidão permanente de registo comercial devidamente atualizada ou fornecimento de código de acesso à mesma, quando se trate de pessoa coletiva;

☐ Declarações de inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social;

☐ Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem indispensáveis para uma melhor explicitação da proposta.

1) Deverá juntar a reprodução dos referidos documentos, acompanhada da declaração de consentimento expresso do seu titular para a instrução da respetiva candidatura, em especial com fotocópia do cartão do cidadão.

_____**Para efeitos do presente pedido, autorizo a notificação via *e-mail.***

O requerente declara que, tomou conhecimento do presente Procedimento a que se candidata, que cumpre e concorda com todas as disposições constantes do mesmo.

Data _____/_____/_____

_____

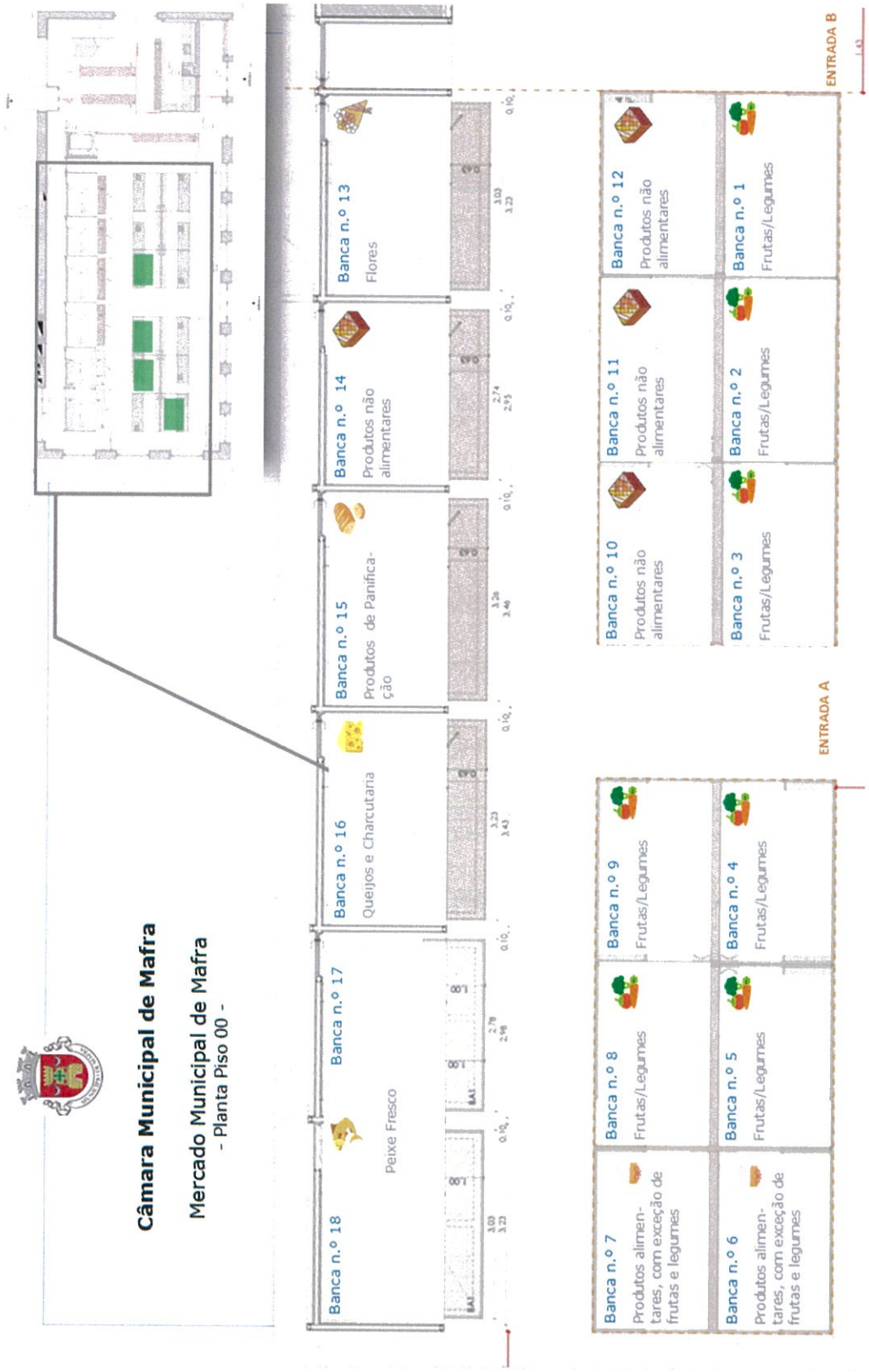
(Assinatura)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo III

(a que se refere o ponto 7.)

Planta dos espaços de venda (bancas)

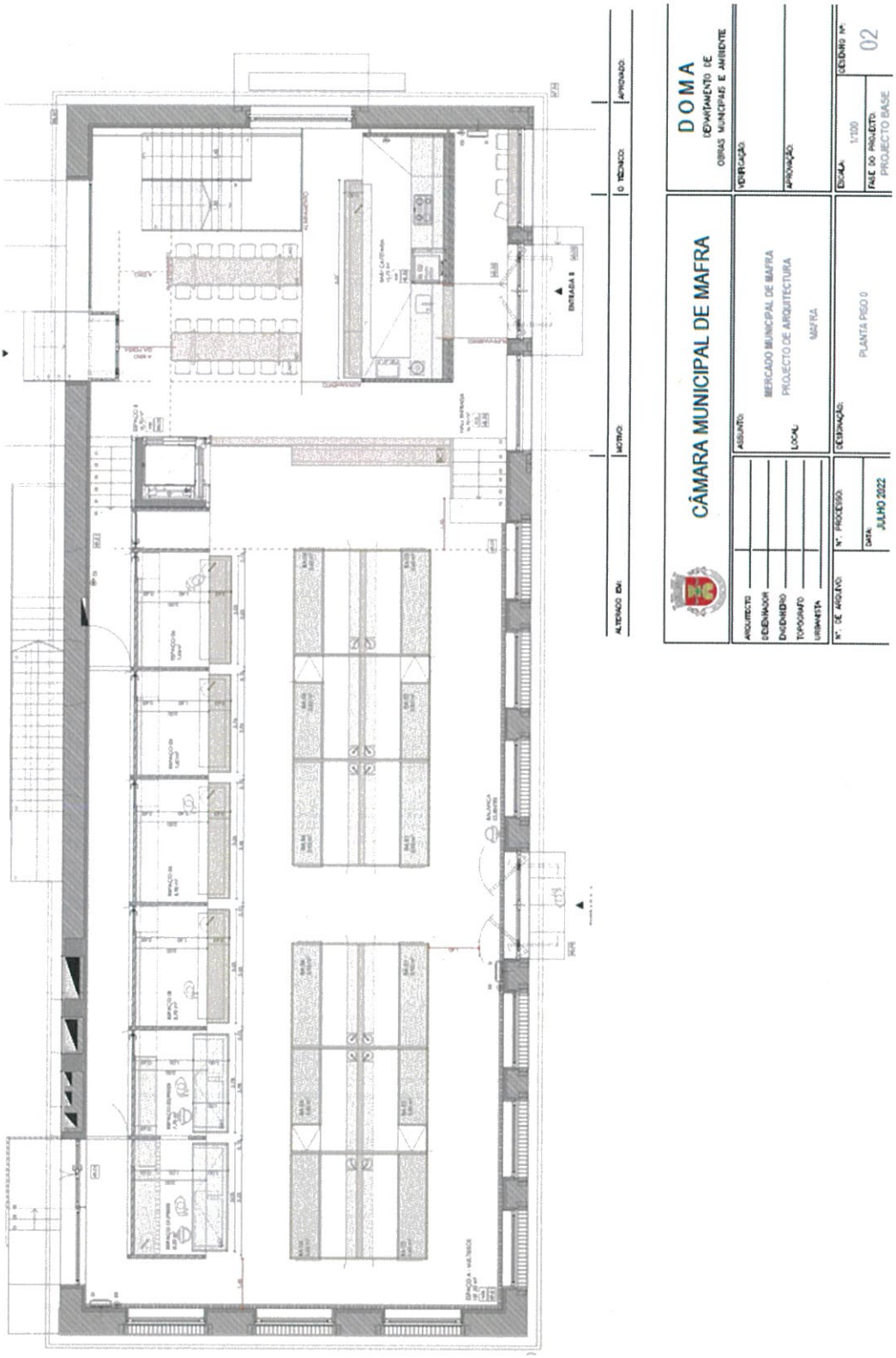


CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Anexo III

(a que se refere o ponto 7.)

Planta dos espaços de venda (bancas)



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS DIVERSOS **REUNIÃO DE** 2026/05/04

ASSUNTO: 2.1. Revogação do Procedimento de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra". ---------

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno 2026/10783 e respetivos anexos, elaborada em 21 de abril de 2026, na Divisão de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão Licenciamentos Diversos e da Diretora do Departamento Financeiro datados, respetivamente, de 27 de abril e 28 de abril de 2026, bem como o despacho de concordância do Senhor Vice-Presidente João Sousa, datado de 28 de abril de 2026.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, concordando com a Informação *supra* referida e atentos os respetivos anexos, designadamente a ata da Comissão de 10 de abril de 2026, nomeada pela Câmara Municipal, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, revogar a deliberação da Câmara Municipal de Mafra, tomada em 23 de janeiro de 2026, através da qual foi determinada a abertura do procedimento de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra", nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria~~. ----------

Votos a favor: Dr. Vereadores e do Sr. Presidente. .....

Votos contra: — .....

Abstenções: — .....

Declarações de voto: — .....

ASSINATURAS:

MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

114

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS DIVERSOS **REUNIÃO DE** 2026/02/20

ASSUNTO: 4.2. Prorrogação do prazo da atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra – Ratificação de Despacho. --------

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de 16 de fevereiro de 2026, com o seguinte teor: "*Atentos os fundamentos de facto e de direito que fazem parte integrante da presente informação, aprovo, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa, a prorrogação do prazo da atribuição do direito de ocupação em causa, até que seja concluído o novo Procedimento de seleção para a atribuição, daqueles direitos, atualmente em tramitação, mantendo-se os espaços de venda na titularidade dos atuais operadores económicos, durante esse prazo, enquanto os mesmos derem cumprimento às obrigações decorrentes dessa titularidade*", ínsito na Informação Interno 2026/4053, elaborada em 13 de fevereiro de 2026, pela Divisão de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora do Departamento Financeiro, datado de 16 de fevereiro corrente, bem como o despacho de concordância do Senhor Vice-Presidente João Sousa, exarado em 16 de fevereiro do ano em curso, na mesma Informação. ----------

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o Despacho do Sr. Presidente, exarado em 16 de fevereiro de 2026 que, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa, aprovou, à luz do disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento dos Mercados do Município de Mafra, prorrogar o prazo da atribuição do direito de ocupação dos espaços de venda (banca) abrangidos, até que seja determinada a atribuição de novos direitos de ocupação, através de procedimento de seleção, mantendo-se os respetivos espaços de venda na titularidade dos atuais operadores económicos, durante esse prazo e enquanto os mesmos cumprirem as obrigações inerentes e decorrentes dessa titularidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria~~. ----------

Votos a favor: Sr. Vereadora Presente e Sr. Presidente. ----------

Votos contra: ----------

Abstenções: ----------

Declarações de voto: ----------

ASSINATURAS:

11

MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DIVISÃO DE LICENCIAMENTOS DIVERSOS **REUNIÃO DE** 2026/01/23

ASSUNTO: 4.3. Procedimento de seleção para a atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra. ----------

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno 2026/1410, elaborada em 19 de janeiro de 2026, pela Divisão de Licenciamentos Diversos, devidamente instruída com os documentos que a ela se referem, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão Licenciamentos Diversos datado de 19 janeiro de 2026 e da Diretora do Departamento Financeiro, datado de 20 de janeiro de 2026. ----------

DELIBERAÇÃO: Atenta a Informação apresentada e os respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, aprovar a abertura do Procedimento de seleção para a "Atribuição do direito de ocupação de espaços de venda (bancas) no Mercado Municipal de Mafra", de acordo com as peças procedimentais, em anexo, bem como a nomeação da Comissão do Procedimento, com a seguinte constituição: Presidente - Rita Cosme – Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos; 1.ª Vogal - Suéli Portela - Assistente Técnica a exercer funções na Divisão de Licenciamentos Diversos; 2.ª Vogal - Carla Mendonça – Técnica Superior a exercer funções no Departamento de Administração Geral e ainda pelos membros suplentes: 1.ª Vogal - Maria João Paulino – Coordenadora Técnica da Secção de Licenciamentos Diversos e 2.ª Vogal – Cláudia Ferrão - Técnica Superior a exercer funções no Departamento de Administração Geral. ----------

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / ~~Maioria~~. ----------

Votos a favor: Os Vereadores presentes e eu próprio.

Votos contra: -

Abstenções: -

Declarações de voto: -

ASSINATURAS:

3.2.1.

116

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

...../...../.....

O Vereador,

...../...../.....

A Diretora de Departamento,

...../...../.....

A Chefe de Divisão

DESPACHO

Concordo com a presente informação, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante do presente despacho. Considerando o término do prazo para a Câmara aprovar o Plano de Instalação apresentado pela Dreammedia, Mobiliário Urbano, Lda. (08.07.2026) e face à impossibilidade de reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, **DETERMINO,** ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o ponto 2. do Artigo 13.º do Caderno de Encargos que integrou o Procedimento de "Concessão do direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra", **aprovar o Plano de Instalação apresentado pela Dreammedia, Mobiliário Urbano, Lda., com as condicionantes identificadas pela Equipa Multidisciplinar, constantes na Informação Interno/2026/17176, em anexo à presente informação.**

MAIS DETERMINO que os trabalhos de instalação do mobiliário urbano por parte da Dreammedia, se iniciem no dia 13/07/2026, em concordância com os fundamentos elencados na presente Informação.

DETERMINO, por último, que o presente Despacho seja presente na próxima reunião de Câmara, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de ratificação.

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

INFORMAÇÃO Interno/2026/17204

ASSUNTO: Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra – Aprovação do Plano de Instalação apresentado pela DREAMMEDIA – Despacho de ratificação do Sr. Presidente da Câmara Municipal

Relativamente ao assunto em epígrafe e considerando os seguintes pontos:

- Por Despacho exarado pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal em 19 de dezembro de 2023, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013,

Anexo XVII 12.

de 12 de setembro, na sua atual redação, ínsito na Informação Interno/2023/21871 elaborada pela, na data, Divisão de Atividades Económicas e Licenciamentos Diversos, ratificado por Deliberação da Câmara Municipal, datada de 22 de dezembro de 2023, foi autorizada a abertura do procedimento de **"Concessão do direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra"**, bem como a aprovação da composição do Júri e da Gestora de Contrato propostas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- As decisões do mencionado Despacho, nomeadamente, de abertura do procedimento e de aprovação das condições gerais, ficaram condicionadas à autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugados com os artigos 155.º, n.º 1 e 157.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual;

- Em 22 de dezembro de 2023, foi deliberado pela Assembleia Municipal autorizar a abertura do procedimento em apreço, tendo em vista a celebração do respetivo contrato, nas condições gerais previstas no Programa de Procedimento e Caderno de Encargos propostos, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

- Com efeito, foi determinada a abertura do referido procedimento por **Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia**, para a formação de contrato de concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de mobiliário urbano e exploração para fins publicitários, no concelho de Mafra, cuja publicitação de anúncio ocorreu a 2 de janeiro de 2024, em sede de DRE (Anúncio de procedimento n.º 22/2024), e em sede de JOUE (Anúncio de concurso 2024/S 001-001139);

- **Após a devida e legal tramitação do procedimento, foi deliberado pelo executivo municipal em reunião de Câmara Municipal realizada em 30 de julho de 2024 adjudicar a "Concessão do direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins**

Publicitários, no Concelho de Mafra" à concorrente que ficou classificada em primeiro lugar, a entidade Alargâmbito II, Mobiliário Urbano, Lda., tendo todos os concorrentes sido notificados em conformidade, em 5 de agosto de 2024;

- Em reunião de Câmara Municipal realizada em 20 de março de 2026, o executivo municipal, deliberou confirmar a adjudicação à concorrente Dreammedia, Mobiliário Urbano, Lda. (Alargâmbito II, Mobiliário Urbano, Lda.), tendo-se tornado a mesma a decisão final do ora procedimento;

- Em 20 de abril de 2026, foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, atenta a Informação Interno/2026/9694, elaborada na Divisão de Licenciamentos Diversos, a designação de novo Gestor do Contrato da "Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra", por o anterior designado Gestor de Contrato, ter deixado de exercer funções no Município de Mafra, tendo ainda sido aprovado, a criação de uma equipa multidisciplinar interna, responsável pela elaboração do plano de desinstalação, a concertar com a JCDecaux (Portugal) – Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda. (anterior concessionária), tendo sido também os 3 elementos desta equipa designados como Gestores do Contrato a outorgar com a nova concessionária Dreammedia, Mobiliário Urbano, Lda.;

- **O Contrato n.º 240/2026, referente à mencionada concessão, entre o Município de Mafra e a Dreammedia, Mobiliário Urbano, Lda. foi outorgado em 11/06/2026**;

- Que após a elaboração do Plano de Desinstalação pela equipa multidisciplinar *supra* referida e que foi aprovado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em 09/06/2026, a concessionária foi informada do mesmo, através de e-mail remetido pelo Gabinete da Presidência em 09/06/2026;

- Nesta sequência, a **concessionária veio dar cumprimento ao ponto 1. do Artigo 13.º - Plano de Instalação**, do Caderno de Encargos que integrou o Procedimento de "Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para a Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para Fins Publicitários, no Concelho de Mafra", em concreto, **com a apresentação do Plano de Instalação, em 23/06/2026, dentro do prazo definido**;

- Que, de acordo com o ponto 2. do Artigo 13.º, **o Município deve proceder à aprovação do Plano de Instalação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, terminando o mesmo no dia 08/07/2026;**

- Que o Plano apresentado foi objeto de análise técnica, nomeadamente, pelos gestores do contrato designados;

- Ademais, que na sequência dessa análise a referida equipa elaborou a Informação Interno/2026/17176, que se anexa à presente informação, passando a faze parte integrante da mesma, na qual consideram que a **aprovação do Plano de Instalação deverá ficar condicionada aos seguintes pontos:**

1. Locais onde atualmente não existe abrigo:

a. Abrigo nº 134 – Junto ao Macdonalds da Malveira.
Instalar abrigo especial, de modo a garantir a acessibilidade pedonal e não invadir o terreno particular limítrofe;

b. Abrigo nº 116 – Junto ao acesso à Praia de Ribeira D'Ilhas – Considerando que a localização definida para este novo abrigo se encontra localizada na REN (Reserva Ecológica Nacional), que esta categoria de espaço, impõe limitações à construção, foi decidido pelos gestores de contrato não instalar abrigo neste local.
Face ao exposto propõe-se disponibilizar à Dreammedia uma outra localização, na proximidade de outros abrigos a concurso, designadamente o abrigo Opcional 2, localizado na EN116 em Pinhal de Frades, que já foi desinstalado pela JCDecaux.

c. Abrigo nº 133 – Malveira, junto à Estátua do Bombeiro – instalar abrigo standard.

O abrigo nº 134 e abrigo nº 133 são os únicos locais onde atualmente não existe abrigo e estão junto a estradas nacionais da jurisdição das Infraestruturas de Portugal. Informa-se que os abrigos a instalar não devem interferir com a visibilidade rodoviária e devem garantir a acessibilidade e mobilidade condicionada.

2. Abrigos Especiais:

a. Informa-se que existem 14 localizações, onde a instalação de um abrigo standard da Dreammedia não garante acessibilidade pedonal e mobilidade condicionada, pelo que, de acordo com o artigo 8º do caderno de encargos, a Dreammedia deve instalar nestes locais outro modelo de abrigo que vá ao encontro das características de cada uma destes locais e garanta acessibilidade pedonal e mobilidade condicionada.

Junta-se em anexo a lista dos 14 locais.

b. Abrigo Nº 94 – Informa-se que se trata de um abrigo da Jcdecaux e que será removido pela referida empresa. Este local está entre muros sendo o espaço limitado. A Dreammedia deve instalar um abrigo adaptado às dimensões do local.

3. Alterações de localização face ao plano inicial:

a. Mupi pequeno nº 10 – Atualmente na Av. 1º de Maio (Mafra) junto ao cruzamento com a Rua Elias Garcia, deve se colocado noutro local, porque está junto a uma passagem de peões e não garante condições de visibilidade tanto para peões como para os veículos;

b. Mupi pequeno nº 1 – junto à praça de táxis de Mafra – desviar do lugar de estacionamento de mobilidade condicionada;

c. Mupi pequeno nº2 – junto à travessa da Cameleira (Mafra) – deverá ser deslocado para o início do arruamento, junto ao entroncamento com a Travessa Ilha da Madeira;

d. Mupi pequeno nº 4 – junto à Av. Eng. Duarte Pacheco, nº4 – deverá ser proposta outra localização, dado que o mupi da Dreammedia é maior que o da JCDecaux e interfere com a passagem pedonal;

e. Mupi pequeno nº5 – junto ao entroncamento com a Rua Dr. Carlos Galrão, deverá ser colocado no lado oposto da passagem de peões;

f. Mupi pequeno nº6 – Terreiro D. João V (Mafra) – desviar do lugar de estacionamento de mobilidade condicionada;

g. Mupi pequeno nº 16 – Ericeira Largo dos Navegantes- deve ser mantido o local, dado que as bandeiras já existiam no local de 2010, foram retiradas e voltaram a ser repostas recentemente;

h. Abrigo nº 130 – EN 9 - Carapinheira – Junto à Rua do Vale, Sentido Mafra.

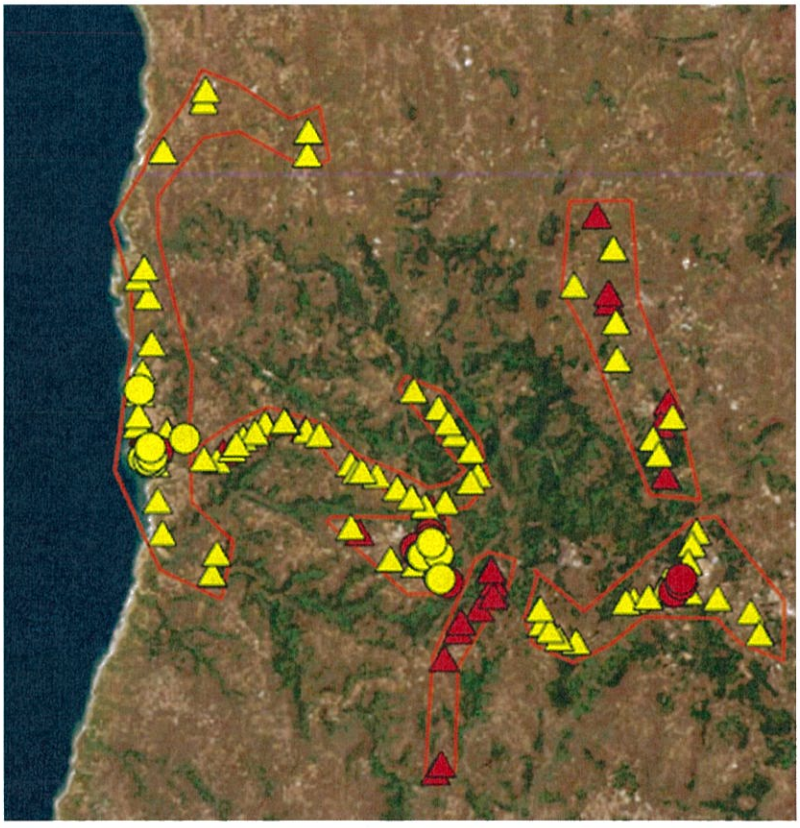
Neste caso, sugere-se a colocação do abrigo junto ao jardim, de acordo com as marcações deixadas no local pela equipa CMM, que já acautelam o afastamento relativamente aos sistemas de rega existentes no jardim.



i. Mais se informa que os restantes equipamentos, podem ser alvo de ligeiras alterações de posição de modo a melhorar a acessibilidade ao mesmo ou para permitir melhores condições de visibilidade rodoviária e pedonal, tal como, previamente articulado em reuniões e no decurso das ações de marcação no terreno.

4. Ponto de Situação do Plano de Desinstalação

Informa-se que à data de 02/07/2026 encontram-se desinstalados **115 equipamentos**, tal como apresentado no mapa seguinte e ficheiro *excel* anexo.
No mapa, os pontos assinalados a amarelo estão desinstalados e os vermelhos estão ainda por desinstalar.



5. Condicionamentos de trânsito

Relativamente ao acompanhamento da Polícia Municipal, e de acordo com as orientações do Sr. Presidente da Câmara, a Dremmedia deve optar pelo condicionamento alternado do trânsito com recurso a semáforos, fora das horas de ponta. Nas horas de ponta, e sempre que a natureza do condicionamento assim o obrigue, deve a Dreammedia recorrer aos serviços gratificados da GNR.

A CMM irá informar a GNR e a Polícia Municipal, sobre a realização de trabalhos de instalação de mobiliário urbano por parte de Dremmedia, indicando as datas de início e fim de execução.

Deve a Dremmedia, enviar à CMM, antes do início das obras, um plano de sinalização (modelo genérico) a aplicar nos diversos locais de instalação, de forma a que a CMM o possa remeter às referidas autoridades junto com a informação acima referida.

Deve a Dremmedia acautelar a sinalização necessária ao encaminhamento de peões, garantindo a sua segurança e o devido afastamento relativamente o local das obras.

Propõe-se ainda informar a Dreammedia que às quinta-feiras de manhã, na localidade da Malveira, devido à realização da feira semanal, é habitual existirem congestionamentos de trânsito, pelo que, não poderá haver obras neste dia, que impliquem condicionamentos à circulação rodoviária, entre a Rotunda da A21/Acrilac e a Venda do Pinheiro.

Por último, informa-se que ao 3º Domingo de cada mês, no parque intermodal escolas, em Mafra, se realiza o mercado mensal que ocupa este parque, pelo que, não é possível a realização de trabalhos pela Dremmedia neste dia.

6. Análise do plano de instalação proposto

- Verifica-se que o plano de instalação proposto respeita a ordem de instalação definida pelo Município de Mafra e cumpre o prazo de instalação definido no Caderno de Encargos.

- A Dreammedia vai instalar apenas os equipamentos obrigatórios.

- As indicações apresentadas na presente informação devem ser consideradas pela Dreammedia no plano de instalação.

- **Na informação elaborada a equipa concluiu que: Integrando as considerações do Município de Mafra, definidas na presente informação, considera-se que o Plano de Instalação está em condições de ser aceite.**

Proposta

Assim, considerando todos os pontos acima expostos, e que **o plano em apreço deve ser aprovado (impreterivelmente) até ao próximo dia 08/07/2026 pela Câmara Municipal** e considerando ademais que, o órgão executivo municipal só irá reunir no próximo dia **10/07/2026, propõe-se e submete-se à Consideração Superior que, o Presidente da Câmara Municipal aprove o Plano de Instalação nas condições aqui definidas e com as condicionantes determinadas pela equipa multidisciplinar,** por não ser possível reunir a câmara em tempo útil e fundamentado pelo motivo de garantir o cumprimento contratual, definido no artigo 13.º do Caderno de Encargos.

Mais se propõe e submete-se à Consideração Superior, que:

i) Face à verificação que a JCDecaux ainda se encontra a desinstalar os equipamentos de mobiliário urbano da sua propriedade e que esta referiu através de comunicação a esta Câmara Municipal, que **a data previsível de conclusão da desinstalação poderá ocorrer até ao dia 17/07/2026**, o que poderá condicionar a instalação do mobiliário urbano por parte da Dreammedia;

ii) Verificando-se, ademais, que se encontram a decorrer diversos eventos no concelho de Mafra, nomeadamente, o Festival do Pão, que mobiliza um número considerável de pessoas, impossibilitando que a execução dos trabalhos de instalação dos equipamentos salvaguarde a segurança de pessoas e bens, e terminando este Festival no dia 12 de julho.

Seja determinado, neste âmbito, que a data de início dos trabalhos de instalação por parte da Dreammedia, seja no dia 13/07/2026, a ser executado em conformidade com o Plano de Instalação e as condicionantes aqui referidas.

Por último, propõe-se que o **despacho de aprovação do Plano de Instalação a proferir pelo Presidente da Câmara Municipal, seja presente na próxima reunião de câmara, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de ratificação.**

À Consideração Superior.

06/07/2026

X

Rita Cosme
Gestor de Contrato
Assinado por: RITA MARTINS COSME

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

INFORMAÇÃO Interno/2026/17176

ASSUNTO: Plano de Instalação Dremmedia – Parecer CMM

1. Locais onde atualmente não existe abrigo:

a. Abrigo nº 134 – Junto ao Macdonalds da Malveira.
Instalar abrigo especial, de modo a garantir a acessibilidade pedonal e não invadir o terreno particular limítrofe;

b. Abrigo nº 116 – Junto ao acesso à Praia de Ribeira D'Ilhas – Considerando que a localização definida para este novo abrigo se encontra localizada na REN (Reserva Ecológica Nacional), que esta categoria de espaço, impõe limitações à construção, foi decidido pelos gestores de contrato não instalar abrigo neste local.
Face ao exposto propõe-se disponibilizar à Dremmedia uma outra localização, na proximidade de outros abrigos a concurso, designadamente o abrigo Opcional 2, localizado na EN116 em Pinhal de Frades, que já foi desinstalado pela JCDecaux.

c. Abrigo nº 133 – Malveira, junto à Estátua do Bombeiro – instalar abrigo standard.

O abrigo nº 134 e abrigo nº 133 são os únicos locais onde atualmente não existe abrigo e estão junto a estradas nacionais da jurisdição das Infraestruturas de Portugal. Informa-se que os abrigos a instalar não devem interferir com a visibilidade rodoviária e devem garantir a acessibilidade e mobilidade condicionada.

2. Abrigos Especiais

a. Informa-se que existem 14 localizações, onde a instalação de um abrigo standard da Dremmedia não garante acessibilidade pedonal e mobilidade condicionada, pelo que, de acordo com o artigo 8º do caderno de encargos, a Dremmedia deve instalar nestes locais outro modelo de abrigo que vá ao encontro das características de cada uma destes locais e garanta acessibilidade pedonal e mobilidade condicionada.

Junta-se em anexo a lista dos 14 locais.

b. Abrigo Nº 94 – Informa-se que se trata de um abrigo da Jcdecaux e que será removido pela referida empresa. Este local está entre muros

sendo o espaço limitado. A Dremmedia deve instalar um abrigo adaptado às dimensões do local.

3. Alterações de localização face ao plano inicial

a. Mupi pequeno nº 10 – Atualmente na Av. 1º de Maio (Mafra) junto ao cruzamento com a Rua Elias Garcia, deve se colocado noutro local, porque está junto a uma passagem de peões e não garante condições de visibilidade tanto para peões como para os veículos;

b. Mupi pequeno nº 1 – junto à praça de táxis de Mafra – desviar do lugar de estacionamento de mobilidade condicionada;

c. Mupi pequeno nº2 – junto à travessa da Cameleira (Mafra) – deverá ser deslocado para o início do arruamento, junto ao entroncamento com a Travessa Ilha da Madeira;

d. Mupi pequeno nº 4 – junto à Av. Eng. Duarte Pacheco, nº4 – deverá ser proposta outra localização, dado que o mupi da Dremmedia é maior que o da JCDecaux e interfere com a passagem pedonal;

e. Mupi pequeno nº5 – junto ao entroncamento com a Rua Dr. Carlos Galrão, deverá ser colocado no lado oposto da passagem de peões;

f. Mupi pequeno nº6 – Terreiro D. João V (Mafra) – desviar do lugar de estacionamento de mobilidade condicionada;

g. Mupi pequeno nº 16 – Ericeira Largo dos Navegantes- deve ser mantido o local, dado que as bandeiras já existiam no local de 2010, foram retiradas e voltaram a ser repostas recentemente;

h. Abrigo nº 130 – EN 9 - Carapinheira – Junto à Rua do Vale, Sentido Mafra.

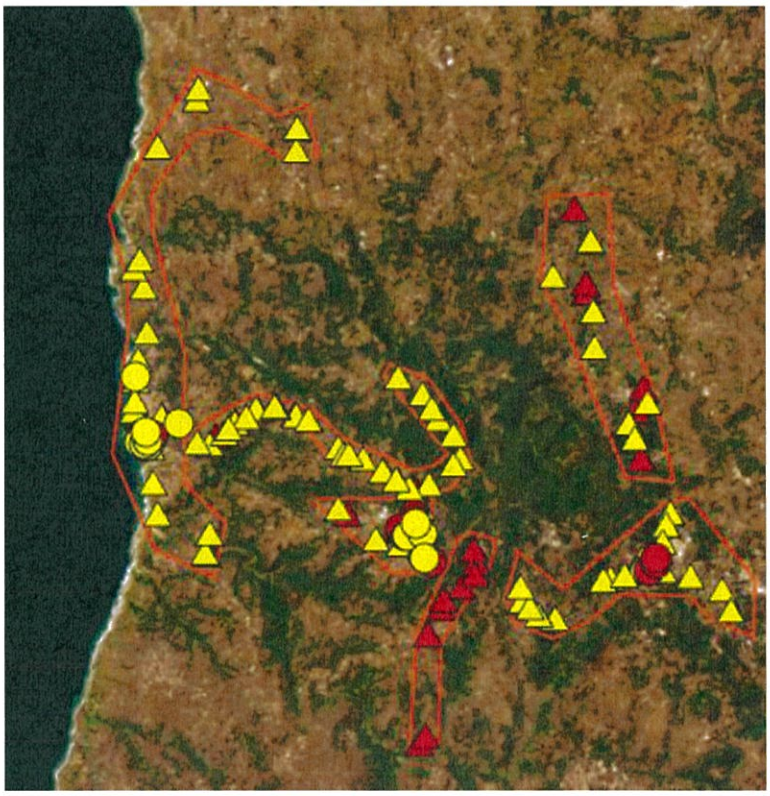
Neste caso, sugere-se a colocação do abrigo junto ao jardim, de acordo com as marcações deixadas no local pela equipa CMM, que já acautelam o afastamento relativamente aos sistemas de rega existentes no jardim.



i. Mais se informa que os restantes equipamentos, podem ser alvo de ligeiras alterações de posição de modo a melhorar a acessibilidade ao mesmo ou para permitir melhores condições de visibilidade rodoviária e pedonal, tal como, previamente articulado em reuniões e no decurso das ações de marcação no terreno.

4. Ponto de Situação do Plano de Desinstalação

Informa-se que à data de 02/07/2026 encontram-se desinstalados 115 equipamentos, tal como apresentado no mapa seguinte e ficheiro excel anexo.
No mapa, os pontos assinalados a amarelo estão desinstalados e os vermelhos estão ainda por desinstalar.



5. Condicionamentos de trânsito

Relativamente ao acompanhamento da Polícia Municipal, e de acordo com as orientações do Sr. Presidente, a Dremmedia deve optar pelo condicionamento alternado do trânsito com recurso a semáforos, fora das horas de ponta. Nas horas de ponta, e sempre que a natureza do condicionamento assim o obrigue, deve a Dremmedia recorrer aos serviços gratificados da GNR.

A CMM irá informar a GNR e Polícia Municipal sobre a realização de trabalhos de instalação de mobiliário urbano por parte de Dremmedia, indicando as datas de início e fim de execução.
Deve a Dremmedia, enviar à CMM, antes do início das obras, um plano de sinalização (modelo genérico) a aplicar nos diversos locais de instalação, de forma a que a CMM o possa remeter às referidas autoridades junto com a informação acima referida.

Deve a Dremmedia acautelar a sinalização necessária ao encaminhamento de peões, garantindo a sua segurança e o devido afastamento relativamente o local das obras.

Propõe-se informar a Dremmedia que às quinta-feiras de manhã, na localidade da Malveira, devido à realização da feira semanal, é habitual existirem congestionamentos de trânsito, pelo que, não poderá haver obras neste dia, que impliquem condicionamentos à circulação rodoviária, entre a Rotunda da A21/Acrilac e a Venda do Pinheiro.

Mais se informa que ao 3º Domingo de cada mês, no parque intermodal escolas, em Mafra se realiza o mercado mensal que ocupa este parque, pelo que, não é possível a realização de trabalhos pela Dremmedia neste dia.

6. Análise do plano de instalação proposto

Verifica-se que o plano de instalação proposto respeita a ordem de instalação definida pelo Município de Mafra e cumpre o prazo de instalação definido no caderno de encargos.

A Dremmedia vai instalar apenas os equipamentos obrigatórios.

As indicações apresentadas no presente documento devem ser consideradas pela Dremmedia no plano de instalação.

Integrando as considerações do Município de Mafra, definidas no presente documento, considera-se que o plano de Instalação está em condições de ser aceite.

Elaborado por:

X ANA FILIPA NASCIMENTO VASCONCELOS DE FREITAS AFONSO

Assinado de forma digital por ANA FILIPA NASCIMENTO VASCONCELOS DE FREITAS AFONSO
Dados: 2026.07.06 16:04:19 +01'00'

Filipa Afonso

Assinatura Recuperável

X

Susana Duarte

Assinado por: SUSANA ISABEL GREGÓRIO DUARTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º 240/2026
"CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO PARA FINS PUBLICITÁRIOS, NO CONCELHO DE MAFRA"

--- Na data indicada nas assinaturas digitais do presente documento, entre:

--- **PRIMEIRO CONTRAENTE:** MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo Presidente da Câmara, Hugo Manuel Moreira Luís, portador do cartão de cidadão número [redacted], válido até [redacted];

E

--- **SEGUNDO CONTRAENTE**: DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA., com sede em Arrábida Lake Towers, Rua Daciano Batista Marques, n.º 181, Torre C, 8.º, 4400-617 Vila Nova de Gaia, pessoa coletiva número 516056620 representada no presente ato pelo gerente, Ricardo Queirós da Costa Bastos, portador do Cartão de Cidadão número [redacted] válido até [redacted] contribuinte número [redacted]

É celebrado o presente contrato o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª **-** O presente contrato tem por objeto a **"CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO E EXPLORAÇÃO PARA FINS PUBLICITÁRIOS, NO CONCELHO DE MAFRA",** pelo segundo contraente, na sequência do procedimento efetuado nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual, conjugado com a alínea qq) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef. 261 810 182 • FAX 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CLÁUSULA 2.ª **– a)** A concessão em causa é feita pelo prazo de 12 (doze) anos nos termos da proposta e do caderno de encargos; **b)** O contrato produz efeitos a partir da sua outorga; **c)** Finda a concessão, o cocontratante deverá retirar as peças do mobiliário urbano instalado, devendo apresentar, para o efeito, com uma antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias relativamente ao termo do prazo da concessão, um plano para a referida desinstalação, o qual não pode ser superior a 120 (cento e vinte) dias.

CLÁUSULA 3.ª **– a)** Pelo direito do uso privativo de espaço publico para instalação de mobiliário urbano e exploração para fins publicitários será devido o valor anual de **62.280,00€ (sessenta e dois mil duzentos e oitenta euros)**; **b)** No dia da assinatura do contrato o concessionário procederá ao pagamento do valor correspondente ao primeiro ano de concessão; **c)** O pagamento dos valores anuais subsequentes da concessão será efetuado pelo concessionário até trinta dias após a emissão de fatura pelo primeiro outorgante, a ser enviada ao concessionário no primeiro dia útil do mês de outorga do contrato, para a caixa de correio eletrónico que o concessionário indicar; **d)** Constituindo-se o concessionário em mora, por facto que lhe seja imputável e na falta de pagamento dentro dos prazos indicados, o Município de Mafra tem o direito de exigir, para além dos valores em atraso, os respetivos juros de mora, na percentagem à taxa legal em vigor à data; **e)** A prestação anual será atualizada anualmente, de acordo com a taxa de variação média dos últimos doze meses do índice de preços ao consumidor (Portugal, exceto habitação), tendo como referência o mês de outorga do contrato.

CLÁUSULA 4.ª **– a)** O procedimento relativo ao presente contrato, foi iniciado por despacho do Senhor Presidente da Câmara de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e três, ratificado em reunião do Executivo Municipal de vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três e autorizado em sessão da Assembleia Municipal realizada em vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três; **b)** A concessão foi adjudicada por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em cinco de agosto de dois mil e vinte e quatro, sendo a minuta relativa ao mesmo aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª **–** Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, tendo efetuado um depósito na Caixa

Geral de Depósitos, em oito de agosto de dois mil e vinte e quatro, no valor de catorze mil novecentos e quarenta e sete euros e vinte cêntimos, correspondente a dois por cento do montante do direito de concessão, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 6.ª - Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 7.ª – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Rita Cosme, Chefe da Divisão Licenciamentos Diversos

CLÁUSULA 8.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 9.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito barra dois mil e oito de vinte e nove de janeiro, na sua atual redação.

CLÁUSULA 10.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

As formalidades contratuais essenciais, nomeadamente, a identidade e poderes para o presente ato, foram verificadas pela Oficial Público, Maria Bernardete Rodrigues Sabina, Diretora do Departamento de Administração Geral, designada por despacho n.º 1/2026 - PCM, datado de sete de janeiro de dois mil e vinte e seis, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração, comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante o Estado Português, emitida em sete de maio de dois mil e vinte e seis, pelo Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia-1;

c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis e válida até vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e sete;

d) Certificados do Registo Criminal da empresa, e do titular dos órgãos sociais de gerência, Ricardo Queirós da Costa Bastos, datados de doze de maio de dois mil e vinte e seis, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.

e) Documento comprovativo em como se encontra inscrito no Registo Central do Beneficiário Efetivo;

f) Plano de desinstalação do Mobiliário Urbano elaborado pela equipa multidisciplinar interna, nomeada por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em vinte de abril de dois mil e vinte e seis, relativo ao contrato de "Locação de Mobiliário Urbano com colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos", e respetiva adenda, datados de dezanove de janeiro de dois mil e doze e dez de janeiro de dois mil e vinte e quatro, com a empresa J.C.Decaux (Portugal) - Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.

O presente contrato é celebrado num único exemplar.

Assinado por: **HUGO MANUEL MOREIRA LUÍS**
Num. de Identificação[redacted]
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Mafra**
CARTÃO DE CIDADÃO

Assinado por: **RICARDO QUEIRÓS DA COSTA BASTOS**
Num. de Identificação:[redacted]
Data: 2026.06.11 17:12:52+01'00'
Certificado por: **SCAP**
Atributos certificados: **Gerente de DREAMMEDIA MOBILIÁRIO URBANO, LDA (VAT PT-516056620)**
CARTÃO DE CIDADÃO

Assinado por: **MARIA BERNARDETE RODRIGUES SABINA**
Data: 2026.06.11 21:00:58+01'00'
CARTÃO DE CIDADÃO

3.2.2.

126

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO

ASSUNTO: *"Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos" – remoção de mobiliário urbano*

Considerando que:

1. O Contrato n.º 2/2012, celebrado entre o Município de Mafra e a J.C.Decaux (Portugal) – Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda., em 19.01.2012, para *"Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos"*, cessou os seus efeitos em 11 de junho de 2026, sem prejuízo da vigência de algumas cláusulas, em virtude da celebração de um novo contrato, resultante concurso público para "Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para fins publicitários, no concelho de Mafra" com um novo cocontratante.

2. Resulta do artigo 23.º do Caderno de Encargos referente ao procedimento que deu origem ao contrato n.º 2/2012, que: *"A entidade adjudicante fica obrigada a restituir ao adjudicatário todo o mobiliário urbano previsto no contrato, cabendo ao adjudicatário a sua remoção, a qual deverá ter lugar nos trinta dias subsequentes à data de cessação deste contrato. 2 – A remoção do mobiliário urbano e a reposição dos locais onde o mesmo se encontrava instalado ficam a cargo do adjudicatário, que as deverá promover nos trinta dias seguintes à data da cessação da vigência do contrato, sendo da sua responsabilidade as despesas que daí decorram.";*

3. A J.C.Decaux (Portugal) – Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda. deve promover a remoção do mobiliário urbano instalado, nos trinta dias seguintes à data da cessação da vigência do contrato;

4. A Câmara Municipal, em reunião de 20 de abril de 2026, deliberou, ao abrigo do artigo 290.º - A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, aprovar a criação de uma

Anexo XVIII

equipa multidisciplinar interna, constituída pelos seguintes elementos: Dra. Rita Cosme, Chefe de Divisão de Licenciamentos Diversos, Eng.ª Susana Duarte, Dirigente da Unidade de Mobilidade e Eng.º Tiago Jorge, Chefe de Divisão de Gestão e Fiscalização de Empreitadas, sendo a equipa designada responsável pela elaboração do plano de desinstalação, a concertar com a J.C.Decaux (Portugal) – Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.;

5. Segundo os Serviços no local, designadamente, a Divisão de Gestão e Fiscalização de Empreitadas, na sequência das ações de fiscalização e acompanhamento no terreno, realizadas nos passados dias 18 a 23 de junho, informar, por e-mail, e em anexo ao relatório da Gestora do contrato, juntando registos fotográficos, os quais se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, que a J.C.Decaux, e ao arrepio do que resulta do caderno de encargos bem como do plano de desinstalação, não removeu as fundações e os respetivos maciços de betão, apesar de ter procedido à selagem superficial dos buracos com argamassa;

6. A permanência destes elementos no subsolo (fundações e maciços de betão) impede a correta conclusão dos trabalhos de desinstalação, e tem impacto no plano de instalação do novo cocontratante, pelo que é **imperativo a remoção integral e urgente de todos os maciços e fundações dos abrigos já desmontados, colocando o solo nas condições de segurança e pavimentação originais, conforme o disposto** no artigo 23.º do Caderno de Encargos referente ao procedimento que deu origem ao contrato n.º 2/2012;

7. A remoção efetuada até ao momento pela J.C. Decaux não tem assegurado a reposição dos locais, no estado em que se encontravam, previamente, à instalação do mobiliário urbano, apesar de tal constituir uma obrigação contratual;

8. Cabe à concessionária proceder à reposição do espaço público (passeios, pavimentos, calçadas e demais elementos) nas exatas condições em que este se encontrava antes da instalação do referido mobiliário urbano;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

9. Prevê o n.º 2, do artigo 24.º do Caderno de Encargos, referente ao procedimento que deu origem ao contrato n.º 2/2012, que: *"O incumprimento das obrigações contratuais pelo adjudicatário, por facto que lhe seja imputável, poderá dar lugar à aplicação de sanções pecuniárias até ao limite de 20% do preço contratual do serviço";*

Ora, considerando que:

10. Nos termos do disposto no artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, a audiência prévia dos interessados pode ser dispensada quando a sua realização seja suscetível de comprometer a execução ou a utilidade da decisão a proferir, o que sucede no caso concreto por se encontrar a decorrer o prazo de 30 dias de remoção do mobiliário urbano;

11. No caso em apreço, foram realizados diversos levantamentos e vistorias técnicas pelos serviços municipais competentes, conforme descrito no considerando 5, dos quais resultaram informações e relatórios técnicos que identificam situações de incorreta desinstalação do mobiliário urbano e abrigos de passageiros, anteriormente explorados pela J.C.Decaux, designadamente, pela não remoção integral das respetivas fundações, maciços de betão e demais elementos estruturais implantados no solo e subsolo municipais;

12. Das referidas informações e relatórios técnicos resulta que, permanecem no domínio público municipal diversos elementos construtivos, associados aos equipamentos removidos, em desconformidade com as obrigações contratuais de reposição integral dos locais ao estado anterior à instalação dos equipamentos. Os serviços técnicos assinalam, ainda, que a permanência daqueles elementos constitui fator de perturbação da normal utilização do espaço público e representa um potencial risco para a integridade de infraestruturas existentes e para a segurança de pessoas e bens, particularmente em locais sujeitos a circulação pedonal e rodoviária;

13. Acresce que se encontra programada, e em fase de preparação, a instalação de mobiliário urbano pela nova cocontratante. Os serviços municipais competentes informaram que a manutenção daqueles elementos no subsolo constitui

obstáculo material à execução e instalação previstas, impedindo ou dificultando a respetiva implementação nos prazos estabelecidos;

14. A permanência dos maciços e fundações no local compromete o normal desenvolvimento das operações preparatórias das obras e pode determinar a necessidade de reformulação do projeto, suspensão de trabalhos ou realização de trabalhos adicionais, com inevitável prejuízo para o interesse público;

15. Por outro lado, a situação em causa não constitui matéria nova para a J.C.Decaux. Com efeito, em momento anterior, a J.C.Decaux foi já advertida pelos serviços municipais para proceder à regularização da situação e ao cumprimento das respetivas obrigações contratuais, de remoção integral das estruturas e reposição das condições originais dos locais intervencionados;

16. Apesar dessas interpelações prévias, a situação de incumprimento mantém-se, subsistindo os constrangimentos e riscos identificados pelos serviços técnicos municipais;

17. Neste contexto, a abertura de fase de audiência prévia, com a consequente concessão de prazo para pronúncia, determinaria um atraso adicional na adoção da decisão administrativa necessária à reposição da legalidade e ao cumprimento das obrigações contratuais em causa, permitindo a continuação de uma situação que os relatórios técnicos qualificam como incompatível com a adequada gestão do domínio público municipal e com a instalação de mobiliário urbano pela nova cocontratante;

18. A realização da audiência prévia impediria, assim, a utilidade prática face ao conhecimento prévio que a J.C.Decaux já possui da situação e das exigências municipais formuladas, sendo suscetível de comprometer a eficácia e a utilidade da decisão administrativa ora proferida, designadamente pela possibilidade de inviabilizar ou atrasar a execução do novo plano de instalação, impedir a libertação atempada dos espaços públicos afetados e prolongar os riscos e constrangimentos identificados pelos serviços técnicos;

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

19. Deste modo, ponderados os interesses em presença, nomeadamente, a necessidade de salvaguarda do interesse público, a eliminação dos obstáculos existentes no domínio público, a prevenção do agravamento dos prejuízos decorrentes da situação verificada e o facto de a J.C.Decaux já ter sido previamente interpelada para o cumprimento das obrigações contratuais em causa, conclui-se que a realização da audiência prévia compromete a execução e a utilidade da decisão, justificando-se a sua dispensa ao abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alínea a) e c), do Código do Procedimento Administrativo.

20. Os atos administrativos têm força executiva e executória, pelo que, nos termos do artigo 149.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, e atento o artigo 6 deste mesmo diploma, "o cumprimento das obrigações e o respeito pelas limitações que derivam de um ato administrativo podem ser impostos coercivamente pela Administração sem recurso prévio aos tribunais, desde que a imposição seja feita pelas formas e nos termos previstos no presente Código ou admitidos por lei";

21. O artigo 348.º, n.º 1, b), do Código Penal, na sua redação atual, prevê que "Quem faltar à obediência devida a ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade ou funcionário competente, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias se, na ausência de disposição legal, a autoridade ou o funcionário fizerem a correspondente cominação",

DETERMINO, à luz do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º conjugado com as alíneas ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **que a J.C. Decaux e, ou quem atue por sua conta, se abstenha, a partir da presente data, de continuar a remover o mobiliário urbano sem a remoção, também obrigatória, das fundações e maciços, conforme informação em anexo ao Relatório da Gestora de Contrato, nos termos das obrigações definidas pelo artigo 23.º do Caderno de Encargos, sob pena de aplicação de sanção pecuniária de 20% do preço**

contratual do serviço, prevista no artigo 24.º do referido Caderno de Encargos, sem prejuízo de responsabilidade civil, caso incumpra a remoção integral de todos os maciços de betão, fundações e demais elementos remanescentes no subsolo associados ao material urbano e abrigos já desmontados, assegurando a reposição integral dos locais nas condições originais de segurança, pavimentação e utilização, em estrito cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

DETERMINO a dispensa de audiência prévia por esta ser suscetível de comprometer a execução e a utilidade da decisão, justificando-se a sua dispensa ao abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alínea a) e c), do Código do Procedimento Administrativo, **conforme expendido no considerando 19;**

DETERMINO, ainda, que a J.C. Decaux seja notificada, de que, nos termos do artigo 149.º, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação anterior ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, **em vigor atento o artigo 6 deste mesmo diploma, "o cumprimento das obrigações e o respeito pelas limitações que derivam de um ato administrativo podem ser impostos coercivamente pela Administração sem recurso prévio aos tribunais, desde que a imposição seja feita pelas formas e nos termos previstos no presente Código ou admitidos por lei";**

MAIS DETERMINO que a J.C.Decaux seja notificada de que o não acatamento da presente ordem constituirá a mesma na prática eventual do crime de desobediência, nos termos do artigo 348.º, n.º 1, alínea b) do Código Penal, na sua redação atual, **punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias se, na ausência de disposição legal, a autoridade ou o funcionário fizerem a correspondente cominação;**

DETERMINO finalmente que, à luz do artigo 2.º, n.º 2 da Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, **seja solicitada a colaboração da Guarda Nacional Republicana, para que, com o Serviço de Polícia Municipal, possa promover a notificação da presente ordem e assegurar o seu efetivo cumprimento;**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

MAIS DETERMINO, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que o presente Despacho seja presente em reunião de Câmara, para efeitos de ratificação.**

Paços do Concelho de Mafra, 24 de junho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Moreira Luís)

Relatório

Acompanhamento e monitorização da desinstalação dos equipamentos de Mobiliário Urbano, no Concelho de Mafra - JCDecaux Portugal, Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.

Assunto: Cumprimento de obrigações contratuais e segurança na desinstalação de abrigos

De: Divisão de Gestão e Fiscalização de Empreitadas / Divisão de Segurança e Mobilidade
Data: 23 de junho de 2026

Ponto de Situação dia 18, 19, 22 e 23/06/2026

O registo das ações de fiscalização e acompanhamento no terreno ficou registado com os seguintes pontos principais:

- **18/06**: A fiscalização da CMMafra esteve acompanhar o 1.º dia do plano de desinstalação com 2 colegas da área da mobilidade
- **18/06**: A fiscalização da CMMafra solicitou à entidade contratada pela JCDecaux a selagem dos buracos dos apoios dos abrigos por motivos de segurança.
- **18/06**: Ocorreu a desmontagem de 6 abrigos de passageiros (n.º concurso 7, 10, 12, 17, 110, Opcional 1 – equivale abrigos da JCDecaux com os n.ºs 9, 13, 17, 23, 116, 122)
- **19/06**: Ocorreu a desmontagem de 10 abrigos de passageiros (n.º concurso 80, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115 – equivale abrigos da JCDecaux com os n.ºs 86, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 225 (propriedade CMMafra)
- **19/06**: **Vistoria**: Dois técnicos da Mobilidade continuaram o trabalho e realizaram a vistoria de acompanhamento no local.
- **19/06**: **Conformidade**: Confirmou-se no terreno que os buracos dos apoios de alguns abrigos desmontados a 18/06 já foram tapados com argamassa.
- **19/06: Inconformidade**: As fundações e os maciços ainda não estão a ser retirados, apesar do fecho dos buracos.

- **19/06: Inconformidade**: A JCDecaux desmontou o abrigo 115 (n.º concurso equivale n.º 225 JCDecaux) indevidamente, sendo este abrigo da propriedade da CMMafra.
- **22/06**: Ocorreu a desmontagem de 9 abrigos de passageiros (n.º concurso 96, 97, 98, 99, 100, 113, Opcional 6 e Opcional 9 e 10 – equivale abrigos da JCDecaux com os n.ºs 90, 103, 104, 105, 106, 119, 132, 135, 136
- **23/06**: Ocorreu a desmontagem 3 abrigos de passageiros (n.º concurso 32, 36 e 37 – equivale abrigos da JCDecaux com os n.ºs 38, 43 e 42, registo até às 11h do dia 23
- **23/06:** Efetuou-se uma nova vistoria aos abrigos desmontados no dia 18/06 e registou-se que ainda existem alguns buracos por tapar, nomeadamente abrigos n.º 7 e n.º 10 do concurso (localizados na Venda do Pinheiro).
- **23/06** nota: desinstalação ainda a decorrer
- **23/06:** 27 abrigos desmontados

Na sequência das ações de fiscalização e acompanhamento no terreno realizadas nos passados dias 18, 19, 22 e 23 de junho, vimos por este meio informar:

1. Pontos de Conformidade e Segurança

- **Execução**: Registou-se a desmontagem dos primeiros 27 abrigos de passageiros até ao dia 23/06/2026 às 11h00.
- **Reparação:** Confirmou-se no terreno que os buracos dos apoios de alguns abrigos desmontados dia 18 já foram tapados com argamassa, no dia 19/06.
- **Nota**: Esta ação cumpre em parte a exigência imediata de segurança determinada pela fiscalização da CMMafra.

2. Inconformidade Detetada

- **Ocorrência**: Com base na vistoria, verificou-se os abrigos n.º 7 e n.º 10, na Venda do Pinheiro, continuam com o pavimento danificado desde a desmontagem.
- **Ocorrência**: Verificou-se que, apesar da selagem superficial dos buracos com argamassa, as fundações e os respetivos maciços de betão não foram removidos.
- **Ocorrência:** Verificou-se que a reposição da superfície não está a ser executada em conformidade com o material, por exemplo nas bases onde

existe pavê, ao remover o abrigo deveria ser reposto com pavê semelhante ao existe, no entanto verificou-se enchimento incorreto com argamassa.

- **Impacto**: A permanência dos maciços de betão no subsolo, executados pela JCDecaux, impede a correta conclusão dos trabalhos de desinstalação e poderá ter impacto no plano de instalação.
- **Ocorrência:** Verificou-se a desmontagem indevida do abrigo n.º 115 da propriedade da CMMafra.

3. Determinações e Prazos

- **Ação**: Garantir que a entidade contratada pela JCDecaux remova de forma integral de todos os maciços e fundações dos abrigos já desmontados.
- **Regularização**: O terreno deve ser reposto nas condições originais de segurança e pavimentação.
- **Regularização**: Levantar a argamassa aplicada e recolocar blocos de pavê equivalentes.
- **Ação**: Desmontagem sem autorização e fora do âmbito previsto, requer uma atuação imediata por parte da JCDecaux.
- **Prazo**: Os trabalhos devem ser retificados com carácter de urgência no decorrer da presente semana.

4. Registo Fotográfico em anexo

- Em anexo adiciona-se o registo fotográfico de todos os abrigos já desmontados pela JCDecaux nos dias 18, 19, 22 e 23 (até às 11h);

ANA FILIPA NASCIMENTO VASCONCELOS DE FREITAS AFONSO
Assinado de forma digital por ANA FILIPA NASCIMENTO VASCONCELOS DE FREITAS AFONSO
Dados: 2026.06.24 10:42:39 +01'00'

X

Técnico Superior
Filipa Afonso

TIAGO LUÍS DOS SANTOS JORGE
Assinado de forma digital por TIAGO LUÍS DOS SANTOS JORGE
Dados: 2026.06.24 10:58:28 +01'00'

X

Gestor de Contrato
Tiago Jorge

Assinado por: **SUSANA ISABEL GREGÓRIO DUARTE**
Num. de Identificação: [redacted]
Data: 2026.06.24 11:30:21+01'00'

X

Gestor de Contrato
Susana Duarte

ANTÓNIO SOUSA FERNANDES

Assinado de forma digital por ANTÓNIO SOUSA FERNANDES
Dados: 2026.06.24 11:17:53 +01'00'

X

Director Departamento Obras Municipais
António Fernandes

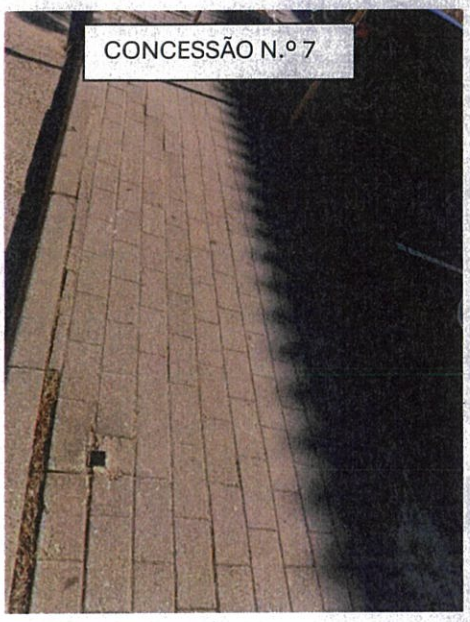
Assinado por: **Francisco Dias Moreira**
Num. de Identificação: [redacted]
Data: 2026.06.24 11:26:07+01'00'

X

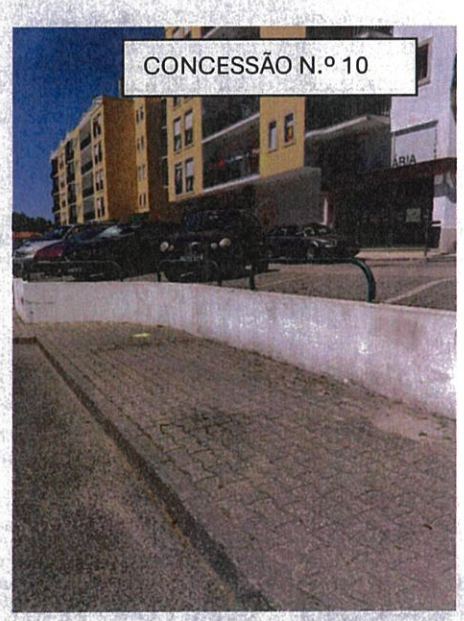
Técnico Superior
Francisco Moreira

REGISTO FOTOGRÁFICO DESMONTAGEM DOS ABRIGOS JCDecaux

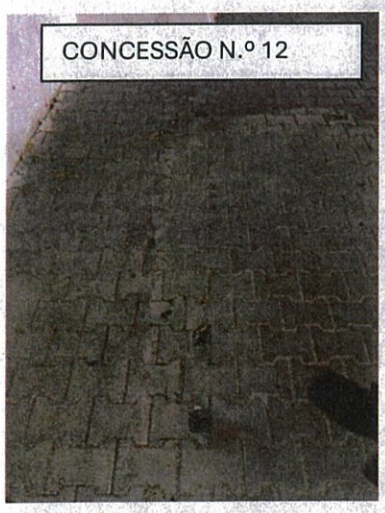
18/06/2026 - Abrigos 7, 10, 12, 17, 110, Opcional 1 – n.º Concessão
18/06/2026 - Abrigos 9, 13, 17, 23, 116, 122 – n.º JCDecaux

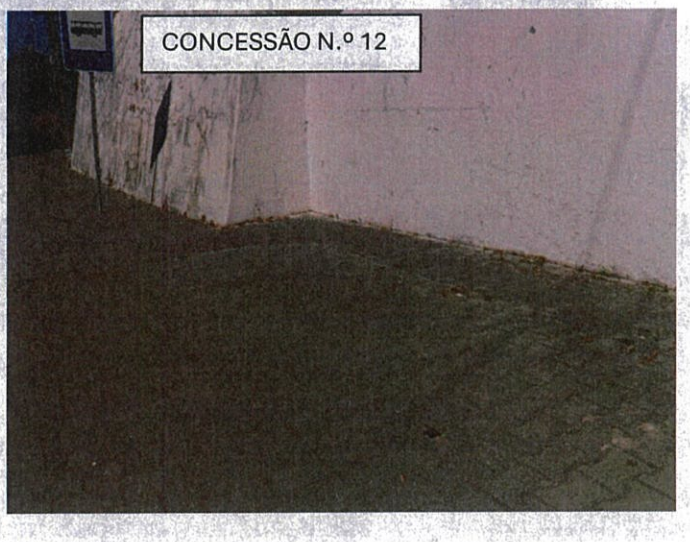










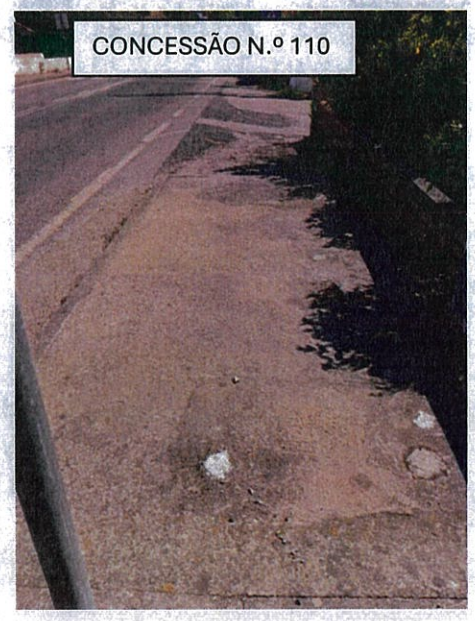


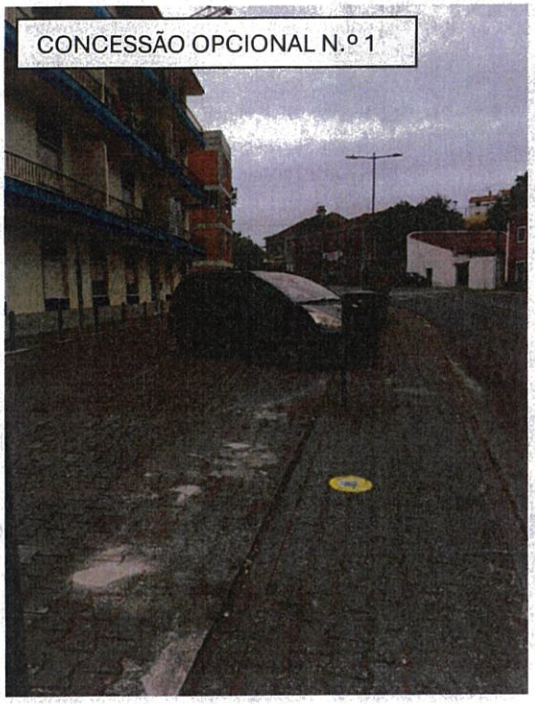

CONCESSÃO N.º 17
18/06 – buracos - apoios abertos

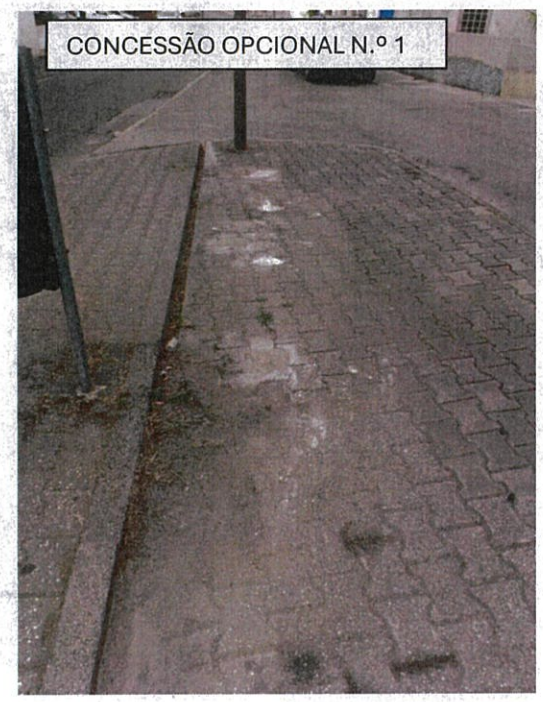

CONCESSÃO N.º 17


CONCESSÃO N.º 17
19/06 – buracos - apoios tapados com argamassa


CONCESSÃO N.º 110


CONCESSÃO N.º 110

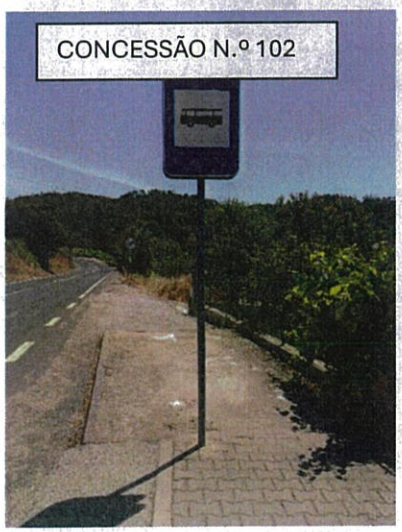




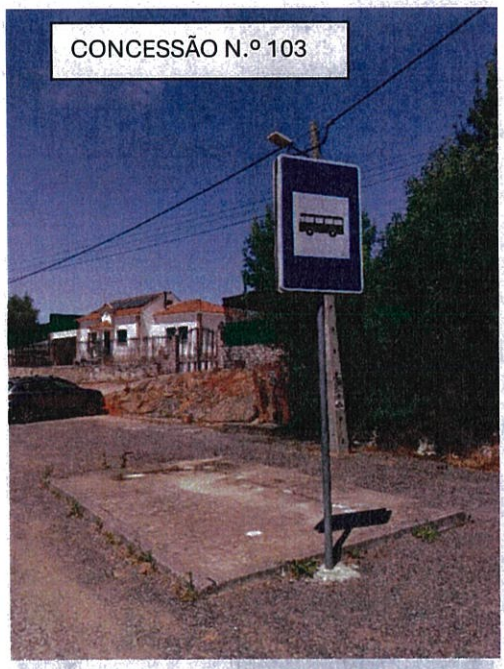
19/06/2026 - Abrigos 80, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115 – n.º Concessão
19/06/2026 - Abrigos 86, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 225 (propriedade CMMafra) – n.º JCDecaux

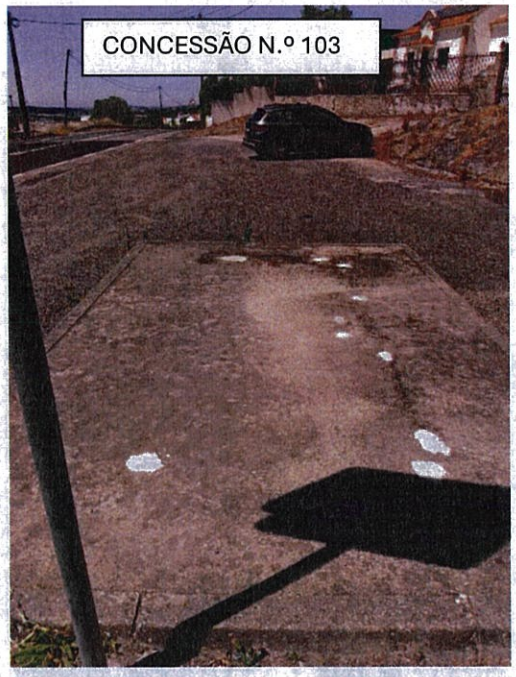


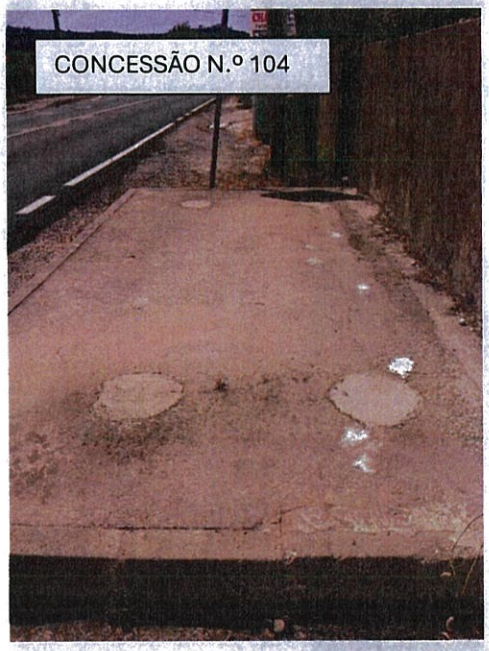




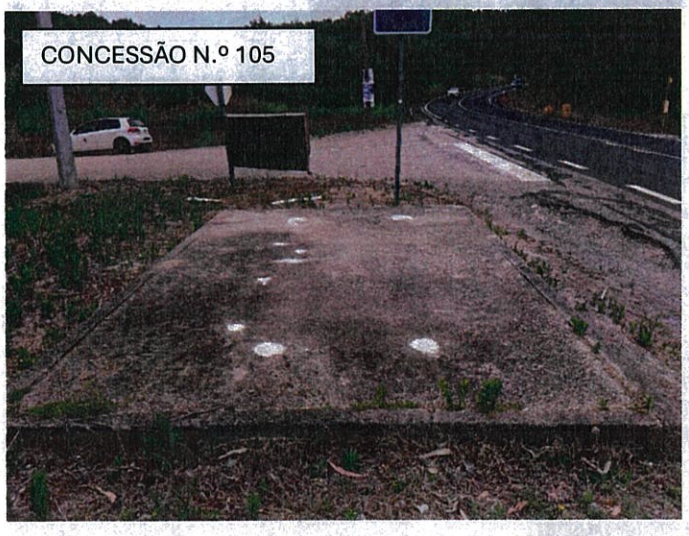


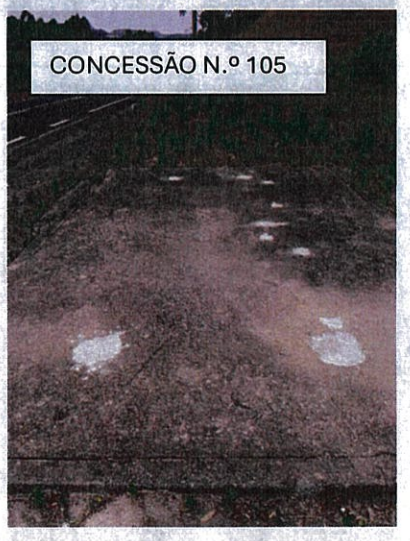

CONCESSÃO N.º 103

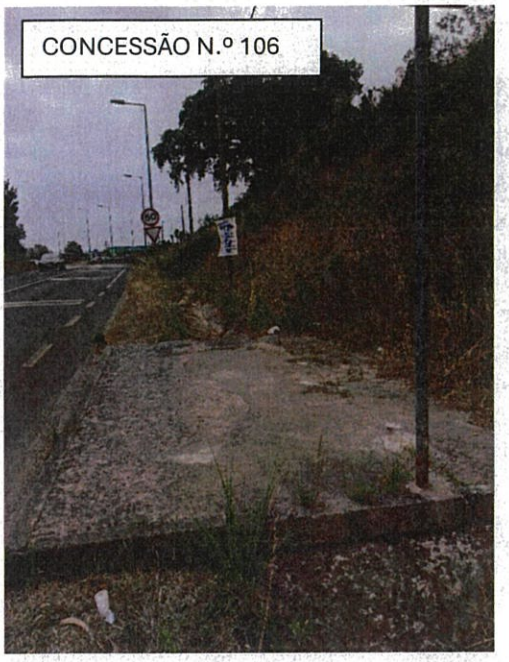

CONCESSÃO N.º 103


CONCESSÃO N.º 104

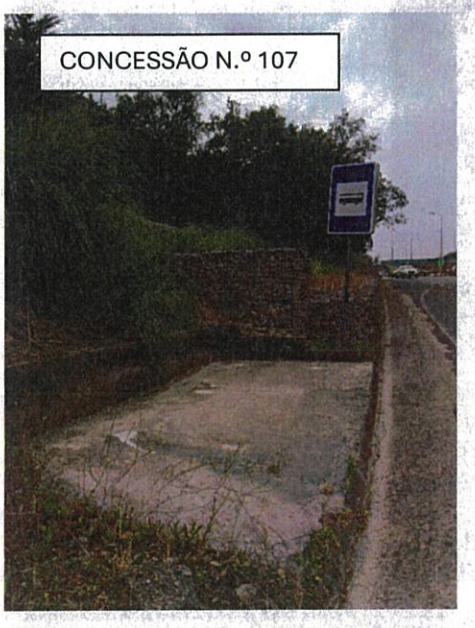

CONCESSÃO N.º 104

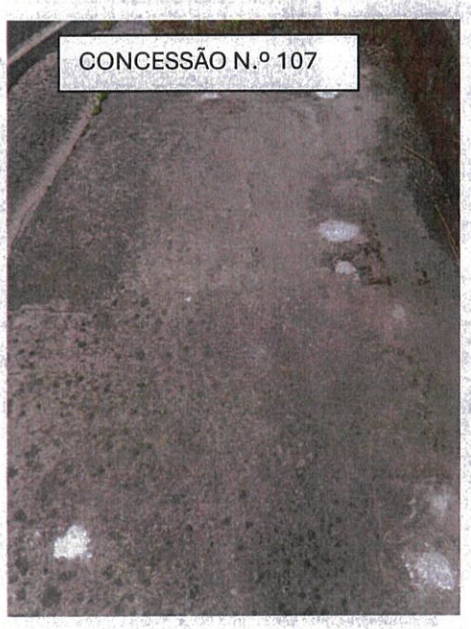

CONCESSÃO N.º 105

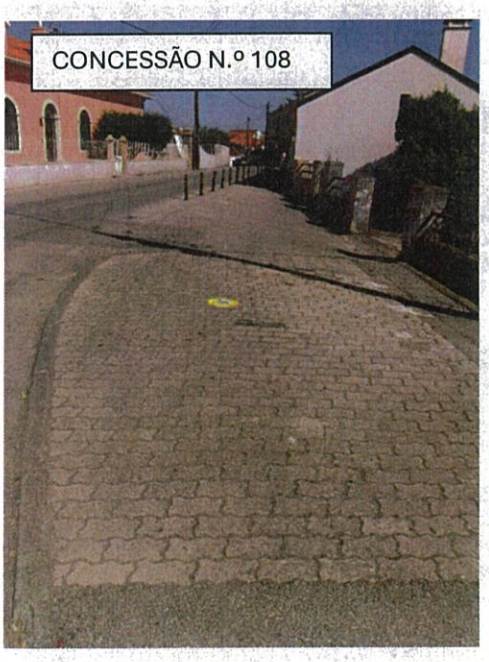

CONCESSÃO N.º 105

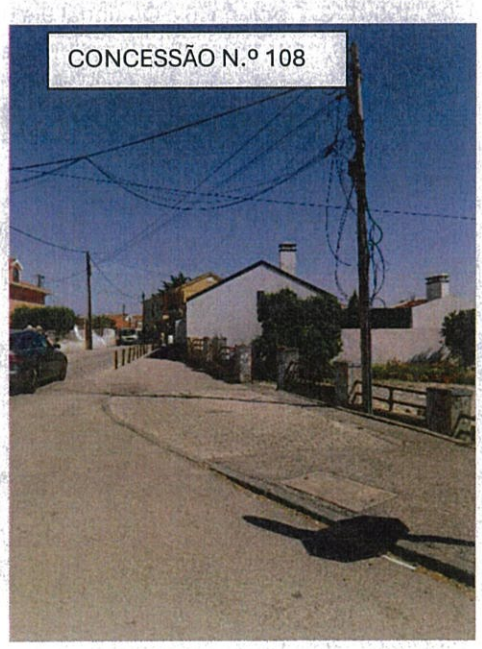

CONCESSÃO N.º 106

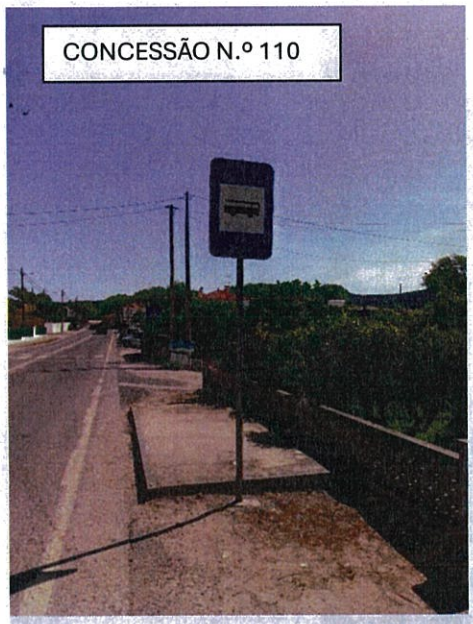

CONCESSÃO N.º 106

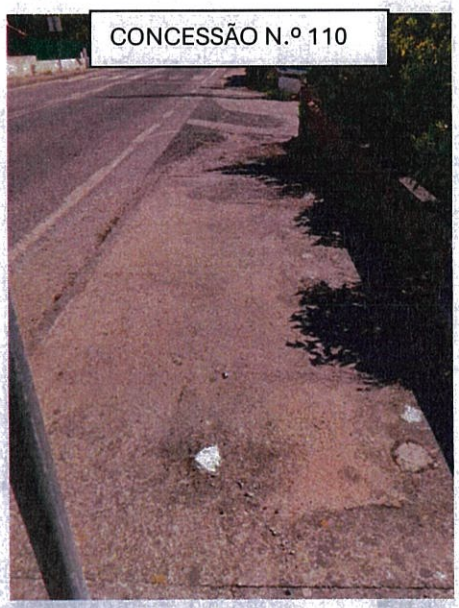

CONCESSÃO N.º 107

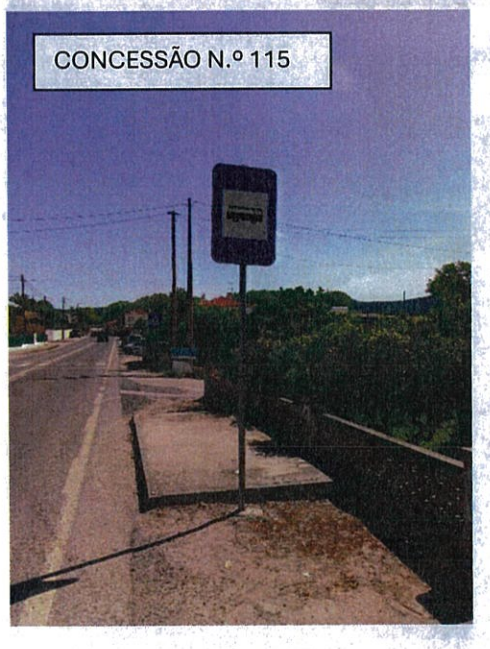

CONCESSÃO N.º 107

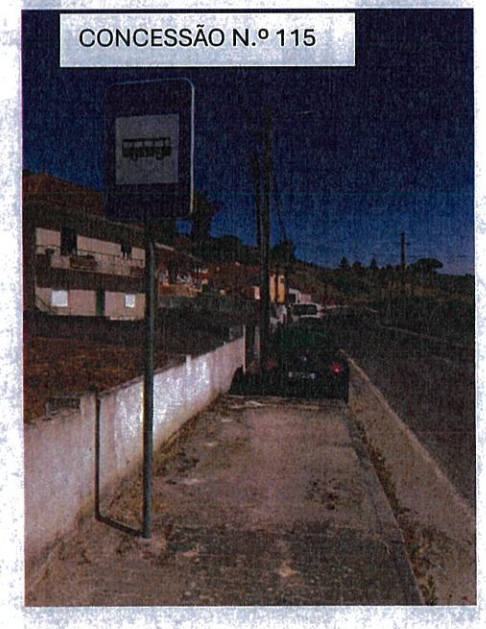

CONCESSÃO N.º 108


CONCESSÃO N.º 108







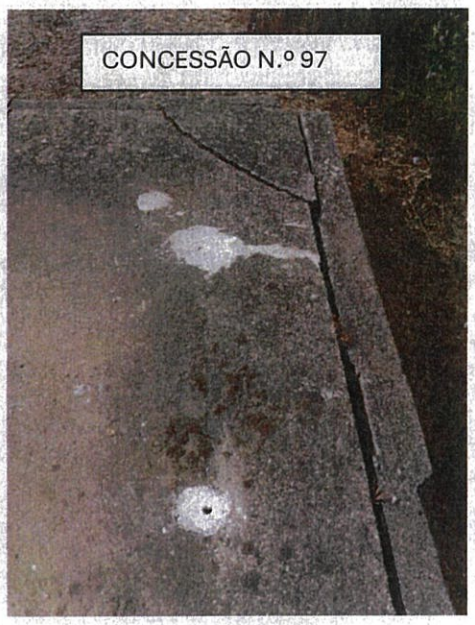


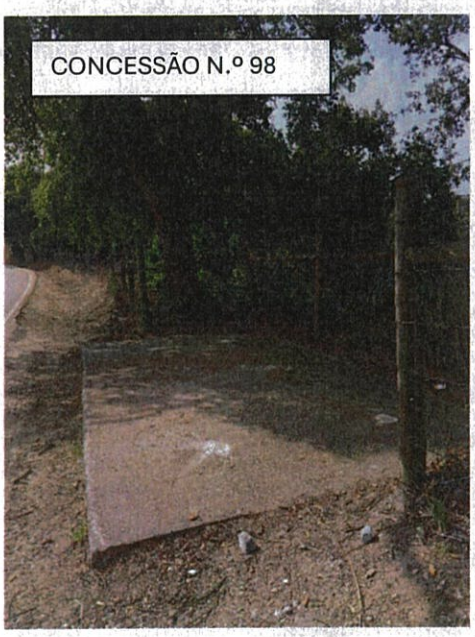
22/06/2026 - Abrigos 96, 97, 98, 99, 100, 113, Opcional 6 e Opcional 9 e10 – n.º Concessão
22/06/2026 - Abrigos 90, 103, 104, 105, 106, 119, 132, 135, 136 - n.º JCDecaux

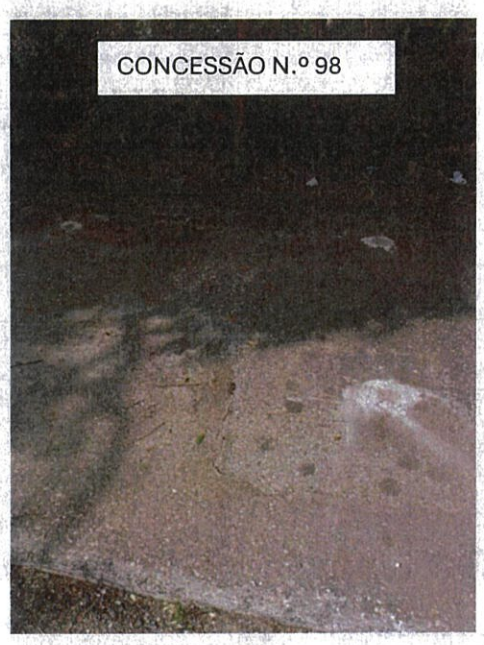




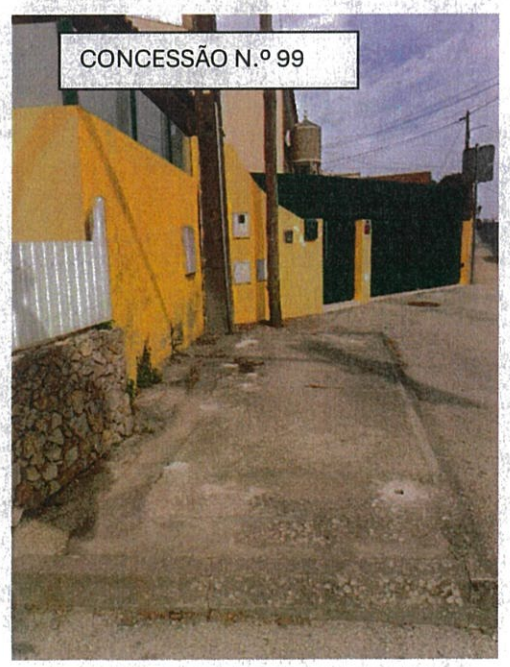

CONCESSÃO N.º 97


CONCESSÃO N.º 97


CONCESSÃO N.º 98

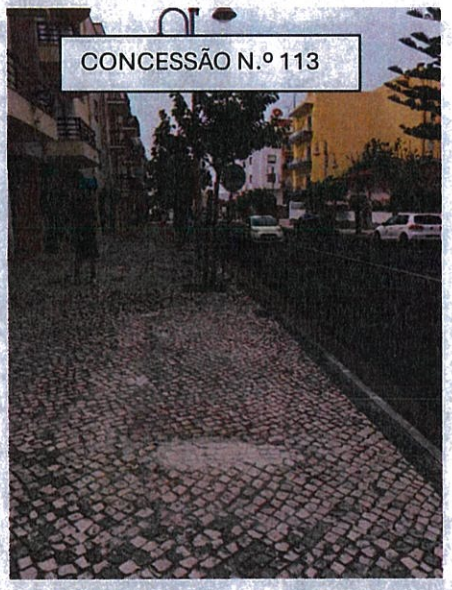

CONCESSÃO N.º 98


CONCESSÃO N.º 99


CONCESSÃO N.º 99

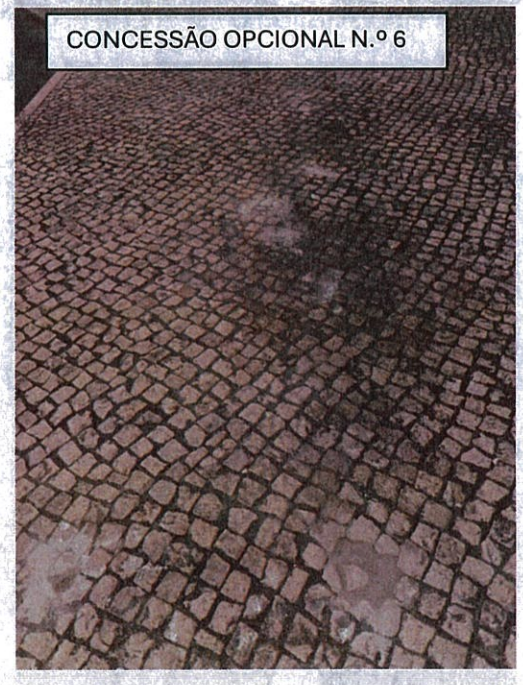

CONCESSÃO N.º 100


CONCESSÃO N.º 100

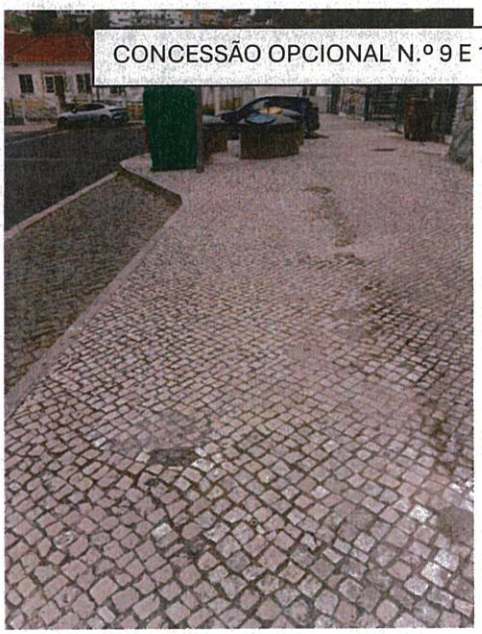

CONCESSÃO N.º 113


CONCESSÃO N.º 113


CONCESSÃO OPCIONAL N.º 6


CONCESSÃO OPCIONAL N.º 6

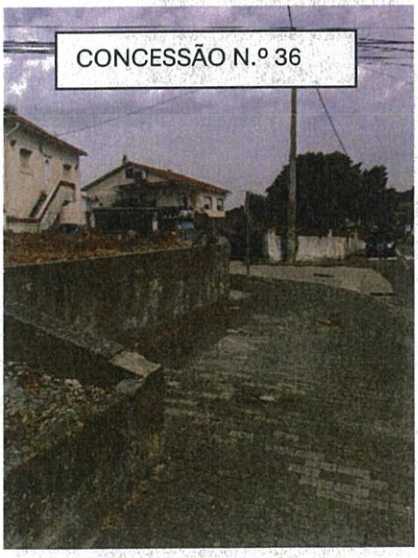




23/06/2026 - Abrigos 32, 36, visita a decorrer, falta informação do dia 23 – n.º Concessão
23/06/2026 - Abrigos 38, 43, visita a decorrer, falta informação do dia 23 - n.º JCDecaux









737

h.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

INFORMAÇÃO Interno/2026/15888

ASSUNTO: Acompanhamento e monitorização da desinstalação dos equipamentos de Mobiliário Urbano, no Concelho de Mafra - JCDecaux Portugal, Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.

- **Considerando que,** foi dado início à desinstalação dos equipamentos de Mobiliário Urbano, em 18/06/2026, em conformidade com o e-mail rececionado em 17/06/2026, da empresa JCDecaux Portugal, Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda. (JCD), de acordo com a calendarização enviada em anexo, através do ficheiro com a designação 'Calendarização das remoções dos equipamentos JCD_17 06 2026';
- **Considerando ainda que,** foi efetuado o acompanhamento no local, por parte de uma equipa municipal designada e constituída pela Eng.ª Filipa Afonso, da Divisão de Gestão e Fiscalização de Empreitadas, do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, e por dois técnicos da Unidade de Mobilidade, da Divisão de Segurança e Mobilidade, Francisco Moreira e Rodrigo Rodrigues, tendo sido recolhidas várias evidências dos trabalhos em curso pela JCD, nos dias 18, 19, 22 e 23 de junho, conforme relatório em anexo;
- **Considerando assim que,** através do referido relatório, encontra-se comprovado que a JCD apesar de estar a proceder à desinstalação dos equipamentos – Abrigos, através do corte dos mesmos, as fundações e os maciços não foram retirados, apesar de *a posteriori*, ter-se verificado que os buracos foram tapados com argamassa, ou seja, as condições anteriormente existentes à instalação dos equipamentos de mobiliário urbano, não se encontra reposta.

Pelo que, a obrigação contratual da JCD, de repor os locais, diga-se o espaço público, nas exatas condições em que se encontrava antes da instalação do mobiliário urbano, prevista no artigo 23.º do Caderno de Encargos do Procedimento de "Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo prazo de doze anos" – Contrato n.º 2/2012, **não está a ser cumprida**, propondo-

se, o envio de notificação, pessoal, através de mandado de notificação pelo SPM, após o Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara que em caso de concordância, determinará que a JCD deverá cumprir esta específica obrigação contratual, ainda vigente (sob pena de sanção contratual/ responsabilidade civil/ também de participação criminal por crime de desobediência), obrigando a JCD a retirar tudo o que foi executado por esta aquando da instalação do mobiliário urbano, ou seja, incluindo o maciço de betão (sapata) que serve de fixação do respetivo abrigo.

É o que me cumpre informar e submeter à Consideração Superior.

Mafra, 24 de junho de 2026

24/06/2026

X

O Gestor de Contrato
Rita Cosme
Assinado por: RITA MARTINS COSME

CONTRATO N.º 2/2012

"LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO COM COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE"

Equipamentos propriedade da JCDecaux

Cidade	Nº Equipamento	Equipamer	Modelo Equipamento	Iluminado	Ramal	Tensão	Morada 1	Morada 2	Freguesia	Código Postal	Latitude	Longitude	Google Maps	ita de Desmontag
MAFRA	PT-MAF-AB-00086	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	FC. Nº 9	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	39,01192	-9,27475	http://maps.google.com/maps?q=39.01192,-9.27475&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00023	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	FR. Nº 9	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	39,0118	-9,27475	http://maps.google.com/maps?q=39.0118,-9.27475&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00114	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	R. PRINCIPAL	FR. Nº 11	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-014	39,00323	-9,28647	http://maps.google.com/maps?q=39.00323,-9.28647&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00116	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	FR. Nº 48	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	38,99451	-9,27419	http://maps.google.com/maps?q=38.99451,-9.27419&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00225	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	EN 8	50M ANTES CASAL S. JOSÉ	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-006	38,9945	-9,2742	http://maps.google.com/maps?q=38.9945,-9.2742&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00110	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	AO KM 30,5	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,98561	-9,27363	http://maps.google.com/maps?q=38.98561,-9.27363&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00017	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	FC. Nº 53	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-419	38,97143	-9,25693	http://maps.google.com/maps?q=38.971433,-9.256926&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00108	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	AO KM 26,9	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,9667	-9,26284	http://maps.google.com/maps?q=38.9667,-9.26284&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00109	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	AO KM 26,9	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,96686	-9,26266	http://maps.google.com/maps?q=38.96686,-9.26266&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00111	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	AO KM 26,4	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-422	38,96298	-9,26092	http://maps.google.com/maps?q=38.96298,-9.26092&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00112	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	AO KM 23,5	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-283	38,94472	-9,24962	http://maps.google.com/maps?q=38.94472,-9.24962&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00113	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 8	AO KM 23,5	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-283	38,94464	-9,24963	http://maps.google.com/maps?q=38.94464,-9.24963&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00013	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. 9 DE JULHO	FR. Nº 94-D	MAFRA	2665-519	38,92558	-9,23315	http://maps.google.com/maps?q=38.92558,-9.23315&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00009	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. 9 DE JULHO	FR. Nº 41	MAFRA	2665-998	38,92037	-9,23027	http://maps.google.com/maps?q=38.92037,-9.23027&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00134	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	R. RICARDO ROSA & ALBERTY	FC. LG. DO CRUZEIRO	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-516	38,92066	-9,21152	http://maps.google.com/maps?q=38.92066,-9.21152&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00126	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	EN 374	FC. ENTRADA ALDEAMENTO VALE S. GIÃO	ERICEIRA	2665-382	38,9106	-9,1951	http://maps.google.com/maps?q=38.9106,-9.1951&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	18/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00012	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 116	FR. PCTª DA R. JOSÉ POMAN	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-293	38,92893	-9,24326	http://maps.google.com/maps?q=38.928925,-9.243257&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00135	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	LG. DA IGREJA	FR. EDIFÍCIO DA JF DA MALVEIRA	MAFRA	2640-516	38,9331	-9,25861	http://maps.google.com/maps?q=38.933095,-9.25860?&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00132	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	R. 25 DE ABRIL	30M APÓS R. HERÓIS DE ABRIL	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-516	38,93059	-9,26014	http://maps.google.com/maps?q=38.930593,-9.260143&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00122	ABRIGO	AB TRAFIC AUVENT	Não	Não	Não	EN 116	FR. Nº 83	MAFRA	2665-218	38,9304	-9,2605	http://maps.google.com/maps?q=38.9304,-9.2605&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00038	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	FC. Nº 83-A	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-702	38,92287	-9,29636	http://maps.google.com/maps?q=38.92287,-9.29636&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00042	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	APÓS TV. PINHAL	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-731	38,9263	-9,29702	http://maps.google.com/maps?q=38.9263,-9.29702&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00063	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	LG. JF DE CHELEIROS	CRUZ. C/ AV. SILVÉRIO G. NOGUEIRA	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-170	38,88939	-9,32696	http://maps.google.com/maps?q=38.88939,-9.32696&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00039	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	R. 25 DE ABRIL	50M ANTES R. DO CABEÇO	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-321	38,91448	-9,32613	http://maps.google.com/maps?q=38.91448,-9.32613&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00046	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	R. D. JOÃO V	APÓS R. DA CABINE	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-308	38,93223	-9,311	http://maps.google.com/maps?q=38.93223,-9.311&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00006	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	TERREIRO D. JOÃO V	FR. Nº 75 (PÇ. TÁXIS)	MAFRA	2644-005	38,93907	-9,32788	http://maps.google.com/maps?q=38.93907,-9.32788&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00119	ABRIGO	AB FORUM	Não	Não	Não	AV. 25 DE ABRIL	FR. Nº 9-C	MAFRA	2644-005	38,94048	-9,32948	http://maps.google.com/maps?q=38.94048,-9.32948&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00106	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. SRª DA LAPA	FC. Nº 16	MAFRA	2640-569	38,96388	-9,31802	http://maps.google.com/maps?q=38.96388,-9.31802&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00103	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. SRª DA LAPA	100M ANTES R. QTª DOS CAVALOS	MAFRA	2640-569	38,96785	-9,32278	http://maps.google.com/maps?q=38.96785,-9.32278&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00102	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. SRª DA LAPA	CRUZ. C/ R. DA LAGOINHA	MAFRA	2640-416	38,9705	-9,32493	http://maps.google.com/maps?q=38.9705,-9.32493&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00105	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. SRª DA LAPA	CRUZ. C/ R. DA POÇA	MAFRA	2640-416	38,97402	-9,32793	http://maps.google.com/maps?q=38.97402,-9.32793&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00104	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	IC 30	300M APÓS CRUZ. P/ PÓVOAS	MAFRA	2640-416	38,97817	-9,33561	http://maps.google.com/maps?q=38.97817,-9.33561&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	19/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00118	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 116	FC. R. DO MOÍNHO	MAFRA	2640-566	38,95078	-9,33198	http://maps.google.com/maps?q=38.95078,-9.33198&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00117	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 116	15M ANTES R. DO MOÍNHO	MAFRA	2640-566	38,95077	-9,33203	http://maps.google.com/maps?q=38.95077,-9.33203&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00125	ABRIGO	AB TRAFIC AUVENT	Não	Não	Não	EN 116	FR. POSTO COMBUSTÍVEL	MAFRA	2640-410	38,955	-9,3406	http://maps.google.com/maps?q=38.955,-9.3406&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00025	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 116	AO KM 8.10	MAFRA	2640-578	38,9528	-9,3361	http://maps.google.com/maps?q=38.9528,-9.3361&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00136	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	LG. DA IGREJA	FR. EDIFÍCIO DA JF DA MALVEIRA	MAFRA	2640-516	38,9331	-9,25861	http://maps.google.com/maps?q=38.933095,-9.258607&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00036	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 116	20M APÓS R. DO CEMITÉRIO	MAFRA	2640-544	38,95988	-9,35332	http://maps.google.com/maps?q=38.95988,-9.35332&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00120	ABRIGO	AB FORUM	Não	Não	Não	R. SERPA PINTO	FR. Nº 10	MAFRA	2640-465	38,93682	-9,33493	http://maps.google.com/maps?q=38.93682,-9.33493&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00123	ABRIGO	AB TRAFIC AUVENT	Não	Não	Não	EN 116	FC. R. DO VALE	MAFRA	2655-430	38,9661	-9,3883	http://maps.google.com/maps?q=38.9661,-9.3883&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00107	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	EN 116	FR. Nº 13	ERICEIRA	2655-430	38,96532	-9,38982	http://maps.google.com/maps?q=38.96532,-9.38982&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00115	ABRIGO	AB AUVENT	Não	Não	Não	ESTR. DO REGO	20M APÓS R. CASAL DA CAMACHA	MAFRA	2655-250	38,9684	-9,411	http://maps.google.com/maps?q=38.9684,-9.411&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00101	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	ESTR. DA ADEGA DA CRUZ	AO KM 57	CARVOEIRA	2655-030	38,93948	-9,39572	http://maps.google.com/maps?q=38.93948,-9.39572&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00015	ABRIGO	AB STANDARD DUPLO	Não	Não	Não	AV. DE PORTUGAL	25M APÓS R. INOCÊNCIO DE SOUSA DUARTE	MAFRA	2640-402	38,94224	-9,34814	http://maps.google.com/maps?q=38.942244,-9.348142&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00124	ABRIGO	AB TRAFIC AUVENT	Não	Não	Não	R. DO MALVAR	FR. CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MAFRA	MAFRA	2640-393	38,9416	-9,3442	http://maps.google.com/maps?q=38.9416,-9.3442&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00035	ABRIGO	AB STANDARD	Não	Não	Não	AV. 25 DE ABRIL	FR. Nº 28	MAFRA	2665-201	38,94272	-9,34109	http://maps.google.com/maps?q=38.94272,-9.34109&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	22/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00022	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	AO KM 34,7	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	39,01974	-9,27974	http://maps.google.com/maps?q=39.01974,-9.27974&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00087	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	AO KM 32,3	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	39,00119	-9,2762	http://maps.google.com/maps?q=39.00119,-9.2762&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00088	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	AO KM 32,3	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	39,00121	-9,27618	http://maps.google.com/maps?q=39.00121,-9.27618&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00089	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	AO KM 32	UNIÃO DAS FREG. DE AZUEIRA	2665-001	38,99911	-9,27607	http://maps.google.com/maps?q=38.99911,-9.27607&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00081	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	APÓS R. CAP. JOÃO LOPES	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,97525	-9,25835	http://maps.google.com/maps?q=38.97525,-9.25835&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00091	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	FR. Nº 81	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,97469	-9,25809	http://maps.google.com/maps?q=38.97469,-9.25809&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00092	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	FR. Nº 25	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,96998	-9,26031	http://maps.google.com/maps?q=38.96998,-9.26031&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00093	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	FR. Nº 30	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,96992	-9,26034	http://maps.google.com/maps?q=38.96992,-9.26034&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00094	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	FC. Nº 7	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,95812	-9,25894	http://maps.google.com/maps?q=38.95812,-9.25894&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00082	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	FR. Nº 5	UNIÃO DAS FREG. DE ENXARA DO BISPO	2665-001	38,95787	-9,2589	http://maps.google.com/maps?q=38.95787,-9.2589&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00033	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 8	AO KM 23,1	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-283	38,94159	-9,25088	http://maps.google.com/maps?q=38.94159,-9.25088&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00096	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	TV. RIO DA LAGOA	FR. ALA Nº 2	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-577	38,93734	-9,25211	http://maps.google.com/maps?q=38.93734,-9.25211&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00080	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	TV. RIO DA LAGOA	FR. Nº 5	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-200	38,93509	-9,25348	http://maps.google.com/maps?q=38.93509,-9.25348&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00095	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	TV. RIO DA LAGOA	FR. Nº 11-D	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-577	38,93734	-9,25212	http://maps.google.com/maps?q=38.93734,-9.25212&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00019	ABRIGO	AB STANDARD DUPLO	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	FC. Nº 18-A	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-201	38,93048	-9,25508	http://maps.google.com/maps?q=38.93048,-9.25508&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00018	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	FC. CRUZ. P/ R. DO LAMARÃO	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-291	38,93032	-9,2517	http://maps.google.com/maps?q=38.93032,-9.2517&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	23/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00010	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. 9 DE JULHO	FR. Nº 20	MAFRA	2665-519	38,92086	-9,23008	http://maps.google.com/maps?q=38.92086,-9.23008&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00079	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. 25 DE ABRIL	ST. R. Nº SRª REMÉDIOS	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-207	38,9291	-9,26427	http://maps.google.com/maps?q=38.9291,-9.26427&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00097	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. 25 DE ABRIL	FR. CEMITÉRIO	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-247	38,92829	-9,26862	http://maps.google.com/maps?q=38.92829,-9.26862&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00078	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. 25 DE ABRIL	ANTES R. DO CASAL NOVO	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-220	38,9277	-9,27139	http://maps.google.com/maps?q=38.9277,-9.27139&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00077	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	FR. Nº 22	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-728	38,9184	-9,28603	http://maps.google.com/maps?q=38.9184,-9.28603&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00052	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	APÓS R. S. MIGUEL	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-705	38,91928	-9,29123	http://maps.google.com/maps?q=38.91928,-9.29123&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00051	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	ANTES R. S. MIGUEL	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-705	38,91927	-9,29122	http://maps.google.com/maps?q=38.91927,-9.29122&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00099	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	APÓS R. DA LAGOA	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-725	38,92133	-9,29394	http://maps.google.com/maps?q=38.92133,-9.29394&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00098	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	ANTES R. DA LAGOA	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-728	38,92135	-9,29394	http://maps.google.com/maps?q=38.92135,-9.29394&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00044	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	FR. Nº 83-A	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-747	38,92261	-9,29633	http://maps.google.com/maps?q=38.92261,-9.29633&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00043	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	APÓS TV. PINHAL	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2640-731	38,92628	-9,29698	http://maps.google.com/maps?q=38.92628,-9.29698&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00048	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. DOS MOÍNHOS	ST. R. DA VENTUREIRA	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-337	38,9232	-9,32107	http://maps.google.com/maps?q=38.9232,-9.32107&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00049	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. DOS MOÍNHOS	ST. R. DA BICA	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-337	38,92308	-9,32112	http://maps.google.com/maps?q=38.92308,-9.32112&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00050	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. DOS MOÍNHOS	10M ANTES R. DOS AMIGOS	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-337	38,92113	-9,322	http://maps.google.com/maps?q=38.92113,-9.322&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00045	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. 25 DE ABRIL	APÓS R. DO CABEÇO	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-321	38,91446	-9,3262	http://maps.google.com/maps?q=38.91446,-9.3262&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00062	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. SILVÉRIO GALRÃO NOGUEIRA	CRUZ. C/ ESTR. VELHA	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-169	38,88762	-9,32903	http://maps.google.com/maps?q=38.88762,-9.32903&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	24/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00047	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. D. JOÃO V	FR. Nº 6	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-308	38,93242	-9,31087	http://maps.google.com/maps?q=38.93242,-9.31087&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00041	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	10M ANTES R. D. JOÃO V	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-308	38,93573	-9,31166	http://maps.google.com/maps?q=38.93573,-9.31166&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun

738

CONTRATO N.º 2/2012

"LOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO COM COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE"

Equipamentos propriedade da JCDecaux

MAFRA	PT-MAF-AB-00040	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. DO CLUBE	CRUZ. C/ AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	UNIÃO DAS FREG. DE IGREJA NOVA E CHELEIROS	2640-308	38,93562	-9,31166	http://maps.google.com/maps?q=38.93562,-9.31166&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00030	ABRIGO	AB FORUM	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	FC. Nº 13	MAFRA	2644-010	38,93623	-9,32789	http://maps.google.com/maps?q=38.93623,-9.32789&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00029	ABRIGO	AB FORUM	Sim	Sim	Sim	TERREIRO D. JOÃO V	FR. Nº 19	MAFRA	2644-010	38,93626	-9,32791	http://maps.google.com/maps?q=38.93626,-9.32791&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00026	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	APÓS R. PROF. EGAS MONIZ	MAFRA	2644-005	38,94242	-9,33081	http://maps.google.com/maps?q=38.94242,-9.33081&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00034	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. PROF. GUILHERME DE ASSUNÇÃO	FR. Nº 18	MAFRA	2640-542	38,94237	-9,33235	http://maps.google.com/maps?q=38.94237,-9.33235&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00027	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. LUÍS DE CAMÕES	FC. Nº 27	MAFRA	2640-501	38,94583	-9,32841	http://maps.google.com/maps?q=38.94583,-9.32841&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00075	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	IC 30	800M APÓS EN 116	MAFRA	2640-566	38,95164	-9,32584	http://maps.google.com/maps?q=38.95164,-9.32584&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00076	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	ESTR. DA PONTE DO CUCO	CRUZ. C/ R. DO POCINHO	MAFRA	2640-566	38,95648	-9,31813	http://maps.google.com/maps?q=38.95648,-9.31813&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00074	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. PEDRO DE MOTA	FC. TV. DA FONTE BRANCA	MAFRA	2640-563	38,95812	-9,31592	http://maps.google.com/maps?q=38.95812,-9.31592&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00024	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	AO KM 8.10	MAFRA	2640-578	38,9528	-9,33617	http://maps.google.com/maps?q=38.9528,-9.33617&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00028	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	30M ANTES R. TORRE BELA	MAFRA	2640-426	38,95478	-9,3401	http://maps.google.com/maps?q=38.954782,-9.340096&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00053	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	10M ANTES R. DOS OLEIROS	MAFRA	2640-410	38,95513	-9,3404	http://maps.google.com/maps?q=38.95513,-9.3404&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00054	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. 5 DE OUTUBRO	CRUZ. C/ EN 116	MAFRA	2640-578	38,95906	-9,35298	http://maps.google.com/maps?q=38.95906,-9.35298&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00064	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	25M ANTES Nº 7	MAFRA	2640-578	38,96165	-9,3554	http://maps.google.com/maps?q=38.961651,-9.355395&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00061	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	FC. Nº 29	MAFRA	2640-401	38,96763	-9,36433	http://maps.google.com/maps?q=38.96763,-9.36433&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	25/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00083	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. DR. CÉSAR DA COSTA ANDRADE	AO KM 50	ENCARNAÇÃO	2655-242	39,03429	-9,36791	http://maps.google.com/maps?q=39.03429,-9.36791&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00084	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. Nª SRª DA NAZARÉ	FC. Nº 3	ENCARNAÇÃO	2640-223	39,03957	-9,36757	http://maps.google.com/maps?q=39.03957,-9.36757&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00085	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. Nª SRª DA NAZARÉ	FR. Nº 3	ENCARNAÇÃO	2640-223	39,03978	-9,3676	http://maps.google.com/maps?q=39.03978,-9.3676&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00073	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	FR. Nº 51	ENCARNAÇÃO	2640-516	39,04957	-9,39895	http://maps.google.com/maps?q=39.04957,-9.39895&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00072	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	FC. Nº 40	ENCARNAÇÃO	2640-202	39,04682	-9,39947	http://maps.google.com/maps?q=39.04682,-9.39947&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00071	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	R. MARCO GEODÉSICO	FR. R. PRINCIPAL	ENCARNAÇÃO	2640-255	39,03507	-9,41194	http://maps.google.com/maps?q=39.03507,-9.41194&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00070	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	CRUZ. C/ R. CENTRAL	SANTO ISIDORO	2640-018	39,00715	-9,41768	http://maps.google.com/maps?q=39.00715,-9.41768&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00069	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	CRUZ. C/ R. DE S. JOÃO	SANTO ISIDORO	2640-031	39,005	-9,41953	http://maps.google.com/maps?q=39.005,-9.41953&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00068	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	10M ANTES R. CHÃO DO POÇO	SANTO ISIDORO	2640-012	38,99961	-9,4159	http://maps.google.com/maps?q=38.99961,-9.4159&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00090	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	AO KM 50	ERICEIRA	2655-319	38,98244	-9,41822	http://maps.google.com/maps?q=38.98244,-9.41822&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00032	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	AV. DE S. SEBASTIÃO	AO KM 53	ERICEIRA	2655-319	38,97731	-9,419	http://maps.google.com/maps?q=38.97731,-9.419&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00031	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Não	EN 247	FC. Nº 16	ERICEIRA	2655-210	38,97186	-9,41951	http://maps.google.com/maps?q=38.97186,-9.41951&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00002	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Não	LG. DE S. SEBASTIÃO	CRUZ. C/ EN 247	ERICEIRA	2655-364	38,9698	-9,41985	http://maps.google.com/maps?q=38.9698,-9.41985&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00003	ABRIGO	AB STANDARD DUPLO	Sim	Sim	Sim	EN 247	FR. Nº 31	ERICEIRA	2655-236	38,96433	-9,41405	http://maps.google.com/maps?q=38.96433,-9.41405&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00100	ABRIGO	AB AUVENT	Sim	Sim	Sim	ESTR. DO REGO	ANTES R. CASAL DA CAMACHA	MAFRA	2655-250	38,9686	-9,4106	http://maps.google.com/maps?q=38.9686,-9.4106&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00005	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247-2	20M ANTES R. HENRIQUES PEREIRA	ERICEIRA	2655-294	38,96069	-9,41418	http://maps.google.com/maps?q=38.96069,-9.41418&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	26/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00067	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	40M APÓS R. DA PADARIA	CARVOEIRA	2655-400	38,95202	-9,41359	http://maps.google.com/maps?q=38.95202,-9.41359&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00066	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	20M ANTES R. DAS CURVEIRAS	CARVOEIRA	2655-077	38,94428	-9,41209	http://maps.google.com/maps?q=38.94428,-9.41209&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00065	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 247	AO KM 56.7	CARVOEIRA	2655-132	38,93478	-9,39706	http://maps.google.com/maps?q=38.93478,-9.39706&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00057	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	CRUZ. C/ ESTR. LAPA DA SERRA	ERICEIRA	2655-458	38,96198	-9,39962	http://maps.google.com/maps?q=38.96198,-9.39962&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00058	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	FR. Nº 1	ERICEIRA	2655-430	38,9616	-9,39569	http://maps.google.com/maps?q=38.9616,-9.39569&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00060	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	AO KM 2.3	ERICEIRA	2655-415	38,96429	-9,39087	http://maps.google.com/maps?q=38.96429,-9.39087&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00059	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	CRUZ. C/ R. PINHAL	ERICEIRA	2655-415	38,96695	-9,38753	http://maps.google.com/maps?q=38.96695,-9.38753&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00056	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	CRUZ. C/ ACESSO P/ ROMEIRÃO	ERICEIRA	2655-420	38,96835	-9,38404	http://maps.google.com/maps?q=38.96835,-9.38404&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00133	ABRIGO	AB TRAFIC AUVENT	Sim	Sim	Sim	EN 116	CRUZ. C/ ESTR. DE STª ISIDORO	MAFRA	2655-420	38,9708	-9,3747	http://maps.google.com/maps?q=38.9708,-9.3747&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00055	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	30M APÓS CRUZ. P/ STª ISIDORO	MAFRA	2640-053	38,97079	-9,37433	http://maps.google.com/maps?q=38.97079,-9.37433&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-AB-00001	ABRIGO	AB STANDARD	Sim	Sim	Sim	EN 116	20M APÓS R. DAS OLAIAS	MAFRA	2640-544	38,9687	-9,3681	http://maps.google.com/maps?q=38.9687,-9.3681&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00018	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	R. PRUDÊNCIO FRANCO TRINDADE	FC. R. DA BARROCO	ERICEIRA	2655-344	38,96389	-9,41602	http://maps.google.com/maps?q=38.96389,-9.41602&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00017	MUPI	MU PRESTIGE	Sim	Sim	Sim	PÇ. DA REPÚBLICA	PLC. CENTRAL FC. R. 5 OUTUBRO	ERICEIRA	2655-347	38,96348	-9,41719	http://maps.google.com/maps?q=38.96348,-9.41719&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00014	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	R. EDUARDO HENRIQUES PEREIRA	CRUZ. C/ R. ESTEVAL	ERICEIRA	2655-267	38,96172	-9,41552	http://maps.google.com/maps?q=38.96172,-9.41552&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00015	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	LG. DE STª MARTA	FR. Nº 4	ERICEIRA	2655-336	38,96142	-9,41807	http://maps.google.com/maps?q=38.96142,-9.41807&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00016	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	LG. DOS NAVEGANTES	PASSEIO JTª PQ. DE ESTAC.	ERICEIRA	2659-501	38,96106	-9,41649	http://maps.google.com/maps?q=38.96106,-9.41649&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00019	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	R. DR. EDUARDO BURNAY	FR. LOTE A-B	ERICEIRA	2655-368	38,96067	-9,41536	http://maps.google.com/maps?q=38.96067,-9.41536&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00020	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. DE S. SEBASTIÃO	AO KM 53	ERICEIRA	2655-319	38,97762	-9,41889	http://maps.google.com/maps?q=38.97762,-9.41889&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00001	MUPI	MU PARIS 2	Não	Não	Não	AV. 25 DE ABRIL	ESQ. C/ TERREIRO D. JOÃO V	MAFRA	2640-492	38,9388	-9,32776	http://maps.google.com/maps?q=38.9388,-9.32776&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	29/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00010	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 1º DE MAIO	CRUZ. C/ R. JOSÉ ELIAS GARCIA	MAFRA	2640-475	38,93832	-9,33296	http://maps.google.com/maps?q=38.93832,-9.33296&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00009	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 1º DE MAIO	CRUZ. C/ R. MACHADO CORREIA	MAFRA	2640-475	38,93831	-9,33298	http://maps.google.com/maps?q=38.93831,-9.33298&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00005	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	ESQ. C/ R. DR. CARLOS GALVÃO	MAFRA	2644-005	38,9411	-9,33004	http://maps.google.com/maps?q=38.9411,-9.33004&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00003	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	ESQ. C/ AV. ENGº DUARTE PACHECO	MAFRA	2640-456	38,94027	-9,32923	http://maps.google.com/maps?q=38.94027,-9.32923&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00004	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	ESQ. C/ AV. ENGº DUARTE PACHECO	MAFRA	2640-476	38,94021	-9,3292	http://maps.google.com/maps?q=38.94021,-9.3292&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00002	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	TERREIRO D. JOÃO V	20M ANTES TV. DA CAMELEIRA	MAFRA	2644-005	38,93864	-9,3278	http://maps.google.com/maps?q=38.93864,-9.3278&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00006	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	ESQ. C/ TERREIRO D. JOÃO V	MAFRA	2644-005	38,93858	-9,32767	http://maps.google.com/maps?q=38.93858,-9.32767&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00007	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	FC. Nº 8	MAFRA	2640-509	38,9331	-9,32763	http://maps.google.com/maps?q=38.9331,-9.32763&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00008	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	FR. Nº 4	MAFRA	2640-509	38,93285	-9,32751	http://maps.google.com/maps?q=38.93285,-9.32751&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00012	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	AV. 25 DE ABRIL	CRUZ. C/ R. HENRIQUE MARQUES	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-233	38,92981	-9,2562	http://maps.google.com/maps?q=38.92981,-9.2562&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00013	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	R. 25 DE ABRIL	FC. AV. JOSÉ FRANCO CANAS	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-205	38,93151	-9,25408	http://maps.google.com/maps?q=38.93151,-9.25408&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MU-00011	MUPI	MU PARIS 2	Sim	Sim	Sim	R. 25 DE ABRIL	FR. Nº 12-A	UNIÃO DAS FREG. DE MALVEIRA	2665-200	38,93269	-9,25404	http://maps.google.com/maps?q=38.93269,-9.25404&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	30/jun
MAFRA	PT-MAF-MJ-00002	SENIOR	MJ SÉNIOR RDLP	Não	Não	Não	AV. MOVIMENTO FORÇAS ARMADAS	A 300M R. ALM. GAGO COUTINHO	MAFRA	2640-509	38,93213	-9,32482	http://maps.google.com/maps?q=38.93213,-9.32482&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	1/jul
MAFRA	PT-MAF-MJ-00006	SENIOR	MJ SÉNIOR RDLP	Não	Não	Não	R. STª CASA DA MISERICÓRDIA	20M APÓS AV. CIDADE DE LEIMAN	MAFRA	2640-528	38,94005	-9,33507	http://maps.google.com/maps?q=38.94005,-9.33507&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	1/jul
MAFRA	PT-MAF-MJ-00008	SENIOR	MJ SÉNIOR RDLP	Sim	Sim	Sim	R. LUÍS DE CAMÕES	CRUZ. C/ AV. 25 DE ABRIL	MAFRA	2644-005	38,94217	-9,33077	http://maps.google.com/maps?q=38.94217,-9.33077&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	1/jul
MAFRA	PT-MAF-MJ-00007	SENIOR	MJ SÉNIOR RDLP	Sim	Sim	Sim	R. LUÍS DE CAMÕES	80M APÓS AV. 25 DE ABRIL	MAFRA	2644-005	38,94343	-9,33059	http://maps.google.com/maps?q=38.94343,-9.33059&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	1/jul
MAFRA	PT-MAF-MJ-00005	SENIOR	MJ SÉNIOR RDLP	Sim	Sim	Sim	R. RAÚL DUARTE GOMES	CRUZ. C/ R. DO ERICEIRA	ERICEIRA	2659-501	38,96087	-9,41708	http://maps.google.com/maps?q=38.96087,-9.41708&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	1/jul
MAFRA	PT-MAF-MJ-00004	SENIOR	MJ SÉNIOR RDLP	Sim	Sim	Sim	EN 247-2	FR. LOTE 1	ERICEIRA	2655-236	38,96333	-9,41353	http://maps.google.com/maps?q=38.96333,-9.41353&t=h&z=18&vpsrc=6?sWindow=New	1/jul

3.0.3.

139

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO

ASSUNTO: "Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos" – Análise e Resposta a Requerimento

Considerando que:

1. O Contrato n.º 2/2012, celebrado entre o Município de Mafra e a J.C.Decaux (Portugal) – Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda., em 19.01.2012, para *"Locação de Mobiliário Urbano com Colocação de Publicidade pelo Prazo de Doze Anos"*, cessou os seus efeitos em 11 de junho de 2026, sem prejuízo da vigência de algumas cláusulas, em virtude da celebração de um novo contrato, resultante concurso público para "Concessão do Direito de Uso Privativo de Espaço Público para Instalação de Mobiliário Urbano e Exploração para fins publicitários, no concelho de Mafra" com um novo cocontratante.

2. Resulta do artigo 23.º do Caderno de Encargos referente ao procedimento que deu origem ao contrato n.º 2/2012, que: *"A entidade adjudicante fica obrigada a restituir ao adjudicatário todo o mobiliário urbano previsto no contrato,* ***cabendo ao adjudicatário a sua remoção, a qual deverá ter lugar nos trinta dias subsequentes à data de cessação deste contrato****. 2 –* ***A remoção do mobiliário urbano e a reposição dos locais onde o mesmo se encontrava instalado ficam a cargo do adjudicatário****, que as deverá promover nos trinta dias seguintes à data da cessação da vigência do contrato, sendo da sua responsabilidade as despesas que daí decorram.";*

3. Resulta, pois, desta Cláusula 23.º do Caderno de Encargos, que a J.C.Decaux (Portugal) – Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda. deve promover a remoção do mobiliário urbano instalado, nos trinta dias seguintes à data da cessação da vigência do contrato, repondo os locais onde os mesmos se encontravam;

4. A JCDecaux foi notificada da celebração do contrato entre o Município de Mafra e a Dreammedia, Mobiliário Urbano, Lda., em 12.06.2026, tendo o prazo de 30

Anexo XIX

dias para a retirada dos equipamentos começado a contar no dia 13.06.2026, terminando no dia 12.07.2026;

5. A J.C.Decaux solicitou uma reunião com o Município de Mafra antes de darem início à retirada dos equipamentos, reunião essa que ocorreu em 16/06/2026, tendo iniciado os trabalhos de remoção previstos no Caderno de Encargos em 17/06/2026, ou seja, no dia seguinte à realização da reunião;

6. Os Serviços técnicos que se encontram a fiscalizar os trabalhos de remoção dos equipamentos, nomeadamente os serviços da Divisão de Gestão e Fiscalização de Empreitadas, informaram, na sequência das ações de fiscalização e acompanhamento no terreno, realizadas nos passados dias 18 a 23 de junho, por e-mail, e em anexo ao relatório da Gestora do contrato, juntando registos fotográficos, os quais se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais, que a J.C.Decaux, e ao arrepio do que resulta do caderno de encargos bem como do plano de desinstalação, não removeu as fundações e os respetivos maciços de betão, apesar de ter procedido à selagem superficial dos buracos com argamassa;

7. É **imperativo colocar o solo nas condições de segurança e pavimentação originais, conforme o disposto** no artigo 23.º do Caderno de Encargos referente ao procedimento que deu origem ao contrato n.º 2/2012;

8. Por meu despacho, datado de 23/06/2026, determinei, à luz do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º conjugado com as alíneas ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que a J.C. Decaux e, ou quem atuasse por sua conta, se abstivesse, a partir dessa data, de continuar a remover o mobiliário urbano sem a remoção, também obrigatória, das fundações e maciços, conforme informação em anexo ao Relatório da Gestora de Contrato, nos termos das obrigações definidas pelo artigo 23.º do Caderno de Encargos, sob pena de aplicação de sanção pecuniária de 20% do preço contratual do serviço, prevista no artigo 24.º do referido Caderno de Encargos, sem prejuízo de responsabilidade civil, caso incumpra a remoção integral de todos os maciços de betão, fundações e demais elementos remanescentes no subsolo associados ao material urbano e abrigos já

desmontados, assegurando a reposição integral dos locais nas condições originais de segurança, pavimentação e utilização, em estrito cumprimento das obrigações contratuais assumidas;

9. Mais determinei no mesmo Despacho "***a dispensa de audiência prévia por esta ser suscetível de comprometer a execução e a utilidade da decisão, justificando-se a sua dispensa ao*** *abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alínea a) e c), do Código do Procedimento Administrativo*";

10. A J.C.Decaux foi notificada pessoalmente, no dia 24/06/2026, através da Guarda Nacional Republicana (GNR)de Vialonga a pedido do Serviço de Polícia Municipal de Mafra (cf. Certidão de notificação da GNR e informação do Serviço de Polícia Municipal de Mafra em anexo ao presente Despacho), tendo respondido por escrito, no dia 26/06/2026, resposta essa que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, referindo, nomeadamente, que não obstante não concordar com teor do despacho, confirmava "*a sua intenção de cumprir o Despacho, que altera o entendimento anteriormente exposto pela Câmara Municipal e determina que a remoção de mobiliário urbano deve incluir a remoção das fundações e maciços de betão associados de forma a repor os locais "nas exatas condições em que este se encontrava antes da instalação do referido mobiliário urbano". A JCDecaux está a reorganizar os seus meios operacionais e técnicos em conformidade com esta determinação (...).*";

11. Mais alegou a JCDecaux, que "*discorda da interpretação segundo a qual o artigo 23.º do Caderno de Encargos impõe a remoção de fundações e maciços de betão, e reserva o direito de exercer todos os meios de reação legalmente previstos*" e que "*(...) a interpretação propugnada pelo Município no Despacho é diretamente contradita por instruções escritas emanadas pela própria Câmara Municipal. Por e-mail de 01/06/2026 (em anexo), a Dra. Rita Cosme, Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Gestora do Contrato designada pelo Município, transmitiu à JCDecaux, de forma expressa e por escrito, as seguintes instruções: "respeitante aos Abrigos e à sua desinstalação (...) quando existam Plataformas elevadas, deverão ser mantidas as mesmas, devendo ainda ser*

garantido que os buracos são devidamente preenchidos com touvenant, regados e compactados.".

12. A JCDecaux mencionou, ainda, que "*vai envidar os seus melhores esforços para concluir todos os trabalhos antes de 17/07/2026*";

13. Por outro lado, requereu a JCDecaux que "*lhe seja concedida audiência prévia, com prazo adequado para apresentar a sua fundamentação jurídica e factual, antes de qualquer aplicação de sanção pecuniária ou adoção de qualquer outro ato desfavorável à sua posição, reservando todos os meios de reação aos atos já praticados.*", tendo ainda proposto "*a realização de uma reunião urgente com os serviços competentes da Câmara Municipal, com dois objetivos precisos: (i) adequar os prazos de conclusão dos trabalhos às circunstâncias supervenientes criadas pela alteração de entendimento do Município; e (ii) clarificar, de forma definitiva, o âmbito das obrigações de reposição, de modo a evitar novos conflitos de interpretação.*"

14. Analisado o requerimento apresentado pela JCDecaux em 26.06.2026, informou o Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, que:

"1 – O despacho não é contraditório em relação ao mencionado pela Dra. RITA Cosme, no seu e-mail de 01/06/2026, onde se transmitiu à JCDecaux, as seguintes instruções: "respeitante aos Abrigos e à sua desinstalação (...) quando existam Plataformas elevadas, deverão ser mantidas as mesmas, devendo ainda ser garantido que os buracos são devidamente preenchidos com touvenant, regados e compactados."

2 – Conforme resulta do Despacho, no acompanhamento dos trabalhos no terreno, constatou-se que a JCDecaux não estava a remover as fundações de betão, correspondentes à fixação dos abrigos, ao arrepio do que resulta do Caderno de Encargos, uma vez que, de acordo com o mesmo, a JCDecaux está obrigada à "reposição dos locais", pelo que, foi determinada a notificação daquela entidade para proceder à remoção dos maciços, para devido cumprimento do Caderno de Encargos.

3 – Consideram os serviços, ao contrário do entendimento da JCDecaux, que a remoção pretendida não abrangia as plataformas elevadas, mas tão só as fundações e maciços.

4 - No entanto, reitera-se, apesar de se entender que, conforme resulta expresso do Despacho em apreço, o que se pretendia era a remoção das fundações e maciços e não das plataformas, o que se afigura perfeitamente possível e exequível tecnicamente, considera-se que poderá aceitar-se que a JCDecaux proceda à demolição de tudo e efetue o transporte a vazadouro de todos os produtos das demolições, evitando-se, assim, mais delongas no processo de desinstalação dos equipamentos."

15. O objetivo do Município continua a ser o da reposição integral dos locais nas condições originais de segurança, pavimentação e utilização, em estrito cumprimento das obrigações contratuais resultantes do Contrato n.º 2/2012;

16. A dispensa de audiência prévia determinada no meu Despacho de 23.06.2026 reporta-se à determinação de a JCDecaux se abster de "*continuar a remover o mobiliário urbano sem a remoção, também obrigatória, das fundações e maciços*" e não à aplicação das sanções pecuniárias previstas no Caderno de Encargos;

17. Sem embargo de se manterem os fundamentos de facto e de direito expendidos naquele Despacho, para dispensa de audiência prévia, foi realizada uma reunião no dia 30/06/2026, entre o Município e os representantes da J.C.Decaux, na qual estes reafirmaram o seu entendimento relativamente à retirada dos equipamentos,

DETERMINO, à luz do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea h) do n.º 2 do artigo 35.º conjugado com as alíneas ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, **manter o teor do meu Despacho de 23.06.2026, nomeadamente:**

a) A ordem dada à J.C. Decaux e, ou quem atue por sua conta, para assegurar a reposição integral dos locais nas condições originais de segurança, pavimentação e utilização, em estrito cumprimento das obrigações contratuais assumidas no Contrato n.º 2/2012 e resultantes do artigo 23.º

do respetivo Caderno de Encargos, esclarecendo-se, neste âmbito, que de acordo com as informações dos serviços técnicos, em anexo ao presente Despacho, se admite a remoção total dos equipamentos, incluindo das plataformas;

b) A dispensa de audiência prévia, ao abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alínea a) e c), do Código do Procedimento Administrativo, **por se manterem os fundamentos expendidos no referido Despacho, sublinhando-se, ademais, a resposta remetida pela JCDecaux, bem como a reunião subsequentemente realizada com a mesma entidade a pedido da mesma, no dia 30/06/2026 e a admissibilidade da remoção total dos equipamentos, incluindo das plataformas, evitando-se delongas injustificadas no procedimento de desinstalação**;

MAIS DETERMINO admitir o alargamento do prazo para a execução dos trabalhos de remoção e desinstalação dos equipamentos, até ao dia 17/07/2026;

DETERMINO, por último, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **que o presente Despacho seja presente em reunião de Câmara, tendo em vista a sua ratificação.**

Paços do Concelho de Mafra, 7 de julho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Moreira Luís)

142

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Entrega/ notificação despacho do Sr. Presidente CMMafra de 24 de junho – JCDecaux

Cumpre-me informar que aos 24 dias do mês de junho do ano corrente, pelas 14h00, eu, Agente Ana Carolina Cruz, Agente de 2ª classe nº2848, em patrulha com o Agente de 2ª classe Marcos Rodrigues, desloquei-me á GNR (Guarda Nacional Republicana) de Vialonga, conforme solicitado pelo Coordenador da Polícia Municipal de Mafra, Ajudante Luís Batalha, afim de proceder á entrega do despacho de 24 de junho 2026 do Exmo. Sr. Presidente da Camara Municipal de Mafra, Hugo Moreira Luís, para que fosse efetuada pela GNR a notificação de responsável da empresa JCDecaux (Portugal)-Mobiliário Urbano e Publicidade Lda, sito no Beco da Aviação nº1 Granja do Alpiarte, 2625-607 Vialonga.

A qual foi efetuada por elemento da referida corporação na pessoa de Manuela Luz que recebeu o referido despacho, conforme certidão de notificação em anexo.

Elaborada a referida informação para os fins tidos por convenientes.

Mafra, 24 de junho de 2026

Carolina Cruz

Agente 2ª Classe. N.º 2848

Marcos Rodrigues
Agt. 2ª Classe nº 2847

Certidão

143

Processo _____ Referência contacto 2/2012

☒ - Certifico que, hoje, pelas 16H36, notifiquei pessoalmente na sua própria pessoa constante no presente Mandado de Notificação, residente na morada indicada, portador(a) do BI/CC/TR/Passaporte Nº 078502624 2 x 4, com o contacto pessoal telefónico 218517500, de todo o conteúdo do oficio e processo indicado, tendo este(a) declarado ser o(a) próprio(a) e ficar ciente de todo o conteúdo da presente notificação, e do qual recebeu cópia.

☐ - Certifico que nos termos do Artº 396, Nº 1, Alínea b) do C. P. Penal, o prazo para a oposição é de _____, terminando o mesmo no dia ___/___/20___. E para se constar se lavrou a presente certidão, que vai ser assinada pelo(a) notificado(a) e por mim, o notificante.

☐ - Certifico que, hoje pelas ___H___, notifiquei, na sua própria pessoa, constante na presente notificação, acerca do conteúdo da mesma, o qual declarou ficar bem ciente, tendo-se recusado a assinar / receber a cópia do expediente.

Vialonga, 24 de Junho de 2026.

O(A) NOTIFICADO(A)

O NOTIFICANTE

Nuno Pinto
26345

A TESTEMUNHA

_____

Certidão Negativa

Processo_____ Referência_____

Certifico que, não me foi possível dar cumprimento ao presente Mandado de Notificação, por:

☐ - A pessoa a notificar, já não residir na morada indicada à cerca de _____, desconhecendo-se o seu atual paradeiro.

☐ - A morada constante no presente Mandado, não existir, bem como se desconhece.

☐ - A pessoa a notificar, estar ausente da morada indicada para parte incerta ou _____, desconhecendo-se o seu atual paradeiro, bem como o seu regresso.

☐ - Não ter sido possível encontrar a pessoa em tempo útil, para cumprimento do Mandado.

☐ - A pessoa a notificar, evita o contacto policial, impossibilitando assim o cumprimento do presente Mandado.

☐ - Outro motivo: _____

_____.

Por ser verdade e para constar, lavrei a presente certidão, que por mim vai assinada.

Vialonga, ___ de _____de 20__.

O ORGÃO DE POLÍCIA CRIMINAL

_____

_____

Praça do Município, 2644-001 Mafra
Telef.: 261 810 139
e-mail: [redacted] ou
licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt
Site: www.cm-mafra.pt

De: GONÇALVES Manuela [redacted]
Enviada: 26 de junho de 2026 20:03
Para: Gabinete da Presidência [redacted]; Presidente [redacted]
Cc: INFANTE Philippe [redacted] WIPPEL Danielle [redacted]
CASIMIRO Natália [redacted] CHARRAO Joana [redacted]; Rita [redacted]; Dulce [redacted]
Assunto: MAFRA | Resposta à notificação presencial efetuada à JCDecaux em 24/06/2026

ATENÇÃO: Este e-mail vem de fora da nossa organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Exmo. Senhor Dr. Hugo Moreira Luís, Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

Esperamos que se encontre bem.

Por referência à notificação presencial efetuada à JCDecaux nas suas instalações no passado dia 24/06/2026, vimos, por este meio, remeter cópia da carta de resposta à referida notificação, a qual foi enviada por correio registado ao cuidado de V. Exa.

Mantemo-nos inteiramente disponíveis para quaisquer esclarecimentos que entendam por convenientes.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

Manuela GONÇALVES
Gestora de Relações Institucionais | Institutional Relations Mgr

JCDecaux - Patrimony and Institutional Relations Direction
Beco da Aviação, Nº. 1, Granja do Alpriate, 2625-607 Vialonga – Portugal
T: +351 218 317 545 | M: (+351) 924 025 939



A informação transmitida tem como único destinatário a pessoa ou entidade à qual é dirigida e poderá ser confidencial ou constituir segredo profissional. A leitura, reenvio, difusão ou qualquer outra ação relacionada, levada a cabo por quem não seja o destinatário da mensagem, é proibida. Se receber esta mensagem por engano, agradecemos que notifique o remetente e a apague do seu sistema.

This email was scanned by Bitdefender

Assunto: FW: MAFRA | Resposta à notificação presencial efetuada à JCDecaux em 24/06/2026
Anexos: 2026 06 26 - PI-DW 77-26 - Resposta JCD à notificação de 24 06 2026.pdf

Importância: Alta

De: Rita [redacted]
Enviada: 29 de junho de 2026 17:12
Para: GONÇALVES Manuela [redacted]
Cc: Presidente [redacted]; Gabinete da Presidência [redacted]; INFANTE Philippe [redacted]; WIPPEL Danielle [redacted]; CASIMIRO Natália <natalia.[redacted]; CHARRAO Joana [redacted]; Dulce [redacted]; Bernardete [redacted]; António [redacted]
Assunto: RE: MAFRA | Resposta à notificação presencial efetuada à JCDecaux em 24/06/2026
Importância: Alta

Exmos.(as) Senhores(as),

Na sequência do V/e-mail *infra*, que mereceu a nossa melhor atenção, não obstante o contacto telefónico previamente estabelecido com Vs. Exas. no corrente dia, em conformidade com o ponto VI. da vossa resposta, em anexo, propõe-se o agendamento de reunião conjunta para o próximo dia 30/06/2026, às 9:00 horas ou em outro horário que considerem adequado.
Queiram pf responder, por esta via.

Agradeço a atenção ao presente assunto.

Com os melhores cumprimentos,

(No uso da competência subdelegada por Despacho da Diretora do Departamento Financeiro N.º 12/2026 – DF, de 12/03)



Rita Cosme
Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos
Departamento Financeiro
Câmara Municipal de Mafra

145

JCDecaux

Comunicação Exterior

África de Sul
Alemanha
Angola
Arábia Saudita
Austrália
Áustria
Azerbaijão
Bahrein
Botswana
Brasil
Bulgária
Bélgica
Camarões
Canadá
Cazaquistão
Chile
China
Colômbia
Coreia do Sul
Costa Rica
Costa do Marfim
Croácia
Dinamarca
El Salvador
EUA
Emirados Árabes Unidos
Equador
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Estónia
Finlândia
França
Gabão
Guatemala
Honduras
Hungria
Índia
Irlanda
Israel
Itália
Japão
Lesoto
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Myanmar
Namíbia
Nicarágua
Nigéria
Noruega
Nova Zelândia
Omã
Panamá
Países Baixos
Peru
Polónia
Portugal
Qatar
Reino Unido
República Checa
República Dominicana
Singapura
Suazilândia
Suíça
Suécia
Tailândia
Tanzânia
Ucrânia
Uganda
Uruguai
Uzbequistão
Zâmbia
Zimbabwe

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Dr. Hugo Moreira Luís
Praça do Município
2644-001 Mafra

Registada com Aviso de Receção

Vialonga, 26 de junho de 2026.

N/Ref.ª : PI/DW – 0077.26

Assunto: Contrato n.º 2/2012 — Despacho de 24 de junho de 2026 — Posição da JCDecaux Portugal, Lda.

Exmo. Senhor Presidente,

A **JCDecaux Portugal - Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.** (doravante «JCDecaux»), cocontratante no âmbito do Contrato n.º 2/2012, acusa a receção do Despacho proferido por V. Ex.ª em 24 de junho de 2026, notificado pessoalmente nessa mesma data, e vem, pela presente, apresentar a sua posição.

Preliminarmente, é importante considerar que a JCDecaux é parceira do Município de Mafra desde 1994, no âmbito de contratos para a instalação, manutenção e exploração de publicidade em mobiliário urbano, relação essa que sempre se pautou por uma atuação exemplar, pelo rigoroso cumprimento das suas obrigações contratuais e pela pronta satisfação das solicitações que lhe foram dirigidas pelo Município, sempre orientada pelo interesse público.

Neste contexto, a JCDecaux não pode deixar de manifestar a sua surpresa e profunda discordância quanto ao teor da carta suprarreferida, a qual põe em causa a conduta que a empresa vem mantendo ao longo de todos estes anos, durante os quais sempre tratou o Município com respeito e lealdade. O tom utilizado, de natureza marcadamente agressiva e com contornos de ameaça, compromete o espírito de parceria e colaboração que historicamente caracterizou a execução do contrato que esteve em vigor até 10/06/2026.

JCDecaux

I. Intenção de cumprimento

A JCDecaux confirma a sua intenção de cumprir o Despacho, que altera o entendimento anteriormente exposto pela Câmara Municipal e determina que a remoção de mobiliário urbano deve incluir a remoção das fundações e maciços de betão associados de forma a repor os locais *"nas exatas condições em que este se encontrava antes da instalação do referido mobiliário urbano"*. A JCDecaux está a reorganizar os seus meios operacionais e técnicos em conformidade com esta determinação, sem prejuízo da discordância que a seguir se expõe.

II. Discordância quanto à interpretação contratual

Sem prejuízo do que antecede, a JCDecaux discorda da interpretação segundo a qual o artigo 23.º do Caderno de Encargos impõe a remoção de fundações e maciços de betão, e reserva o direito de exercer todos os meios de reação legalmente previstos.

A JCDecaux desenvolverá detalhadamente os fundamentos da sua posição em sede de audiência prévia, para a qual requer a concessão de prazo adequado. Sem prejuízo disso, e para que o Município possa desde já ponderar os elementos relevantes, destacam-se, desde logo, os seguintes pontos.

Primeiro, o artigo 23.º do Caderno de Encargos refere-se à *"remoção do mobiliário urbano"* e à *"reposição dos locais onde o mesmo se encontrava instalado"*, sem qualquer menção a fundações ou maciços de betão. Estes são elementos de engenharia civil permanentes, distintos do objeto locado, cuja remoção exige meios técnicos e financeiros que transcendem o âmbito natural da cláusula.

Segundo, e com particular relevância, a interpretação propugnada pelo Município no Despacho é diretamente contradita por instruções escritas emanadas pela própria Câmara Municipal. Por e-mail de 01/06/2026 (em anexo), a Dra. Rita Cosme, Chefe da Divisão de Licenciamentos Diversos e Gestora do Contrato designada pelo Município, transmitiu à JCDecaux, de forma expressa e por escrito, as seguintes instruções: *"respeitante aos Abrigos e à sua desinstalação (...) quando existam Plataformas elevadas, deverão ser mantidas as mesmas, devendo ainda ser garantido que os buracos são devidamente preenchidos com touvenant, regados e compactados."*

JCDecaux

Esta comunicação, anterior ao início dos trabalhos de desinstalação, é duplamente significativa. Por um lado, instrui expressamente a JCDecaux a **manter as plataformas de betão** (estruturas que, à semelhança dos maciços, não existiam antes de 2012 e foram construídas pela JCDecaux para receber os abrigos), o que é incompatível com a tese de que a obrigação de reposição impõe o retorno integral ao estado anterior à instalação. Por outro, define o **método de tratamento dos buracos** resultantes da desmontagem dos apoios como o preenchimento com *touvenant* compactado. A JCDecaux atuou em conformidade com estas instruções escritas do Município.

Salvo o devido e muito respeito, o Município não pode, por via de um Despacho posterior, imputar incumprimento à JCDecaux por condutas que resultam do cumprimento das suas próprias instruções escritas.

Terceiro, a JCDecaux não assumiu qualquer obrigação contratual de respeitar o denominado «plano de desinstalação», elaborado unilateralmente pelo Município. A única obrigação contratual relevante é a do artigo 23.º do Caderno de Encargos: remover o mobiliário urbano no prazo de 30 dias após a cessação do Contrato, o que a JCDecaux iniciou tempestivamente em 18 de junho de 2026.

III. Impacto no prazo e responsabilidade por eventuais atrasos

A extensão do âmbito dos trabalhos agora determinada pelo Despacho implica a mobilização de equipamento mecânico especializado e a reorganização integral do plano operacional, em circunstâncias de urgência que a própria Câmara Municipal criou. Estas circunstâncias são supervenientes e não imputáveis à JCDecaux. Qualquer atraso no cumprimento do prazo de 30 dias que resulte desta imposição será da exclusiva responsabilidade do Município, não podendo, em caso algum, servir de fundamento à aplicação de sanções contratuais à JCDecaux.

IV. Trabalhos de remoção dos maciços, fundações e plataformas

Considerando a alteração de posicionamento da Câmara Municipal exposta na nova interpretação da cláusula 23ª do Caderno de encargos apresentada na carta que nos foi

remetida em 24/06/2026, a qual prevê a *"reposição do espaço público (passeios, pavimentos, calçadas e demais elementos)* ***nas exatas condições em que este se encontrava antes da instalação do referido mobiliário urbano****;"* a JCDecaux informa que irá não apenas retirar os maciços e fundações, mas igualmente as plataformas que haviam sido construídas para receber os abrigos, de forma a cumprir integralmente com o que foi determinado recentemente pelo Município.

Ocorre que, conforme exposto no ponto anterior, a remoção dessas estruturas exige a presença de equipamento mecânico especializado diverso daquele utilizado para remover os mobiliários urbanos, sendo inexequível a remoção simultânea dos mobiliários urbanos e dos maciços, fundações e plataformas. Desta forma, a JCDecaux informa à Câmara Municipal que irá primeiro proceder à remoção dos equipamentos, sem repor os pavimentos, para então proceder à remoção dos maciços, fundações e plataformas e, ao fim, proceder à reposição dos pavimentos.

A JCDecaux vai envidar os seus melhores esforços para concluir todos os trabalhos antes de 17/07/2026, porém, para além da necessidade de reorganização integral do plano operacional, que vai exigir a contratação de um maior número de pessoas e equipamento mecânico específico para a atividade, vai ter de aceder aos equipamentos que já tinham sido concluídos, em conformidade com as orientações anteriores à 24/06/2026, e reiniciar os trabalhos, o que poderá, conforme já ressaltamos, ocasionar atrasos alheios à responsabilidade da JCDecaux.

V. Pedido de audiência prévia

O Despacho dispensou a audiência prévia da JCDecaux ao abrigo do artigo 124.º, n.º 1, alíneas a) e c) do Código do Procedimento Administrativo, com o fundamento de que a sua realização seria suscetível de comprometer a execução ou a utilidade da decisão.

Esse fundamento encontra-se, porém, superado pelos factos. A JCDecaux anunciou, no ponto I da presente carta, o cumprimento imediato do Despacho. A urgência que serviu de justificação à dispensa de audiência prévia – o risco de que a pronúncia da interessada viesse a comprometer a eficácia ou utilidade da decisão – está assegurada pela própria conduta da JCDecaux. Não subsiste, portanto, qualquer justificação para que, na cristalização dos efeitos desta decisão desfavorável à JCDecaux, continue a preterir-se a audiência prévia.

JCDecaux

O Despacho impõe à JCDecaux obrigações que esta contesta com fundamento sério, sob ameaça de sanções de natureza pecuniária e criminal. Trata-se, inequivocamente, de um ato administrativo desfavorável, assente numa interpretação contratual contestável e incompatível com as próprias instruções escritas previamente transmitidas pelo Município, o que torna o **direito de audiência prévia não apenas exigível** nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, mas também **constitucionalmente garantido**, nos termos do artigo 268.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa.

Em face do exposto, a JCDecaux requer formalmente que lhe seja concedida audiência prévia, com prazo adequado para apresentar a sua fundamentação jurídica e factual, antes de qualquer aplicação de sanção pecuniária ou adoção de qualquer outro ato desfavorável à sua posição, reservando todos os meios de reação aos atos já praticados.

VI. Proposta de reunião urgente

Sem prejuízo do atrás exposto e dos direitos que expressamente se reservam, a JCDecaux propõe a realização de uma reunião urgente com os serviços competentes da Câmara Municipal, com dois objetivos precisos: (i) adequar os prazos de conclusão dos trabalhos às circunstâncias supervenientes criadas pela alteração de entendimento do Município; e (ii) clarificar, de forma definitiva, o âmbito das obrigações de reposição, de modo a evitar novos conflitos de interpretação.

Aguardamos indicação da vossa disponibilidade para a próxima semana, de forma a calendarizar a referida reunião.

Com os melhores cumprimentos,

JCDecaux Portugal — Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda.



148

Cátia Sousa

De: António [redacted]
Enviado: 3 de julho de 2026 16:23
Para: Cátia [redacted]
Cc: Dulce [redacted]; Rita [redacted]
Assunto: FW: URGENTE - MAFRA | Resposta à notificação presencial efetuada à JCDecaux em 24/06/2026
Anexos: 2026 06 26 - PI-DW 77-26 - Resposta JCD notificação de 24 06 2026.pdf

Importância: Alta

Dra. Cátia [redacted],
Boa tarde.

Na sequência do e-mail infra, envio a minha proposta de resposta.

1 – O despacho não é contraditório em relação ao mencionado pela Dra. RITA [redacted], no seu e-mail de 01/06/2026, onde se transmitiu à JCDecaux, as seguintes instruções: *"respeitante aos Abrigos e à sua desinstalação (...) quando existam Plataformas elevadas, deverão ser mantidas as mesmas, devendo ainda ser garantido que os buracos são devidamente preenchidos com touvenant, regados e compactados."*

2 – Conforme resulta do Despacho, no acompanhamento dos trabalhos no terreno, constatou-se que a JCDecaux não estava a remover as fundações de betão, correspondentes à fixação dos abrigos, ao arrepio do que resulta do Caderno de Encargos, uma vez que, de acordo com o mesmo, a JCDecaux está obrigada à "*reposição dos locais*", pelo que, foi determinada a notificação daquela entidade para proceder à remoção dos maciços, para devido cumprimento do Caderno de Encargos.

3 – Consideram os serviços, ao contrário do entendimento da JCDecaux, que a remoção pretendida não abrangia as plataformas elevadas, mas tão só as fundações e maciços.

4 - No entanto, reitera-se, apesar de se entender que, conforme resulta expresso do Despacho em apreço, o que se pretendia era a remoção das fundações e maciços e não das plataformas, o que se afigura perfeitamente possível e exequível tecnicamente, considera-se que poderá aceitar-se que a JCDecaux proceda à demolição de tudo e efetue o transporte a vazadouro de todos os produtos das demolições, evitando-se, assim, mais delongas no processo de desinstalação dos equipamentos.

Com os melhores cumprimentos

António [redacted]
Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente
Câmara Municipal de Mafra

3.3.

149

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo com a informação.
Submeto para despacho Superior.
02/07/2026

A Diretora de Departamento,

Concordo com a informação,
Submeto à consideração superior.
29/6/2026

A Chefe de Divisão,

DESPACHO

02/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16545

ASSUNTO: Constituição de Fundo de Caixa para o ano 2026 - Secção de Atendimento da Câmara Municipal de Mafra

Considerando a possibilidade da Secção de Atendimento da Câmara Municipal de Mafra passar a efetuar recebimentos dos munícipes que aí se deslocam, verifica-se a necessidade de dotar o espaço de trocos, para dar resposta a pagamentos efetuados em numerário, pelo que se propõe que seja submetida à autorização da Câmara Municipal a constituição de fundo de caixa para o ano de 2026, para as 3 mesas de atendimento, no valor total de 75,00€ (setenta e cinco euros), a disponibilizar da seguinte forma:

Instalação Municipal	Responsável pelo Fundo	N.º de Func.	Quantia
Secção de Atendimento	Gustavo Lisboa	3383	75,00€
		Total	**75,00€**

Aquando da entrega do fundo ao responsável, este irá assinar uma declaração de responsabilidade pelo montante à sua guarda, ficando o total entregue refletido na conta das disponibilidades do município, devendo a posterior reposição do fundo ocorrer até ao último dia útil do ano a que diz respeito.

À Consideração Superior,
Mafra, 29 de junho de 2026
O Técnico Superior

Luís Santos

Anexo XX

3.4.

150

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo com o teor da informação. Propõe-se o encaminhamento ao órgão competente para garantir a adjudicação nos termos elencados pelos serviços.

(Em suplência da DDF, conforme Despacho n.º 2/2026 - PCM, de 7 de janeiro)

07/07/2026

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira,

(Cândida Jacinto)

DESPACHO

À Reunião de Câmara

Mafra, 7 de julho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/17221

ASSUNTO: Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da al. a), n.º 1 do art.º 20.º do CCP, para a contratualização de **"Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra" – Adjudicação e aprovação da minuta do contrato**

Na sequência da Deliberação da Câmara Municipal, datada de 19 de setembro de 2025, nos termos conjugados da al. f), n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a al. b), n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da al. f), n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação repristinada pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 30 de março, procedeu-se à abertura de procedimento por Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da al. a), n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para a contratualização de **"Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra"**. Sendo que, conforme teor da mesma, foi definido, nos termos

Anexo XXI

do n.º 1 do art.º 136 do CCP, um prazo para apresentação das propostas de 30 (trinta) dias.

Conduzidos os devidos trâmites procedimentais e rececionadas as propostas, procedeu o júri do procedimento, designado na sequência da referida deliberação, à elaboração do Relatório preliminar datado de 26 (vinte e seis) de janeiro de 2026 (em anexo à presente informação). Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre a intenção de ordenação das propostas, tendo beneficiado do prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia.

No decurso daquele prazo, as concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA** (NIPC: 509 418 627) e **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA** (NIPC: 502 629 428), apresentaram pronúncias, respetivamente em 28 (vinte e oito) de janeiro e 3 (três) de fevereiro. Face ao teor da pronúncia apresentada pela concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA** (NIPC: 502 629 428) em sede de audiência prévia e reanalisadas todas as propostas, o Júri deliberou, por unanimidade, solicitar a todas as concorrentes cujas propostas foram admitidas em sede de Relatório Preliminar, que viessem prestar esclarecimentos conforme ata de pedido de esclarecimentos datada de 03 (três) de março. Conduzidos os devidos trâmites procedimentais e rececionados os esclarecimentos e sequente reordenação das propostas, procedeu o júri do procedimento à elaboração do 2.º Relatório Preliminar / 1.º Relatório Final datado de 28 (vinte e oito) de abril de 2026 (em anexo à presente informação). Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre a intenção de exclusão das propostas e a consequente reordenação das mesmas, nos termos ali constantes, tendo beneficiado do prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem, ao abrigo do direito de audiência prévia.

No decurso daquele prazo, foram apresentadas pronúncias, pelas concorrentes **LF FACILITY SERVICES, LDA** (NIPC: 517 143 550) e **REKEEP PORTUGAL, LDA** (NIPC: 502 629 428) - anteriormente designada por **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA**. Considerando o cumprimento das formalidades exigidas e a análise efetuada às pronúncias apresentadas, procedeu o júri do procedimento em apreço à elaboração do 2.º Relatório Final (em anexo à presente informação), nos termos do art.º 148.º do CCP.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Pelo que, atento o art.º 148.º do CCP, que determina que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final do júri, nomeadamente para efeitos de adjudicação, submete-se o mesmo, bem como os demais documentos que constituem o processo de concurso, sendo que o teor do dito relatório remete para a adjudicação em apreço, "Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra", à concorrente classificada em primeiro lugar, isto, é, a entidade **FINE FACILITY SERVICES, LDA** (NIPC: 509 418 627), pelo montante total global de **1.590.038,98€ (um milhão quinhentos e noventa mil e trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde, para o primeiro ano, um valor de 519.371,86€ (quinhentos e dezanove mil trezentos e setenta e um euros e oitenta e seis cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor e para o segundo e terceiro anos um valor anual de 535.333,56€ (quinhentos e trinta e cinco mil trezentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais se propõe, nos termos do n.º 1 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato.

03/07/2026

O Técnico Superior,

(Pedro Rodrigues)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º ____/2026

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE MAFRA"

--- **Na data indicada nas assinaturas digitais** do presente documento, entre:

--- PRIMEIRO CONTRAENTE: MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representado no presente ato pelo Presidente da Câmara, Hugo Manuel Moreira Luís, portador do cartão de cidadão número [redacted], válido até [redacted];

E

--- SEGUNDO CONTRAENTE: FINE FACILITY SERVICES, LDA., com sede na _____, pessoa coletiva número 509418627, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial, representada no presente ato pelo _____, portador do cartão de cidadão número _____, válido até _____, contribuinte número _____.

É celebrado o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

***CLÁUSULA* 1.ª -** O presente contrato tem por objeto a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO CONCELHO DE MAFRA"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130
e-mail: geral@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

concurso público efetuado nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

***CLÁUSULA* 2.ª – a)** A prestação de serviços tem a duração de 12 (doze) meses após a outorga do contrato, com possibilidade de 2 (duas) renovações por igual período, mediante avaliação positiva por parte da entidade adjudicante; **b)** A intenção de renovação será comunicada pela entidade adjudicante, com a antecedência mínima de trinta dias, relativamente ao término do prazo mencionado na alínea anterior, sem prejuízo das obrigações acessórias que possam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.

***CLÁUSULA 3.ª* - a)** O preço contratual é de **1.590.038,98€ (um milhão quinhentos e noventa mil e trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos),** a que corresponde, para o primeiro ano, um valor de 519.371,86€ (quinhentos e dezanove mil trezentos e setenta e um euros e oitenta e seis cêntimos) e para o segundo e terceiro anos um valor anual de 535.333,56€ (quinhentos e trinta e cinco mil trezentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) valores aos quais acresce o IVA à taxa legal vigor; **b)** O pagamento do encargo previsto anteriormente será efetuado de harmonia com a proposta apresentada e caderno de encargos, os quais ficam a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

***CLÁUSULA 4.ª* - a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em dezanove de setembro de dois mil e vinte e cinco; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em _____, sendo a minuta relativa ao mesmo aprovada nesta mesma data.

CLÁUSULA 5.ª – O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: - classificação orgânica – _____; classificação económica – _____, conforme informação de cabimento n.º _____ a qual foi atribuído o compromisso n.º _____.

CLÁUSULA 6.ª – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução _____, no valor de _____, correspondente a _____ por cento do valor contratual, com exclusão do IVA.

CLÁUSULA 7.ª – Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

CLÁUSULA 8.ª - Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Paula Santos, Dirigente da Unidade de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA 9.ª - Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 10.ª – O presente contrato não carece de Visto do Tribunal de Contas nos termos da alínea c) do n.º 1, do artigo 47.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

CLÁUSULA 11.ª - Em tudo o omisso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 12.ª - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

As formalidades contratuais essenciais, nomeadamente, a identidade e poderes para o presente ato, foram verificadas pela Oficial Público, _____, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em _____, pelo Serviço Segurança Social Direta;
b) Certidão comprovativa da situação tributária regularizada perante a Fazenda Pública, emitida em _____, pelo Serviço de Finanças de _____;
c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em _____ e válida até _____;
d) Certificados do Registo Criminal da empresa e dos órgãos sociais de gerência _____, datados de _____, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça;
e) Documento comprovativo em como se encontra inscrito no Registo Central do Beneficiário Efetivo.

O presente contrato é celebrado num único exemplar.

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO PRELIMINAR

Concurso Público para:

"Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra"

Ao **26.º (vigésimo sexto) dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis**, na sala de reuniões do piso um do edifício dos Paços do Concelho, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu o Júri, nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 19 (dezanove) de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, constituído pela Presidente, Paula Ribeiro, Chefe da Divisão de Intervenção Social, Saúde, Emprego e Habitação, pelo 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento e pela 2.ª Vogal Efetiva, Liliana Pedroso, Técnica Superior, a desempenhar funções no Departamento de Administração Geral, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, para proceder à elaboração do presente Relatório Preliminar, na sequência da análise e avaliação das propostas apresentadas.

1 - PROPOSTAS APRESENTADAS ----------

1.1 Foram apresentadas propostas, dentro do prazo estipulado no Programa de Procedimento, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada por esta Câmara Municipal, *anoGov*, de acordo com a ordem de submissão na mencionada plataforma, pelas seguintes entidades, contemplando os valores em seguida enunciados: ----------

- **FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627**, apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €519.371,86 (quinhentos e dezanove mil, trezentos e setenta e um euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €535.333,56 (quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.590.038,98** (um milhão, quinhentos e noventa mil, trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 504839748,** apresentou proposta no valor anual de €668.945,34 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num **montante total global de €2.006.836,02** (dois milhões, seis mil, oitocentos e trinta e seis euros e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -

- **ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 503431397,** apresentou proposta no valor anual de €599.104,29 (quinhentos e noventa e nove mil, cento e quatro euros e vinte e nove

cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.797.312,87** (um milhão, setecentos e noventa e sete mil, trezentos e doze euros e oitenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA., NIPC 517640112**, apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €518.657,80 (quinhentos e dezoito mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo ano no valor de €549.777,27 (quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e sete euros e vinte e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e para o terceiro ano no valor de €582.763,94 (quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e três euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.651.199,01** (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e nove euros e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., NIPC 517573261,** apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €494.500,58 (quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €536.377,48 (quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e setenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.567.255,54** (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;----------

- **SANIAMBIENTE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 506665836,** apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €543.363,29 (quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e três euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €560.030,18 (quinhentos e sessenta mil, trinta euros e dezoito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.663.423,65** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e três euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 504458086**, apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €552.521,28 (quinhentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e um euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo ano no valor de €574.622,12 (quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e para

o terceiro ano no valor de €597.607,02 (quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e sete euros e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.724.750,42** (um milhão, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta euros e quarenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **ASSEPSIA – SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA., NIPC 516563629**, apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €575.019,21 (quinhentos e setenta e cinco mil, dezanove euros e vinte e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €583.416,01 (quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e dezasseis euros e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.741.851,23** (um milhão, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **SLU - SOCIEDADE DE LIMPEZA URBANO, UNIPESSOAL LDA., NIPC 517019140,** apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €489.931.23 (quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e um euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €654.034,32 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, trinta e quatro euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.797.999.87** (um milhão, setecentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e nove euros e oitenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

- **IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A., NIPC 502117281**, apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €588.200,20 (quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €605.899,90 (seiscentos e cinco mil, oitocentos e noventa e nove euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.800.000,00** (um milhão e oitocentos mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **OPERANDUS - LIMPEZA PROFISSIONAL LDA., NIPC 502771496**, apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €555.198,96 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e oito euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €569.894,51 (quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro euros e cinquenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de**

€1.694.987,98 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **CLECE, S.A., NIPC 513789995,** apresentou proposta no valor anual de €587.386,59 (quinhentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.762.159,77** (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 502629428,** apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €539.672,52 (quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €556.363,74 (quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e três euros e setenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.652.400,00** (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 502611057,** apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €555.613,30 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e treze euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €572.905,80 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e cinco euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.701.424,90** (um milhão, setecentos e um mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **VISLISA, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 510081983,** apresentou proposta no valor anual de €582.524,93 (quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro euros e noventa e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.747.574,78** (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----

- **LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550**, apresentou proposta no valor anual de €543.176,09 (quinhentos e quarenta e três mil, cento e setenta e seis euros e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.629.528,27** (um milhão, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e oito euros e vinte e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

- **JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., NIPC 514061391,** apresentou proposta com os seguintes valores: para o primeiro ano no valor de €533.825,06 (quinhentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e cinco euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; para o segundo e terceiro anos no valor anual de €550.167,16 (quinhentos e cinquenta mil, cento e sessenta e sete euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; traduzindo-se a mesma num **montante total global de €1.634.159,38** (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----------

2 - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ----------

Em 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de setembro e em 2 (dois) de outubro de dois mil e vinte e cinco, foram submetidos na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, *anoGov*, pedidos de esclarecimentos, pelas interessadas **JMC SERVIÇO LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., FINE FACILITY SERVICES, LDA.** e **INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A.,** respetivamente, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, na sua redação atual. ----------

Pese embora se tenha verificado que o pedido de esclarecimentos apresentado pela concorrente INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A. era extemporâneo, o Júri considerou pertinente proceder também à análise e resposta daquele pedido de esclarecimentos, atento os princípios gerais de direito aplicáveis à contratação pública que subjazem à atuação desta entidade, designadamente o princípio da boa-fé, constante no artigo 1.º-A do CCP, pelo que, procedeu à análise e resposta de todos os pedidos de esclarecimento apresentados, nos termos constantes na ata de resposta a pedido de esclarecimentos datada de 09 (nove) de outubro de dois mil e vinte e cinco, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. - Para além disso, por terem sido rececionados pedidos de visita técnica às instalações objeto do presente procedimento, o Júri deliberou ainda, por unanimidade, informar os interessados do dia e hora agendados para a mencionada visita, conforme constante na mencionada ata datada de dia 09 (nove) de outubro de dois mil e vinte e cinco. ----------

3 - EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS ----------

Dispõe a alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP que, no relatório preliminar, o Júri deve propor a exclusão das propostas *"Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º"*. ----------

Por sua vez, a alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, determina que são excluídas as propostas cuja análise revele *"Que o preço contratual seria superior ao preço base"*. ----------

De acordo com o ponto 13 (treze) do programa do procedimento, o preço base fixado para o presente procedimento é do **valor global máximo de €1.800.000,00** (um milhão e oitocentos mil euros), atento o **valor anual máximo de €600.000,00** (seiscentos mil euros). Analisada a proposta apresentada pela concorrente **SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A.**, verifica-se que a mesma apresenta um valor anual de €668.945,34 e um valor total global de €2.006.836,02 e, ou seja, valores superiores aos preços base anual (€600.000,00) e global (€1.800.000,00) fixados, respetivamente, para este procedimento. --- Analisada a proposta apresentada pela concorrente **SLU - SOCIEDADE DE LIMPEZA URBANO, UNIPESSOAL LDA.,** verifica-se que a mesma apresenta, para o segundo e para o terceiro ano, um valor anual de €654.034,32, ou seja, valor superior ao preço base anual fixado para este procedimento (€600.000,00). ----------

No que concerne à proposta apresentada pela concorrente **IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A.,** a mesma propõe um valor anual, para o segundo e terceiro anos no montante de €605.899,90, isto é, superior ao preço base anual fixado para este procedimento (€600.000,00). ----------

Termos em que, face à análise efetuada, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes **SAMSIC PORTUGAL - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 504839748, SLU - SOCIEDADE DE LIMPEZA URBANO, UNIPESSOAL LDA., NIPC 517019140** e **IBERLIM - HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A., NIPC 502117281,** ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas o) do n.º 2 do artigo 146.º, com a alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do CCP, na sua redação atual. ----------

4 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO ----------

Para efeitos de avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes, foi aplicado o critério de adjudicação, definido por deliberação da Câmara Municipal de 19 (dezanove) de maio do ano de dois mil e vinte e cinco e constante do ponto 12 (doze) do programa do procedimento, que de seguida se transcreve: "12.1 – *A presente adjudicação, nos termos da al. b), n.º 1 do artigo 74.º do CCP, é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade* ***monofator*** *e densificada pelo fator* ***preço***." -

5 - PROPOSTA DE ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ----------

Em função da aplicação do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade de monofator, considerando como fator o preço, constante do ponto 12 (doze) do programa do procedimento e transcrito no ponto anterior, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a seguinte ordenação das propostas, para efeitos de adjudicação: --

1.º) FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., NIPC 517573261, pelo montante **total global de €1.567.255,54** (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

2.º) FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627, pelo montante **total global de €1.590.038,98** (um milhão, quinhentos e noventa mil, trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

3.º) LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550, pelo montante **total global de €1.629.528,27** (um milhão, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e oito euros e vinte e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

4.º) JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., NIPC 514061391, pelo montante **total global de €1.634.159,38** (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

5.º) TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA., NIPC 517640112, pelo montante **total global de €1.651.199,01** (um milhão, seiscentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e nove euros e um cêntimo), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

6.º) EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 502629428, pelo montante **total global de €1.652.400,00** (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

7.º) SANIAMBIENTE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 506665836, pelo montante **total global de €1.663.423,65** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e três euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

8.º) OPERANDUS - LIMPEZA PROFISSIONAL LDA., NIPC 502771496, pelo montante **total global de €1.694.987,98** (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ------

9.º) INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 502611057, pelo montante **total global de €1.701.424,90** (um milhão, setecentos e um mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

10.º) SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 504458086, pelo montante **total global de €1.724.750,42** (um milhão, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta euros e quarenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

11.º) ASSEPSIA – SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA., NIPC 516563629, pelo montante **total global de €1.741.851,23** (um milhão, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

12.º) VISLISA, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 510081983, pelo montante **total global de €1.747.574,78** (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

13.º) CLECE, S.A., NIPC 513789995, pelo montante **total global de €1.762.159,77** (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

14.º) ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 503431397, pelo montante **total global de €1.797.312,87** (um milhão, setecentos e noventa e sete mil, trezentos e doze euros e oitenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----------

6 - AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

Tendo em consideração o disposto no artigo 147.º do CCP, na sua redação atual, o Júri procederá, de seguida, à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que se pronunciem, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. ----------

A Presidente do Júri,

26/01/2026

X Paula Ribeiro

Paula Ribeiro
Chefe da Divisão de Intervenção Social, Saúde...
Assinado por: PAULA CRISTINA DUARTE RIBEIRO

1.º Vogal Efetivo

26/01/2026

X Vasco Mota

Vasco Mota
Chefe da Divisão de Contratação Pública e A...
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

2.ª Vogal Efetiva

26/01/2026

X Liliana Pedroso

Liliana Pedroso
Técnica Superior
Assinado por: LILIANA ISABEL RUFINO PEDROSO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO FINAL

Concurso Público para:

"Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra"

Ao **28.º (vigésimo oitavo) dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis**, na sala de reuniões do piso um desta Câmara Municipal, pelas dez horas, reuniu o Júri, nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 19 (dezanove) de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, constituído pela 1.ª Vogal Suplente, Paula Santos, Dirigente da Unidade de Desenvolvimento Social, em substituição da Presidente, Paula Ribeiro, pelo 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento e pela 2.ª Vogal Efetiva, Liliana Pedroso, Técnica Superior, a desempenhar funções no Departamento de Administração Geral, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, adiante abreviadamente designado por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Final. ----------

I – DA AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

O Júri procedeu, na sequência da elaboração do Relatório Preliminar datado de 26 (vinte e seis) de janeiro de dois mil e vinte e seis, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, à audiência prévia escrita dos concorrentes. Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre a intenção de ordenação das propostas, tendo beneficiado do prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia.

II – DAS PRONÚNCIAS APRESENTADAS ----------

No decurso daquele prazo, as concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627** e **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 502629428,** apresentaram pronúncias, em 28 (vinte e oito) de janeiro e 3 (três) de fevereiro, respetivamente, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, *anoGov*, pronúncias que aqui se dão por integralmente reproduzidas para todos os efeitos legais. ----

A) Analisadas as pronúncias apresentadas, verifica-se que a concorrente **FINE FACILITY SERVICES, LDA.,** alegou na sua pronúncia que "*a proposta da concorrente Fairy Cleanning Services, Lda., para o procedimento em escrutínio, ao invés de ser admitida, deverá, impreterivelmente, ser objeto de exclusão, atendendo a que a mesma viola as exigências do procedimento*", porquanto, "*analisando a proposta apresentada pela Concorrente Fairy Cleanning Services, Lda, no que respeita à instalação Mafra Oeste (Tourinha) o valor do*

período 2026/2027 (início previsto em Outubro de 2026) apenas considera 3 dos 7 meses em questão (1/10/2026 a 30/4/2027).", sendo que, conforme ali demonstra "*O valor da proposta apresentada pela Concorrente Fairy Cleaning Services, Lda encontra-se reduzido em 25.770,40 €, sendo o seu montante real total de 1.593.025,94 €, e não 1.567.255,54 € como apresentado*" pelo que "*se impõe a sua exclusão (...) por violação do disposto no artigo 70.º n.º 2 alínea f) do CCP*", o que requereu. ----------

B) No que concerne à pronúncia apresentada pela concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.,** esta vem alegar, em primeiro lugar, que as concorrentes **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., FINE FACILITY SERVICES, LDA., LF FACILITY SERVICES, LDA., JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA.** e **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA.,** por serem empresas que se dedicam à prestação de serviços relacionados com limpeza industrial, limpeza mecanizada e limpeza doméstica, estão sujeitas às regras estabelecidas em sede do Contrato Coletivo de Trabalho daquele setor, sendo que o mesmo "*regulamenta, de forma imperativa e com carácter de obrigatoriedade, a remuneração devida aos trabalhadores, salvaguardando a remuneração mínima aplicável ao setor, com consequentes aumentos salariais escalonados no tempo, e regras de cálculo, para todas as categorias profissionais, bem como demais complementos remuneratórios, tais como trabalho noturno, trabalho suplementar, entre outras*", bem como "*determina o valor do subsídio de alimentação devido, e as regras de pagamento, igualmente com consequentes aumentos salariais escalonados no tempo*". Por esse motivo, alega que, nas propostas apresentadas por aquelas concorrentes, "***os valores apresentados para os Serviços de Limpeza não asseguram de modo cabal os custos mínimos legalmente previstos para a mão-de-obra exigida em caderno de encargos (e apenas com a mão-de-obra)***", que "*há prerrogativas cumulativas a considerar que balizam os valores mínimos, exigindo ainda que se faça face aos consumíveis, fardamento, material, equipamento, custos administrativos, seguros, entre outros, que, sem margem para dúvida, as concorrentes FAIRY, FINE, LF, JMC e TMLJ não fizeram refletir nas suas propostas*", e que "*se calcularmos os custos mínimos legalmente obrigatórios, tidos (só) com a mão de obra, e os conjugarmos com as exigências expressamente definidas no Caderno de Encargos concluímos, facilmente, que* ***o valor mínimo de qualquer proposta a apresentar no âmbito do presente concurso teria, necessariamente, de corresponder ao valor global, para os 12 meses iniciais de contrato, de € 526 830,48.*** **(...)** *Isto é, o valor mínimo de qualquer proposta a apresentar no âmbito do presente procedimento, seria de* ***€ 43.902,54 mensais e € 526 830,48 anuais (no período previsto para 2026/2027).*** *(...) Valor mínimo este que, nem sequer inclui qualquer verba referente aos seguros obrigatórios ou para materiais,*

equipamentos ou encargos administrativos". Alega ainda que, "(...) analisados os cálculos, e multiplicados pelas quantidades definidas pelo caderno de encargos, **resulta absolutamente manifesto que as propostas das concorrentes *FINE, LF, JMC e TMLJ*, ficam aquém do mínimo necessário para assegurar os custos de mão-de-obra para prestação dos serviços contratualizados** – tampouco se, a este valor, ainda somarmos as demais prerrogativas exigidas pela entidade adjudicante, que supra identificamos". ----------

Para além disso, alega ainda que "*a concorrente FAIRY, ordenada em primeiro lugar no relatório ora posto em crise, num dos locais previstos, a saber: Mafra Oeste – Tourinha, para o período de execução de contrato compreendido entre 01/10/2026 e 30/04/2027, apenas considera 3 dos 7 meses em causa*" e que considerando o valor mensal obtido "*para o período em referência, ou seja, no hiato de 01/10/2026 a 30/04/2027, obtemos o montante global de € 45.098,20 e não o de € 19.327,80, conforma consta expressa e erradamente da proposta da FAIRY*", pelo que "*o valor da proposta apresentada pela concorrente FAIRY padece de erro de cálculo, ostensivo, de resto, que influencia, significativamente, o valor global que lhe permitiu ficar graduada em 1º lugar. (...) Motivo pelo qual, impõe-se a sua exclusão nos termos do disposto nos artigos 146º, n.º 2, al. o) do CCP.*" ----------

Invoca ainda que a proposta apresentada pela concorrente **LF FACILITY SERVICES, LDA.** não se encontra disponível para consulta na plataforma e, por último, que a proposta da concorrente **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA.** "*enferma de ostensivo erro, desde logo, ao apresentar valores mensais para 2 locais que foi cabalmente esclarecido que vão encerrar*" pelo que "*os valores propostos não correspondem à realidade vertida no Caderno de Encargos, pelo que, também por este motivo, tal proposta sempre teria de ser excluída*". ----------

Termina a sua pronúncia requerendo que sejam "*excluídas as propostas apresentadas pelas concorrentes FAIRY, FINE, LF, JMC e TMLJ, nos termos do disposto no artigo 146º, nº 2, al. o) do CCP e al. f) do nº 2 do artigo 70º do CCP*", e que caso assim não se entenda, deverá ser exigido às mencionadas concorrentes que apresentem *a Nota Justificativa decomposta dos valores apresentados, "para comprovar de que forma o preço apresentado será suficiente para cumprir os valores mínimos de mão-de-obra" e para "comparação das rubricas colocadas em causa.*" ----------

III – DOS ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS ----------

Face ao teor da pronúncia apresentada pela concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 502629428,** em sede de audiência prévia e reanalisadas todas as propostas, o Júri deliberou, por unanimidade, solicitar a todas as concorrentes cujas propostas foram admitidas em sede de Relatório Preliminar, nomeadamente, às concorrentes **FAIRY**

CLEANING SERVICES, LDA., FINE FACILITY SERVICES, LDA., LF FACILITY SERVICES, LDA., JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA., EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., SANIAMBIENTE FACILITY SERVICES, LDA., OPERANDUS - LIMPEZA PROFISSIONAL LDA., INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A., SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., ASSEPSIA - SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA., VISLISA, UNIPESSOAL, LDA., CLECE, S.A. e ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A., que viessem esclarecer: a) Qual o valor/hora que foi considerado nas propostas apresentadas; b) Qual o número de horas que foi considerado para cada unidade de saúde; c) Que indiquem, apresentando a devida justificação, se o preço apresentado permite, não só dar cumprimento às obrigações legais e regulamentares vigentes, nomeadamente, em matéria laboral, como também cobrir os custos inerentes à execução do contrato; d) Qual o Contrato Coletivo de Trabalho a que se encontram vinculados; conforme ata de pedido de esclarecimentos datada de 03 (três) de março de dois mil e vinte e seis. ----------

IV - DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS ----------

Responderam ao pedido de esclarecimentos efetuado pelo Júri, as seguintes concorrentes: **a) FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., NIPC 517573261; b) SANIAMBIENTE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 506665836; c) FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627; d) INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 502611057; e) CLECE, S.A., NIPC 513789995; f) EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA. (atualmente denominada REKEEP PORTUGAL, LDA.), NIPC 502629428; g) LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550; h) JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., NIPC 514061391; i) OPERANDUS - LIMPEZA PROFISSIONAL LDA., NIPC 502771496,** nos seguintes termos: ----------

a) A concorrente **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., NIPC 517573261** indicou, em primeiro lugar, que "*À data da apresentação das propostas, era já previsível o aumento da RMMG para o ano de 2026, para o montante de 920,00€.*" e que "*Analisando o Acordo Tripartido sobre a Valorização Salarial e Crescimento Económico para os anos de 2026 a 2027, assinado a 1 de outubro de 2024, podemos prever a seguinte evolução da RMMG, conforme quadro I*" onde apresenta para o ano de 2026 um valor de 920,00€ e para o ano de 2027 um valor de 970,00€. ----------

Esclarece ainda que ao sector das limpezas, onde esta empresa se insere, "***é aplicável o Contrato Colectivo de Trabalho (adiante abreviadamente CCT) celebrado entre a Associação Portuguesa de Facility Services – APFS e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas –***

STAD e outra *(Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços – FETESE), publicado no BTE nº 2, de 15 de Janeiro de 2020, por via da Portaria de Extensão nº 72/2020, de 16 de Março, que estendeu a aplicação daquele CCT a todas as empresas e trabalhadores do sector e revisto/actualizado em 2022 conforme publicação no BTE nº 2, de 15 de Janeiro de 2022.",* e que a *"Cláusula 55ª do CCT, prevê que os valores constantes da tabela salarial acordada serão objeto de ajustamento se o valor fixado para o nível 9 deixar de ser superior ao rendimento mínimo mensal garantido em, pelo menos, 0,5% (meio por cento).",* sendo que *"Os valores dos demais níveis serão incrementados em montante igual ao valor absoluto do acréscimo aplicado ao nível 9".* ----------

Deste modo, indicou um quadro onde apresenta o valor/hora, por categoria profissional, para 2026, decomposto da seguinte forma: ----------

Item	Categoria	Encarregada	Trab. Limpeza Piquete	Lavador de vidros
	Ordenado base CCT - 2026	**955,00 €**	**925,00 €**	**950,00 €**
1	Valor hora (Base/173,33)	5,51 €	5,34 €	5,48 €
2	Subsídio Natal (8,33%)	0,46 €	0,44 €	0,46 €
3	Subsídio Férias (8,33%)	0,46 €	0,44 €	0,46 €
4	Substituição Férias (8,33%)	0,46 €	0,44 €	0,46 €
5	Segurança Social (23,75%)	1,64 €	1,58 €	1,63 €
6	Seguros AT/RC/MEDICINA TRABALHO	0,03 €	0,03 €	0,03 €
A	**TOTAL A (soma de 1 a 6)**	**8,56 €**	**8,27 €**	**8,52 €**
7	Subsídio de alimentação (6,15 €/dia)	0,77 €	0,77 €	0,77 €
B	**TOTAL B (A + 7)**	**9,33 €**	**9,04 €**	**9,29 €**

Indica ainda, o **valor/hora por categoria e periodicidade**, nos seguintes termos: --------

- **Piquete**, de 2ª a sábado (exceto feriados), em horário diurno em dias úteis – **9,21 €** (Nove euros e vinte e um cêntimos)
- **Piquete**, de 2ª a 6ª (exceto feriados), em horário noturno em dias úteis – **11,51 €** (Onze euros e cinquenta e um cêntimos)
- **Piquete**, domingo (exceto feriados), em horário diurno – **13,82 €** (Treze euros e oitenta e dois cêntimos)
- **Piquete**, feriado, em horário diurno – **16,03 €** (Dezasseis euros e três cêntimos)
- **Encarregada**, de 2ª a 6ª (exceto feriados), em horário diurno em dias úteis – **9,35 €** (Nove euros e trinta e cinco cêntimos)
- **Lavador de estores e vidros**, 2ª a 6ª (exceto feriados), em horário diurno em dias úteis – **9,50 €** (Nove euros e cinquenta cêntimos)

Valores aos quais acresce o IVA, à taxa legal. ----------

Esclarece ainda que "*Para o apuramento de horas mensais, a regra aplicada é, sempre, obter o n.º de horas de trabalho por semana, multiplicar por 52 semanas, que por sua vez se divide por 12 meses. Assim consegue-se obter o nº médio de horas por mês, que são sempre pagas aos Trabalhadores. (Os trabalhadores não recebem horas trabalhadas, mas sim meses completos)*", indicando de seguida o número médio de horas por mês e de horas total para cada unidade de saúde, nos seguintes termos: ----------

UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra:

- Nº médio de horas mês - 1 965 h
- Nº médio de horas total – 70 740 h

USF D. João V – Pólo da Encarnação:

- Nº médio de horas mês - 174 h
- Nº médio de horas total – 6 264 h

USF Ouriceira – Pólo de Santo Isidoro:

- Nº médio de horas mês - 174 h
- Nº médio de horas total – 6 264 h

UCSP Mafra Norte – Pólo da Enxara do Bispo:

- Nº médio de horas mês - 175 h

  Nº médio de horas total – 875 h (5 meses - Face à expectativa de início de prestação do serviço na Unidade Mafra Oeste - Tourinha, em outubro de 2026)

UCSP Mafra Norte – Pólo da Ericeira + USF Ouriceira + UCSP Mafra Norte + Armazéns + Esterilização:

- Nº médio de horas mês - 699 h
- Nº médio de horas total – 25 164 h

USF Andreas – Pólo da Azueira:

- Nº médio de horas mês - 174 h
- Nº médio de horas total – 870 h (5 meses - Face à expectativa de início de prestação do serviço na Unidade Mafra Oeste - Tourinha, em outubro de 2026)

UCSP Mafra Leste + USF Sete Moinhos + URAP + UCC:

- Nº médio de horas mês – 1 046 h
- Nº médio de horas total – 37 656 h

USF MAFRA OESTE; USF; UCC:

- Nº médio de horas mês – 699 h

  Nº médio de horas total – 18 873 h (27 meses - Face à expectativa de início de prestação do serviço nesta Unidade, em outubro de 2026)

b) Por sua vez, a concorrente **SANIAMBIENTE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 506665836** indicou o custo de hora por local que considerou na sua proposta, através do quadro seguinte: ----------

a) Custo hora por local

		Mafra Norte + SAP	Encarnação	Santo Isidoro	Enxara do Bispo	Ericeira	Azueira	Mafra Leste (Malveira)	Mafra Oeste (Tourinha)
Trabalhadores de Limpeza	TDU - Diurno	9.65 €	9.65 €	9.65 €	9.65 €	9.65 €	9.65 €	9.65 €	9.65 €
	TDU - Noturno	12.05 €							
	Sábados e Domingos	11.19 €							
	Feriados	10.57 €							
Encarregada		9.96 €				9.96 €		9.96 €	
Lavador de Vidros		9.91 €	9.91 €	9.91 €	9.91 €	9.91 €	9.91 €	9.91 €	9.91 €

Indicou também o número de horas considerado para cada unidade, nos seguintes termos:

b) Número de horas para cada Unidade

Carga Horária Médio Mensal		Mafra Norte + SAP	Encarnação	Santo Isidoro	Enxara do Bispo - 5 meses até 30/09	Ericeira	Azueira - 5 meses até 30/09	Mafra Leste (Malveira)	Mafra Oeste (Tourinha) - 7 meses a partir de 01/10
Trabalhadores de Limpeza	TDU - Diurno	1 559.97	173.33	173.33	173.33	520.00	173.33	866.66	693.32
	TDU - Noturno	86.66							
	Sábados e Domingos	138.66							
	Feriados	17.32							
Encarregada		173.33				173.33		173.33	
Lavador de Vidros		6.00	1.00	1.00	2.00	6.00	1.00	6.00	6.00

E ainda a justificação do preço apresentado, de acordo com o seguinte quadro: ----------

c) Justificação do Preço apresentado

Descrição	Valor Global
Vencimentos	938 535.52 €
Subsídio de Férias	78 211.39 €
Substituição de Férias	78 211.39 €
Subsídio de Natal	78 211.39 €
Subsídio de Alimentação	129 572.99 €
Segurança Social	278 628.30 €
Seguros/Medicina do Trabalho	29 328.63 €
Produtos/ Equipamentos	35 328.47 €
Supervisão/ Despesas Administrativas / Outros Custos / Lucro	17 395.57 €
Total	1 663 423.65 €

Esclareceu ainda que, "*é uma empresa que presa pelo cumprimento em matéria laboral, cumprindo sempre as obrigações legais do Contrato Coletivo de Trabalho, (BTE n. º8, de 29 de Fevereiro de 2024)*", que o presente contrato, tratando-se de um contrato com um serviço diário é necessário "*contemplar a substituição de férias, de modo a assegurar o serviço contínuo*", e ainda que, "*na elaboração da sua proposta baseou-se nos salários do ano corrente, uma vez que V/ Ex.as permitem a atualização da avença segundo a Clausula 9.4 do Caderno de Encargos.*" ----------

c) Em resposta ao questionado, a concorrente **FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627** esclareceu que "*não se encontra vinculada a nenhuma associação do sector, mas rege-se pelo Contrato Coletivo de Trabalho da Limpeza*". Informou ainda, através do quadro seguinte, o preço hora e número de horas que considerou no âmbito deste procedimento: ----------

Preço Hora e Número de Horas

Câmara Municipal de Mafra	Trabalhadores		Horários		Hora diurna (Hd)	Hora nocturna (Hn)	Hd mensais	Hn mensais	€hd	€hn
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	4	PIQ	TDU	13h/22h	7	1	606,67	86,67	9,26 €	11,37 €
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	TDU	6h/15h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	2	PIQ	TDU	12h/21h	8		346,67		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	2	PIQ	TDU	8h/17h	8		346,67		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	TDU	9h/18h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	TDU	14h/18h	4		86,67		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	Sábado	6h/15h	8		34,67		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	Domingo	6h/15h	8		34,67		10,60 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	Sábado	12h/21h	8		34,67		9,26 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	Domingo	12h/21h	8		34,67		10,60 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	Feriados	6h/15h	8		9,33		17,68 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	PIQ	Feriados	12h/21h	8		9,33		17,68 €	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/13h	6		6,00		8,91 €	
USF D. João V - Pólo Encarnação	1	PIQ	TDU	9h/18h	8		173,33		9,26 €	
USF D. João V - Pólo Encarnação	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/8h	1		1,00		8,91 €	
USF Ouriceira - Pólo Santo Isidoro	1	PIQ	TDU	8h/17h	8		173,33		9,26 €	
USF Ouriceira - Pólo Santo Isidoro	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/8h	1		1,00		8,91 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo - 2026 MAIO A SETEMBRO	1	PIQ	TDU	8h/17h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo - 2026 MAIO A SETEMBRO	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/9h	2		2,00		8,91 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	1	PIQ	TDU	8h/17h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	1	PIQ	TDU	9h/20h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	1	PIQ	TDU	11h/20h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	1	PIQ	TDU	8h/20h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/13h	6		6,00		8,91 €	
USF Andreas - Pólo da Azueira - 2026 MAIO A SETEMBRO	1	PIQ	TDU	8h/17h	8		173,33		9,26 €	
USF Andreas - Pólo da Azueira - 2026 MAIO A SETEMBRO	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/8h	1		1,00		8,91 €	
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	2	PIQ	TDU	8h/17h	8		346,67		9,26 €	
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	1	PIQ	TDU	9h/18h	8		173,33		9,26 €	
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	3	PIQ	TDU	11h/20h	8		520,00		9,26 €	
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/13h	6		6,00		8,91 €	
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC - 2026 INÍCIO OUTUBRO	4	PIQ	TDU	8h/17h	8		693,33		9,26 €	
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC - 2026 INÍCIO OUTUBRO	1	LV	Mensal 2.ªF	7h/13h	1		1,00		8,91 €	

Para justificação do preço, à data da entrega da proposta, apresentou, a título de exemplo, uma *"nota justificativa do preço hora diurno e nocturno que têm maior impacto no preço apresentado"*: ----------

Trabalhadora de Limpeza	2026 - H diurna	2026 - H nocturna
RMMG+Majoração (2026 0,5%) - (a)	925,00 €	1 156,25 €
Salário - (a)/173,33h	5,34 €	6,68 €
Subsídio natal (8,33%)	0,44 €	0,56 €
Subsídio férias (8,33%)	0,44 €	0,56 €
Substituição férias (10,41%)	0,56 €	0,70 €
Segurança Social (23,75%)	1,61 €	2,02 €
Subsídio alimentação	0,750 €	0,750 €
Custo Salarial Hora	**9,15 €**	**11,26 €**
Outros	0,11 €	0,11 €
Preço Hora	**9,26 €**	**11,37 €**

d) A concorrente **INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 502611057,** esclareceu que *"a proposta apresentada cumpre com todos os requisitos legais nomeadamente no que diz respeito mais concretamente ao CCT e à retribuição legal dos trabalhadores de acordo com a nova convenção coletiva BTE n.º 6 com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2026."* ---
Indicou que se rege pelo Contrato coletivo entre a Associação Portuguesa de Facility Services - APFS e o STTEPS - Sindicato de Todos os Trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços - Vigilância, Limpeza, Manutenção, Call Center e Terceirização de Serviços e que de acordo com esse contrato coletivo *"A tabela de remuneração mínima para a categoria de trabalhadora de limpeza é de € 925,00 em 2026 e € 983,00 em 2027; A tabela de remuneração mínima para a categoria de lavador de vidros é de € 950,00 em 2026 e € 1008,00 em 2027; Os trabalhadores têm direito a um subsídio de alimentação por dia efetivamente de trabalho de € 6,15 em 2026 e € 6,30 em 2027."* ----------
Apresentaram quadros justificativos para cada um dos anos e média do primeiro ano de contrato, nos seguintes termos: ----------

Valor Hora Minimos 2026

Designação	Percentagem	Trabalhadora de Limpeza - Piquete				Lavador de Vidros
		DDUS	NDU	DOM	FER	DDU
Valor Hora Mínimo	-	5,34 €	6,67 €	6,19 €	9,34 €	5,48 €
Subsidios de férias	8,33%	0,44 €	0,56 €	0,52 €	0,00 €	0,46 €
Subsidios de natal	8,33%	0,44 €	0,56 €	0,52 €	0,00 €	0,46 €
Substituição de férias	10,42%	0,56 €	0,69 €	0,64 €	0,00 €	0,57 €
Encargos Segurança Social e Seguros	23,75%	1,61 €	2,01 €	1,87 €	2,22 €	1,65 €
Subsidio de Alimentação	-	0,77 €	0,77 €	0,77 €	0,77 €	0,77 €
	Total	**9,16 €**	**11,26 €**	**10,50 €**	**12,33 €**	**9,39 €**
Materiais, equipamentos e fardamento	1,00%	0,09 €	0,11 €	0,11 €	0,12 €	0,09 €
Encargos administrativos	0,50%	0,05 €	0,06 €	0,05 €	0,06 €	0,05 €
		9,30 €	**11,43 €**	**10,66 €**	**12,51 €**	**9,53 €**

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Valor Hora Mínimos 2027

Designação	Percentagem	Trabalhadora de Limpeza - Piquete				Lavador de Vidros
		DDUS	NDU	DOM	FER	DDU
Valor Hora Mínimo	-	5,67 €	7,09 €	6,59 €	9,92 €	5,82 €
Subsídios de férias	8,33%	0,47 €	0,59 €	0,55 €	0,00 €	0,48 €
Subsídios de natal	8,33%	0,47 €	0,59 €	0,55 €	0,00 €	0,48 €
Substituição de férias	10,42%	0,59 €	0,74 €	0,69 €	0,00 €	0,61 €
Encargos Segurança Social e Seguros	23,75%	1,71 €	2,14 €	1,99 €	2,36 €	1,76 €
Subsídio de Alimentação	-	0,79 €	0,79 €	0,79 €	0,79 €	0,79 €
	Total	**9,71 €**	**11,94 €**	**11,13 €**	**13,07 €**	**9,93 €**
Materiais, equipamentos e fardamento	1,00%	0,10 €	0,12 €	0,11 €	0,13 €	0,10 €
Encargos administrativos	0,50%	0,05 €	0,06 €	0,06 €	0,07 €	0,05 €
		9,85 €	**12,12 €**	**11,30 €**	**13,27 €**	**10,08 €**

Valor Hora Mínimos - 1 ano de contrato (8 meses 2026 + 4 meses 2027)

Designação	Trabalhadora de Limpeza - Piquete				Lavador de Vidros
	DDUS	NDU	DOM	FER	DDU
Total (sem materiais e encargos administrativos	9,34 €	11,49 €	10,71 €	12,57 €	9,57 €
Total (incluindo materiais e encargos administrativos	9,48 €	11,66 €	10,87 €	12,76 €	9,71 €

Legenda:

DDU - Diurno Dia Útil

DDUS - Diurno Dia Útil e Sábado

NDUS - Noturno Dia Útil e Sábados

DOM - Domingos 16%

FER - Feriados

Apresenta um quadro preenchido de acordo com o solicitado no Caderno de Encargos: -----

Horas Mensais					
Instalação	Piquete				Lavador de Vidros
	DDUS	NDU	DOM	FER	DDU
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1802,67	86,67	69,33	18,67	6,00
USF D. João V - Pólo Encarnação	173,33	N/A	N/A	N/A	1,00
USF Ouriceira - Pólo Santo Isidoro	173,33	N/A	N/A	N/A	1,00
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo	173,33	N/A	N/A	N/A	2,00
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	693,33	N/A	N/A	N/A	6,00
USF Andreas - Pólo da Azueira	173,33	N/A	N/A	N/A	1,00
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	1040,00	N/A	N/A	N/A	6,00
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC	693,33	N/A	N/A	N/A	6,00

Nota: Os feriados estão contabilizados em média (14 feriados anuais / 12 meses)

Legenda:

DDU - Diurno Dia Útil

DDUS - Diurno Dia Útil e Sábado

NDUS - Noturno Dia Útil e Sábados

DOM - Domingos 16%

FER - Feriados

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Esclarece ainda que, em "*virtude de a entidade adjudicante proceder à atualização de preços no início de cada período contratual anual, conforme indicado nas respostas aos pedidos de esclarecimento, a Interlimpe, considerou na sua proposta a aplicação de quatro meses de atualização no ano de 2027, para o primeiro ano de contrato*", apresentando o seguinte quadro, salientando que, "*As instalações UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo e USF Andreas - Pólo da Azueira estão consideradas até Setembro de 2026; A instalação UCSP Mafra Oeste + USF + UCC está considerada a partir de outubro de 2026; Os feriados foram contabilizados com base numa média mensal, considerando 14 feriados anuais distribuídos por 12 meses; Todos os valores indicados neste documento, são acrescidos do IVA à taxa legal em vigor*": ----------

Cálculo Valor Hora

Instalações	Horas Mensais						Horas Anuais (10 meses contrato)										Preço Total
	Piquete				Lavador de Vidros	N.º Meses Contrato	Piquete								Lavador de Vidros		
	DDUS	NDUS	DOM	FER	DDU		DDUS		NDUS		DOM		FER		DDU		
							Horas	Preço Hora	Horas	Preço Hora	Horas	Preço Hora	Horas	Preço Hora	Horas	Preço Hora	
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	1802,67	86,67	69,33	19,67	6,00	10	64806,93	9,00 €	3120,00	12,28 €	2466,00	12,31 €	672,00	12,89 €	216,00	10,40 €	722 654,28 €
USF D. João V - Pólo Encarnação	173,33	N/A	N/A	N/A	1,00	10	6240,00	9,93 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	36,00	10,44 €	62 733,84 €
USF Ourcelra - Pólo Santa Isidora	173,33	N/A	N/A	N/A	1,00	10	6240,00	9,99 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	36,00	10,07 €	62 755,12 €
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo	173,33	N/A	N/A	N/A	2,00	5	866,67	9,87 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	10,00	10,42 €	8 668,20 €
UCSP Mafra Norte - Pólo Encarnação + USF Ourcelra - Armazéns + Esterilização	693,33	N/A	N/A	N/A	6,00	10	24960,00	9,60 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	216,00	10,40 €	249 370,20 €
USF Andreas - Pólo da Azueira	173,33	N/A	N/A	N/A	1,00	5	866,67	9,93 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	5,00	10,44 €	8 668,20 €
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	1040,00	N/A	N/A	N/A	6,00	10	37440,00	9,69 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	216,00	10,13 €	372 469,60 €
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC	693,33	N/A	N/A	N/A	6,00	11	21493,33	9,69 €	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	186,00	10,78 €	214 525,13 €
																	1 701 424,80 €

Legenda
CDU - Dome Dia Útil
DDUS - Diurno Dia Útil e Sábado
NDUS - Noturno Dia Útil e Sábados
DOM - Domingos 16%
FER Feriados

e) Quanto à concorrente **CLECE, S.A., NIPC 513789995,** a mesma esclareceu, relativamente à primeira questão "Qual o valor/hora que foi considerado nas propostas apresentadas" que, "*Dadas as diferentes frequências (Dias Úteis, Domingos e feriados) e as diferentes categorias de trabalhadores envolvidos (Trabalhador(a) de Limpeza, Encarregada(o) e Lavador de Vidros), apresentamos mapas com os valores por Centro de Saúde*": ----------

UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	173,33	-	-
Trabalhador de Limpeza	1 629,33	86,67	69,28
Lavador de Vidros	6,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	1 808,67	86,67	69,28
Valor Hora por Frequência	10,37 €	12,96 €	20,30 €
Valor Mensal por Frequência	18 750,32 €	1 123,19 €	1 406,21 €
VALOR HORA MÉDIO	10,83 €		

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

USF D.João V - Polo Encarnação	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	-	-	-
Trabalhador de Limpeza	173,33	-	-
Lavador de Vidros	1,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	174,33	-	-
Valor Hora por Frequência	10,08 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	1 757,07 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,08 €		

USF Ouriceira - Polo Santo Isidoro	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	-	-	-
Trabalhador de Limpeza	173,33	-	-
Lavador de Vidros	1,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	174,33	-	-
Valor Hora por Frequência	10,08 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	1 757,07 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,08 €		

UCSP Mafra Norte - Polo Enxara do Bispo *	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	-	-	-
Trabalhador de Limpeza	173,33	-	-
Lavador de Vidros	2,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	175,33	-	-
Valor Hora por Frequência	10,08 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	1 767,15 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,08 €		

* Em funcionamento até 30/09. A partir de 01/10 passa para a UCSP Mafra Oeste

UCSP Mafra Norte - Polo Ericeira + USF Ouriceira+ Armazéns + Esterilização	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	173,33	-	-
Trabalhador de Limpeza	520,00	-	-
Lavador de Vidros	6,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	699,33	-	-
Valor Hora por Frequência	10,18 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	7 116,93 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,18 €		

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143
e-mail: concursosccp@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

USF Andreas - Polo da Azueira *	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	-	-	-
Trabalhador de Limpeza	173,33	-	-
Lavador de Vidros	1,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	174,33	-	-
Valor Hora por Frequência	10,08 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	1 757,07 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,08 €		
* Em funcionamento até 30/09. A partir de 01/10, passa para a UCSP Mafra Oeste			

UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	173,33	-	-
Trabalhador de Limpeza	866,67	-	-
Lavador de Vidros	6,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	1 046,00	-	-
Valor Hora por Frequência	10,16 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	10 629,45 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,16 €		

UCSP Mafra Oeste + USF + UCC *	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Noturnas Dias Úteis e Sábados	FREQUÊNCIA Horas Diurnas Domingos e Feriados
Encarregada de Limpeza	-	-	-
Trabalhador de Limpeza	346,67	-	-
Lavador de Vidros	6,00	-	-
TOTAL DE HORAS MENSAIS	352,67	-	-
Valor Hora por Frequência	10,08 €	0,00 €	0,00 €
Valor Mensal por Frequência	3 554,88 €	0,00 €	0,00 €
VALOR HORA MÉDIO	10,08 €		
* Inicia em 01/10			

No que concerne à segunda questão colocada em sede de pedido de esclarecimentos "Qual o número de horas que foi considerado para cada Unidade de Saúde", esta concorrente esclareceu que em cada um dos mapas acima apresentados se encontra essa informação na linha "TOTAL DE HORAS MENSAIS", que reflete as horas por cada uma das frequências e categorias envolvidas. Informou que, para este cálculo, utilizou como base a média mensal de horas, obtida da seguinte forma: Horas semanais x 52 semanas / 12 meses = Horas Mensais, usando como base uma Trabalhadora de Limpeza que faz 40 horas semanais (horário máximo permitido por Lei): 40 horas semanais x 52 semanas / 12 meses = 173,33

horas mensais, e que a razão para terem usado aquele método de cálculo "*tem a ver com o facto de os vencimentos mensais serem fixos, independentemente do número de dias úteis do mês*". ----------

Quanto ao pedido "Que indiquem, apresentando a devida justificação, se o preço apresentado permite, não só dar cumprimento às obrigações legais e regulamentares vigentes, nomeadamente, em matéria laboral, como também cobrir os custos inerentes à execução do contrato", esta concorrente indicou que para esclarecer este ponto "*precisamos partir do valor mínimo por hora e categoria para o restante do ano 2026 e para os meses de 2027 abrangidos na primeira vigência do contrato. A razão prende-se com o facto da atualização dos valores contratuais apenas ser possível no início da vigência do segundo ano de contrato, conforme o V/ Esclarecimento de 09/10/2025.*", para além disso indica que "*estabelece o Contrato Coletivo de Trabalho que, a partir de 2027, a categoria de Trabalhadora de Limpeza passará a ter uma majoração de 1,25% sobre o valor do Salário Mínimo Nacional, conforme a alínea a) do número 2 da Cláusula 55ª – Remuneração Mínima Mensal Garantida no Setor, e cuja Nota Informativa nº 61 se anexa*", e ainda que "*valor do Subsídio de Alimentação mínimo passa para €6,30/dia a partir de 01/01/2027, conforme o número 1 da Cláusula 29ª.*" Nesse sentido, apresentou os seguintes quadros: ----------

NOTA JUSTIFICATIVA VALOR HORA DIURNO DIAS ÚTEIS E SÁBADOS	2026 Vencimento Base cat. Trab. Limpeza €925,00	2026 Vencimento Base cat. Lavador Vidros €950,00	2026 Vencimento Base cat. Enc. Limpeza €955,00
Valo Hora (Categoria / 173,33 horas mensais)*	5,34 €	5,48 €	5,51 €
Subsídios de Férias e de Natal	0,44 €	0,46 €	0,46 €
Subsídios de Natal	0,44 €	0,46 €	0,46 €
Substituições de Férias	0,44 €	0,46 €	0,46 €
SUB-TOTAL	6,23 €	6,39 €	6,43 €
Seg. Social (23,75%)	1,48 €	1,52 €	1,53 €
TOTAL MÃO DE OBRA	7,70 €	7,91 €	7,95 €
Subsídios de Alimentação (€6,15/dia)	0,77 €	0,77 €	0,77 €
CUSTO MÍNIMO HORÁRIO	8,47 €	8,68 €	8,72 €
Seguros	?	?	?
Saúde e Segurança no Trabalho	?	?	?
Produtos e Equipamentos	?	?	?
Supervisão, Gestão e Margem de Lucro	?	?	?
CUSTO HORÁRIO TOTAL	?	?	?
* Média de horas mensal para um horário completo: 40 horas x 52 semanas / 12 meses = 173,33 horas mensais			

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

NOTA JUSTIFICATIVA VALOR HORA DIURNO DIAS ÚTEIS E SÁBADOS	2027 ** Vencimento Base cat. Trab. Limpeza €987,19	2027 Vencimento Base cat. Lavador Vidros €1012,19	2027 Vencimento Base cat. Enc. Limpeza €1017,19
Valo Hora (Categoria / 173,33 horas mensais)*	5,70 €	5,84 €	5,87 €
Subsídios de Férias e de Natal	0,47 €	0,49 €	0,49 €
Subsídios de Natal	0,47 €	0,49 €	0,49 €
Substituições de Férias	0,47 €	0,49 €	0,49 €
SUB TOTAL	6,64 €	6,81 €	6,85 €
Seg. Social (23,75%)	1,58 €	1,62 €	1,63 €
TOTAL MÃO DE OBRA	8,22 €	8,43 €	8,47 €
Subsídios de Alimentação (€6,15/dia)	0,77 €	0,77 €	0,77 €
CUSTO MINIMO HORARIO	8,99 €	9,20 €	9,24 €
Seguros	?	?	?
Saúde e Segurança no Trabalho	?	?	?
Produtos e Equipamentos	?	?	?
Supervisão, Gestão e Margem de Lucro	?	?	?
CUSTO HORARIO TOTAL	?	?	?

* Média de horas mensal para um horário completo: 40 horas x 52 semanas / 12 meses = 173,33 horas mensais

** Conforme cláusula 55ª do CCT

Esclarece ainda que, não indicou nos quadros *supra,* os valores/custos obrigatórios por lei, designadamente, com seguros de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil, bem como com os serviços de Saúde e Segurança no Trabalho, uma vez que estes variam de concorrente para concorrente. ----------

Apresenta ainda a Nota Justificativa do Preço por si apresentado, garantindo o total cumprimento das obrigações legais e a cobertura de todos os custos inerentes à execução do contrato: ----------

NOTA JUSTIFICATIVA GLOBAL MENSAL PARA A PRIMEIRA VIGÊNCIA	
Vencimentos	26 345,91 €
Subsídios de Férias e de Natal	4 390,98 €
Substituições de Férias	2 745,24 €
Subsídios de Alimentação	3 606,57 €
SUB TOTAL MÃO DE OBRA	37 088,70 €
Seg. Social	7 952,01 €
Seguros e SST	931,05 €
Produtos e Equipamentos	1 656,38 €
Supervisão, Gestão e Margem de Lucro	1 511,53 €
TOTAL MENSAL S/ IVA	49 139,66 €
IVA 23%	11 670,67 €
TOTAL MENSAL C/ IVA	60 810,33 €

Por último, esclareceu esta concorrente que se vincula ao "*Contrato Coletivo de Trabalho do Setor da Limpeza Industrial entre a APFS (Associação Portuguesa de Facility Services), o STAD (Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas), o SITESE (Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo), a FETESE (Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços), o SINDETELCO (Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Correios, telecomunicações, Média e Serviços) e o SINDCES (Sindicato Democrático do Comércio, Escritórios e Serviços)*". ----------

f) A concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 502629428,** antes de mais, apresentou uma comunicação onde informou que: "*(...) a 7 de janeiro de 2026, a nossa empresa concluiu uma alteração na sua estrutura societária: 60% do capital social da Euromex foi adquirido pelo Grupo Rekeep, o principal operador italiano na área de integrated facility management. A partir desta data, a empresa passou a adotar a nova denominação, Rekeep Portugal, Lda. (...)*", o que se confirmou através da consulta à certidão do registo comercial atualizada que foi remetida pela mesma. Assim, esta concorrente, **atualmente denominada REKEEP PORTUGAL, LDA.,** apresentou a sua resposta às questões colocadas, nos seguintes termos: "*a) Qual o valor/hora que foi considerado nas propostas apresentadas;*

Locais	Valor Hora
Mafra NORTE + SAP	9,97 €
Encarnação	9,51 €
Santo Isidoro	9,61 €
Enxara do Bispo	9,61 €
Ericeira	9,51 €
Azueira	9,61 €
Mafra Leste (malveira)	9,50 €
Mafra Oesta (tourinha)	9,58 €

b) Qual o número de horas que foi considerado para cada unidade de saúde ----------

Locais	Horas Mensais	Total Horas
Mafra NORTE + SAP	1982	71352
Encarnação	174,33	6275,88
Santo Isidoro	174,33	6275,88
Enxara do Bispo	175,33 *	876,68
Ericeira	699,33	25175,88
Azueira	174,33 *	871,65
Mafra Leste (malveira)	1046	37656
Mafra Oeste (tourinha)	699,34 **	21679,54

*período de tempo conforme CE 5 meses

**Inicio a outubro de 2026
considerado o período de 5 meses para o ano de 2026 para as Unidades de Azueira e de Enxara do Bispo e um período de 3 meses para o ano de 2026 para a Unidade Mafra Oeste (Tourinha).

c) Que indiquem, apresentando a devida justificação, se o preço apresentado permite, não só dar cumprimento às obrigações legais e regulamentares vigentes, nomeadamente, em matéria laboral, como também cobrir os custos inerentes à execução do contrato; ----------

Em cumprimento do solicitado, apresenta-se a explicação detalhada de todas as rubricas que integram o Anexo "LPU_CPBS_20_2025", com base em dados oficiais, previsíveis e verificáveis, assegurando a exequibilidade técnica e jurídica da proposta. ----------

1) VENCIMENTOS ----------

1.1 Previsibilidade salarial e estrutura jurídica aplicável ----------

A componente "Vencimentos" da proposta da Rekeep foi elaborada em estrita conformidade com o artigo 7.º do Caderno de Encargos. (...) ----------

O n. º 6 do artigo 7.º consagra que apenas o preço pode ser atualizado no início de cada período contratual. ----------

Por essa razão, a Rekeep formou a sua proposta com base em toda a informação previsível e pública disponível à data. ----------

Assim, ao preparar a sua proposta, a Rekeep integrou de forma prudente e completa todas as variações salariais e contributivas publicamente conhecidas à data, assegurando a sua estabilidade e exequibilidade futura. ----------

À data da submissão, o Acordo Tripartido 2025-2028 já definia, com caráter oficial e público, a trajetória previsível da RMMG e das remunerações médias até 2028 (que se confirmaram e até aumentaram), conforme quadro infra: ----------

1.2. Matriz salarial Trabalhador de Limpeza

Ano	Vencimento Base
2026	925€
2027	975€
2028	1025€
Media Trienal	975€

(A) Valor hora base TL: 5,34 € (925€/173.33 horas)

Valores e correspondência o Anexo "LPU_CPBS_20_2025

O anexo o Anexo "LPU_CPBS_20_2025 - Documento Justificativo da Formação do Preço da Rekeep apresenta os seguintes valores mensais e anuais: ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

	Mensal	Total 2026/2027	Mensal	Total 2027/2028	Mensal	Total 2028/2029	TOTAL
Vencimentos	26 066,13 €	312 793,56 €	26 850,52 €	322 206,27 €	26 850,52 €	322 206,27 €	957 206,10 €
Subsídio de férias, 13º mês e substituição de férias	6 516,53 €	78 198,39 €	6 712,63 €	80 551,57 €	6 712,63 €	80 551,57 €	239 301,53 €
Subsídio de alimentação	3 581,50 €	42 978,00 €	3 759,07 €	45 108,88 €	3 759,07 €	45 108,88 €	133 195,76 €
Segurança Social	7 738,38 €	92 860,59 €	7 971,25 €	95 654,99 €	7 971,25 €	95 654,99 €	284 170,56 €
Seguros	723,28 €	8 679,36 €	723,28 €	8 679,36 €	723,28 €	8 679,36 €	26 038,08 €
Outros (fardamento, produtos, encargos administrativos, lucro)	346,890 €	4 162,68 €	346,890 €	4 162,68 €	346,890 €	4 162,68 €	12 488,04 €
	44 972,71 €	539 672,58 €	46 363,65 €	556 363,74 €	46 363,65 €	556 363,74 €	1 652 400,06 €

d) Qual o Contrato Coletivo de Trabalho a que se encontram vinculados. ----------

O Contrato Coletivo de trabalho aplicado ao setor da Facility Services é o Contrato coletivo celebrado entre a Associação Portuguesa de Facility Services - APFS e o STTEPS Sindicato de Todos os Trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços - Vigilância, Limpeza, Manutenção, Call Center e Terceirização de Serviços - Alteração salarial e outras, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 6, de 15 de Fevereiro de 2026; e o Contrato coletivo entre a Associação Portuguesa de Facility Services - APFS e o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas - STAD e outros - Alteração salarial e outras, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 7, de 22 de Fevereiro de 2026, que procederam à Revisão do CCT publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 2, de 15 de janeiro de 2020, com republicação integral no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 8, de 29 de fevereiro de 2024 e última publicação no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 44, de 29 de novembro de 2024, e com acordo de adesão do STTEPS publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 7, de 22 de fevereiro de 2025 - Com produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026 e para vigorar, no mínimo, até 31 de dezembro de 2027." ----------

g) Em resposta ao questionado, a concorrente **LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550,** indicou o seguinte: *"1) Contrato colectivo de trabalho vinculativo: Contrato coletivo entre a Associação Portuguesa de Facility Services - APFS e o STTEPS - Sindicato de Todos os Trabalhadores de Empresas Prestadoras de Serviços - Vigilância, Limpeza, Manutenção, Call Center e Terceirização de Serviços.* ----------

2) Número de horas considerado para cada unidade de saúde: ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Ano 2026-2027						
Instalação	Horas Anuais - Dias Úteis	Horas Anuais - Sábados	Horas Anuais - Domingos	Horas Anuais - Feriados	Horas Anuais- Lavador de Vidros	Notas
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	21840	832	832	224	72	
USF D João V - Pólo Encarnação	2080				12	
USF Ouriceira - Pólo Santo Isidoro	2080				12	
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo	880				10	Considerado 5 meses para 2026, conforme esclarecimentos
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	8320				72	
USF Andreas - Pólo da Azueira	880				5	Considerado 5 meses para 2026, conforme esclarecimentos
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	12480				72	
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC	4624				48	Considerado 3 meses para 2026, conforme esclarecimentos

3) Valores/ hora de encargos mínimos laborais: ----------

CCT Limpezas - Trabalhadores Limpeza/Piquete 2026/2027	
Custo Hora para 2026/2027 - TDU/Sábado	
Vencimento/ Hora	5,34€
Subsídio de Férias	0,44€
Subsídio de Natal	0,44€
Substituição de Férias/férias Não gozadas	0,56€
Provisão 2027 (4 meses)	0,10€
Sub-total de vencimentos	6,89€
Segurança Social (23,75%)	1,64€
Seguro de Acidentes de Trabalho	0,11€
Subsídio de Alimentação (6,15€/dia)	0,77€
Outras Remunerações (Provisões para faltas justificadas, prémios,aumento em 2027 do subsídio de alimentação)	0,01€
Preço Total /Hora	**9,41€**

CCT Limpezas - Trabalhadores Limpeza/Piquete 2026/2027	
Custo Hora para 2026/2027 - Domingo	
Vencimento/ Hora	5,34€
Subsídio de Férias	0,44€
Subsídio de Natal	0,44€
Substituição de Férias/férias Não gozadas	0,56€
Provisão 2027 (4 meses)	0,10€
Acréscimo de 16%	0,85€
Sub-total de vencimentos	7,74€
Segurança Social (23,75%)	1,84€
Seguro de Acidentes de Trabalho	0,12€
Subsídio de Alimentação (6,15€/dia)	0,77€
Outras Remunerações (Provisões para faltas justificadas, prémios,aumento em 2027 do subsídio de alimentação,etc)	0,01€
Preço Total /Hora	**10,48€**

CCT Limpezas - Trabalhadores Limpeza/Piquete 2026/2027	
Custo Hora para 2026/2027 - Feriado	
Vencimento/ Hora	5,34€
Subsídio de Férias	0,44€
Subsídio de Natal	0,44€
Substituição de Férias/férias Não gozadas	0,56€
Provisão 2027 (4 meses)	0,10€
Acréscimo de 100%	5,34€
Sub-total de vencimentos	12,22€
Segurança Social (23,75%)	2,90€
Seguro de Acidentes de Trabalho	0,12€
Subsídio de Alimentação (6,15€/dia)	0,77€
Outras Remunerações (Provisões para faltas justificadas, prémios,aumento em 2027 do subsídio de alimentação)	0,01€
Preço Total /Hora	**16,03€**

CCT Limpezas - Lavador de Vidros 2026/2027	
Custo Hora para 2026/2027 - TDU/Sábado	
Vencimento/ Hora	5,51€
Subsídio de Férias	0,46€
Subsídio de Natal	0,46€
Substituição de Férias/férias Não gozadas	0,57€
Provisão 2027 (4 meses)	0,11€
Sub-total de vencimentos	7,11€
Segurança Social (23,75%)	1,69€
Seguro de Acidentes de Trabalho	0,11€
Subsídio de Alimentação (6,15€/dia)	0,77€
Outras Remunerações (Provisões para faltas justificadas, prémios,aumento em 2027 do subsídio de alimentação)	0,01€
Preço Total /Hora	**9,69€**

Ora, multiplicando os valores mínimos acima explanados pelas horas requeridas pelas diferentes rubricas obtêm-se os seguintes montantes: ----------

Instalação	Valor Anual de RH- Dias Úteis	Valor Anual de RH- Sábados	Valor Anual de RH- Domingos	Valor Anual de RH - Feriados	Valor Anual de RH- Lavador de Vidros	Sub-Total

UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	205 514,33€	7 829,12€	8 719,70€	3 590,21€	697,67€	226 351,03€
USF D João V - Pólo Encarnação	19 572,79€				116,28€	19 689,07€
USF Ouriceira - Pólo Santo Isidoro	19 572,79€				116,28€	19 689,07€
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo	8 280,80€				96,90€	8 377,70€
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilizaçã o	78 291,17€				697,67€	78 988,85€
USF Andreas - Pólo da Azueira	8 280,80€				48,45€	8 329,25€
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	117 436,76€				697,67€	118 134,43€
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC	43 511,82€				465,12€	43 976,94€

Segue abaixo diferença entre o preço proposto e os encargos mínimos acima calculados: ---

Instalação	Valor Proposto 2026/2027	Encargos RH	Preço Hora Médio	Diferença/ano
UCSP Mafra + SAP Mafra + USF Andreas + UCC Mafra	240 653,82€	226 664,28€	10,11€	13 989,54€
USF D João V - Pólo Encarnação	20 132,73€	19 717,89€	9,62€	414,84€
USF Ouriceira - Pólo Santo Isidoro	20 132,73€	19 717,89€	9,62€	414,84€
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo	10 489,50€	8 389,96€	11,79€	2 099,54€
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira + USF Ouriceira + Armazéns + Esterilização	80 780,42€	79 104,45€	9,63€	1 675,97€
USF Andreas - Pólo da Azueira	10 423,20€	8 341,44€	11,78€	2 081,76€
UCSP Mafra Leste + USF + URAP + UCC	120 752,46€	118 307,32€	9,62€	2 445,13€
UCSP Mafra Oeste + USF + UCC	43 976,94€	43 718,34€	9,41€	258,60€
Total	**543 176,09 €**	**523 961,56 €**	**9,81€**	**19 214,53 €**

Concluindo que *"a nossa entidade cumpre todos os requisitos laborais tendo ainda incorporado rubricas de provisões para outras questões submetidas à concorrência. Obtém-se ainda o diferencial acima explícito que corresponde a encargos com materiais e equipamentos bem como custos de estrutura e margem comercial. ----------*
Acresce que a nossa entidade é detentora de certificações internacionais nas áreas da Qualidade, do Ambiente e da Segurança, atuando em conformidade com as melhores práticas do sector." ----------

h) Por sua vez, a concorrente **JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., NIPC 514061391,** veio prestar os esclarecimentos solicitados nos seguintes termos: *"a) O valor/hora que foi considerado na proposta apresentada: ----------*

	Mafra Norte + SAP	Encarnação	Santo Isidoro	Enxara do Bispo	Ericeira	Azueira	Mafra Leste (Malveira)	Mafra Oeste (Toutinha)
Valor médio hora	9,90 €	9.18 €	9.18 €	9.40 €	9.44 €	9,41 €	9.44 €	9,38 €

b) Número de horas que foi considerado para cada Unidade de Saúde: ----------

	Mafra Norte + SAP	Encarnação	Santo Isidoro	Enxara do Bispo	Ericeira	Azueira	Mafra Leste (Malveira)	Mafra Oeste (Toutinha)
Número de Horas	1.982,03	174,33	174,33	175,33	699,33	174,33	1.046	699,33

c) Nota justificativa do preço médio hora proposto: ----------

- Trabalhadora de Limpeza

Descrição	Preço Hora Diurno	Preço Hora Noturno
Valor de Tabela ano 2026	925,00 €	1.156,25 €
Salários (173,33h)	5,34 €	6,68 €
Subsídio de Férias (8,33%)	0,44 €	0,56 €
Subsídio de Natal (8,33%)	0,44 €	0,56 €
Substituição nas Férias (8,33%)	0,44 €	0,56 €
Segurança Social (23,75%)	1,58 €	1,99 €
Subsídio de Alimentação	0,75 €	0,75 €
Seguros e Medicina no Trabalho	0,13 €	0,13 €
Produtos, Materiais e Equipamentos	0,15€	0,15 €
Supervisão, Formação, Lucro e Outros Encargos	0,15 €	0,15 €
Total	9,42 €	11,53 €

d) O Contrato Coletivo de Trabalho que nos encontramos vinculados é o do setor da limpeza, não estando a JMC vinculada a nenhuma associação do setor." ----------

i) No que concerne à resposta remetida pela concorrente **OPERANDUS - LIMPEZA PROFISSIONAL LDA., NIPC 502771496,** a mesma indicou que: "*1) Em resposta à alínea d) da Ata de Pedido de Esclarecimentos, informamos que a proposta apresentada está em cumprimento com todos os requisitos legais obrigatórios, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho BTE n.º 6, de 1 de janeiro de 2026, pelo qual a Operandus se rege.* ----------

2) A remuneração base para trabalhadora de limpeza é de 925,00€ em 2026; ----------

3) A remuneração base para lavador de vidros é de 950,00€ em 2026; ----------

4) Todos os trabalhadores têm direito a um subsídio de alimentação por hora de 0,77€ (6,15€ p/dia ÷ 8h/dia). ----------

5) Remetemos o quadro abaixo em resposta às alíneas a) e b) da Ata de pedido de esclarecimentos: ----------

UNIDADE DE SAÚDE	Nº de horas mensais	Nº de horas total Contrato	Nº meses contrato	Valor total 36 meses	Valor hora proposto
UCSP MAFRA+SAP MAFRA+USF ANDREAS+UCC MAFRA	1983,31	71399,16	36	747 779,40 €	9,96 €
USF D.JOÃO V - PÓLO ENCARNAÇÃO	174,33	6275,88	36	61 072,56 €	
USF OURICEIRA - PÓLO SANTO ISIDORO	174,33	6275,88	36	61 072,56 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo	175,33	876,65	5	8 532,25 €	
UCSP Mafra Norte - Pólo Ericeira+USF Ouriceira+Armazéns + Esterilização	699,32	25175,52	36	245 009,52 €	
USF ANDREAS - PÓLO DA AZUEIRA	174,33	871,65	5	8 482,30 €	
UCSP MAFRA LESTE + USF+URAP+UCC	1045,98	37655,28	36	366 436,77 €	
UCSP MAFRA OESTE + USF+UCC	699,32	21678,92	31	196 602,62 €	
TOTAL	5126,25	170208,94		1 694 987,98 €	

6) Remetemos a nota justificativa abaixo em resposta à alínea c) da Ata de pedido de esclarecimentos: ----------

NOTA JUSTIFICATIVA - VALOR HORA

Identificação do Fornecedor: Operandus - Limpeza Profissional, Lda

Categoria Profissional	Valor Mensal Contrato Coletivo Trabalho	Valor Hora Contrato Coletivo Trabalho	Pagamento Subsidio de Férias	Pagamento Substituição de Férias	Pagamento Subsidio de Natal	Pagamento Encargos Sociais	Subsidio de Alimentação	Seguros e Medicina Trabalho	Materiais de Limpeza e Equipamentos	Encargos Administrativos e Margem de lucro	Valor Unitário Proposto
Trabalhadora de Limpeza	925,00 €	5,34 €	0,44 €	0,44 €	0,44 €	1,59 €	0,77 €	0,18 €	0,50 €	0,25 €	9,96 €
Lavador de Vidros	950,00 €	5,48 €	0,46 €	0,46 €	0,46 €	1,63 €	0,77 €	0,18 €	0,30 €	0,23 €	9,96 €

Concluindo que a sua proposta "*está perfeitamente em conformidade com o solicitado no presente procedimento, e cumpre com todos os encargos legais obrigatórios.*" ----------

Cumpre referir que, face ao pedido de esclarecimentos solicitado pelo Júri, através da já mencionada ata de pedido de esclarecimentos datada de 03 (três) de março de dois mil e vinte e seis., as concorrentes **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA., SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., ASSEPSIA – SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA., VISLISA, UNIPESSOAL, LDA.** e **ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A.** não apresentaram qualquer resposta ao que foi solicitado, não tendo prestado qualquer esclarecimento ou justificação para o preço proposto. ----------

V - ANÁLISE DAS PRONÚNCIAS E DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS ----------

Determina o artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, que *"(...) o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º"*, sendo certo que, neste último caso, ou nos casos em que há alteração da ordenação das propostas constante no relatório preliminar, *"o júri procede a nova audiência prévia (...)"* – cfr. n.ºs 1 e 2. ----------

Deste modo, o Júri procedeu à análise das pronúncias apresentadas pelas concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627** e **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 502629428** (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**), em sede de audiência prévia, dos esclarecimentos apresentados pelas diversas concorrentes e reanalisou as propostas apresentadas. ----------

Quanto ao alegado na pronúncia da concorrente **FINE FACILITY SERVICES, LDA.**, relativamente à proposta apresentada pela concorrente **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA.**, designadamente de que esta deve ser excluída porque *"viola as exigências do procedimento"*, porquanto *"no que respeita à instalação Mafra Oeste (Tourinha) o valor do período 2026/2027 (início previsto em Outubro de 2026) apenas considera 3 dos 7 meses em questão (1/10/2026 a 30/4/2027)"*, e que também é alegado, nos mesmos termos, pela concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.** (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**) na sua pronúncia, após melhor análise da proposta apresentada pela concorrente **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA.**, constatou o Júri que, efetivamente, no que respeita à instalação UCSP Mafra Oeste (Tourinha), para o período 2026/2027, o preço proposto pela mesma não inclui a totalidade de meses previstos, porquanto, prevendo-se o início da prestação do serviço naquela instalação no mês de outubro de 2026, deveriam ter sido considerados 7 (sete) meses (de outubro de 2026 a abril de 2027, inclusive). Assim, atento o valor proposto por esta concorrente para os biénios 2027/2028 e 2028/2029 (no montante de €77.311,20) pode

inferir-se que o valor mensal proposto pela mesma para aquela instalação é de €6.442,60, de onde se extrai que o valor para 7 (sete) meses seria de €45.098,20 e não o valor de €19.327,80 que é apresentado na sua proposta. Deste modo, constata-se que, sendo ali indicado o valor de €19.327,80 para a instalação UCSP Mafra Oeste (Tourinha), para o período 2026/2027, apenas foram considerados 3 (três) meses, o que resulta que o preço apresentado por esta concorrente não abrange a totalidade do período previsto em sede de caderno de encargos. ----------

Na pronúncia apresentada pela concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.** (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**) é também alegado que a proposta da concorrente **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA.** "*enferma de ostensivo erro, desde logo, ao apresentar valores mensais para 2 locais que foi cabalmente esclarecido que vão encerrar*" pelo que "*os valores propostos não correspondem à realidade vertida no Caderno de Encargos, pelo que, também por este motivo, tal proposta sempre teria de ser excluída*". ----------

Reanalisada a mencionada proposta, verifica-se que a concorrente **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA.** apresenta, para a instalação UCSP Azueira + USF Andreas - Pólo da Azueira, para o período 2027/2028 um valor de €21.068,19 e para o período 2028/2029 um valor de €22.332,28 e para a instalação UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo, para o período 2027/2028 um valor de €23.517,98 e para o período 2028/2029 um valor de €24.929,06. Constata-se assim que, efetivamente, esta concorrente apresenta valores para períodos em que as mencionadas instalações já estarão encerradas, uma vez que, com a entrada em funcionamento da instalação UCSP Mafra Oeste (a ocorrer previsivelmente em outubro de 2026), estas duas instalações irão encerrar, conforme informação constante no Caderno de Encargos (cfr. Anexo A). ----------

Daqui resulta que esta concorrente apresenta valores para mais períodos dos que se encontram previstos em sede de caderno de encargos. ----------

Revisitadas, nesta oportunidade, todas as propostas apresentadas, constatou ainda o Júri que, no que concerne às propostas das concorrentes **ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A.** e **SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA.,** também estas apresentam valores para a instalação UCSP Azueira + USF Andreas - Pólo da Azueira para o período de 2027/2028 (no montante de €21.170,68 e de €21.479,45, respetivamente) e para o período de 2028/2029 (no montante de €21.170,68 e de €22.338,63, respetivamente), bem como para a instalação UCSP Mafra Norte - Pólo Enxara do Bispo, para o período de 2027/2028 (no montante de €21.378,91 e de €21.479,45, respetivamente) e para o período de 2028/2029 (no montante de €21.378,91 e de €22.338,63, respetivamente), períodos em que as referidas instalações já estarão

encerradas, conforme acima já explanado, pelo que, também estas concorrentes apresentam valores para mais períodos, do que aqueles que se encontram previstos em sede de caderno de encargos. ----------

Dispõe a alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, na sua redação atual, que o Júri deve propor a exclusão das propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º, prevendo, por sua vez a alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, na sua redação atual, que são excluídas as propostas cuja análise revele que apresentem alguns dos atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos, pelo que se impõe a exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA., ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A.** e **SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA.**, com os fundamentos acima expostos, o que irá ser proposto pelo Júri no ponto seguinte do presente Relatório. ----------

Refere ainda a **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.** (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**) na sua pronúncia, que a proposta apresentada pela concorrente **LF FACILITY SERVICES, LDA.** não se encontra disponível para consulta na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada por esta Câmara Municipal, *anoGov.* ----------

Ora, tal não corresponde à verdade, porquanto o Júri conseguiu descarregar a proposta e visualizar todos os documentos submetidos, não tendo verificado a existência de qualquer erro com os ficheiros da mesma. Acresce que, nenhum outro concorrente informou não conseguir visualizar a mencionada proposta. ----------

Esclarece-se ainda que, tratando-se de um ficheiro "zip", o mesmo tem de ser descarregado da plataforma eletrónica por forma a permitir a sua visualização. ----------

Quanto a esta matéria, importa chamar à colação a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que veio regular "*a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, abreviadamente designadas por plataformas eletrónicas, previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, estabelecendo os requisitos e as condições a que as mesmas devem obedecer e a obrigação de interoperabilidade com o Portal dos Contratos Públicos e com outros sistemas de entidades públicas*" (cfr. n.º 1 do artigo 1.º). ----------

Assim, determina esta Lei, no seu artigo 30.º que "*As plataformas eletrónicas devem garantir, no mínimo, os seguintes requisitos funcionais: (...) Garantir que todas as mensagens entre interessados, candidatos, concorrentes e adjudicatários, relativas a pedidos de esclarecimentos, lista de erros e omissões, pronúncias, incluindo os documentos anexos às mesmas, ficam automaticamente disponíveis para visualização daqueles que tenham acesso*

à fase do procedimento em curso; (...) Permitir o descarregamento agregado de todos os documentos, incluindo peças do procedimento, pedidos de esclarecimento sobre as peças, esclarecimentos prestados sobre as peças, listas de erros e omissões, pronúncias sobre erros e omissões, propostas dos concorrentes, pedidos de esclarecimentos sobre as propostas, esclarecimentos prestados sobre as propostas, relatórios do júri e dos serviços competentes da entidade adjudicante, pronúncias em sede de audiência prévia e todas as notificações da entidade adjudicante, por procedimento;" (cfr. alíneas b) e k) do n.º 1, respetivamente). ---

No que concerne à disponibilização de documentos, dispõe o n.º 3 do artigo 62.º deste diploma legal, que: "*Após a abertura das propostas pelo júri, ou pelo responsável pelo procedimento caso não exista júri,* ***as plataformas eletrónicas devem garantir o acesso exclusivo, por parte das entidades incluídas na lista dos concorrentes, a todas as propostas apresentadas****, aos esclarecimentos sobre a proposta da autoria dos respetivos concorrentes, aos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, bem como a todos os demais atos ou formalidades procedimentais relativos à fase posterior à apresentação das propostas que, nos termos do disposto no CCP, devam ser publicitados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.*" (negrito nosso). ----------

Face ao exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, que não assiste razão quanto ao invocado por aquela concorrente, porquanto todos os documentos que constituem a proposta apresentada pela concorrente **LF FACILITY SERVICES, LDA.** não apresentam erros e encontram-se disponíveis para descarregamento e consulta, através da mencionada plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, *anoGov*. --

Por último, cumpre analisar as alegações constantes na pronúncia apresentada pela **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.** (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**), referentes aos valores apresentados pelas outras concorrentes e ao facto de estes, alegadamente, não assegurarem "*de modo cabal os custos mínimos legalmente previstos para a mão-de-obra exigida em caderno de encargos*", bem como os esclarecimentos prestados pelas concorrentes identificadas no ponto IV do presente Relatório. ----------

Alega aquela concorrente, em suma, que as propostas das concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA., LF FACILITY SERVICES, LDA., JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA.** e **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA.** "*ficam aquém do mínimo necessário para assegurar os custos de mão-de-obra para prestação dos serviços contratualizados*" e que o preço mensal proposto por aquelas concorrentes "*são manifestamente insuficientes para fazer face aos custos tidos com a mão-de-obra*". ----------

Quanto à questão da eventual apresentação de preços abaixo de custo, cumpre referir desde logo, que o Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, determina no n.º 2 do seu artigo 1.º-A que, *"as entidades adjudicantes devem assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional"*. E que, de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 2 do seu artigo 70.º, devem ser excluídas as propostas cuja análise revele *"que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis"*. ----------

Note-se que, *"para interpretação da norma em apreço, tem manifesto interesse o que consta do Considerando n.º 103 da DC 2014/24/UE: As propostas que se revelem anormalmente baixas em relação à prestação em causa podem ser baseadas em pressupostos ou práticas incorretos do ponto de vista técnico, económico ou jurídico. Se o proponente não conseguir dar uma explicação válida, a autoridade adjudicante deverá ter o direito de excluir a proposta. Essa exclusão deverá ser obrigatória nos casos em que a autoridade adjudicante tenha determinado que o preço ou custos propostos anormalmente baixos resultam do incumprimento do Direito da União, ou direito nacional compatível com ela, nos domínios do direito social, laboral ou ambiental, ou de disposições internacionais em matéria de direito do trabalho."* (Jorge Andrade da Silva, in "Código dos Contratos Públicos" Anotado e Comentado, 8.ª Edição Revista e Atualizada, Almedina). ----------

Nesse sentido, podemos também observar o plasmado no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 29/04/2022, proferido no âmbito do processo n.º 00339/21.1BECBR, onde se lê que: *"(...) O n.º 2 deste artigo* [71.º] *não deixa margem para dúvidas de que impende sobre as entidades adjudicantes o dever de assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria laboral. Ou seja, o controle do respeito das normas em matéria laboral não é uma mera faculdade, é um dever para as entidades adjudicantes. E é um dever não apenas na fase de execução do contrato, como parece depreender-se da decisão recorrida, mas logo no momento de formação dos contratos. No caso concreto não se vê como poderia o Município demandado assegurar o cumprimento da legislação laboral por parte da Contra-Interessada, logo na fase de formação do contrato, que não fosse pela exclusão da sua proposta. (...) Conclui-se que o incumprimento de normas laborais, patentes na proposta da Contra-Interessada, são fundamento legal, imperativo, para a exclusão da sua proposta."* – sublinhado nosso. ----------

Entendimento esse que foi posteriormente confirmado, por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo datado de 22/09/2022, no âmbito do mesmo processo, onde se pode ler que: *"Em face da atual normação do CCP – pelo menos desde 2017 -, não é mais possível defender que o risco de um preço ou custo insuficiente pode correr apenas por conta das empresas adjudicatárias, sem controlo, nesta sede, por parte das Entidades Adjudicantes; ou que basta uma declaração/compromisso no sentido do cumprimento das obrigações legais; ou que um preço ou custo insuficiente pode ser compensado com recurso a outras fontes de financiamento das empresas adjudicatárias, ou a outros contratos; ou que consubstancie um prejuízo que as empresas adjudicatárias estejam dispostas a suportar, nomeadamente por razões de marketing ou estratégia comercial, em nome da sua "liberdade de gestão empresarial". O atual direito nacional, por via do direito da UE, opõe-se claramente a todo este argumentário em nome do "interesse público" e em nome de uma "livre, clara e sã concorrência. Assim é que o art. 69º nº 1 da citada Diretiva nº 2014/24/EU - "sempre que estes (preços ou custos indicados na proposta) se revelem anormalmente baixos para as obras, fornecimentos ou serviços a prestar" - estabelece, para o efeito, a relevância da relação "preço/prestação", no sentido de que o eventual caráter anormalmente baixo de uma proposta deve ser apreciado exclusivamente "face à prestação", e não pela maior ou menor capacidade dos proponentes, cabendo, em suma, aferir se o preço proposto é, ou não, objetivamente suficiente para cobrir os custos a incorrer."* – sublinhado nosso. ----------

No âmbito da análise efetuada, o Júri apurou, desde logo, considerando o Contrato Coletivo de Trabalho a que as concorrentes se encontram vinculadas, que, de modo a ser garantido o cumprimento de todas as obrigações legais (salário mínimo nacional, encargos sociais, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de Natal, substituição de férias, etc.) **o valor/hora mínimo que deverá ser pago a cada trabalhador, é de €8,46 (oito euros e quarenta e seis cêntimos)**. ----------

Assim, reanalisando as propostas apresentadas e os esclarecimentos prestados, verificou o Júri que nenhum dos valores propostos resulta num valor/hora inferior ao valor/hora mínimo apurado. ----------

Constata-se deste modo, que os preços apresentados permitem dar cumprimento às obrigações legais e regulamentares vigentes, nomeadamente, em matéria laboral, pelo que, o Júri deliberou, por unanimidade, que não assiste razão ao invocado pela concorrente **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.** (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**), no que concerne à requerida exclusão das propostas das concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA., LF FACILITY SERVICES, LDA., JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA.** e **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA.**, por motivo de não

cumprimento destas com as obrigações legais que permitam assegurar os custos com a mão-de-obra para a prestação dos serviços pretendidos. ----------

VI - EXCLUSÃO DE PROPOSTAS ----------

Em face do *supra* exposto e atentos os fundamentos explanados no ponto anterior, **o Júri deliberou, por unanimidade**, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **FAIRY CLEANING SERVICES, LDA., NIPC 517573261,** da proposta apresentada pela concorrente **TMLJ - FACILITY SERVICES, UNIPESSOAL LDA., NIPC 517640112,** da proposta apresentada pela concorrente **ACCIONA FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 503431397**, bem como da proposta apresentada pela concorrente **SÁ LIMPA - FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 504458086,** todas ao abrigo das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º, com a da alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do CCP, na sua redação atual. ----------

VII - PROPOSTA DE REORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ----------

Atenta a proposta de exclusão das propostas constante no ponto anterior, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a seguinte reordenação das propostas, para efeitos de adjudicação:-

1.º) FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627, pelo montante **total global de €1.590.038,98** (um milhão, quinhentos e noventa mil, trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

2.º) LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550, pelo montante **total global de €1.629.528,27** (um milhão, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e oito euros e vinte e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

3.º) JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA., NIPC 514061391, pelo montante **total global de €1.634.159,38** (um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ---

4.º) EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA. (atualmente denominada **REKEEP PORTUGAL, LDA.**), **NIPC 502629428,** pelo montante **total global de €1.652.400,00** (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

5.º) SANIAMBIENTE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 506665836, pelo montante **total global de €1.663.423,65** (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e três euros e sessenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

6.º) OPERANDUS - LIMPEZA PROFISSIONAL LDA., NIPC 502771496, pelo montante **total global de €1.694.987,98** (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; --

7.º) INTERLIMPE - FACILITY SERVICES, S.A., NIPC 502611057, pelo montante **total global de €1.701.424,90** (um milhão, setecentos e um mil, quatrocentos e vinte e quatro euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

8.º) ASSEPSIA – SERVIÇOS DE LIMPEZA, LDA., NIPC 516563629, pelo montante **total global de €1.741.851,23** (um milhão, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

9.º) VISLISA, UNIPESSOAL, LDA., NIPC 510081983, pelo montante **total global de €1.747.574,78** (um milhão, setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

10.º) CLECE, S.A., NIPC 513789995, pelo montante **total global de €1.762.159,77** (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e nove euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----------

VIII - AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

Face ao deliberado, e à proposta de reordenação das propostas constante no ponto anterior, e tendo em consideração o disposto no n.º 2 artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, o Júri deliberou por unanimidade, proceder à audiência escrita dos concorrentes interessados, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para que se pronunciem, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. ----------

1.ª Vogal Suplente

28/04/2026

X Paula Santos

Paula Santos
Dirigente da Unidade de Desenvolvimento So...
Assinado por: PAULA ALEXANDRA MARTINS DOS SANTOS

1.º Vogal Efetivo

28/04/2026

X Vasco Mota

Vasco Mota
Chefe da Divisão de Contratação Pública e A...
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

2.ª Vogal Efetiva

28/04/2026

X Liliana Pedroso

Liliana Pedroso
Técnica Superior
Assinado por: LILIANA ISABEL RUFINO PEDROSO

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

RELATÓRIO FINAL

Concurso Público para:

"Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra"

Ao **3.º (terceiro) dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis**, na sala de reuniões do piso um desta Câmara Municipal, pelas dez horas, reuniu o Júri, nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 19 (dezanove) de setembro de dois mil e vinte e cinco, constituído pela 1.ª Vogal Suplente, Paula Santos, Dirigente da Unidade de Desenvolvimento Social, em substituição da Presidente, Paula Ribeiro, pela 2.ª Vogal Suplente, Carla Mendonça, Técnica Superior, a desempenhar funções no Departamento de Administração Geral, em substituição do 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota e pela 2.ª Vogal Efetiva, Liliana Pedroso, Técnica Superior, a desempenhar funções no Departamento de Administração Geral, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, adiante abreviadamente designado por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Final. ----------

I – DA AUDIÊNCIA PRÉVIA ----------

Face à proposta de reordenação das propostas constante no ponto VII do Relatório Final datado de 28 (vinte e oito) de abril de dois mil e vinte e seis, o Júri procedeu, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, à audiência prévia escrita dos concorrentes. Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre a intenção de exclusão das propostas e a consequente reordenação das mesmas, nos termos ali constantes, tendo beneficiado do prazo de 5 (cinco) dias úteis para, querendo, se pronunciarem, ao abrigo do direito de audiência prévia. ----------

II – DAS PRONÚNCIAS APRESENTADAS ----------

No decurso daquele prazo, foram apresentadas pronúncias, pelas concorrentes **LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550** e **REKEEP PORTUGAL, LDA., NIPC 502629428** (anteriormente designada por **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.**), através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, *anoGov*, cujos conteúdos aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais. ---

III – DA ANÁLISE ÀS PRONÚNCIAS APRESENTADAS ----------

Determina o artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, que *"(...) o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º"* ----------

Deste modo, o Júri procedeu à análise das pronúncias apresentadas, nos seguintes termos: -

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143
e-mail: concursosccp@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

A) Invoca a concorrente **LF FACILITY SERVICES, LDA.,** no ponto II da sua pronúncia, sob a designação "**Análise do esclarecimentos & exclusão da Fine Facility Services, lda**" que "*não se alcança de que modo o Júri obteve o valor/hora mínimo de 8.46€ (oito euros e quarenta e seis cêntimos) para cada trabalhador.* ***Este montante encontra-se absolutamente errado****, não tendo nenhum dos concorrentes apresentado estes valores*", invocando ainda que, consultados os esclarecimentos prestados pela concorrente **FINE FACILITY SERVICES, LDA.** "*a mesma apresenta e decompõe um valor hora insuficiente para o cumprimento da prestação de serviços*", e requerendo, a final, a exclusão da proposta apresentada por aquela concorrente, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, "*por apresentação de um valor insuficiente para fazer face aos custos da empreitada.*" ------

Quanto ao alegado, cumpre desde logo indicar, que a fórmula utilizada pelo Júri para obter o valor da retribuição horária de cada trabalhador, foi a fórmula legal que se encontra consagrada no artigo 271.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), na sua redação atual, a saber: (Rm x 12):(52 x n), onde "Rm" é o valor da retribuição mensal e "n" o período normal de trabalho semanal, tendo sido considerado como valor de retribuição mensal, o valor estipulado pelo Contrato Coletivo de Trabalho a que todos as concorrentes se encontram vinculadas. ----------

Para além do valor apurado através da mencionada fórmula, e tal como se encontra já explanado no ponto V do Relatório Final datado de 28 (vinte e oito) de abril, foi ainda adicionado o valor correspondente ao subsídio de alimentação, bem como os valores necessários para garantir o cumprimento de todas as obrigações legais previstas, tais como encargos sociais, subsídios de férias, de Natal, substituição de férias, etc., o que resultou num valor/hora mínimo a ser pago a cada trabalhador de €8,46 (oito euros e quarenta e seis cêntimos), valor abaixo do qual não será possível dar cumprimento às referidas obrigações. Entende assim o Júri que, apresentando um concorrente um valor/hora igual ou superior ao valor mínimo que foi apurado, a proposta desse concorrente não violará as obrigações legais estipuladas, logo não poderá ser excluída com esse fundamento. ----------

Acresce que, à data da apresentação das propostas, isto é, em outubro de 2025, o valor diário de subsídio de alimentação em vigor para as empresas do setor da limpeza era de €6,00 (seis euros), pelo que não poderiam os concorrentes considerar outro valor de subsídio de refeição que não este, legalmente previsto, nas suas propostas. ----------

Sempre se dirá que, ainda que se efetue o cálculo acima mencionado, tendo por referência o valor da remuneração mínima mensal garantida prevista pelo Contrato Coletivo de Trabalho para o ano de 2027, o valor obtido continua abaixo do valor/hora indicado por qualquer uma das concorrentes, logo em cumprimento com as obrigações legais previstas. ----------

Praça do Município • 2644-001 • Mafra
Telef.: 261 810 143
e-mail: concursosccp@cm-mafra.pt
Internet: www.cm-mafra.pt

Deve ainda ser considerado que, conforme consta do n.º 1 do artigo 3.º do Caderno de Encargos, o contrato a celebrar no âmbito deste procedimento, terá a duração de 12 (doze) meses, com possibilidade de 2 (duas renovações) por igual período, dispondo ainda o n.º 6 do artigo 7.º que "*Em caso de **renovação**, proceder-se-á à **atualização dos preços unitários**, no início de cada período contratual anual, correspondentes à proposta adjudicada, atendo a(s) variação(ões) percentual(is) da **Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG)**, ocorrida(s) entre o início do ciclo contratual e a renovação em causa, salvo se aquela atualização ficar prejudicada por normativo legal que a impeça, designadamente, decorrente da Lei do Orçamento de Estado.*" ----------

Nesta oportunidade, esclarece-se ainda que o valor/hora não corresponde à totalidade dos custos mínimos associados a cada trabalhador inerentes à execução do contrato, nem tão pouco aos custos totais da execução do contrato, uma vez que este último abrange todas as despesas necessárias para cumprir o seu objeto, onde se incluem as despesas com a mão-de-obra. ----------

Face ao exposto, entende o Júri que não assiste assim razão ao alegado pela concorrente **LF FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 517143550** na sua pronúncia, não existindo fundamento para a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627**, pelos motivos acima explanados. ----------

B) A concorrente **REKEEP PORTUGAL, LDA., NIPC 502629428** (anteriormente designada por **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.**) alega, relativamente às concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA.**, **LF FACILITY SERVICES, LDA.** e **JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA.** que "*as mesmas continuam a não demonstrar, de forma cabal e inequívoca, o cumprimento dos encargos laborais mínimos legalmente exigíveis, não obstante os esclarecimentos entretanto prestados e analisados pelo Júri em sede da anterior audiência prévia*", invocando que as propostas apresentadas por aquelas concorrentes contêm "*valores específicos para trabalho suplementar, noturno e prestado em dias de descanso semanal obrigatório que aparentam não refletir os acréscimos remuneratórios legalmente exigíveis e/ou os próprios pressupostos assumidos pelas aludidas Concorrentes*", apresentando exemplos concretos de cada uma daquelas propostas, e indicando ainda que "*a análise efetuada pelo Júri revelou-se excessivamente genérica e assente exclusivamente num valor médio/hora, sem efetiva validação da coerência interna das rubricas remuneratórias concretamente apresentadas nas respetivas notas justificativas*", impondo-se ao Júri que tivesse efetuado "*uma efetiva validação dos acréscimos remuneratórios concretamente aplicáveis, da coerência interna das notas justificativas e da suficiência efetiva dos valores apresentados para cumprimento integral das obrigações laborais imperativas, o que não se*

verificou", requerendo, por fim, que o Júri proceda "*à reapreciação das propostas apresentadas pelas concorrentes FINE FACILITY SERVICES, LDA., LF FACILITY SERVICES, LDA. e JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA*"; solicite "*esclarecimentos complementares especificamente dirigidos à fundamentação dos valores apresentados para trabalho ao domingo, trabalho noturno e demais acréscimos remuneratórios legalmente obrigatórios; e, no caso de se confirmarem as incongruências e insuficiências supra identificadas*" e ordene "*a exclusão das referidas propostas ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 70.º, n.º 2, alínea f) e 146.º, n.º 2, alínea o) do CCP, com as demais consequências legais*". ----------

No que concerne ao cálculo efetuado pelo Júri para apuramento do valor/hora mínimo a ser considerado para efeitos do presente procedimento, remete-se para o já explanado na alínea anterior do presente Relatório. ----------

Relativamente ao invocado, de que as propostas apresentadas por aquelas concorrentes contêm "*valores específicos para trabalho suplementar, noturno e prestado em dias de descanso semanal obrigatório que aparentam não refletir os acréscimos remuneratórios legalmente exigíveis e/ou os próprios pressupostos assumidos pelas aludidas Concorrentes*" trata-se, tal como ali é indicado, de uma perceção daquela concorrente, não se concluindo isso dos elementos fornecidos, tanto que, entende o Júri que esse tipo de especificidade se enquadra e está abrangido pela estrutura organizacional de cada empresa, cabendo a cada uma organizar a sua mão-de-obra da maneira que considerar mais adequada e eficiente, podendo para tal, utilizar rotatividade de escalas ou contratação de mão-de-obra exclusiva para determinados tipos de trabalho, o que não acarretará acréscimos remuneratórios. -----

Acresce que, no âmbito do presente procedimento, a entidade adjudicante dispõe-se a contratualizar cerca de 57.300 horas/ano, das quais apenas, aproximadamente 276 horas/ano correspondem a horas de limpeza de vidros e cerca de 1.040 horas/ano (1h/dia*4RH) correspondem a horas noturnas, o que se traduz em valores muito residuais e sem grande impacto no valor global proposto. ----------

Considera assim o Júri que não existe motivo para solicitar novos esclarecimentos complementares às mencionadas concorrentes, porquanto, o que foi apurado revela-se suficiente para a apreciação e análise já efetuadas às propostas apresentadas. ----------

Face ao exposto, entende o Júri não assistir razão ao invocado pela concorrente **REKEEP PORTUGAL, LDA., NIPC 502629428** (anteriormente designada por **EUROMEX - FACILITY SERVICES, LDA.**), não existindo nada a decidir, no que concerne à requerida reapreciação das propostas e solicitação de novos esclarecimentos, bem como não assistir razão à

requerida exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes **FINE FACILITY SERVICES, LDA., LF FACILITY SERVICES, LDA.** e **JMC SERVIÇO DE LIMPEZA, UNIPESSOAL LDA.** por motivo de não cumprimento destas com as obrigações legais que permitam assegurar os custos com a mão-de-obra para a prestação dos serviços pretendidos, conforme acima explanado. ----------

IV - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO ----------

Considerando o cumprimento das formalidades exigidas e a análise efetuada às pronúncias apresentadas, nos termos *supra* expostos, **o Júri deliberou, por unanimidade**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, manter a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação, constante do ponto VII do Relatório Final datado de 28 (vinte e oito) de abril de dois mil e vinte e seis, e propor a adjudicação da **"Prestação de serviços de limpeza das Unidades de Saúde do Concelho de Mafra"** à concorrente classificada em primeiro lugar, a entidade **FINE FACILITY SERVICES, LDA., NIPC 509418627,** pelo montante **total global de €1.590.038,98** (um milhão, quinhentos e noventa mil, trinta e oito euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde, para o **primeiro ano**, um valor de **€519.371,86** (quinhentos e dezanove mil, trezentos e setenta e um euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e para o segundo e terceiro anos um valor anual de **€535.333,56** (quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e trinta e três euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ----------

1.ª Vogal Suplente

03/07/2026

X Paula Santos

Paula Santos
Dirigente da Unidade de Desenvolvimento So...
Assinado por: PAULA ALEXANDRA MARTINS DOS SANTOS

2.ª Vogal Suplente

03/07/2026

X Carla Sofia Gaspar Mendonça

Carla Mendonça
Técnica Superior
Assinado por: CARLA SOFIA DO NASCIMENTO GASPAR MENDONÇA

2.ª Vogal Efetiva

03/07/2026

X Liliana Pedroso

Liliana Pedroso
Técnica Superior
Assinado por: LILIANA ISABEL RUFINO PEDROSO

5.1

177

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Planeamento e Gestão Territorial

Divisão de Reabilitação Urbana

PARECER

01/07/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

(Hugo Moreira Luís)

INFORMAÇÃO Interno/2026/16714

ASSUNTO: Fichas do estado de conservação do edificado, edifícios em estado de ruína.

Sendo a Reabilitação urbana um objectivo estratégico do concelho, nesse sentido são efectuados levantamentos de campo onde se identificam imóveis em atestável estado de degradação ou de abandono, os quais e como forma de incentivo a que os proprietários procedam á sua recuperação melhorando a imagem urbana e ambiental do concelho, para esse efeito são posteriormente realizadas vistorias onde se determina o estado de conservação dos imóveis que evidenciem caraterísticas evidentes de se encontrarem em estado de ruína ou de abandono, e elaborado a respetiva Ficha de avaliação do nível de conservação de edifício, que certifica assim o critério necessário para que os respectivos imóveis possam ser objecto de majoração do respectivo **IMI.**

Pelo que se submete à apreciação da Câmara Municipal, a proposta de estado de conservação determinado para os seguintes imóveis, de acordo com a Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios executadas, em anexo.

Anexo XXII

- Imóvel sito em Travessa do Chafariz, s. nº., na localidade de Carvoeira, Freguesia de Carvoeira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 1034.

Proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;

- Imóvel sito em Rua do Cabo, nº. 22, na localidade de Carvoeira, Freguesia de Carvoeira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 260.

Proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;

- Imóvel sito em Rua do Alto da Eira, nº. 7, na localidade de Carvoeira, Freguesia de Carvoeira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 52.

Proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;

- Imóvel sito em Rua do Jogo, s. nº., na localidade de Carvoeira, Freguesia de Carvoeira, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 335.

Proposta de atribuição do estado de conservação do nível 1 (um) – Péssimo;

Mafra, 1 de julho de 2026.

Mafra reQUALIFICA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

178

Hugo Moreira Luis

07 / 07 / 2026

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redação atual)

Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua do Jogo

Número: s/ nº | Localidade: Carvoeira | Código postal: 2655-048 Carvoeira

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: Carvoeira

Artigo Matricial: 335 | Fração: | Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
1	1	Anterior a 1951	Alvenaria de Pedra	1	Arrecadação

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias: Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 6 =	6
2. Cobertura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
3. Elementos salientes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tectos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação elétrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 2 =	2
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
22. Tetos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
23. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 5 =	0
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
26. Dispositivos de proteção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
27. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação elétrica	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)	18
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	18
Índice de anomalias	(a / b)	1,00

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas*
1. Estrutura	Estrutura com fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), indiciando risco de desabamento total ou parcial; Estrutura com desagregação de elementos, comprometendo a sua estabilidade.	1
2. Cobertura	Cobertura com colapso total da estrutura de suporte.	2
18. Paredes exteriores	Paredes com descontinuidades, fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), ou desagregação de elementos, indiciando risco de desabamento total ou parcial	3
20. Revestimento de pavimentos exteriores	Revestimento de piso inexistentes, permitindo o desenvolvimento de vegetação, dificultando os acessos.	4

*ver Anexo I

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

• O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

• O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é **1.0** (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

• Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☐ Não ☑

G. Observações

H. A Comissão de Vistoria

Data de vistoria: 21/04/2026

Arqº. Vítor Alfaro — Arqº. Luís Corredoura — Engº. Sérgio Bento

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação: ____

Data da Reunião de Câmara: __/__/____

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Rua do Jogo, s/ nº, Carvoeira

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



Mafra reQUALIFICA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

Hugo Moreira Luis

07 / 07 / 2026

180

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redação atual)

Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua do Alto da Eira

Número: 7 Localidade: Carvoeira Código postal: 2655-009 Carvoeira

Distrito: Lisboa Concelho: Mafra Freguesia: Carvoeira

Artigo Matricial: 52 Fração: Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
2	1	Anterior a 1951	Alvenaria de Pedra	2	Habitação

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias							
	Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 6 =	6
2. Cobertura	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 5 =	10
3. Elementos salientes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tecos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação elétrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 2 =	4
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
22. Tetos	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
23. Escadas	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 4 =	8
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
26. Dispositivos de proteção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
27. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação elétrica	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)	52
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	41
Índice de anomalias	(a / b)	1,27

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas*
1. Estrutura	Estrutura com fendilhação de grande abertura (superior a 5mm), indiciando risco de desabamento total ou parcial; Estrutura com desagregação de elementos, comprometendo a sua estabilidade.	1 e 2
2. Cobertura	Cobertura com estrutura deformada e muitas telhas rachadas ou deslocadas, originando infiltrações; Cobertura com desenvolvimento pontual de vegetação parasitária.	3 e 4
18. Paredes exteriores	Paredes com descontinuidades, fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), ou desagregação de elementos, indiciando risco de desabamento total ou parcial; Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total.	5 e 6
19. Paredes interiores	Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total; Paredes com descontinuidades, fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), ou desagregação de elementos, indiciando risco de desabamento total ou parcial.	7 e 8
20. Revestimento de pavimentos exteriores	Revestimento de piso inexistentes, permitindo o desenvolvimento de vegetação, dificultando os acessos.	9
21. Revestimentos de pavimentos interiores	Revestimentos de piso com ataque biológico activo, em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total.	10
22. Tetos	Revestimentos de protecção de tectos em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total; Revestimentos de tecto com grandes áreas molhadas, muito húmidas ou apresentando eflorescências.	11 e 12
23. Escadas	Escadas com ataque biológico em grandes áreas.	13
24. Caixilharia e portas exteriores	Porta com revestimento por pintura degradado e com elementos em falta, não garantindo a segurança contra intrusão, a estanquidade à água nem uma reduzida permeabilidade ao ar.	14 e 15
33. Instalação elétrica	Canalizações eléctricas inoperacionais	16 e 17

*ver Anexo I

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é **1.0** (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

G. Observações

H. A Comissão de Vistoria

Data de vistoria: 21/04/2026

Arqº. Vítor Alfaro | Arqº. Luís Corredoura | Engº. Sérgio Bento

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

Data da Reunião de Câmara: __/__/____

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Rua do Alto da Eira, nº7, Carvoeira

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Rua do Alto da Eira, nº7, Carvoeira

FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11



FOTO 12



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Rua do Alto da Eira, nº7, Carvoeira

FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15



FOTO 16



FOTO 17



Mafra reQUALIFICA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

183

Hugo Moreira Luis

07 / 07 / 2026

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redação atual)

Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Rua do Cabo

Número: 22 | Localidade: Carvoeira | Código postal: 2655-009 Carvoeira

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: Carvoeira

Artigo Matricial: 260 | Fração: | Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
1	1	Anterior a 1951	Alvenaria de Pedra	1	Arrecadação

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias							
	Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 6 =	6
2. Cobertura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
3. Elementos salientes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tecos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação elétrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
22. Tetos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
23. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 5 =	10
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
26. Dispositivos de proteção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
27. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação elétrica	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)	29
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	24
Índice de anomalias	(a / b)	1,21

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas*
1. Estrutura	Estrutura com desagregação de elementos, comprometendo a sua estabilidade;	1 e 2
2. Cobertura	Revestimento de cobertura com muitas telhas partidas, rachadas, deslocadas ou em falta, exigindo substituição total; Cobertura com desenvolvimento pontual de vegetação parasitária; Parte da cobertura já ruiu.	3 e 4
18. Paredes exteriores	Revestimentos de protecção de paredes ou muros em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total.	5 e 6
19. Paredes interiores	Revestimentos de protecção de paredes em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total.	7
24. Caixilharia e portas exteriores	Porta com elementos partidos e removidos, permitindo a entrada de água da chuva	8

*ver Anexo I

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é **1.0** (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

G. Observações

H. A Comissão de Vistoria

Data de vistoria: 21/04/2026

Arqº. Vítor Alfaro — Arqº. Luís Corredoura — Engº. Sérgio Bento

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

Data da Reunião de Câmara: __/__/____

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Rua do Cabo, nº22, Carvoeira

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Rua do Cabo, nº22, Carvoeira

FOTO 7



FOTO 8



Mafra reQUALIFICA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Concordo. Proponho a atribuição do nível **1 (um) - Péssimo** ao imóvel abaixo indicado.

O Presidente da Câmara Municipal,

185

Hugo Moreira Luis

07 / 07 / 2026

REABILITAÇÃO URBANA (DL N.º 307/2009, de 23 de Outubro, na sua redação atual)

Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

(Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro)

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: Travessa do Chafariz

Número: s/ nº | Localidade: Carvoeira | Código postal: 2655-009 Carvoeira

Distrito: Lisboa | Concelho: Mafra | Freguesia: Carvoeira

Artigo Matricial: 1034 | Fração: | Código SIG (facultativo):

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
2	1	Anterior a 1951	Alvenaria de Pedra	4	Habitação

C. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Anomalias							
	Muito ligeiras (5)	Ligeiras (4)	Médias (3)	Graves (2)	Muito graves (1)	Não se aplica	Ponderação	Pontuação
Edifício								
1. Estrutura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 6 =	6
2. Cobertura	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
3. Elementos salientes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
Outras partes comuns								
4. Paredes	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
5. Revestimento de pavimentos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
6. Tecos	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
7. Escadas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
8. Caixilharia e portas	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
9. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
10. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
11. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
12. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
13. Instalação elétrica e de iluminação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
14. Instalação de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
15. Instalação de ascensores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
16. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
17. Instalação de evacuação de lixo	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 1 =	0
Unidade								
18. Paredes exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
19. Paredes interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
21. Revestimentos de pavimentos interiores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 4 =	4
22. Tetos	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 4 =	8
23. Escadas	☐	☐	☐	☑	☐	☐	x 4 =	8
24. Caixilharia e portas exteriores	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 5 =	5
25. Caixilharia e portas interiores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
26. Dispositivos de proteção de vãos exteriores	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
27. Dispositivos de proteção contra queda	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 4 =	0
28. Equipamento sanitário	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
29. Equipamento de cozinha	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
30. Instalação de distribuição de água	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
31. Instalação de drenagem de águas residuais	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
32. Instalação de gás	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
33. Instalação elétrica	☐	☐	☐	☐	☑	☐	x 3 =	3
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 3 =	0
35. Instalação de ventilação	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
36. Instalação de climatização	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0
37. Instalação de segurança contra incêndio	☐	☐	☐	☐	☐	☑	x 2 =	0

D. DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE ANOMALIAS

Total das pontuações	(a)	53
Total das ponderações atribuídas aos elementos funcionais aplicáveis	(b)	45
Índice de anomalias	(a / b)	1,18

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Número do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias ilustrativas*
1. Estrutura	Estrutura com fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), indiciando risco de desabamento total ou parcial; Estrutura com desagregação de elementos, comprometendo a sua estabilidade.	1 e 2
2. Cobertura	Cobertura com colapso parcial da estrutura de suporte; Revestimento de cobertura com muitas telhas partidas, rachadas, deslocadas ou em falta, exigindo substituição total; Cobertura com desenvolvimento pontual de vegetação parasitária.	3 e 4
18. Paredes exteriores	Paredes com descontinuidades, fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), ou desagregação de elementos, indiciando risco de desabamento total ou parcial; Revestimentos de protecção de paredes ou muros em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total; Revestimentos de paredes com eflorescências generalizadas ou ataque biológico em grandes áreas.	5 e 6
19. Paredes interiores	Paredes com descontinuidades, fendilhação de grande abertura (superior a 5 mm), ou desagregação de elementos, indiciando risco de desabamento total ou parcial; Revestimentos de paredes com eflorescências generalizadas ou ataque biológico em grandes áreas.	7 e 8
21. Revestimentos de pavimentos interiores	Revestimentos de piso com ataque biológico activo, em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação total.	9
22. Tetos	Tecto-falso de réguas de madeira com destacamento do revestimento por pintura e sinais de ataque de fungos de podridão; Revestimentos de tecto com grandes áreas molhadas, muito húmidas ou apresentando eflorescências.	10 e 11
23. Escadas	Revestimentos de protecção de escadas em falta, destacados, empolados, partidos ou em desagregação em grandes áreas, exigindo substituição ou reparação parcial.	12
24. Caixilharia e portas exteriores	Caixilharia ou portas com vidros partidos ou outras anomalias, permitindo a entrada de água da chuva; Porta com revestimento por pintura degradado, partes inferiores das folhas com sinais de apodrecimento.	13 e 14
28. Equipamento sanitário	Louças sanitárias removidas ou inoperacionais, inviabilizando o uso da instalação sanitária; Sem instalação de água.	15
29. Equipamento de cozinha	Sem instalação de moveis, equipamentos e loicas sanitarias	16
33. Instalação elétrica	Canalizações eléctricas inoperacionais	17 e 18

*ver Anexo I

F. AVALIAÇÃO

Com base na observação das condições presentes e visíveis no momento da vistoria e nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que:

- O estado de conservação do locado é:

Excelente ☐ Bom ☐ Médio ☐ Mau ☐ Péssimo ☑

- O estado de conservação dos elementos funcionais 1 a 17 é **1.0** (a preencher apenas quando tenha sido pedida a avaliação da totalidade do prédio)

- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:

Sim ☑ Não ☐

G. Observações

H. A Comissão de Vistoria

Data de vistoria: 21/04/2026

Arqº. Vítor Alfaro | Arqº. Luís Corredoura | Engº. Sérgio Bento

NÍVEL DE CONSERVAÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 5º do DL n.º 266-B/2012, de 31 de Dezembro e no artigo 6º da Portaria n.º1192-B/2006, de 3 de Novembro, declara-se que o locado possui o seguinte Nível de Conservação:

Data da Reunião de Câmara: __/__/____

186

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Travessa do Chafariz, s/ nº, Carvoeira

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4

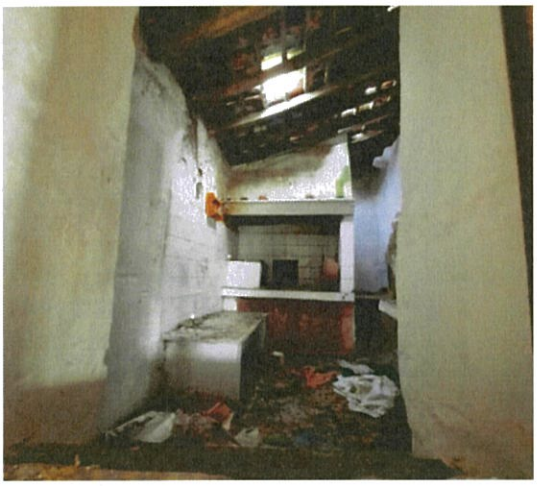


FOTO 5



FOTO 6



ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Travessa do Chafariz, s/ nº, Carvoeira

FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



FOTO 11



FOTO 12



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ANEXO I - Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios

E. DESCRIÇÃO DE SINTOMAS QUE MOTIVAM A ATRIBUIÇÃO DE NÍVEIS DE ANOMALIAS "GRAVES" E/OU "MUITO GRAVES"

Local: Travessa do Chafariz, s/ nº, Carvoeira

FOTO 13



FOTO 14



FOTO 15

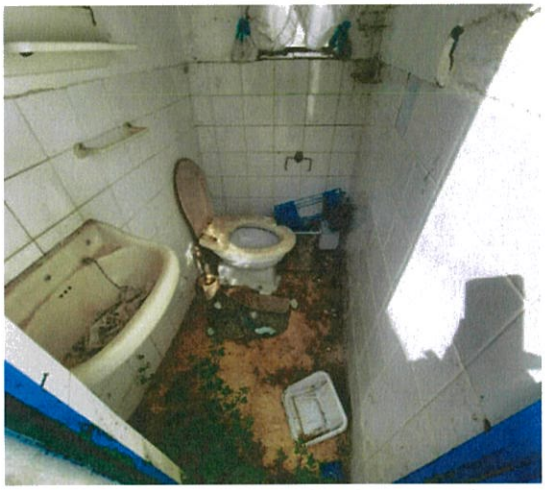


FOTO 16



FOTO 17



FOTO 18



6.1.

188

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER

Concordo

02/07/2026

O(A) Vereador(a),

Concordo
À Ceus. Superior
1/7/2026

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concorda-se.

1/7/2026

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

À reunião.

07/07/2026

O Presidente da Câmara,

INFORMAÇÃO 2026/16750

ASSUNTO: Elaboração do ***Regulamento das Hortas Urbanas do Município de Mafra*** - Início do procedimento e participação procedimental.

1. A criação do Projeto de Hortas Comunitárias no Município de Mafra, nomeadamente a execução do projeto-piloto de Horta Comunitária da Quinta das Pevides, tem como objetivo dar resposta às aspirações dos munícipes, promovendo a integração da agricultura no meio urbano, incentivando o uso de práticas agrícolas tradicionais e o modo de produção biológico, como atividade de lazer.
2. Estas hortas têm forte aceitação e impactam positivamente a saúde e os hábitos alimentares, alinhando-se com as estratégias de transição alimentar da Área Metropolitana de Lisboa e com as estratégias municipais de sustentabilidade, biodiversidade e adaptação climática.
3. As hortas comunitárias aproximam a população do espaço público, reforçam a comunidade, valorizam terrenos subutilizados e contribuem para um futuro mais sustentável. Trazem, ainda, benefícios ambientais, designadamente, o melhor uso do

Anexo XXIII

solo, o aumento da permeabilidade, o reforço da biodiversidade e a criação de corredores para polinizadores.

4. As hortas comunitárias visam, ainda, contribuir para melhorar a condição de vida das famílias residentes no Município de Mafra, nas vertentes da subsistência alimentar saudável e no complemento ao rendimento familiar.

5. A atribuição, gestão e utilização das Hortas Comunitárias deve ser regulada através de um Regulamento Municipal, cujas normas jurídicas, gerais e abstratas, produzirão efeitos jurídicos externos, definindo, designadamente, a atribuição dos talhões, os direitos e deveres dos utilizadores, a manutenção e eventuais tarifas.

6. Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), as autarquias locais "*dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar*", consagrando, ademais, o n.º 7 do seu artigo 112.º, que "Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão". (sublinhado nosso)

7. Ora o Município de Mafra dispõe de atribuições para a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, nos domínios do património, dos tempos livres, da ação social, da saúde, do ambiente, da promoção do desenvolvimento, do ordenamento do território e do urbanismo, nos termos do disposto nas alíneas e), f), g), h), k), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, diploma legal que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais;

8. E compete à Câmara Municipal de Mafra, nos termos do disposto nas alíneas k), u), ee) e qq), do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, apoiar atividades de natureza social, cultural, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, bem como criar, construir e gerir instalações, equipamentos e serviços integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal e administrar o domínio público municipal, respetivamente.

9. Por último, salienta-se que, de acordo com o n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, o início do procedimento é publicitado na *Internet*, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se

pode proceder à constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Face ao exposto, **propõe-se** que, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, com as alíneas e), f), g), h), k), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º e com as alíneas k), u), ee) e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e atendendo, ademais, aos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º, ambos da CRP, **a Câmara Municipal delibere iniciar o procedimento referente à elaboração do Regulamento de Utilização das Hortas Urbanas do Município de Mafra, podendo os interessados, querendo, constituir-se como tal no procedimento e apresentar as suas sugestões, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do início do procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Mafra, na *Internet*, as quais deverão ser formuladas, por escrito, até ao final do mencionado prazo, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Mafra.**

Mafra 30 de junho de 2026.

Inês Isabel Boeta (efbo)

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

PARECER	DESPACHO
...../...../..... O(A) Vereador(a), Concordo. À consideração superior 3./1./2026 O(A) Chefe de Divisão	À reunião 07./02./2026 O Presidente da Câmara,

INFORMAÇÃO Interno/2026/16848

ASSUNTO: Alterações na sinalização de trânsito efetuadas durante o segundo trimestre do ano de 2026

Considerando que:

1. Com o objetivo de melhorar as condições de segurança viárias e pedonais em diversos arruamentos, cruzamentos e entroncamentos, foram efetuadas durante o segundo trimestre do ano de 2026, alterações da sinalização de trânsito, conforme as plantas de localização em anexo;
2. A sinalização efetuada tem carácter provisório, nos termos do n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra.

Submete-se à consideração superior, o envio à Câmara Municipal para emissão de parecer.

Anexo XXIV

Propõe-se que, ao abrigo do n.º 3 do art.º 47.º do referido regulamento, a Câmara submeta estas alterações à Assembleia Municipal para aprovação da sinalização que consta nas plantas em anexo.

À consideração superior,

02/07/2026

X

Ana Lucas
Dirigente Intermédio de 3º grau

X

Joana Silva
Técnica Superior

X

Patrícia Lopes
Técnica Superior

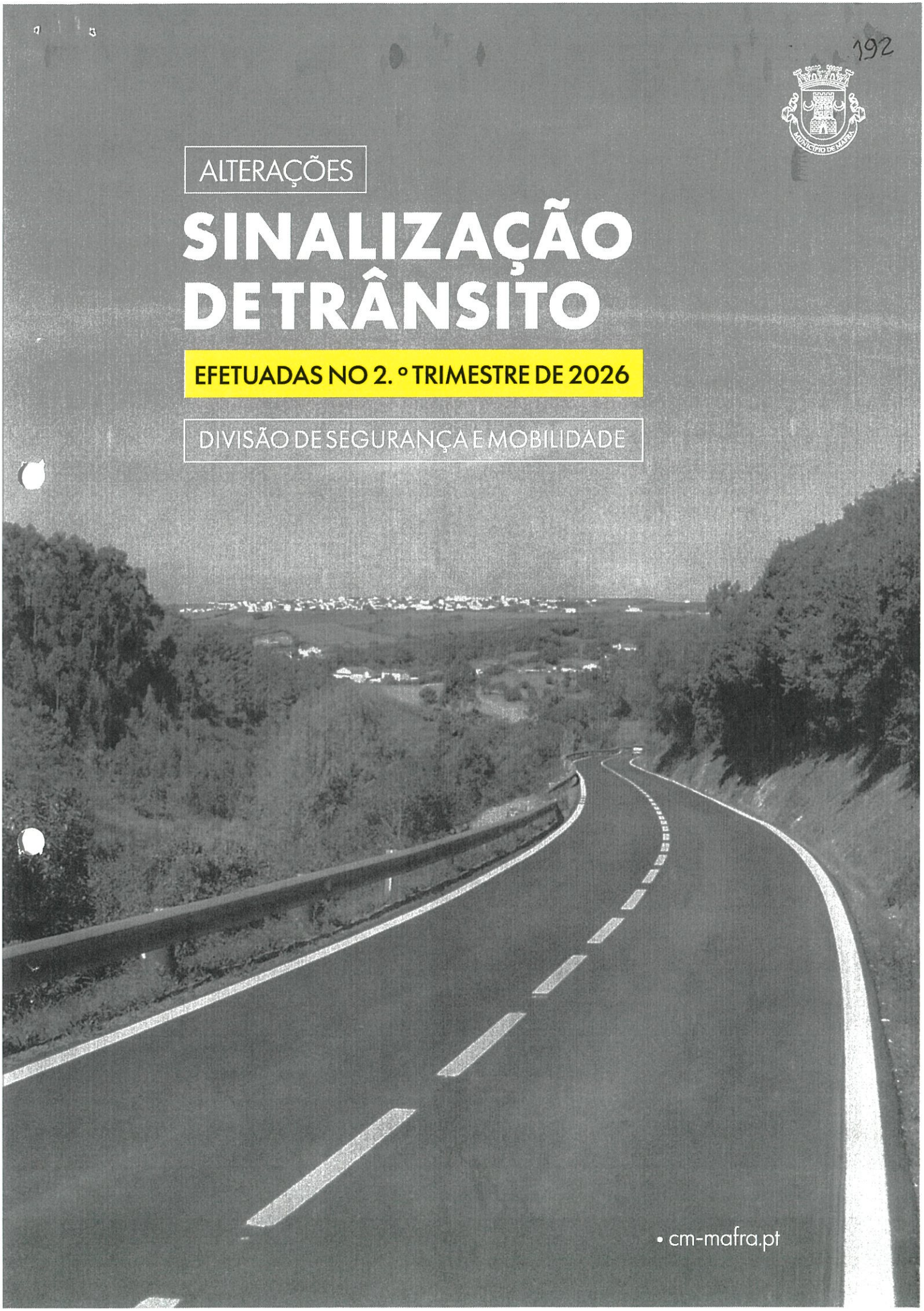
192

ALTERAÇÕES

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

EFETUADAS NO 2.º TRIMESTRE DE 2026

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

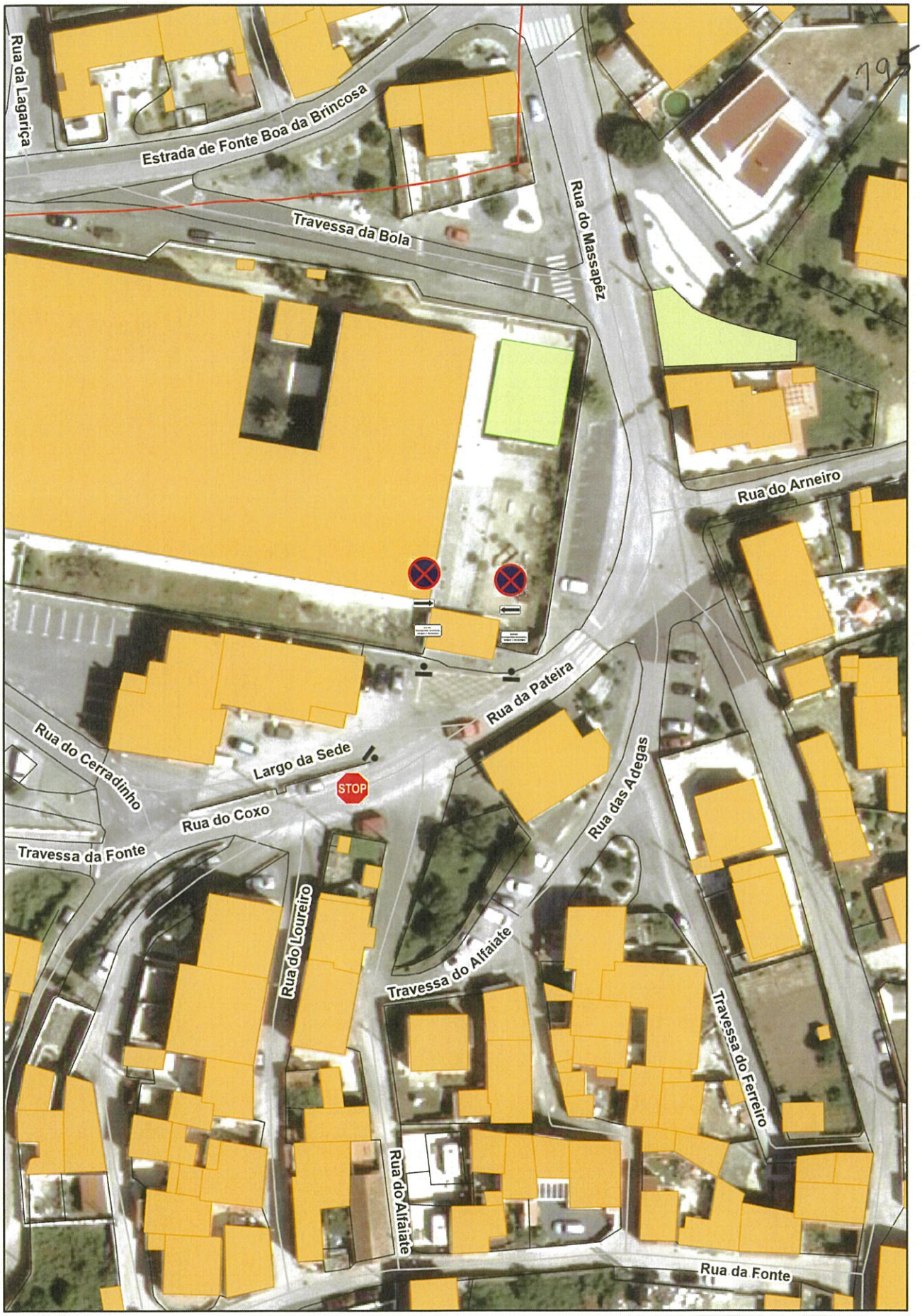


• cm-mafra.pt

Índice

Número	Local	Freguesia
38	Largo da Sede - Fonte Boa da Brincosa	Carvoeira
39	Beco do Joinal - Barril	Encarnação
40	Rua das Arroteias - Fonte Boa da Brincosa	Carvoeira
41	Rua Escritora Hélia Correia e Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro - Mafra	Mafra
42	Rua Prudêncio Franco da Trindade - Ericeira	Ericeira
43	Estrada de Fonte Boa da Brincosa - Fonte Boa da Brincosa	Carvoeira
44	Rua Cidade de Leimen - Mafra	Mafra
45	Rua das Terras Velhas - Fonte Boa dos Nabos	Ericeira
46	Largo de S. Sebastião - Ericeira	Ericeira
47	Rua Venda da Mandinga - Milharado	Milharado
48	Travessa da Piçarra - Encarnação	Encarnação
49	Rua do Carido - Ericeira	Ericeira
50	Rua do Painel - Venda do Pinheiro	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés
51	Rua da Casa Queimada - Bandalhoeira	UF de Azueira e Sobral da Abelheira
52	Ribeira D'Ilhas - Ericiera	Ericeira
53	Rua da Colónia - Barril	Carvoeira
54	Rua do Jardim de Infância - Mafra	Mafra
55	Avenida 1º de Maio - Mafra	Mafra
56	Estrada Nacional 116 - A-da-Pêrra	Mafra
57	Avenida de São Sebastião - Ericeira	Ericeira
58	Rua Manuel Ortigão Burnay - Ericeira	Ericeira
59	Estacionamento lado sul da Praia do Sul - Ericeira	Ericeira
60	Estrada Principal - Lagoa	Santo Isidoro
61	Vários arruamentos - Lagoa	Santo Isidoro
62	Rua da Ribeira - Ribeira	Milharado
63	Rua das Tecedeiras, Rua Família Marques e Rua do Brito - Mafra	Mafra
64	Rua da Fonte de Mafra - Mafra	Mafra

Número	Local	Freguesia
65	Estrada do Carrascal - Livramento	UF de Azueira e Sobral da Abelheira
66	Estrada das Ameiras - Ameiras	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés
67	Talefe - Encarnação	Encarnação
68	Rua Major João Gomes - Mafra	Mafra
69	Estrada do Carrascal - Livramento	UF de Azueira e Sobral da Abelheira
70	Estrada do Carrascal - Carrascal	UF de Azueira e Sobral da Abelheira
71	Rua Nova - Casal do Pedregulho	Milharado
72	Calçada da Praia e Largo das Ribas -Ericeira	Ericeira
73	Estrada de Mafra - Ericeira	Ericeira
74	Rua Beatriz Costa - Quinta da Mata	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés



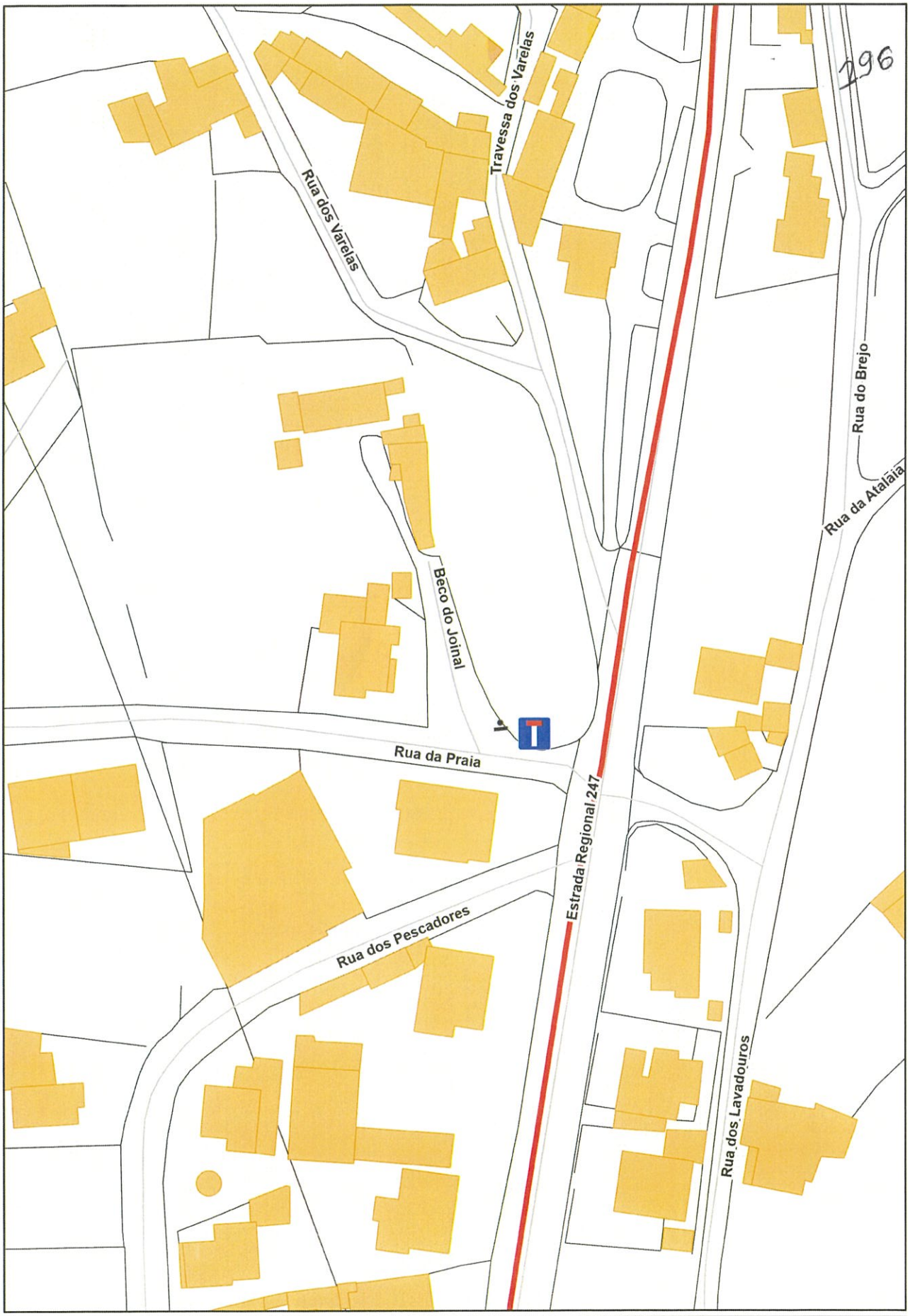
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Largo da Sede - Fonte Boa da Brincosa
Freguesia: Carvoeira

Data: maio 2026
Escala: 1:800

38



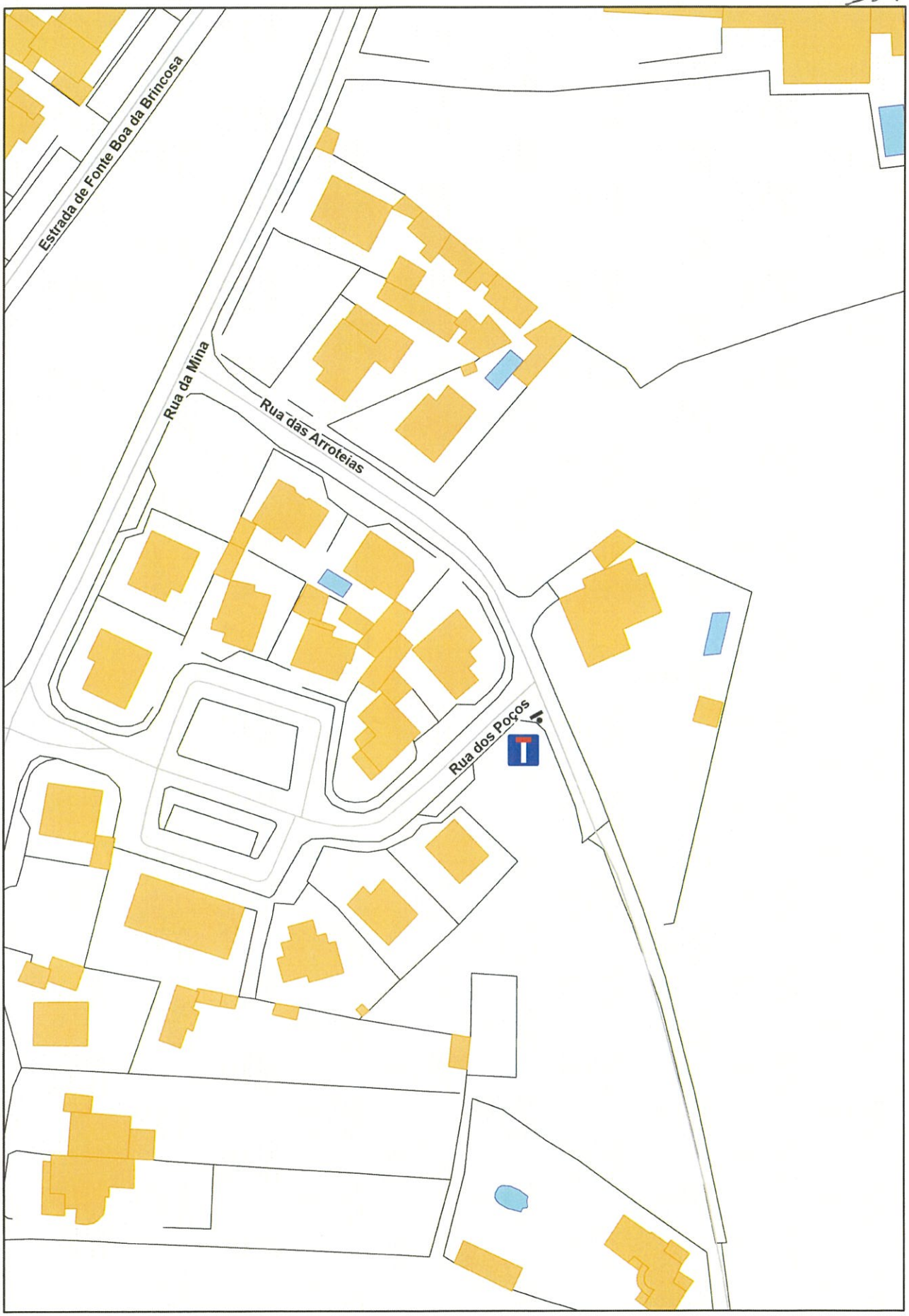
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Beco do Joinal - Barril
Freguesia: Encarnação

Data: abril 2026
Escala: 1:1 000

39



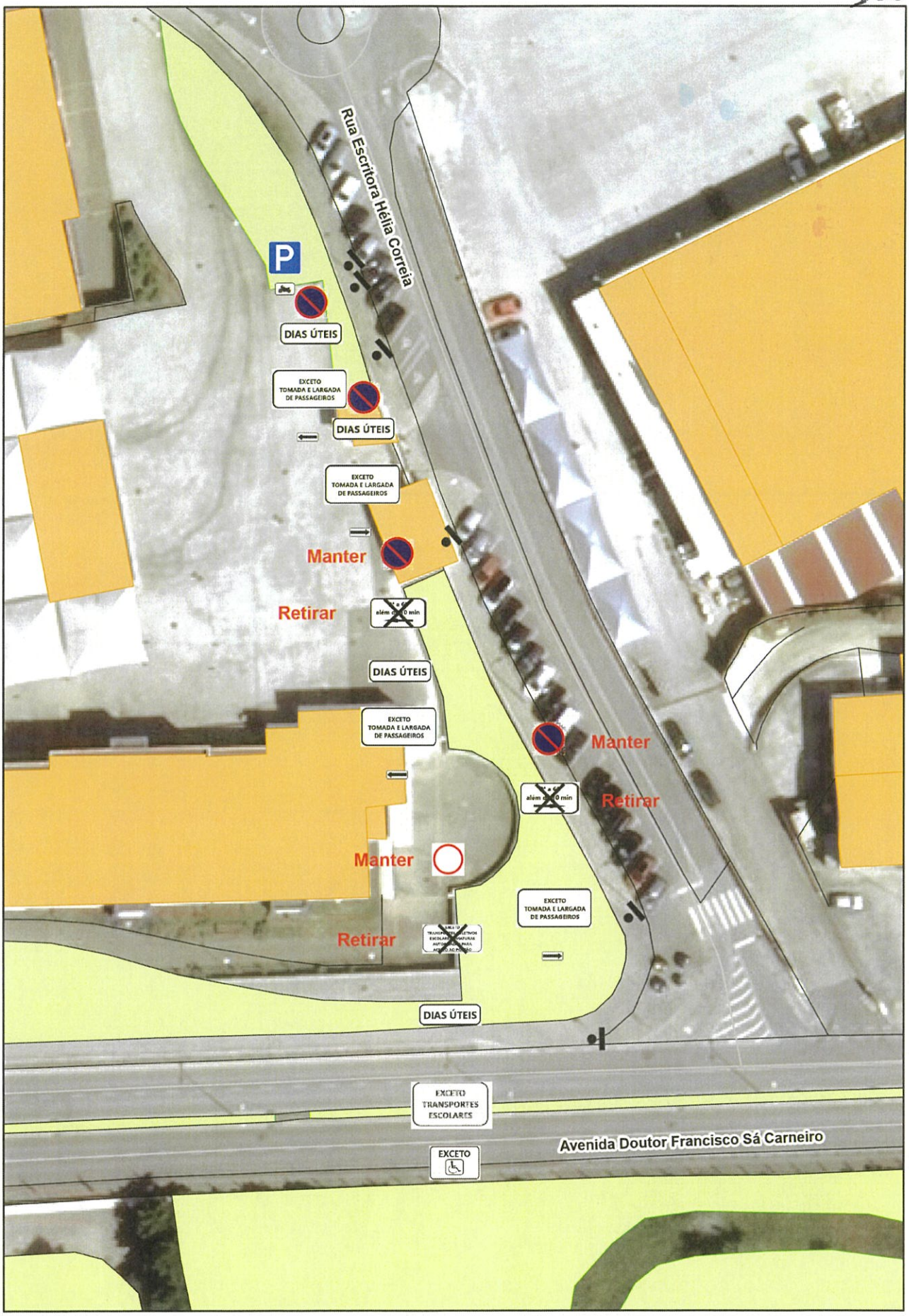
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua das Arroteias - Fonte Boa da Brincosa
Freguesia: Carvoeira

Data: abril 2026
Escala: 1:1 000

40



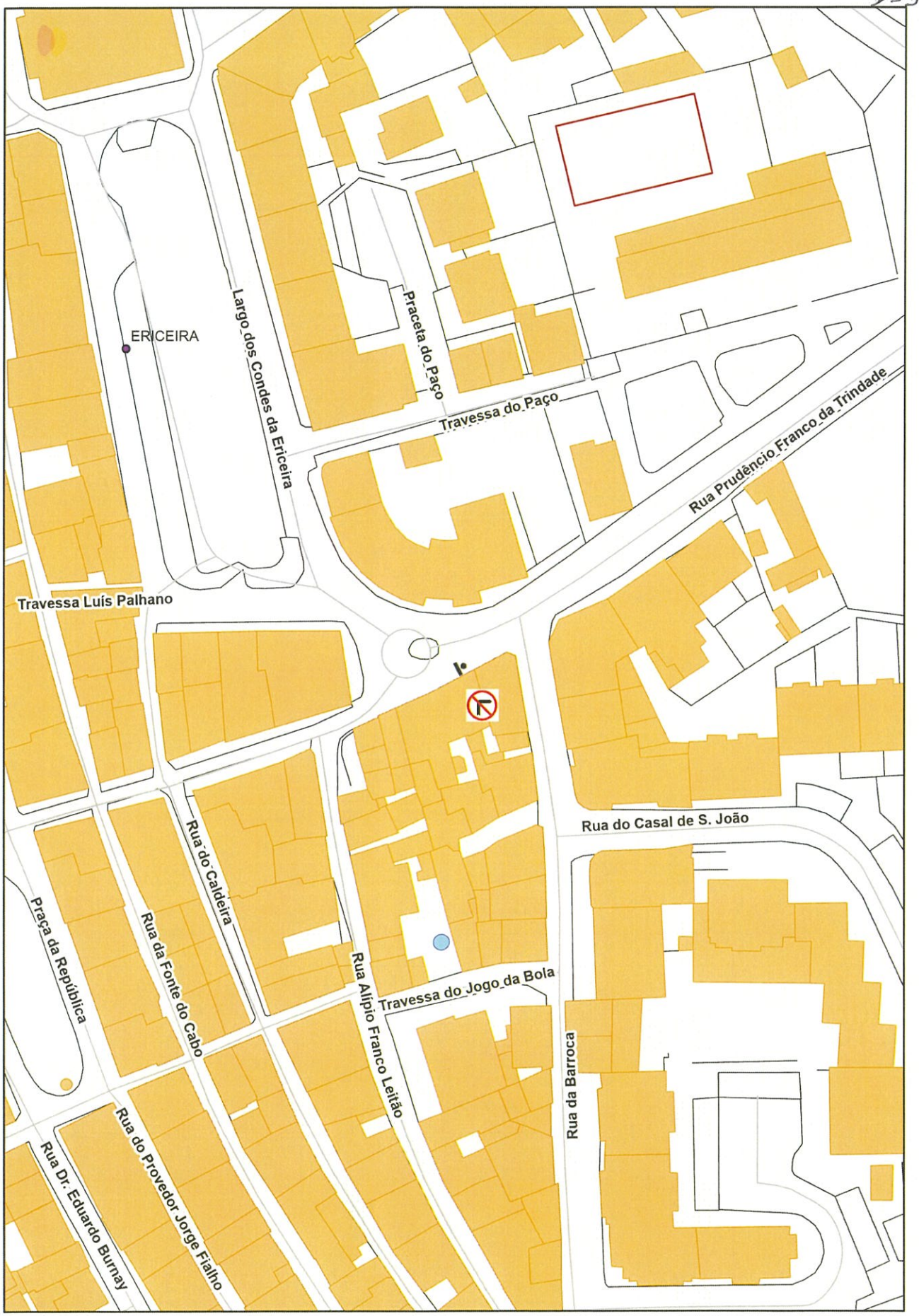
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Escritora Hélia Correia e Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro - Mafra **Data:** maio 2026

Freguesia: Mafra **Escala:** 1:600

41



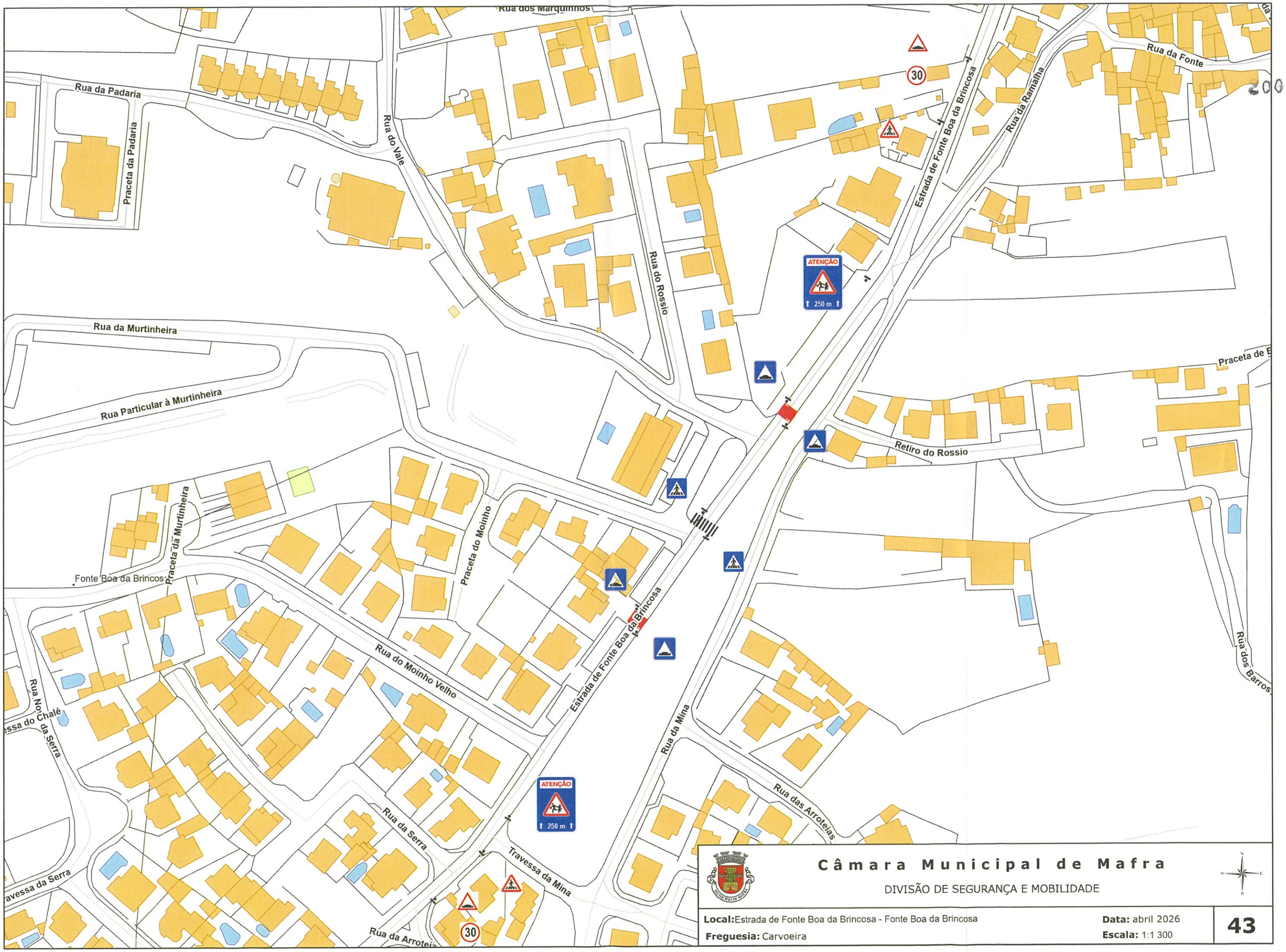
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Prudêncio Franco da Trindade - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: abril 2026
Escala: 1:1 000

42



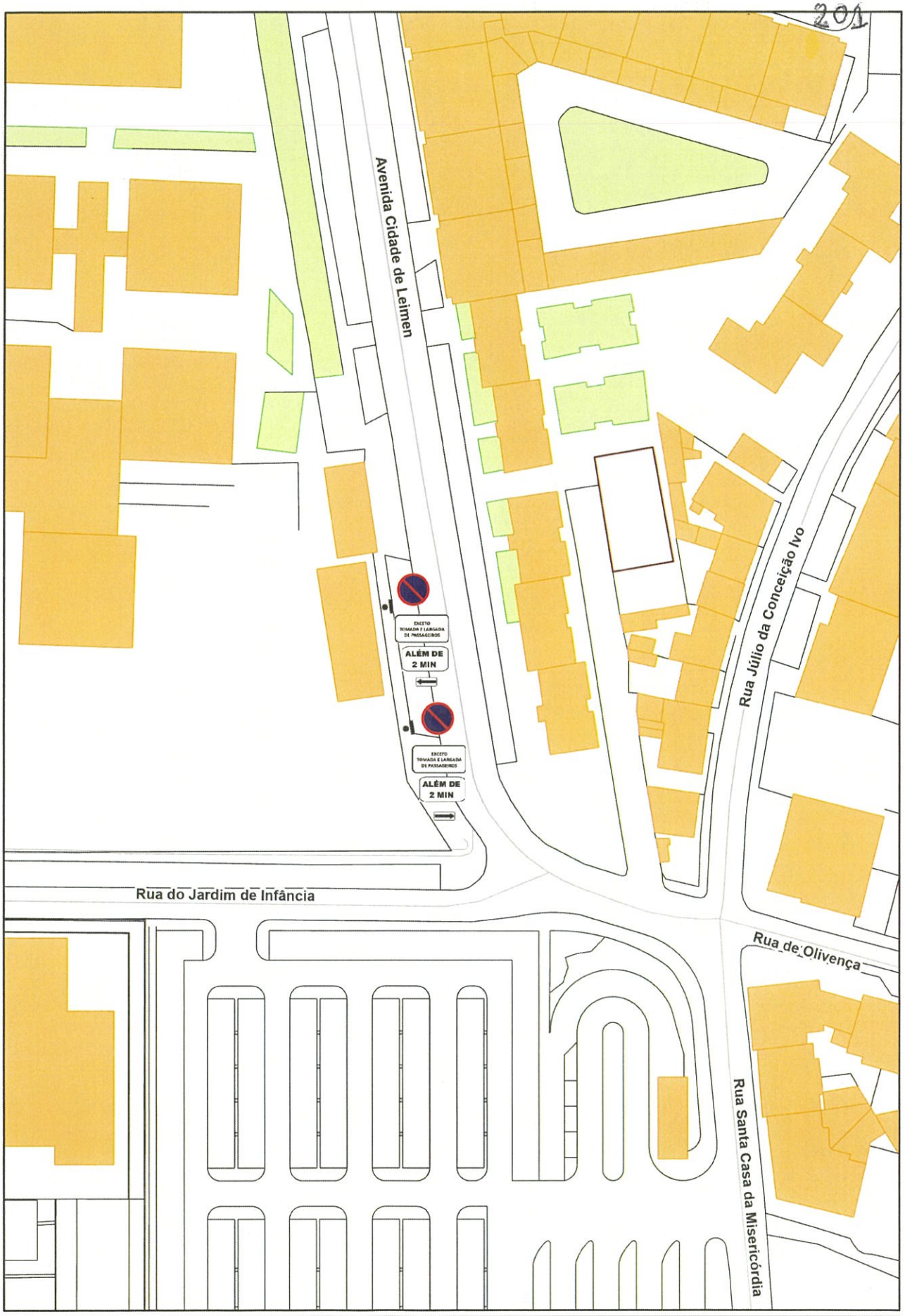
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada de Fonte Boa da Brincosa - Fonte Boa da Brincosa
Freguesia: Carvoeira
Data: abril 2026
Escala: 1:1 300

43

201



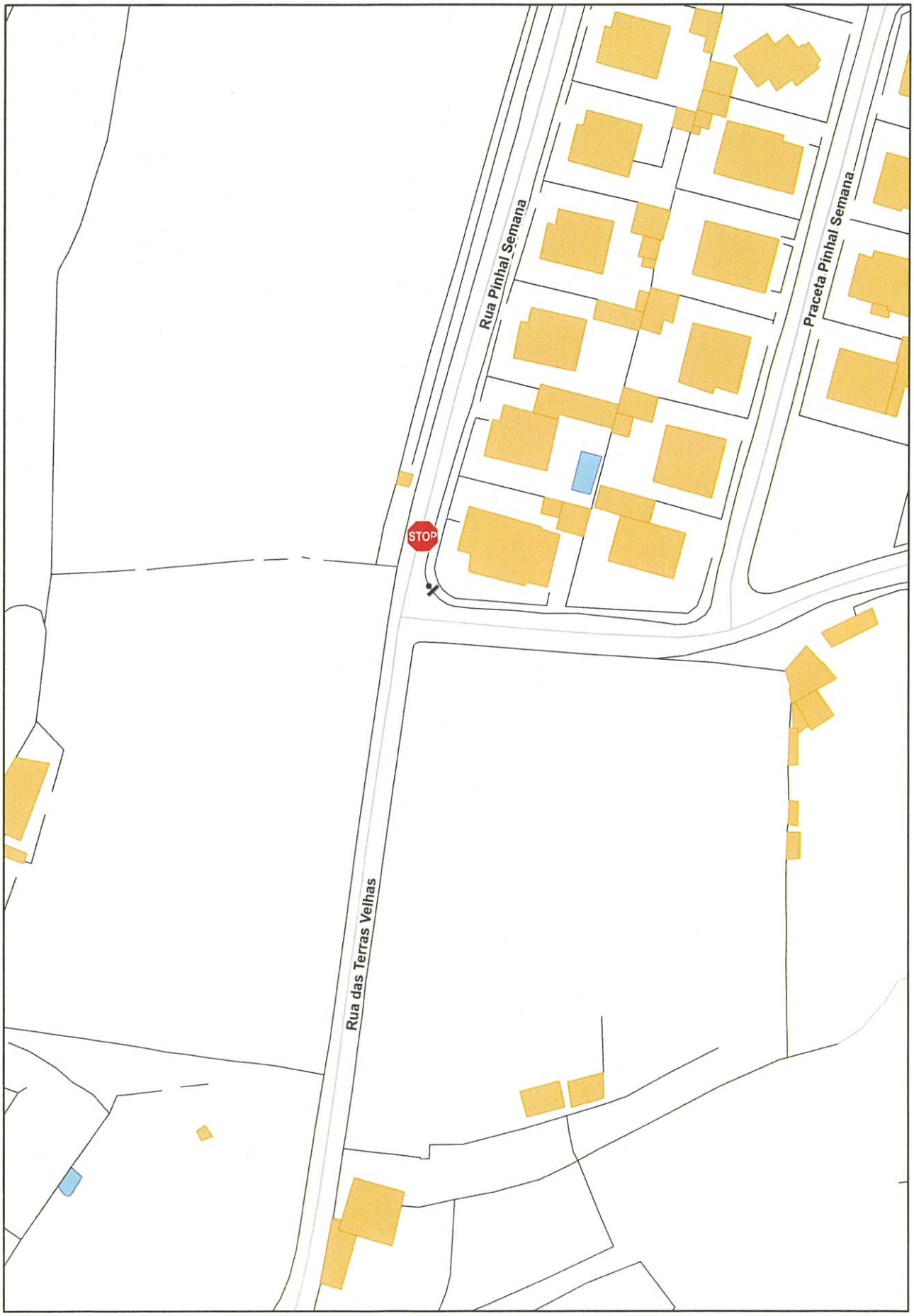
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Avenida cidade de Leimen - Mafra
Freguesia: Mafra

Data: abril 2026
Escala: 1:1 000

44



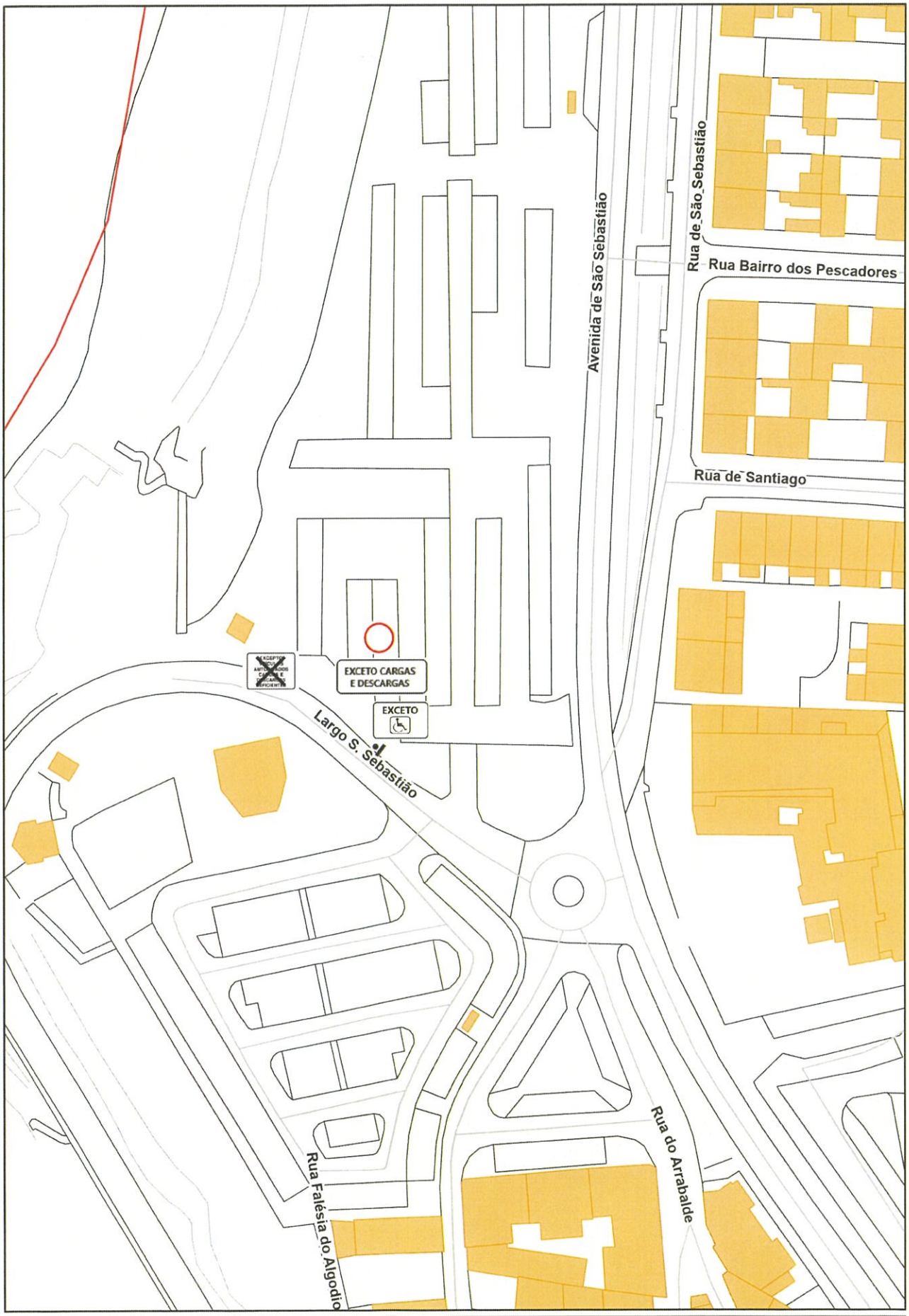
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua das Terras Velhas - Fonte Boa dos Nabos
Freguesia: Ericeira

Data: abril 2026
Escala: 1:1 000

45



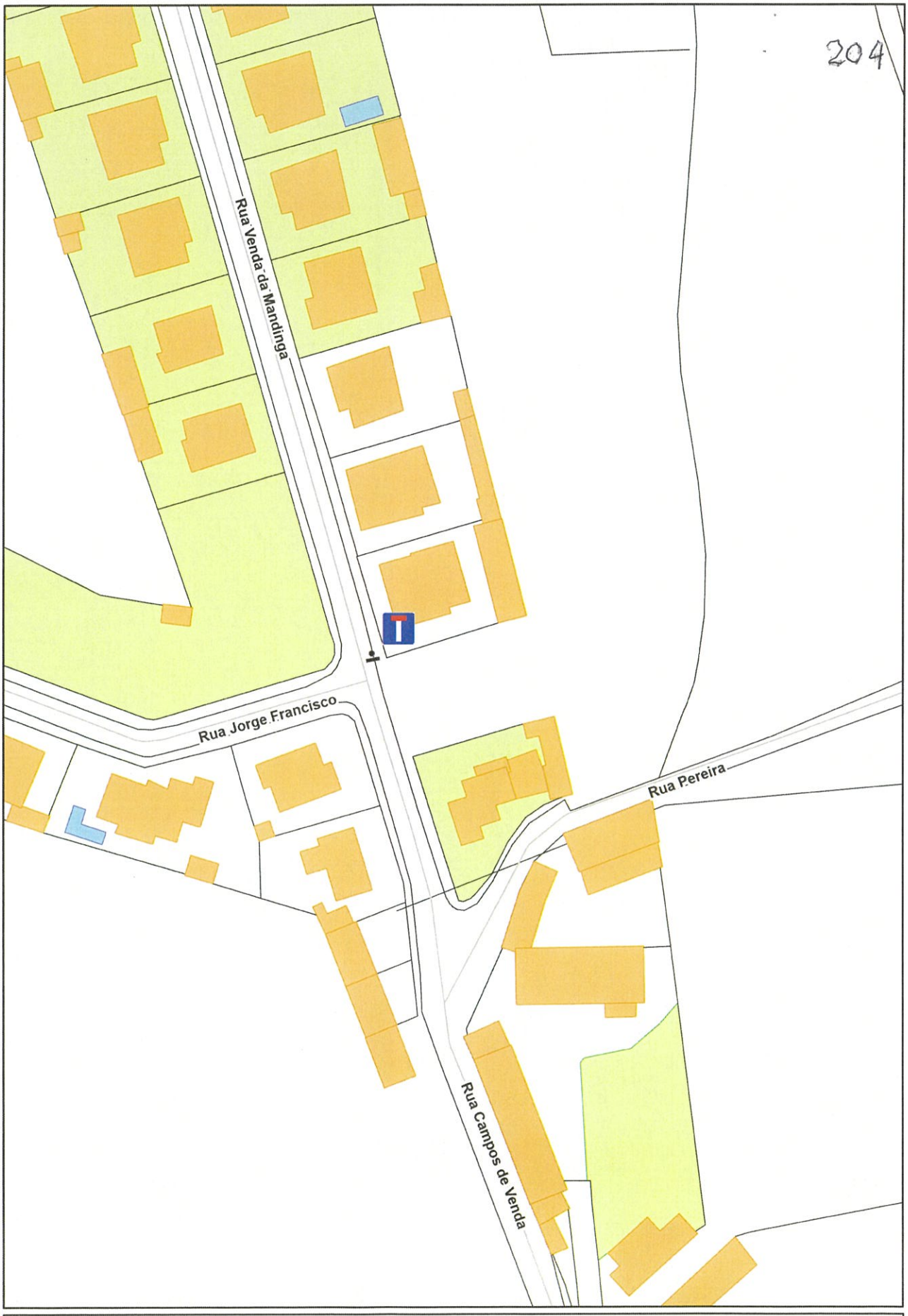
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Largo de S. Sebastião - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

46



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Venda da Mandinga - Póvoa da Galega
Freguesia: Milharado

Data: abril 2026
Escala: 1:1 000

47



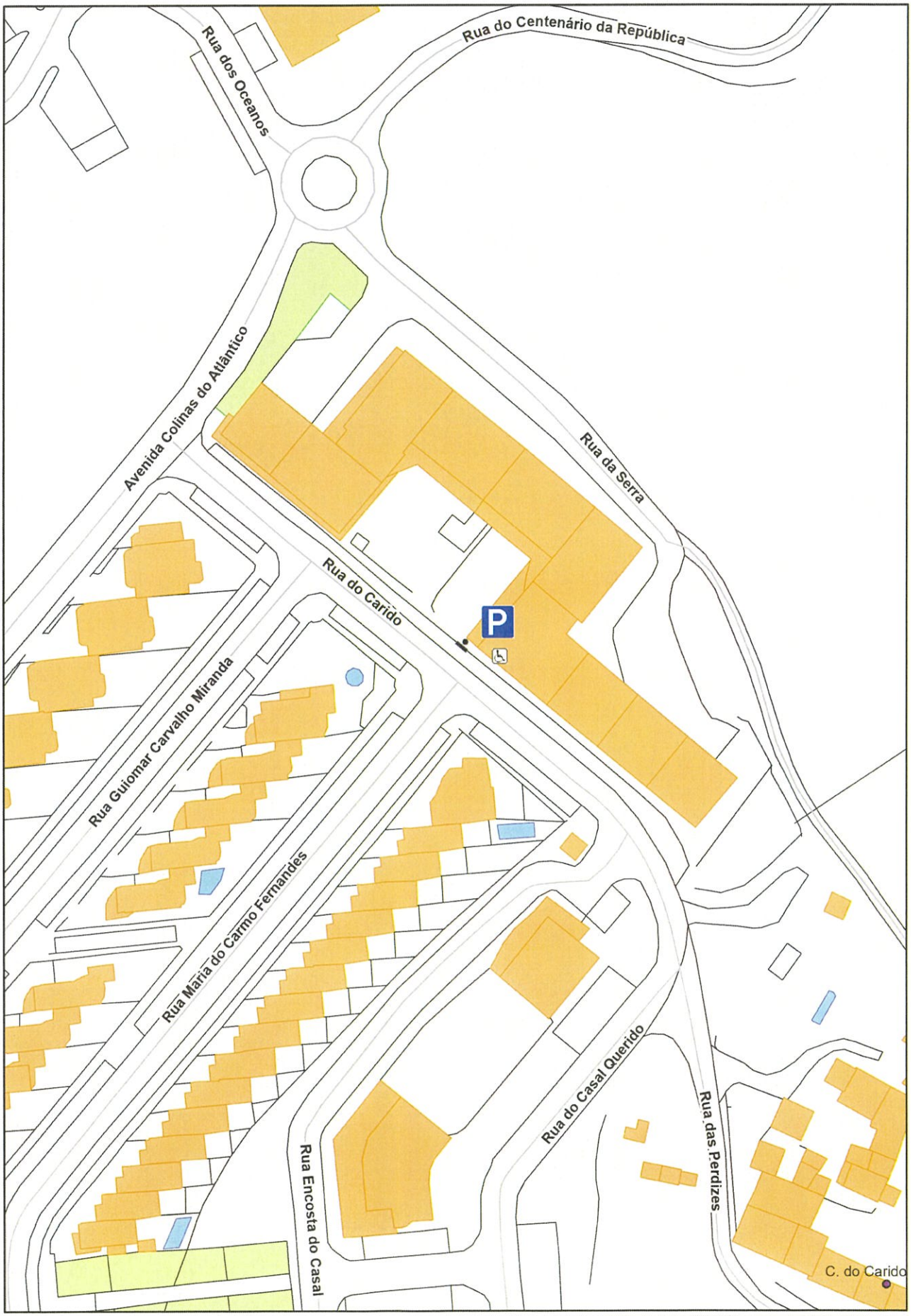
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Travessa da Piçarra - Casais de S. Lourenço
Freguesia: Encarnação

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

48



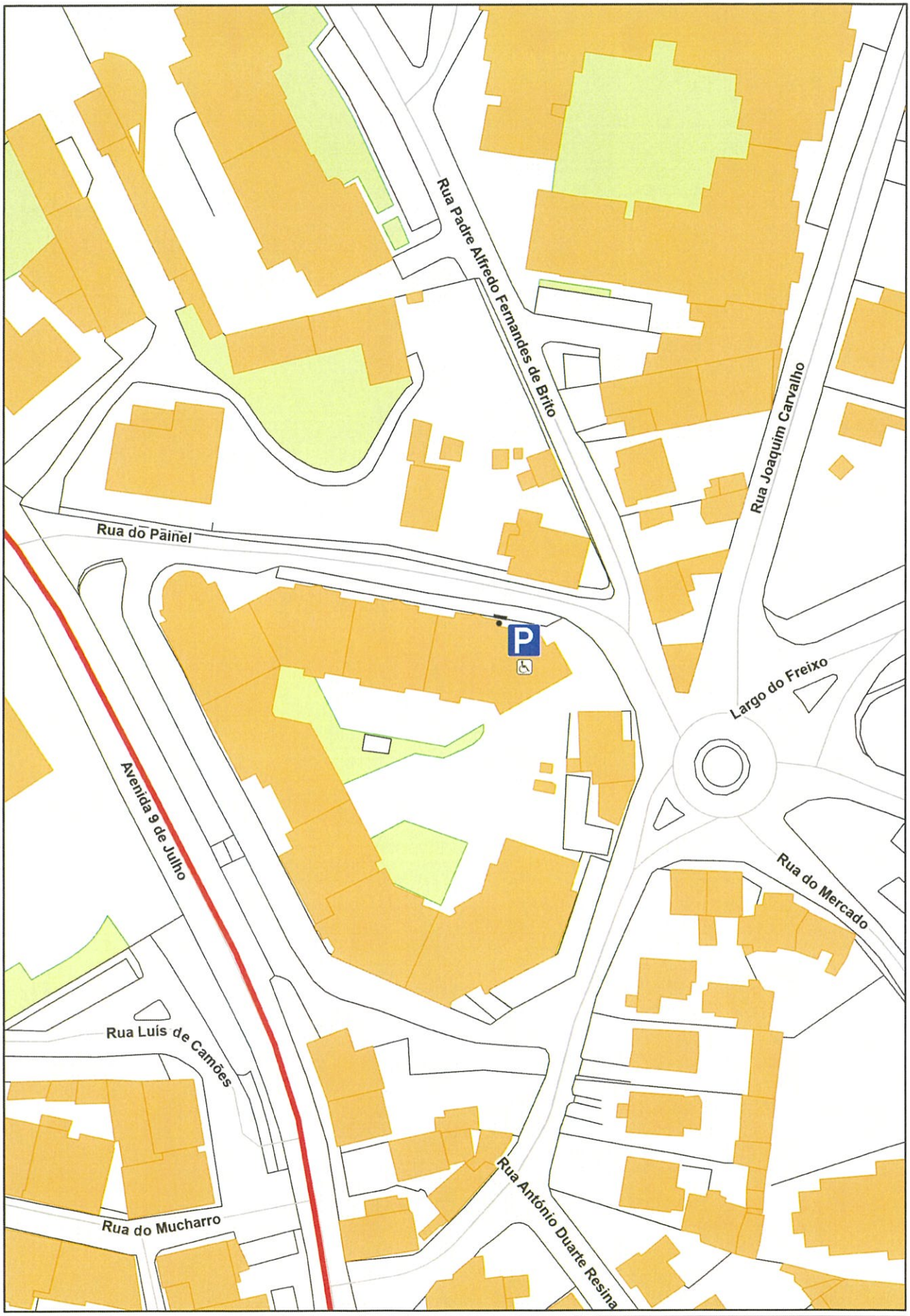
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua do Carido - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

49



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua do Painel - Venda do Pinheiro
Freguesia: União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

50



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua da Casa Queimada - Bandalhoeira
Freguesia: União de Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

51

209

STOP

STOP 25 m

2,2 m

2,2 m

Excepto Escolas de Surf
Except for Schools

Excepto Escolas de Surf

Excepto Escolas de Surf
Except for Schools

Excepto Escolas de Surf

Viaturas de Concelhios, Cargas e Descargas e

excelo cargas e descargas

EXCETO

P

Concessionários

Estrada Regional 247

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

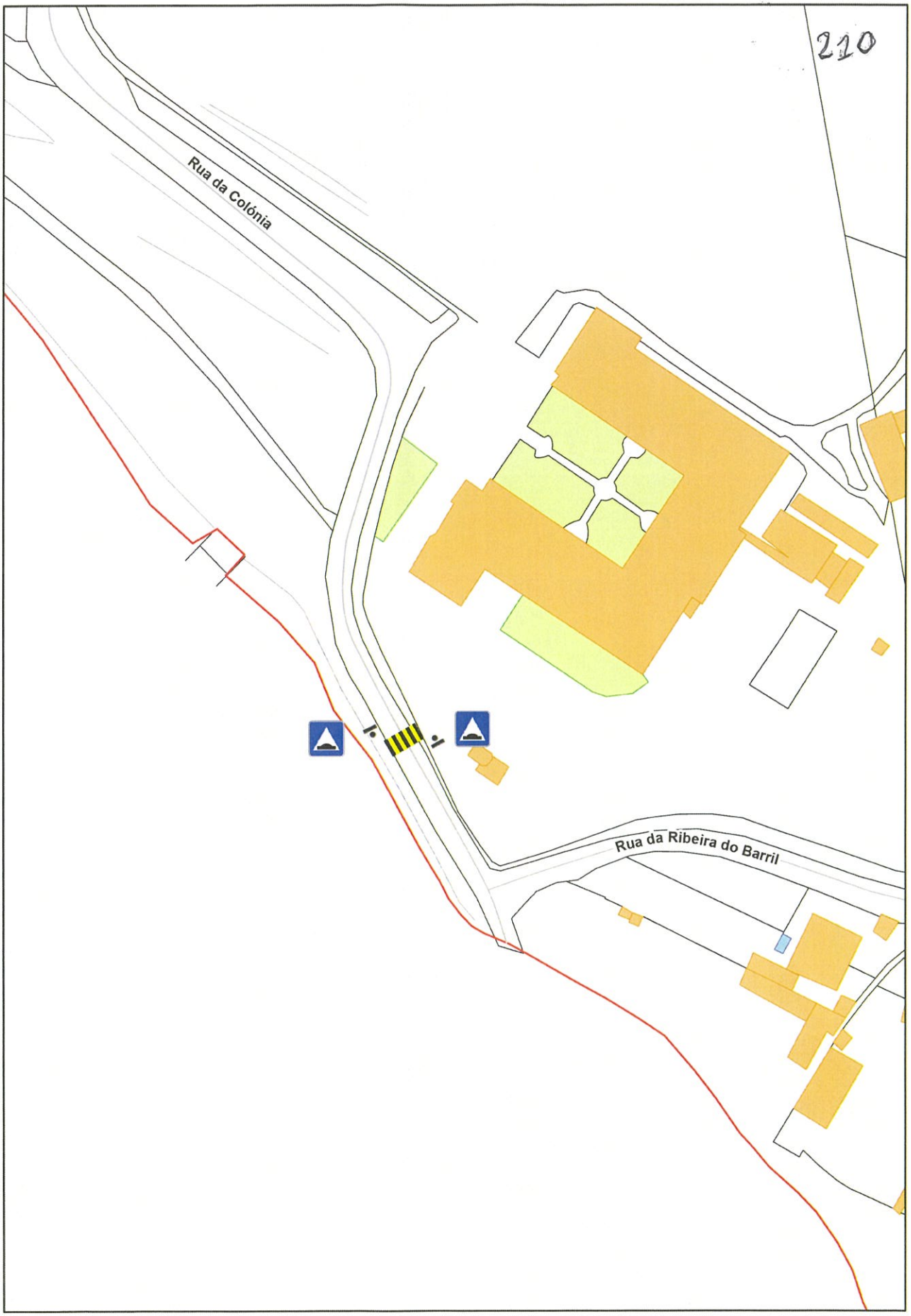
Local: Ribeira D'Ilhas - Ericeira

Freguesia: Ericeira

Data: maio 2026

Escala: 1 :1 000

52



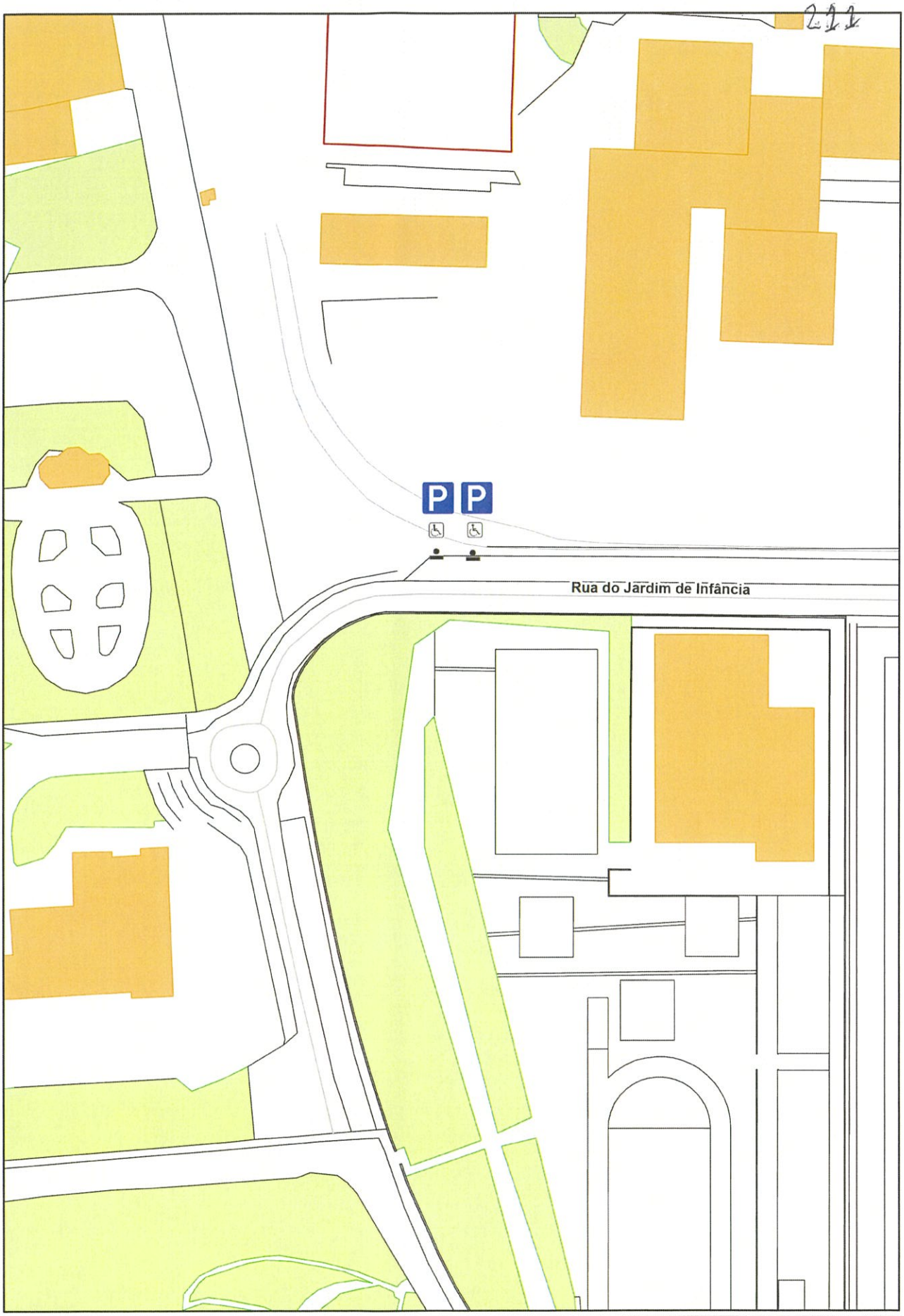
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua da Colónia - Barril
Freguesia: Carvoeira

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

53



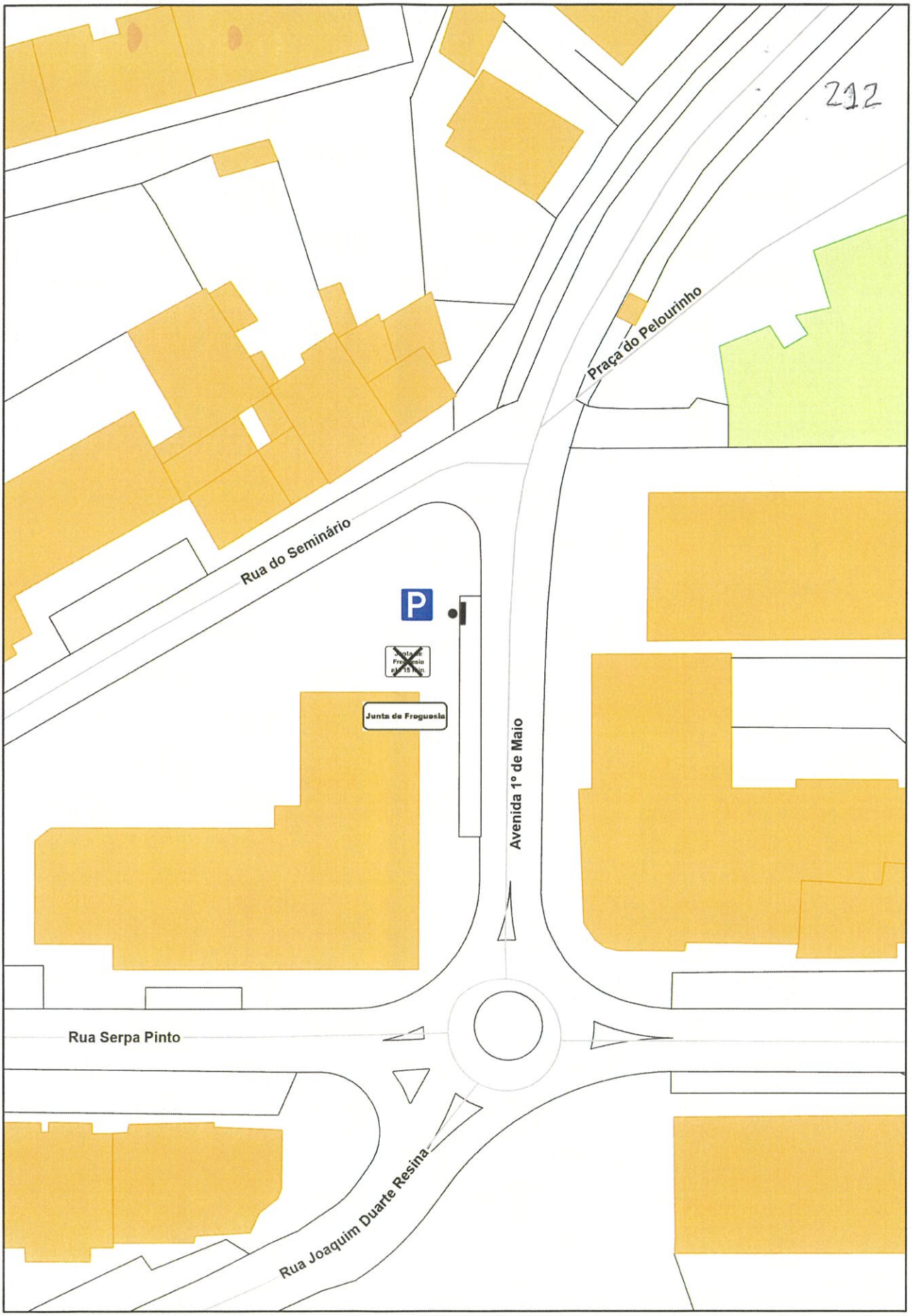
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua do Jardim de Infância - Mafra
Freguesia: Mafra

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

54



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Avenida 1º de Maio - Mafra
Freguesia: Mafra

Data: Junho 2026
Escala: 1:600

55

213

Rua da Esc

Rua do Meio

Rua da Perdigueira

Rua do Valvieiro

Estrada Nacional 116

Rua Francisco Augusto Leite

Rua das Laranjeiras

Rua dos Lírios

Rua dos Narcisos

Rua dos Mouros

50m

Estrada Principal

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada Nacional 116 - A-da-Pêrra

Freguesia: Mafra

Data: maio 2026

Escala: 1:1 000

56



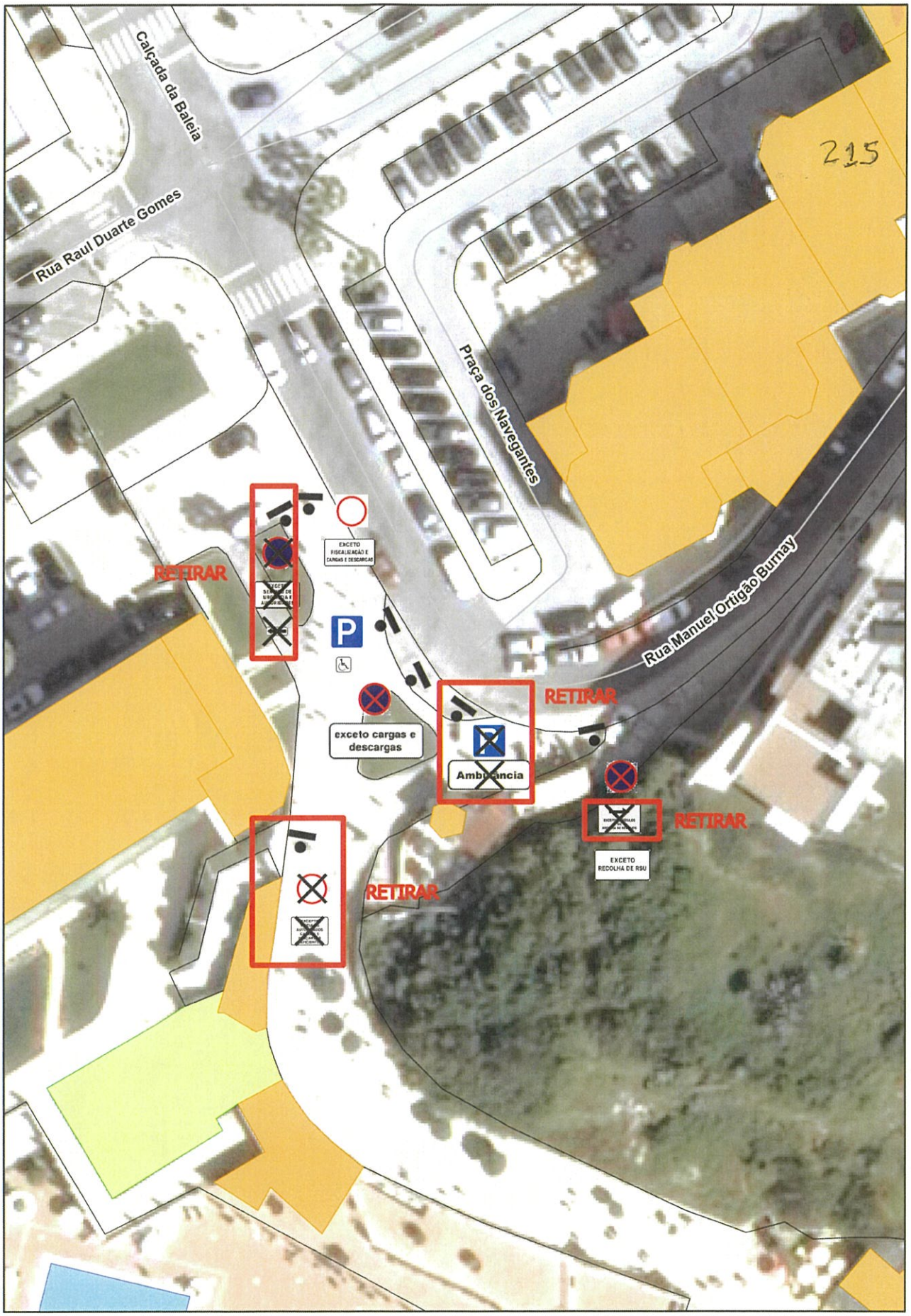
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Avenida de São Sebastião - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

57



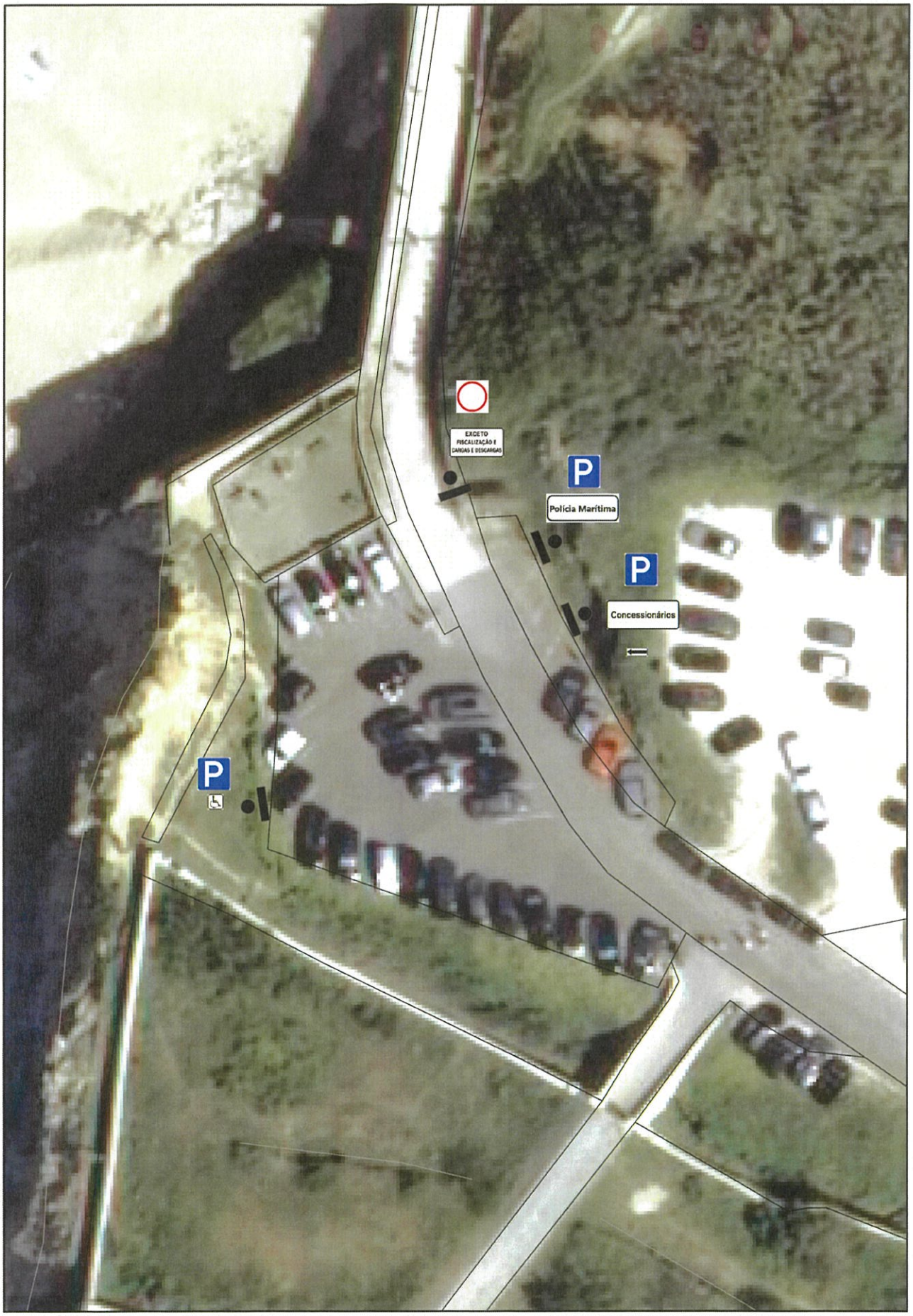
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Manauel Ortigão Burnay - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: maio 2026
Escala: 1:500

58



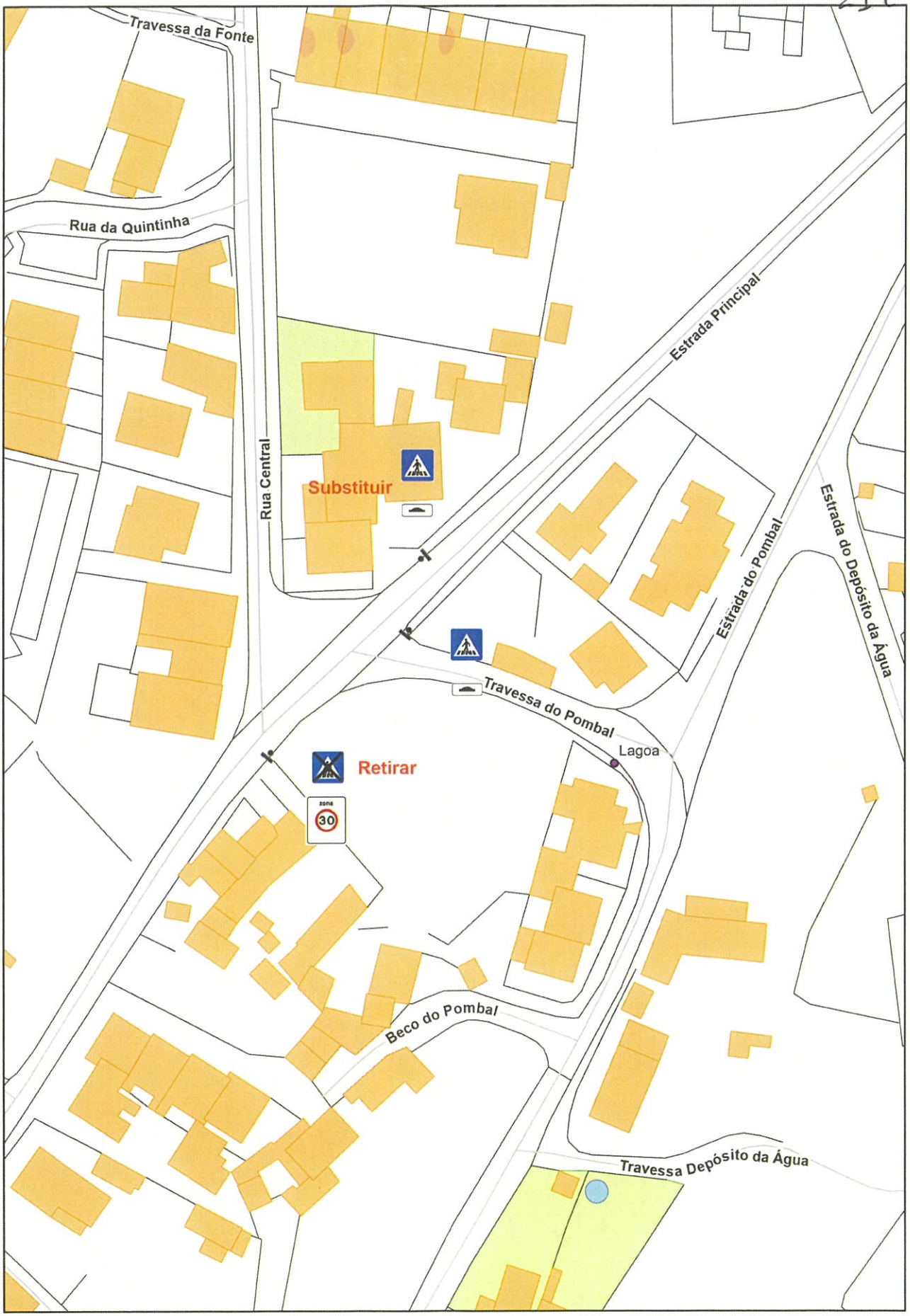
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estacionamento Sul da Praia do Sul - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: junho 2026
Escala: 1:400

59



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada Principal - Lagoa
Freguesia: Santo Isidoro

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

60

Rua Fonte da Portela

Rua Vale da Portela

Beco Portela

Rua do Espongeiro

Existente

STOP

Existente

STOP

EXCETO VELOCÍPEDES

Travessa da Romã

Existente

STOP

Estrada da Boavista

Retirar

STOP

Estrada Principal

Caminho Pinhal dos Cucos

Rua do Norte

zona 30

STOP

Retirar

STOP

Estrada Casal da Cruz

Praceta da Feiteira

Rua do Ferreiro

Feiteira

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Vários arruamentos - Lagoa

Freguesia: Santo Isidoro

Data: maio 2026

Escala: 1:1 200

61

219



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua da Ribeira - Ribeira
Freguesia: Milharado

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

62

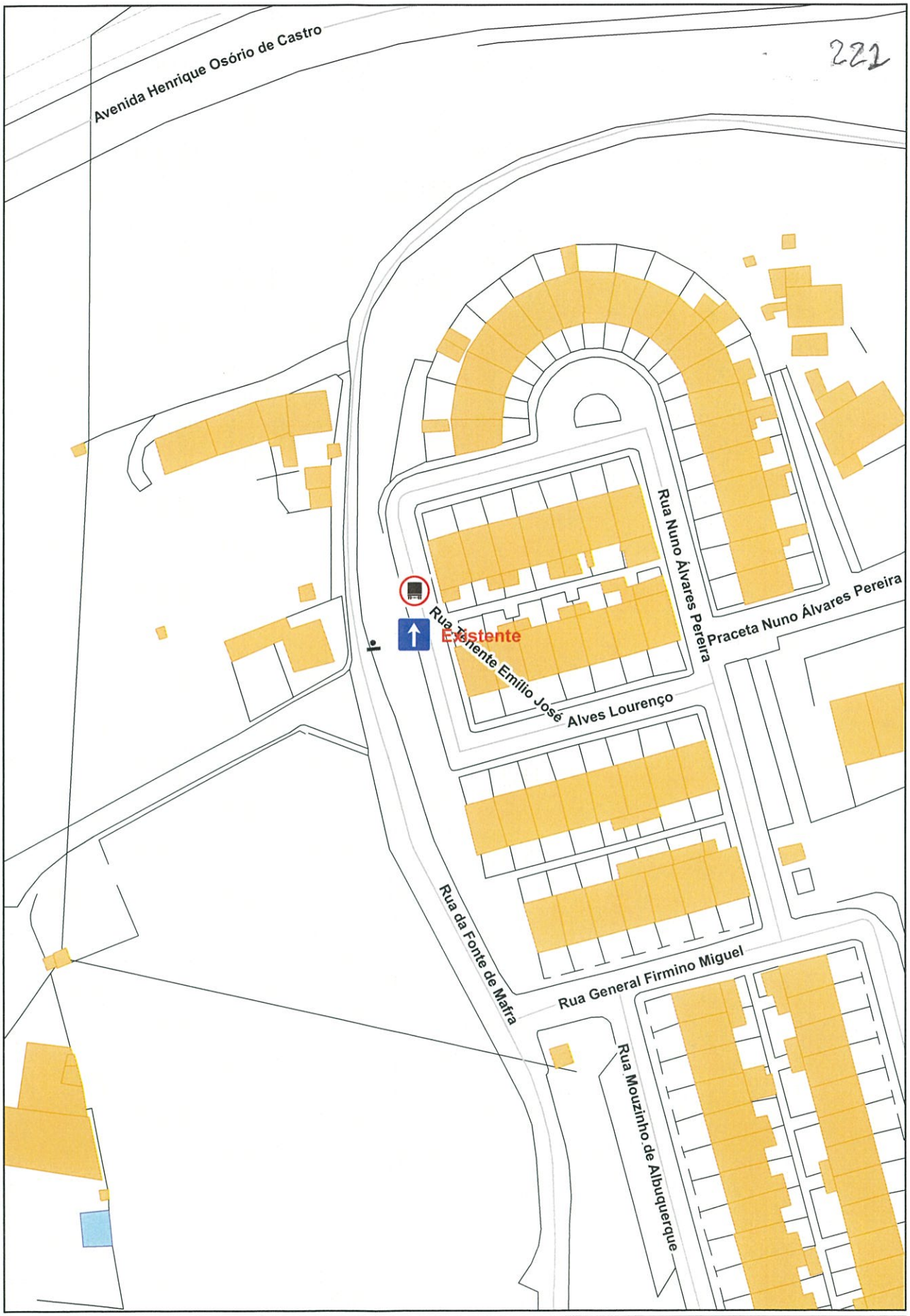
Rua do Malvar
Rua do Castelo
Rua de Santo André
Rua Pedro Julião
Caminho do Malvar
Rua Família Marques
EXCETO CARGAS E DESCARGAS
EXCETO CARGAS E DESCARGAS
EXCETO TRANSPORTES PÚBLICOS
Existente
Largo do Sequeiro
Travessa de Santo André
Travessa das Tecedeiras
Travessa da Fonte de Mafra
Rua da Bela Vista
Rua do Brito
Rua das Tecedeiras
Avenida Henrique Osório de Castro
EXCETO CARGAS E DESCARGAS

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua das Tecedeiras, Rua Família Marques e Rua do Brito - Mafra
Freguesia: Mafra
Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

63



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua da Fonte de Mafra - Mafra
Freguesia: Mafra

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

64

222

Rua Maria Teresa

Travessa de São Pedro

Rua da Fonte

Praceta do Sol

Rua das Oliveiras

Estrada do Carrascal

Existente

Rua Principal

Largo do Marco

Rua do Moinho

Rua Circular

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada do Carrascal - Livramento

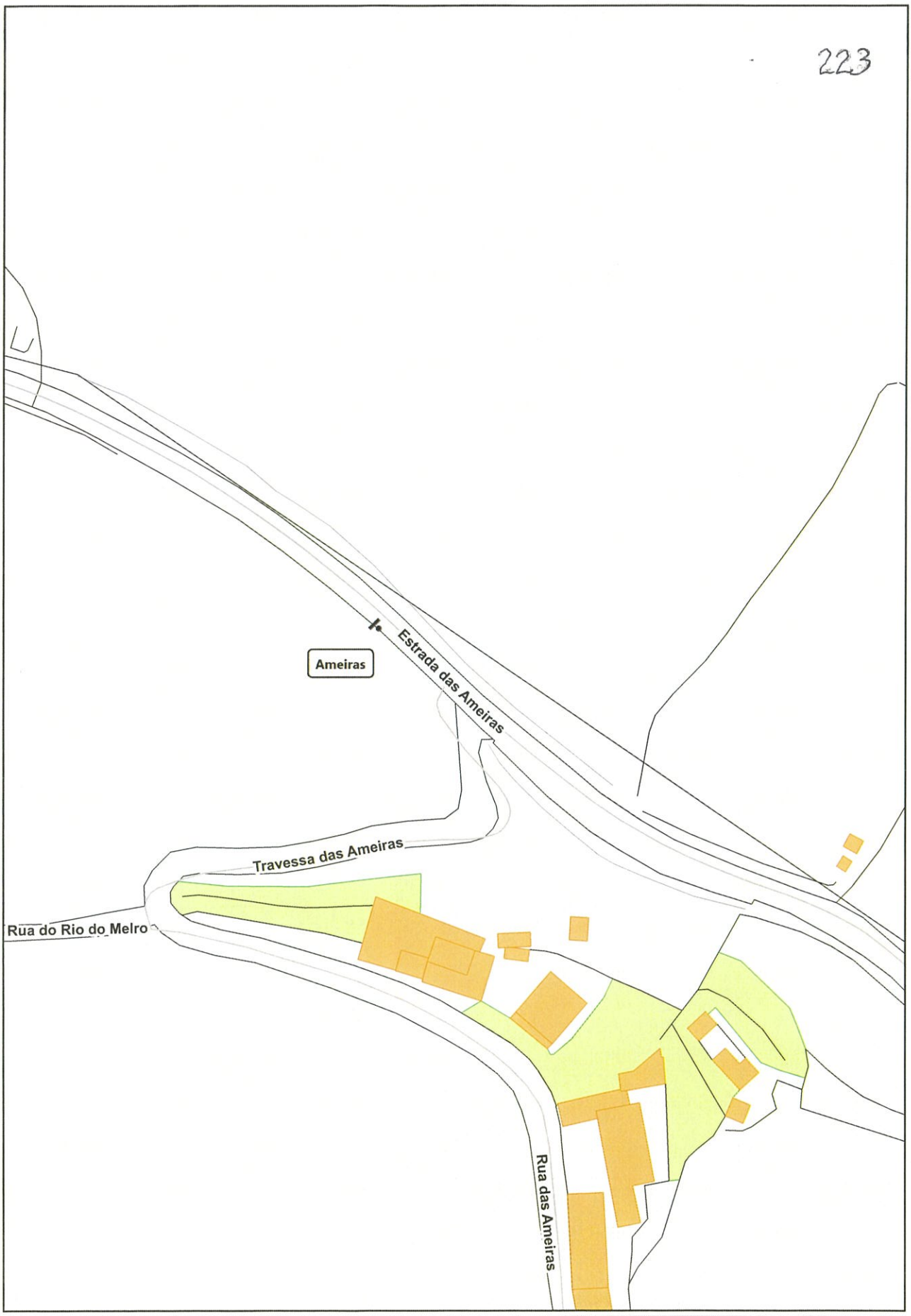
Freguesia: UF de Azueira e Sobral da Abelheira

Data: junho 2026

Escala: 1:1 000

65

223



Câmara Municipal de Mafra

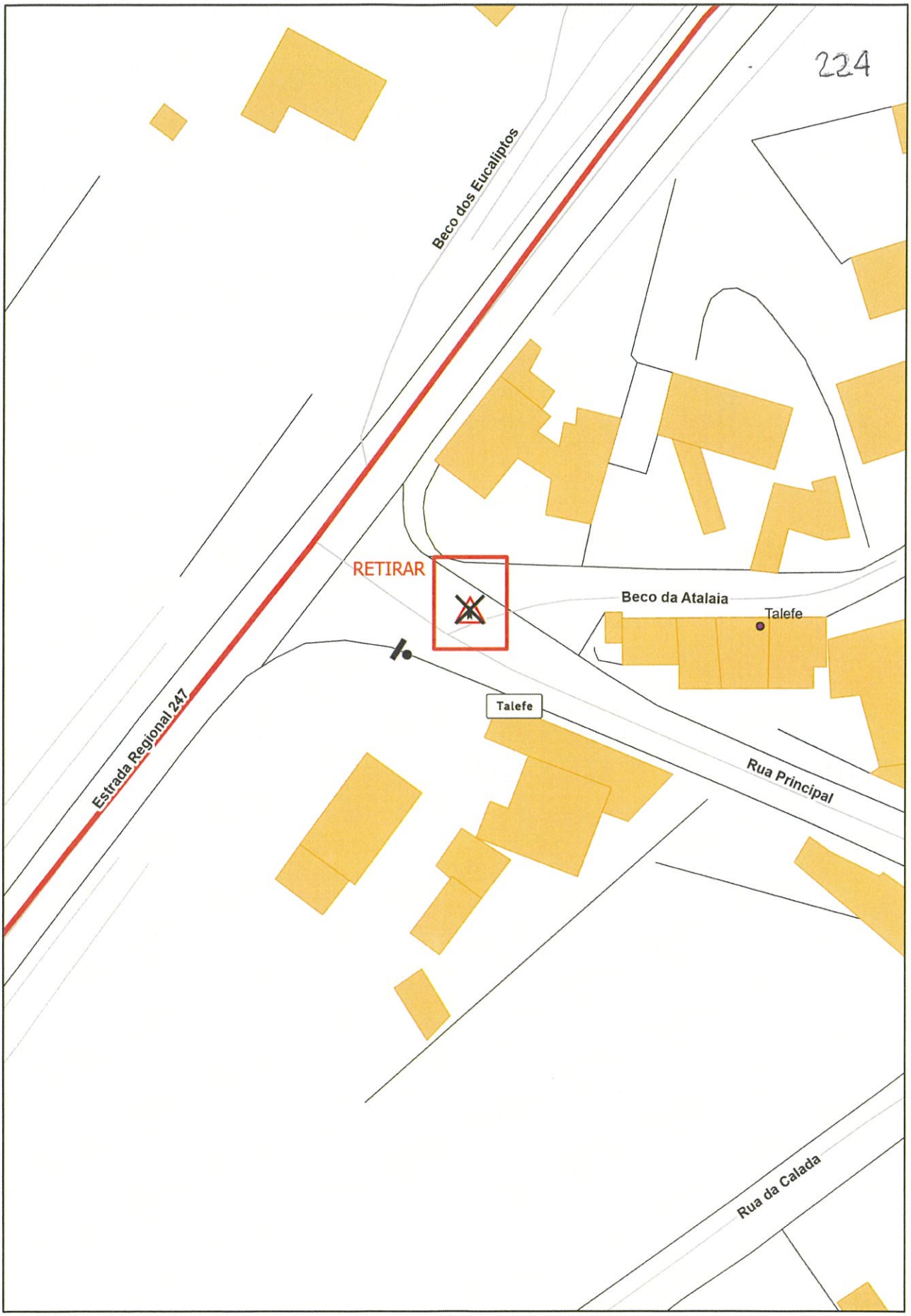
DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada das Ameiras - Ameiras
Freguesia: UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

66

224



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Principal - Talefe
Freguesia: Encarnação

Data: junho 2026
Escala: 1:600

67



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Major João Gomes - Mafra
Freguesia: Mafra

Data: maio 2026
Escala: 1:1 000

68



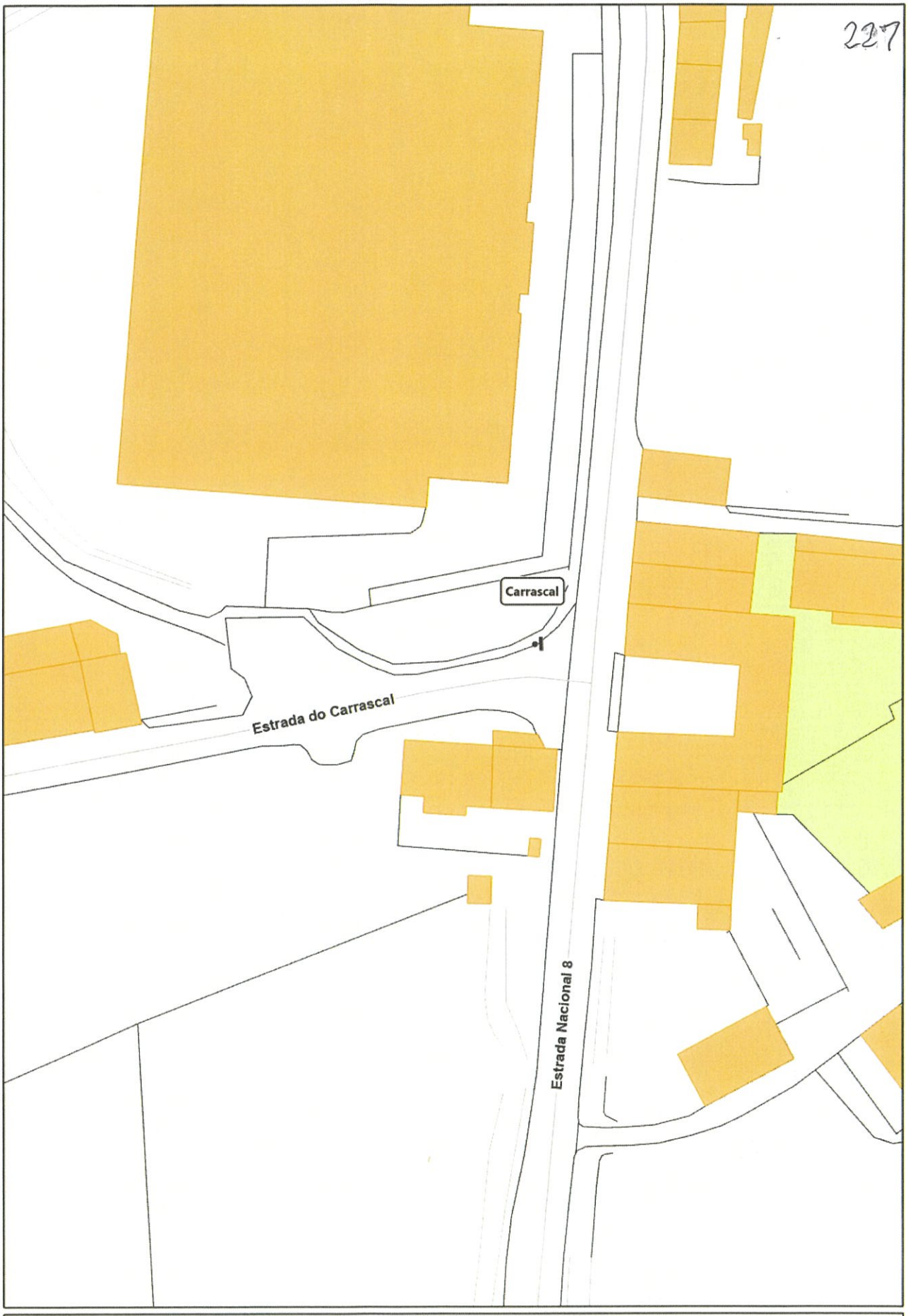
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada do Carrascal - Livramento
Freguesia: UF de Azueira e Sobral da Abelheira

Data: junho 2026
Escala: 1:1 000

69



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada do Carrascal - Carrascal
Freguesia: UF de Azueira e Sobral da Abelheira

Data: junho 2026
Escala: 1:1 000

70

Rua Portela da Igreja

Rua Quinta S. João do Cevadeiro

Travessa da Portela

Avenida 25 de Abril

Rua Nova

Avenida 10 de Junho

C. da Casela

30

30

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Nova - Casal do Pedregulho

Freguesia: Milharado

Data: junho 2026

Escala: 1:1 300

71

Largo Domingos Fernandes
Rua do Norte
Largo do Cruzeiro
Largo Jaime de Oliveira Lobo e Silva
Rua da Câmara
Largo da Misericórdia
Travessa da Misericórdia
Travessa da Calçada do Norte
EXCETO TOMADA E LARGADA DE PASSAGEIROS
Calçada da Praia
exceto cargas e descargas
EXCETO MORADORES
Travessa de Santo António
Rua da Misericórdia
Travessa Lobo
Rua 5 de Outubro
Rua dos Ferreiros
Travessa dos Ferreiros
Travessa do Mercado
Pátio da Palmeira
Rua do Paço
Travessa do Espírito Santo
Rua do Espírito Santo
Rua do Mercado
Travessa da Praça
Largo dos Condes da Ericeira
Travessa das Ribas
Largo do Prim
Travessa do Correio
ERICEIRA
Praceta do Paço
Travessa do Paço
Largo das Ribas
exceto cargas e descargas
EXCETO MORADORES
Travessa da Esperança
Rua de Santo António
Rua Fonte do Cabo
Travessa Luís Palhano
Rua Prudêncio Franco da Trindade
exceto cargas e descargas
EXCETO MORADORES
Rua Capitão João Lopes
Rua Alves Crespo
Travessa do Honrado
Rua José Luís

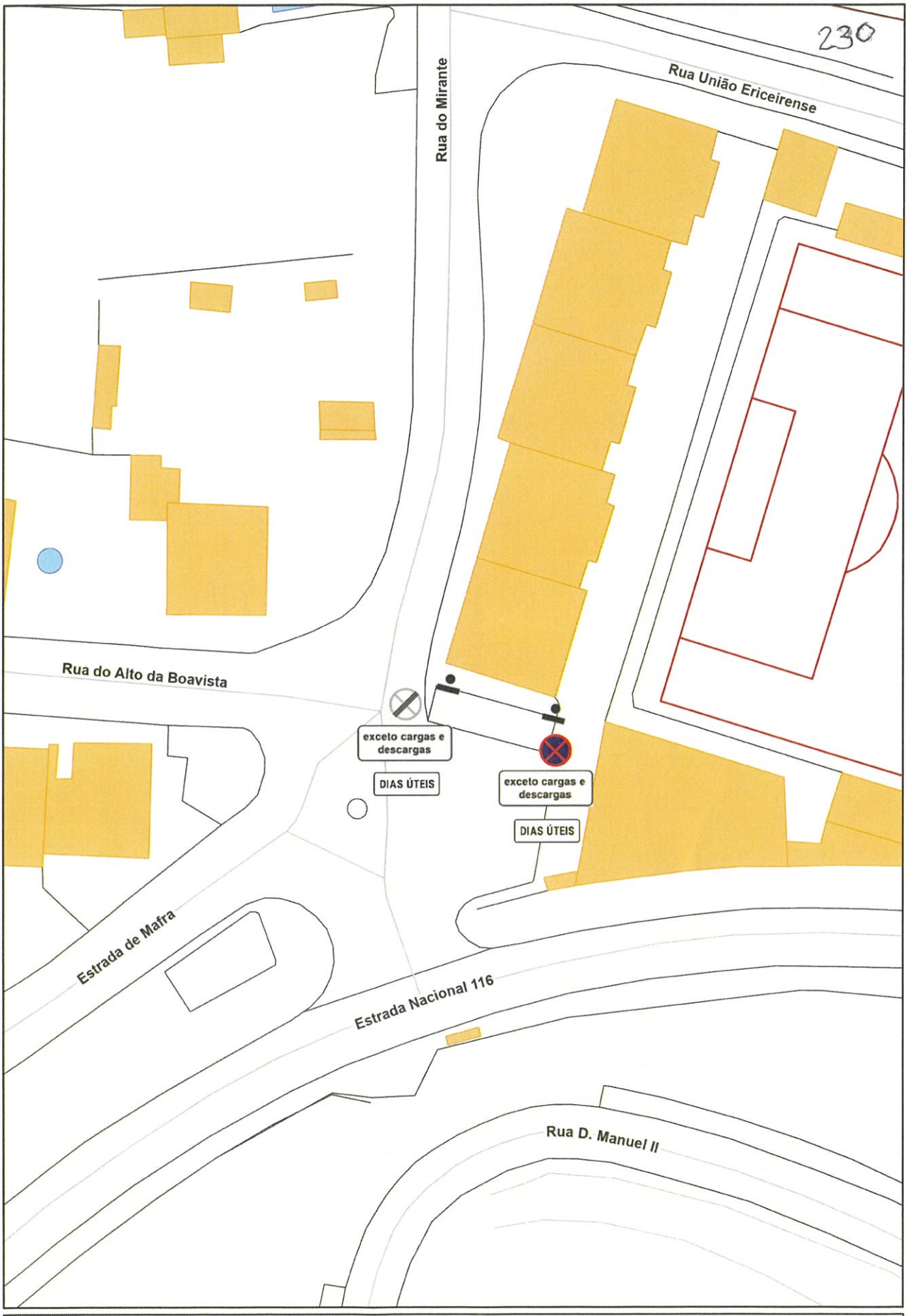
Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Vários arruamentos - Ericeira
Freguesia: Ericeira
Data: junho 2026
Escala: 1:900

72

230



Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Estrada de Mafra - Ericeira
Freguesia: Ericeira

Data: junho 2026
Escala: 1:600

73

231

Rua da Várzea

Rua da Mata Verde

Rua Beatriz Costa

Estrada Municipal 63

30

Praceta Quinta da Mata

Praceta do Clube

Rua Quinta da Mata

30

Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE SEGURANÇA E MOBILIDADE

Local: Rua Beatriz Costa - Quinta da Mata

Freguesia: UF de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés

Data: junho 2026

Escala: 1:1 200

74